

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

**BLUMENAU – SC
2018**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com o disposto nas Resoluções TCU nº 234/2010 e 244/2011, Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e 72/2013, Decisões Normativas TCU nº 161/2017 e 163/2017.

**CONSELHO SUPERIOR
(CONSUPER)**

Conselheiro(a)	Segmento
Sônia Regina de Souza Fernandes	<i>Presidente do Conselho Superior</i>
Alex Fabiano Wehrle	<i>Representante titular dos Docentes</i>
Adolfo Jatobá Medeiros Bezerra	<i>Representante titular dos Docentes</i>
Illyushin Zaak Saraiva	<i>Representante titular dos Docentes</i>
Gunther Cristiano Butzen	<i>Representante titular dos Docentes</i>
Marluse Castro Maciel	<i>Representante titular dos Docentes</i>
Patrick de Souza Girelli	<i>Representante titular dos Docentes</i>
Paulo Mafra de Almeida Costa	<i>Representante titular dos Docentes</i>
Rodrigo Martins Monzani	<i>Representante titular dos Docentes</i>
Paulo Francisco do Carmo	<i>Representante suplente dos Docentes</i>
Carlos Roberto da Silva	<i>Representante suplente dos Docentes</i>
Luiz Gustavo Dutra	<i>Representante suplente dos Docentes</i>
Antônio João Fidélis	<i>Representante suplente dos Docentes</i>
Anelise Destefani	<i>Representante suplente dos Docentes</i>
Claudio Adalberto Koller	<i>Representante suplente dos Docentes</i>
Eddy Ervin Eltermann	<i>Representante suplente dos Docentes</i>
Lauri João Marconatto	<i>Representante suplente dos Docentes</i>
Ida Maria de Oliveira	<i>Representante titular dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Lauri Caetano Rodio	<i>Representante titular dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Sidnei Skarbek	<i>Representante titular dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Denise Danielle Pagno	<i>Representante titular dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Laercio de Souza	<i>Representante titular dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Anderson Correa Gonçalves	<i>Representante suplente dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Antonio Ferreira Coelho Gomes	<i>Representante suplente dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
João Carlos Cichaczewski	<i>Representante suplente dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Maria de Fátima Burger Bordin	<i>Representante suplente dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Vilmar Frarão Junior	<i>Representante suplente dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Geraldo Muzeka	<i>Representante suplente dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Gilberto Carlos Monteiro Darosi	<i>Representante suplente dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Maria Angelica de Moraes A. Pimenta	<i>Representante suplente dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Guilherme Augusto Häser	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Rodrigo Helmann	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Michel Felipe Mesalira	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Aline Terezinha Antunes Paiva de Sá	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Lariane Davila Borges de Oliveira	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Eduardo Benvenuto Morello	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Felipe José Estevão	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Nivia Lucesse dos Santos Guimarães	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Ramon Donadel	<i>Representante titular dos Discentes</i>

Tainan Araújo Anunciação	<i>Representante suplente dos Discentes</i>
Talison André Tecchio	<i>Representante suplente dos Discentes</i>
Luan Cizeski de Lorenzi	<i>Representante suplente dos Discentes</i>
Thayza da Silva de Oliveira	<i>Representante suplente dos Discentes</i>
Matheus Alberto Pissaia	<i>Representante suplente dos Discentes</i>
Cleomar de Oliveira	<i>Representante suplente dos Discentes</i>
Guilherme Zorer	<i>Representante suplente dos Discentes</i>
Monique Knoch	<i>Representante suplente dos Discentes</i>
Naira Matos Cechinel	<i>Representante suplente dos Discentes</i>
Quéren Saraiva Gomes	<i>Representante suplente dos Discentes</i>
Anderson Alberto Correa	<i>Representante titular dos Egressos</i>
Kaluan Machado	<i>Representante titular dos Egressos</i>
Francielly Raquel Domingues Vianna	<i>Representante titular dos Egressos</i>
Ewaldo Gramkow	<i>Representante titular da Sociedade Civil – Classe Trabalhista</i>
Maria Roseli Ronchi Back	<i>Representante titular da Sociedade Civil – Classe Trabalhista</i>
Giane Carmem Alves Carvalho	<i>Representante titular da Sociedade Civil – Classe Trabalhista</i>
Aldo Kaestner	<i>Representante titular da Sociedade Civil – Classe Patronal</i>
Priscila Belleza Maciel	<i>Representante titular do Setor Público/Empresas Estatais</i>
Janice Reis Ciacci Zanella	<i>Representante titular do Setor Público/Empresas Estatais</i>
Edir Seemund	<i>Representante titular da Sociedade Civil</i>
Janaína Turcato Zanchin	<i>Representante titular da Sociedade Civil</i>
Éder Sacconi	<i>Representante titular do MEC</i>
Romero Portella Raposo Filho	<i>Representante titular do MEC</i>
Flávio Luis Barbosa Nunes	<i>Representante suplente do MEC</i>
Jaime Giolo	<i>Representante titular do Setor Público/Empresas Estatais</i>
Paulo Armando Victória de Oliveira	<i>Representante titular do Setor Público/Empresas Estatais</i>
Amir Tauile	<i>Representante titular dos Dirigentes</i>
Rogério Luiz Kerber	<i>Representante titular dos Dirigentes</i>
Eduardo Butzen	<i>Representante titular dos Dirigentes</i>
Fernando José Taques	<i>Representante titular dos Dirigentes</i>
Jonas Cunha Espíndola	<i>Representante titular dos Dirigentes</i>
Marilane Maria Wolff Paim	<i>Representante titular dos Dirigentes</i>
Rosângela Aguiar Adam	<i>Representante suplente dos Dirigentes</i>
Deivi de Oliveira Scarpari	<i>Representante suplente dos Dirigentes</i>
Nelson Geraldo Golinski	<i>Representante suplente dos Dirigentes</i>
Fabio José Rodrigues Pinheiro	<i>Representante suplente dos Dirigentes</i>
Samuel Henrique Werlich	<i>Representante suplente dos Dirigentes</i>
Hélio Maciel Gomes	<i>Representante suplente dos Dirigentes</i>

LISTA DE DIRIGENTES

Reitoria

Sônia Regina de Souza Fernandes
Reitora

Gabinete da Reitoria

Jamile Delagnelo Fagundes da Silva
Assessora da Reitora

Pró-reitoria de Administração - PROAD

Stefano Moraes Demarco
Pró-reitora

Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODIN

José Luiz Ungericht Junior
Pró-reitor

Pró-reitoria de Ensino – PROEN

Josefa Surek de Souza
Pró-reitora

Pró-reitoria de Extensão – PROEX

Fernando José Garbuio
Pró-reitor

Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – PROPI

Cladecir Alberto Schenkel
Pró-reitor

Coordenadoria-geral de Comunicação – CECOM

Rafaela Zorzetto
Coordenadora-geral

Corregedoria

Marcelo Aldair de Souza
Corregedor

Ouvidoria

Karin Tyeko Anami
Ouvidora

Campus Araquari

Jonas Cunha Espíndola
Diretor-geral

Campus de Blumenau

Marilane Maria Wolff Paim
Diretora-geral Pro tempore

Campus de Brusque

Hélio Maciel Gomes

Diretor-geral Pro tempore

Campus de Camboriú

Rogério Luis Kerber

Diretor-geral

Campus de Concórdia

Nelson Geraldo Golynski

Diretor-geral

Campus de Fraiburgo

Fábio José Rodrigues Pinheiro

Diretor-geral

Campus de Ibirama

Fernando José Taques

Diretor-geral Pro tempore

Campus de Luzerna

Eduardo Butzen

Diretor-geral Pro tempore

Campus de Rio do Sul

Ricardo Kosoroski Veiga

Diretor-geral

Campus de Santa Rosa do Sul

Deivi de Oliveira Scarpari

Diretor-geral

Campus de São Bento do Sul

Samuel Henrique Werlich

Diretor-geral Pro tempore

Campus de São Francisco do Sul

Amir Tauille

Diretor-geral Pro tempore

Campus de Videira

Rosângela Aguiar Adam

Diretora-geral

Campus Avançado de Abelardo Luz

Ivania Marini Piton

Diretora-geral Pro tempore

Campus Avançado de Sombrio

Elizete Maria Possamai Ribeiro

Diretora-geral Pro tempore

EXPEDIENTE

CONSOLIDAÇÃO

Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão

MEMBROS DA COMISSÃO RESPONSÁVEL (Portaria nº 3.758/2017)

Rafael Marcos Fernandes – <i>Presidente da COMERG</i>	Marcel Amaral Daoud (titular) e José Domingos Pereira (suplente) - <i>Campus Camboriú</i>
Cladecir Alberto Schenkel (titular) e Eduardo Augusto Werneck Ribeiro (suplente) - <i>PROPI - Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação, Inovação</i>	Iza Luzia Goetten de Oliveira (titular) e Vera Lucia da Silva (suplente) - <i>Campus São Francisco do Sul</i>
Jose Luiz Ungericht Junior (titular) e Fani Lucia Martendal Eberhardt (suplente) - <i>PRODIN – Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional</i>	Fernando José Garbuio (titular) e Katia Linhaus de Oliveira (suplente) - <i>PROEX – Pró-reitoria de Extensão</i>
Andressa Thais Schwingel (titular) e João Batista Réus Ávila Duarte (suplente) - <i>Campus Ibirama</i>	Marcelo Aldair de Souza (titular) e Josiane Olga Kammer (suplente) - <i>Corregedoria</i>
Jamile Delagnelo Fagundes da Silva (titular) - <i>Gabinete da Reitoria</i>	Stefano Moraes Demarco (titular) e Rodrigo Reigoza (suplente) - <i>PROAD – Pró-reitoria de Administração</i>
Daiani Pauletti Perazzoli (titular) e Daiani Brandalise Sganzerla (suplente) - <i>Campus Luzerna</i>	Rafaela Zorzetto de Camargo (titular) e Kamila Caetano Almeida (suplente) - <i>CECOM – Coordenação-Geral de Comunicação</i>
Marco Antonio Imhof (titular) e Valderi Pereira Valente (suplente) - <i>Campus Rio do Sul</i>	Marcos Antônio Malfatti (titular) e Emerson batista Saldanha (suplente) - <i>DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação</i>
Jair Adriano Strapazon (titular) e Leandro Severino Nascimento de Oliveira (suplente) – <i>Pesquisa Institucional</i>	Josefa Surek de Souza (titular) e Giovana Von Mecheln Lorenz (suplente) - <i>PROEN – Pró-reitoria de Ensino</i>
Fabio Lamartine Barbosa Toledo (titular) e Daniela Koster (suplente) - <i>Campus Brusque</i>	Jucele Grando (titular) e Sorines Brunetto (suplente) - <i>Campus Concórdia</i>
Eleutério Jubanski (titular) e Luiz Fernando Hreisemnou do Rosário (suplente) - <i>Campus Araquari</i>	Patric Douglas Griseli (titular) e Cristiane Westphal (suplente) - <i>Campus Blumenau</i>
Fabiana Aparecida Mafra Reisch (titular) e Andreia Michele Dannenhauer (suplente) – <i>DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas</i>	Felipe Canever (titular) e Aline Buss Cardoso (suplente) - <i>Campus São Bento do Sul</i>
Gislaine Julianoti Carlesso (titular) e Marion Schmidt (suplente) - <i>Campus Videira</i>	Douglas Carlesso (titular) e Vera Greppner (suplente) - <i>Campus Fraiburgo</i>
Flavio Jose Pettenon (titular) e Marcelo Queiroz Araujo (suplente) - <i>Campus Santa Rosa do Sul/Sombrio</i>	Maurício Duarte Anastácio (titular) e Rodrigo Boeing Althof (suplente) - <i>NGA – Núcleo de Gestão Ambiental</i>
Karin Tyeko Anami (titular) e Brunei de Oliveira Maiochi Malfatti (suplente) - <i>Ouvidoria</i>	

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CONSUPER	CONSELHO SUPERIOR
DGP	DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DTI	DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO
IFC	INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
NAPNE	NÚCLEO DE ATENDIMENTO S PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS
OFFS	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PAD	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
PROAD	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRODIN	PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
PROEN	PRÓ-REITORIA DE ENSINO
PROEX	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
PROPI	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
RCV	RELAÇÃO DE CANDIDATOS POR VAGA
SETEC	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
SIAFI	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL
SIAFI	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
SIAPE	SIST. INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO GOV. FEDERAL
SIASG	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS
SIASS	SUBSISTEMA INTEGRADO DE ATENÇÃO  SAÚDE DO SERVIDOR
SIASS	SUBSISTEMA INTEGRADO DE ATENÇÃO  SAÚDE DO SERVIDOR
SIG	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO
SIPAC	SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS
SISTEC	SIST. NACIONAL DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
STN	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
TCU	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
UNAI	UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA
UPC	UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Identificação da UPC – Relatório de Gestão Individual.....	17
Quadro 2: Unidades Administrativas Básicas: Competências, Titular/Cargos/Período de Atuação. .	24
Quadro 3: Descrição dos Macroprocessos Finalísticos.....	30
Quadro 4: Ação OFSS - 20RL.....	57
Quadro 5: Ação OFSS - 20RG.....	58
Quadro 6: Ação OFSS - 2994.....	59
Quadro 7: Ação OFSS - 4572.....	60
Quadro 8: Ação OFSS - 4641.....	61
Quadro 9: Ação OFSS - 00PW.....	61
Quadro 10: Ação OFSS - 20TP.....	62
Quadro 11: Ação OFSS - 0181.....	63
Quadro 12: Ação OFSS - 2012.....	63
Quadro 13: Ação OFSS - 2011.....	64
Quadro 14: Ação OFSS - 2010.....	65
Quadro 15: Ação OFSS - 2004.....	65
Quadro 16: Ação OFSS - 00M1.....	66
Quadro 17: Ação OFSS - 216H.....	67
Quadro 18: Ação OFSS - 09HB.....	67
Quadro 19: Ação OFSS - 0005.....	68
Quadro 20: Ação OFSS - 20RL.....	69
Quadro 21: Ação OFSS - 20RG.....	70
Quadro 22: Ação OFSS - 2994.....	71
Quadro 23: Ação OFSS - 6380.....	71
Quadro 24: Restos a pagar em exercícios anteriores.....	72
Quadro 25: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Campus Videira.....	73
Quadro 26: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Campus Luzerna.....	74
Quadro 27: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Reitoria.....	75
Quadro 28: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres - Reitoria.....	75
Quadro 29: Visão gerencial da análise das contas prestadas - Reitoria.....	76
Quadro 30: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios – Campus Santa Rosa do Sul.....	77
Quadro 31: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres – Campus Santa Rosa do Sul.....	77
Quadro 32: Visão gerencial da análise das contas prestadas – Campus Santa Rosa do Sul.....	77
Quadro 33: Totalizador de receitas do órgão.....	78
Quadro 34: Despesas por modalidade de contratação.....	80
Quadro 35: Despesas por grupo e elemento de despesa.....	81
Quadro 36: Concessão de suprimento de fundos - Campus Brusque.....	83
Quadro 37: Utilização do cartão de suprimento de fundos - Campus Brusque.....	83
Quadro 38: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Campus Brusque.....	83
Quadro 39: Concessão de suprimentos de fundos - Campus Camboriú.....	84
Quadro 40: Utilização de suprimento de fundos - Campus Camboriú.....	85
Quadro 41: Classificação dos gastos com suprimento de fundos - Campus Camboriú.....	85

Quadro 42: Concessão de suprimento de fundos - Campus Concórdia.....	86
Quadro 43: Utilização de suprimento de fundos - Campus Concórdia.....	86
Quadro 44: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Campus Concórdia.....	86
Quadro 45: Concessão de suprimento de fundos - Campus Luzerna.....	88
Quadro 46: Utilização de suprimento de fundos - Campus Luzerna.....	88
Quadro 47: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Campus Luzerna.....	89
Quadro 48: Concessão de suprimento de fundos - Reitoria.....	90
Quadro 49: Utilização de suprimento de fundos - Reitoria.....	90
Quadro 50: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Reitoria.....	90
Quadro 51: Concessão de suprimento de fundos - Campus Rio do Sul.....	91
Quadro 52: Utilização de suprimento de fundos - Campus Rio do Sul.....	92
Quadro 53: Classificação dos gastos com suprimento de fundos - Campus Rio do Sul.....	92
Quadro 54: Concessão de suprimento de fundos - Campus Videira.....	93
Quadro 55: Utilização de suprimento de fundos - Campus Videira.....	93
Quadro 56: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Campus Videira.....	94
Quadro 57: Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005.....	96
Quadro 58: Informações acadêmicas.....	103
Quadro 59: Carga horária e titulação do corpo docente.....	103
Quadro 60: Consolidação financeira da instituição.....	104
Quadro 61: Relação candidato/vaga.....	105
Quadro 62: Relação de ingressos/matricula atendida (RIM).....	105
Quadro 63: Relação de concluintes por matrícula atendida (RCM).....	106
Quadro 64: Relação de concluintes/alunos atendidos.....	106
Quadro 65: Comparativo para o índice de eficiência acadêmica com anos anteriores.....	107
Quadro 66: Percentual de eficiência acadêmica por Campi.....	107
Quadro 67: Comparativo para o índice de retenção do fluxo escolar com anos anteriores.....	108
Quadro 68: Índice de retenção do fluxo escolar.....	108
Quadro 69: Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD).....	109
Quadro 70: Titulação do Corpo Docente (TCD).....	109
Quadro 71: Comparativo dos Gastos Correntes por aluno.....	110
Quadro 72: Comparativo de percentual de Gastos com Pessoal.....	110
Quadro 73: Comparativo de percentual de Gastos com Outros Custeios.....	110
Quadro 74: Comparativo de percentual de gastos com investimentos.....	111
Quadro 75: Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita (MRF).....	111
Quadro 76: Órgãos de governança e suas principais competências.....	113
Quadro 77: Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos.....	119
Quadro 78: Quantidade de perícias por tipo de afastamento.....	124
Quadro 79: Força de trabalho da UPC.....	125
Quadro 80: Distribuição da lotação efetiva.....	126
Quadro 81: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	126
Quadro 82: Despesas de pessoal.....	130
Quadro 83: Contratos de prestação de serviço não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Araquari.....	133
Quadro 84: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Blumenau.....	134
Quadro 85: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade -	

Campus Brusque.....	134
Quadro 86: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Camboriú.....	135
Quadro 87: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Concórdia.....	136
Quadro 88: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Fraiburgo.....	137
Quadro 89: Contratação de estagiários - Campus Fraiburgo.....	138
Quadro 90: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Ibirama.....	139
Quadro 91: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Luzerna.....	140
Quadro 92: Contratação de estagiários - Campus Luzerna.....	140
Quadro 93: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Rio do Sul.....	141
Quadro 94: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Reitoria.....	142
Quadro 95: Contratação de estagiários - Reitoria.....	143
Quadro 96: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Santa Rosa do Sul / Sombrio.....	144
Quadro 97: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus São Bento do Sul.....	144
Quadro 98: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus São Francisco do Sul.....	145
Quadro 99: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Videira.....	146
Quadro 100: Contratação de estagiários - Campus Videira.....	147
Quadro 101: Frota de veículos próprios - Campus Araquari.....	152
Quadro 102: Frota de veículos próprios - Campus Blumenau.....	154
Quadro 103: Frota de veículos próprios - Campus Brusque.....	156
Quadro 104: Frota de veículos próprios - Campus Camboriú.....	158
Quadro 105: Frota de veículos próprios - Campus Concórdia.....	160
Quadro 106: Frota de veículos próprios - Campus Fraiburgo.....	162
Quadro 107: Frota de veículos próprios - Campus Ibirama.....	164
Quadro 108: Frota de veículos próprios - Campus Luzerna.....	166
Quadro 109: Frota de veículos próprios - Reitoria.....	168
Quadro 110: Frota de veículos próprios - Campus Rio do Sul.....	170
Quadro 111: Frota de veículos próprios - Campus Santa Rosa do Sul / Sombrio.....	172
Quadro 112: Frota de veículos próprios - Campus São Bento do Sul.....	174
Quadro 113: Frota de veículos próprios - Campus São Francisco do Sul.....	176
Quadro 114: Frota de veículos próprios - Campus Videira.....	178
Quadro 115: Cessão de espaço físico - Campus Araquari.....	185
Quadro 116: Cessão de espaço físico - Campus Camboriú.....	186
Quadro 117: Cessão de espaço físico - Campus Concórdia.....	186
Quadro 118: Cessão de espaço físico - Campus Concórdia.....	187
Quadro 119: Cessão de espaço físico - Campus Ibirama.....	187
Quadro 120: Cessão de espaço físico - Campus Rio do Sul.....	188
Quadro 121: Cessão de espaço físico - Campus Santa Rosa do Sul / Sombrio.....	189
Quadro 122: Cessão de espaço físico - Campus São Bento do Sul.....	189
Quadro 123: Cessão de espaço físico - Campus São Francisco do Sul.....	190

Quadro 124: Cessão de espaço físico - Campus Videira.....	191
Quadro 125: Imóveis locados de terceiros - Campus Brusque.....	191
Quadro 126: Imóveis locados de terceiros - Reitoria.....	192
Quadro 127: Dados gerenciais relativos aos canais de acesso ao cidadão.....	204
Quadro 128: Grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	207
Quadro 129: Recursos administrativos interpostos.....	207
Quadro 130: Fatores de Reavaliação e Grupos de Bens Móveis.....	213
Quadro 131: Vida Útil e Valor Residual por Conta Contábil.....	215
Quadro 132: Demonstração da Apuração do Preço Médio dos Itens do Acervo Bibliográfico e Audiovisual.....	218
Quadro 133: Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	230
Quadro 134: Visão Geral de Recomendações do OCI.....	233
Quadro 135: Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário.....	250
Quadro 136: Resumo das despesas de ações de publicidade por unidade institucional.....	254
Quadro 137: Demonstrativo de atendimento ao Decreto 5.626/2005.....	256

Índice de figuras

Figura 1: Localização da Reitoria e dos campi.....	21
--	----

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 01 – Relatório Anual das Coordenações de Extensão dos *campi*

Anexo 02 – Quadro resumo das atividades de extensão desenvolvidas nos *campi*

Anexo 03 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

Sumário

1 – APRESENTAÇÃO.....	16
2 – VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	17
2.1 - Finalidades e competências.....	18
2.2 - Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	20
2.3 - Ambiente de atuação.....	20
2.3.1 - Contexto de atuação e dados sobre o espaço potencial de atuação.....	20
2.4 – Organograma.....	23
2.5 - Macroprocessos Finalísticos.....	29
3 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	39
3.1 – Planejamento organizacional.....	39
3.1.1 – Descrição sintética dos objetivos do exercício e Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	46
3.1.2 - Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	48
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	55
3.2 - Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	56
3.3 – Desempenho orçamentário.....	57
3.3.1 – Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da unidade.....	57
3.3.2 – Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário.....	72
3.3.3 - Obrigações Assumidas sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento.....	72
3.3.4 – Restos a Pagar em Exercícios Anteriores.....	72
3.3.5 – Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	73
3.3.5.1 - Estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	78
3.3.6 – Informações sobre Realização das Receitas.....	78
3.3.7 – Execução de Despesas.....	80
3.3.8 – Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal.....	83
3.4 – Apresentação e análise dos indicadores de desempenho.....	95
3.4.1 - Indicadores de gestão das ifet nos termos do acórdão tcu nº 2.267/2005.....	95
3.4.1.1 – Terminologia utilizada pela SETEC para a composição dos indicadores.....	98
3.4.1.2 – Metodologia empregada para o cálculo dos indicadores.....	100
3.4.1.3 - Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET.....	104
3.5 – Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos.....	112
4 – GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	113
4.1 – Descrição das estruturas de governança.....	113
4.2 - Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	114
4.2.1 - Detalhamento das normas que regulam a atuação da auditoria interna.....	115
4.2.2 – Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas.....	116
4.2.3 – Estruturação e escolha do titular da Auditoria.....	116
4.2.4 – Sistemática de comunicação a alta gerência.....	116
4.3 – Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos.....	119
4.4 – Gestão de riscos e controles internos.....	121
5 – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	123
5.1 – Gestão de pessoas.....	123
5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	125
5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	130
5.1.3 – Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	131
5.1.4 - Contratação de pessoal de apoio e estagiários.....	131

5.1.5 – Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	148
5.2 – Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	148
5.2.1 - Gestão da frota de veículos.....	150
5.2.2 - Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso.....	180
5.2.3 – Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	183
5.2.4 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas.....	185
5.2.5 - Imóveis locados de terceiros.....	191
5.2.6 - Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.....	192
5.3 – Gestão de tecnologia da informação.....	195
5.3.1 – Principais sistemas de informações.....	197
5.4 – Gestão ambiental e sustentabilidade.....	198
5.4.1 – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	199
6 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	203
6.1 – Canais de acesso do cidadão.....	203
6.1.2 Dados gerenciais.....	204
6.1.3 Dados anteriores.....	205
6.1.4 Possíveis Alterações dos procedimentos adotados pela unidade, decorrentes das informações disponibilizadas nos canais de acesso.....	205
6.2 – Carta de serviços ao cidadão.....	205
6.3 – Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	207
6.4 – Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	209
6.5 – Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	209
6.5.1 – Ações e Condições de Acessibilidade.....	209
6.5.2 – Acessibilidade Arquitetônica.....	211
7 – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	212
7.1 - Desempenho financeiro do exercício.....	212
7.2 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	212
7.3 - Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	228
7.4 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	228
8 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	229
8.1 – Tratamento de Determinação e Recomendações do TCU.....	229
8.1.1 - Visão geral de determinações e recomendações do TCU em acórdãos do exercício de referência.....	229
8.1.2 - Sobre a estrutura administrativa de tratamento das recomendações e determinações do TCU.....	229
8.1.3 - Sobre as determinações decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores pendentes de atendimento.....	230
8.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	232
8.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	250
8.4 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	250
8.5 - Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	251
8.6 – Informações sobre as ações de publicidade.....	251
8.7 – Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do decreto 5.626/2005.....	256

ANEXOS E APÊNDICES.....258

1 – APRESENTAÇÃO

Com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi criada a Rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs.

Os Institutos Federais, órgãos da administração pública indireta, possuem natureza jurídica de autarquia e autonomia administrativa, financeira, orçamentária, patrimonial, disciplinar e didático-pedagógica.

O IFC é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, formada pela Reitoria, 13 *campi* e 2 *campi* Avançados, quais sejam: *Campus* Araquari, *Campus* Blumenau, *Campus* Brusque, *Campus* Camboriú, *Campus* Concórdia, *Campus* Avançado Abelardo Luz, *Campus* Fraiburgo, *Campus* Ibirama, *Campus* Luzerna, *Campus* Rio do Sul, *Campus* São Bento do Sul, *Campus* Santa Rosa do Sul, *Campus* Avançado Sombrio, *Campus* São Francisco do Sul e *Campus* Videira.

A administração geral do IFC é exercida pela Reitoria, órgão executivo amparado pelas deliberações do Consuper e assessorado pelo Colégio de Dirigentes (Codir). Cabe-lhe a administração, a coordenação, o planejamento e a supervisão de todas as atividades da autarquia, observadas as diretrizes traçadas pelo planejamento estratégico e pelo Conselho Superior da instituição, e, ainda, as hipóteses de delegação de competência.

Este relatório tem por objetivo a prestação de contas aos órgãos de controle, externo e interno, e à sociedade, por meio da declaração de conteúdos sobre a gestão do IFC ao longo do exercício de 2017, apresentando os seguintes conteúdos: Visão Geral; Planejamento Organizacional e Resultados; Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos; Áreas Especiais da Gestão; Relacionamento com a Sociedade; Desempenho Financeiro e Informações Contábeis; Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle; além de anexos e apêndices.

Para desenvolver este relatório de gestão do exercício de 2017, foi constituída comissão, composta por um representante titular e um suplente de cada unidade administrativa básica – *campi* e pró-reitorias –, indicados pelos dirigentes máximos das unidades.

A Comissão coletou os conteúdos deste relatório, em todas as unidades administrativas, por meio de seus representantes, com vistas a apresentar uma visão holística que represente a gestão do IFC.

Algumas informações apresentadas no Relatório de Gestão, podem conter informações de “não se aplicam”, sendo apresentadas as devidas justificativas. Também foram relacionados alguns anexos na parte final do sumário.

2 – VISÃO GERAL DA UNIDADE

Apresentamos a seguir quadro de Identificação da UPC; as Finalidades e Competências; as Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade; o Ambiente de atuação; o Organograma; e os Macroprocessos finalísticos.

Para contextualizar a visão geral, informa-se que o Instituto Federal Catarinense (IFC) possui atualmente 15 campi, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além de uma Unidade Urbana em Rio do Sul e da Reitoria instalada na cidade de Blumenau.

Ofertamos educação em todos os níveis, desde a formação inicial e continuada até a pós-graduação. Preferencialmente, buscamos o atendimento das demandas regionais de localização dos campi, pois, com isso, esperamos a interferência positiva na transformação da realidade social e econômica, de forma a contribuir para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais.

A maioria dos campi possui infraestrutura de alojamento e refeitório para estudantes dos cursos técnicos na área de agropecuária, principalmente para os menos favorecidos, cuja oferta se constitui oportunidade única para o seu desenvolvimento e educação.

Para auxiliar na missão do IFC “Proporcionar educação profissional atuando em ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional”, contamos com uma equipe qualificada e comprometida, que não mede esforços para atender as expectativas da comunidade que está inserida

O IFC concentra esforços na oferta de cursos visando os Eixos de Verticalização de cada Campus, a fim de constituir identidade institucional local alinhado aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Neste sentido, ao longo do ano de 2016 muitos cursos novos foram criados estabelecendo uma linha verticalizada de áreas afins, otimizando a estrutura física e força de trabalho, ampliando-se, inclusive, o planejamento e oferta de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, como culminância da indissociabilidade do ensino pesquisa e extensão.

Destacam-se também as parcerias firmadas com Universidades, Institutos e Empresas da região para desenvolvimento de pesquisas, pós-graduação, inovação e ações de extensão, convênios com incubadoras para incentivar o empreendedorismo, capacitação aos servidores, incentivo ao desenvolvimento do ensino, pesquisa, inovação e extensão voltados aos arranjos produtivos sociais e culturais locais.

Quadro 1: Identificação da UPC – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Prestadora de Contas		
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense		
Denominação Abreviada: IFC		
Código SIORG: 100919	Código LOA: 26422	Código SIAFI: 158125
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 10.635.424/0001-86
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico		Código CNAE: 8542-2/00
Telefones/Fax de contato:	(047) 3331-7800	
Endereço Eletrônico: ifc@ifc.edu.br		
Página na Internet: www.ifc.edu.br		
Endereço Postal: Rua das Missões, 100 CEP 89.051-000 Blumenau/Santa Catarina		
Normas Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas		
Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas		

Resolução n.º 014/2015 de 02/06/2015, publicada no DOU de 30/07/2015: dispõe sobre a aprovação da revisão do Estatuto;	
Resolução n.º 015/2015 de 02/06/2015: dispõe sobre a aprovação da revisão do Regimento Geral;	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Prestadora de Contas	
Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/2014/2018 – Resolução 046/2015 de 05/08/2015	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas	
Código SIAFI	Nome
158125	Instituto Federal Catarinense – Reitoria
158459	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Araquari
152254	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Blumenau
154706	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Brusque
158460	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Camboriú
158461	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Concórdia
152662	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Fraiburgo
152253	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Ibirama
152663	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Luzerna
158458	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Rio do Sul
158631	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> São Bento do Sul
152290	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> São Francisco do Sul
158462	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Santa Rosa do Sul
158379	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Videira
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26422	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158125	26422
158459	26422
152254	26422
154706	26422
158460	26422
158461	26422
152662	26422
152253	26422
152663	26422
158458	26422
152290	26422
158462	26422
158379	26422
158631	26422
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26422	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

2.1 - FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a base de princípios, objetivos, direitos e deveres que nortearam as finalidades e competências dos Institutos Federais de Educação criados a partir da Lei Infraconstitucional n.º 11.891, de 2008.

No art. 205, a CF 1988 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado, que, em colaboração com a sociedade, deve promovê-la por meio do ensino público e gratuito em nível fundamental e extensiva progressão, também da obrigatoriedade, para o ensino médio (art. 208, II) em estabelecimentos oficiais (art. 206, IV), visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A CF 1988 prevê ainda a atenção especial à Educação Científica e Tecnológica. A autonomia tecnológica e o desenvolvimento socioeconômico e cultural devem ser viabilizados mediante o incentivo ao mercado interno, o qual integra o patrimônio nacional (art. 219).

Para atender o exposto, em 2008 foram criados, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais. O IFC é uma instituição de ensino superior, básico e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Possui natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

De acordo com o artigo 6º da referida lei, as finalidades do IFC são:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia e com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

As finalidades do IFC estão definidas, ainda, no Estatuto da instituição, em consonância às finalidades e características do supracitado art. 6º da Lei 11.892, de 2008. Os objetivos, também definidos no Estatuto, correspondem aos objetivos dos IFETs, expostos no art. 5º da referida lei:

- Ministrareducação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ministrarcursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional e;

- Ministrar, em nível de educação superior:

- Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- Cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento e;
- Cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

2.2 - NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

A Rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs –, criada pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, constitui-se como materialidade das políticas públicas do Governo Federal para o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis.

O Estatuto do IFC, aprovado em 2009 e revisado pela Resolução 14/2015, de 02/06/2015, e o Regimento Geral do IFC, aprovado em 2010 e revisado pela Resolução 015/2015, de 02/06/2015, são os instrumentos normativos que regem as atividades da instituição.

Os documentos supracitados, bem como os manuais operacionais dos macroprocessos, nas respectivas áreas de atuação, estão publicizados no site institucional.

2.3 - AMBIENTE DE ATUAÇÃO

2.3.1 - Contexto de atuação e dados sobre o espaço potencial de atuação

O IFC teve sua estrutura inicial composta pelo agrupamento das Escolas Agrotécnicas Federais localizadas nos municípios de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, e das Escolas vinculadas à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), localizadas nos municípios de Camboriú e Araquari, complementada, em seguida, pelo *Campus* localizado no município de Videira. Com o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, outros *campi* foram sendo implantados, sendo que, ao final do ano de 2014, a instituição era composta de 15 *campi* distribuídos nas cidades de Abelardo Luz (02), Araquari (03), Blumenau (04), Brusque (05), Camboriú (06), Concórdia (07), Fraiburgo (08), Ibirama (09), Luzerna (10), Rio do Sul (11), Santa Rosa do Sul (12), São Bento do Sul (13), São Francisco do Sul (14), Sombrio (15) e Videira (16), uma Unidade Urbana em Rio do Sul, além da Reitoria (01) instalada na cidade de Blumenau, polo econômico do Vale do Itajaí, conforme mapa a seguir.



Figura 1: Localização da Reitoria e dos campi

O IFC oferta cursos de formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, educação superior de graduação e pós-graduação. Nesse sentido, a ação acadêmica da instituição caracteriza-se pelos conceitos de verticalização do ensino e horizontalidade.

Conforme previsto em lei, o IFC deve garantir o mínimo de 50% de suas vagas para educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% das vagas para a educação superior em cursos de licenciatura.

No ano de 2017, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, foram ofertados 54 cursos na forma integrada, concomitante e subsequente ao ensino médio. Ofertaram-se 6 cursos do Programa de Educação de Jovens e Adultos Integrados à Educação Profissional. O nível superior conta com 38 cursos de graduação, divididos entre licenciaturas, bacharelados e tecnólogos, além de 13 cursos de pós-graduação, sendo 01 Mestrado Profissional em Produção e Sanidade Animal. Destaca-se a oferta de diversos cursos de Formação Inicial e Continuada.

De acordo com o Censo Interno de janeiro de 2018, o IFC possuía, em dezembro de 2017, o número de 10.997 alunos regularmente matriculados e um total de 1.910 servidores entre docentes efetivos e técnicos administrativos.

Os campi estão distribuídos geograficamente de modo a abranger 9 microrregiões e 135 municípios, que totalizam aproximadamente 3 milhões de habitantes (IBGE, 2010), permitindo uma atuação em todo o território catarinense.

Vale destacar que há outras instituições públicas e privadas que atuam com ofertas similares às do IFC. De modo geral, as seguintes instituições estão presentes em muitos dos municípios onde o IFC está instalado ou em municípios vizinhos: SENAI, SENAC, UNOPAR, FURB, CEDUP, SOCIESC, UFSC, UNIASSELVI, UDESC, IFSC entre outras.

A economia industrial de Santa Catarina é caracterizada pela concentração em diversos polos, o que confere ao estado padrões de desenvolvimento equilibrado entre suas regiões: há produção de cerâmica, carvão, vestuário e descartáveis plásticos no Sul; alimentação e móveis no Oeste; têxtil, vestuário, naval e cristal no Vale do Itajaí; metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, confecções e mobiliário no Norte; madeirana região Serrana e aparatos tecnológicos na capital. Embora haja essa concentração por região, muitos municípios estão desenvolvendo e fortificando vocações ao mesmo tempo em que diversificam os segmentos de atividade.

O diferencial do IFC é estar, historicamente, mais próximo de demandas do interior, demandas sociais e do campo. Isso foi criando uma identidade agroindustrial e não urbana industrial. Atualmente o IFC tem ações com indígenas, com quilombolas, agricultura familiar, entre outros.

Uma peculiaridade do IFC é o sistema escola-fazenda, instalado em alguns *campi*, que é um modelo de funcionamento adotado nas antigas Escolas Agrotécnicas Federais para formação do Técnico em Agropecuária, caracterizado por uma área de terra destinada ao desenvolvimento de projetos agropecuários (UEP), uma Cooperativa Escola, salas de aula e a moradia estudantil, que fornece habitação aos alunos de alguns cursos. Sua oferta de formação está em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, e apoiando processos educativos que conduzem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

As expectativas da população são tratadas através de diálogos constantes com a comunidade, sendo que esta relação já é acompanhada na organização administrativa através dos Órgão Consultivos e deliberativos, além das ações destacadas abaixo, desenvolvidas principalmente nos Campi do IFC:

a) Realização de Conselhos de Classe com a participação de alunos, docentes e membros da equipe pedagógica do Campus, onde são coletadas as impressões, dúvidas e questionamentos dos alunos e servidores visando a avaliação e aprimoramento do processo pedagógico.

b) Realização de reuniões envolvendo professores, equipe pedagógica e os pais/ responsáveis pelos alunos, no intuito de inteirá-los da rotina do Campus, das questões didático-pedagógicas e do cotidiano escolar dos filhos.

c) Existência da APS – Associação de Pais e Servidores, que tem reuniões periódicas visando sempre à implementação de ações que agreguem melhorias ao ambiente escolar.

d) Ações de divulgação do IFC e que atendam outras demandas sociais, sempre em contato associações, CRAS (Centro de Referência à Assistência Social), secretarias de assistência social e educação.

e) Parcerias e convênios com instituições públicas, privadas e organizações não governamentais, possibilitando o desenvolvimento de produtos e serviços, projetos de pesquisa e extensão e a realização de estágios.

f) Realização de eventos científicos, tecnológicos e atividades culturais com a participação e visitação da comunidade.

g) Desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, buscando a integração com a comunidade.

No desenvolvimento do Planejamento Estratégico 2013-2017 foram mapeadas as oportunidades e ameaças abaixo:

<u>Ameaças:</u>	<u>Oportunidades:</u>
<ul style="list-style-type: none"> • Expansão geográfica de outras instituições de ensino; • Educação à distância de outras instituições de ensino; • Política de expansão dos Institutos Federais; • Política de Governo para abertura de alguns cursos; • Recursos insuficientes; • Frequente contingenciamento orçamentário; 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento e diversificação industrial; • Arranjos produtivos locais; • Parcerias com outras instituições públicas e privadas; • Incentivo governamental à inovação tecnológica; • Políticas Públicas de incentivo à Educação Profissional; • Demanda por pós-graduação - <i>lato e stricto sensu</i>;

<ul style="list-style-type: none"> • Vulnerabilidade às políticas do governo; • Liberação de códigos de vaga para contratação de servidores; • Morosidade no acesso aos recursos orçamentários. 	<ul style="list-style-type: none"> • Demanda por educação a distância; • Editais de órgãos externos de fomento; • Recursos extraorçamentários.
--	---

2.4 – ORGANOGRAMA

Em 11/02/2016, a Reitoria publicou a Portaria Normativa 001/2016 que estabelece o Organograma Institucional da Reitoria do Instituto Federal Catarinense. Considerando que a Reitoria abarca a administração central do IFC, o organograma apresentado no endereço a seguir trata da estrutura funcional da Reitoria, expandida por similaridade de função com os *campi*:

<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/organograma-atualizado.pdf>

Na tabela a seguir, estão apresentadas as principais competências das unidades administrativas que compõem a estrutura básica do IFC, seus respectivos gestores e o período em que estes permaneceram na gestão.

Quadro 2: Unidades Administrativas Básicas: Competências, Titular/Cargos/Período de Atuação

Áreas/ Unidades Estratégicas	Competências (descrição sucinta do papel na condução do IFC, durante a gestão de 2016)	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitoria	<ul style="list-style-type: none"> Admitir, demitir, aposentar, redistribuir e remover servidores, autorizar a realização de concursos e atos de progressão/alteração relacionados à vida funcional dos servidores; Articular com órgãos governamentais a celebração de acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas; Conferir graus, títulos e condecorações, bem como assinar os diplomas; Coordenar, controlar e superintender as pró-reitorias, diretorias sistêmicas e direções-gerais dos <i>campi</i>; Definir políticas, coordenar e fiscalizar as atividades da instituição; Representar o IFC em juízo ou fora dele; Delegar poderes, competências e atribuições; Expedir resoluções, portarias e atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do IFC; Fazer a gestão do Consuper, do Codir, incluindo a posse e convocação dos seus membros, bem como a presidência das sessões, com direito a voto de qualidade; Nomear e exonerar os(as) dirigentes para o exercício de cargos de direção (CD), no âmbito do IFC, bem como designar e dispensar as funções gratificadas (FG) de integrantes da Reitoria 	Sônia Regina de Souza Fernandes	Reitora	Janeiro a dezembro
Gabinete da Reitoria	<ul style="list-style-type: none"> Assistir direta e imediatamente a Reitor (a) no exercício de suas funções; Manter o(a) Reitor (a informado sobre o andamento dos trabalhos, assessorando-o nos assuntos de sua competência; Supervisionar os trabalhos do Gabinete; Participar de comissões designadas pelo Reitor; Analisar a documentação submetida à Reitora, preparando-a para assinatura e encaminhamentos; Organizar a agenda do Reitor; Efetuar a triagem quanto ao atendimento para o Reitor; Acompanhar e analisar os indicadores de desempenho da unidade, definindo planos, em conjunto com as pessoas envolvidas, para promover a melhoria contínua dos serviços. Manter-se atualizado em relação à legislação, normas, métodos, sistemas e inovações para melhoria do desempenho de suas funções; Desempenhar outras atividades correlatas ao cargo de Assessora da Reitora 	Jamile Delagnelo Fagundes da Silva	Assessora da Reitora	Janeiro a dezembro
PROAD Pró-Reitoria de Administração	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e consolidar, junto ao MEC, a proposta orçamentária anual do IFC; Estabelecer e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa, por meio do acompanhamento de indicadores pré-definidos, no âmbito da Reitoria e dos <i>Campi</i>; Supervisionar a manutenção das instalações da Reitoria; Supervisionar a coordenação de contratos; Supervisionar os trabalhos da Comissão Permanente de Licitações; Supervisionar o uso e a conservação dos recursos alocados aos <i>Campi</i>, bem como acompanhar a execução das ações das áreas de orçamento e finanças, material e patrimônio; Representar o IFC nos foros específicos da área, quando se fizer necessário; Zelar pela adequação dos procedimentos administrativos às necessidades acadêmicas; Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas; Administrar os recursos financeiros e o patrimônio da Pró-Reitoria; Executar as ações necessárias para viabilização das políticas definidas pelo Consuper. 	Delides Lorensetti Stefano Moraes Demarco	Pró-reitor(a) de Administração	Janeiro a outubro Outubro a dezembro
PROEN	<ul style="list-style-type: none"> Manter interlocução com os órgãos e setores ligados ao Ensino, assim como representar o IFC nos foros 			

<p>Pró-Reitoria de Ensino</p>	<p>específicos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superintender, planejar e promover o desenvolvimento das políticas de ensino para a Instituição, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC); • Articular o planejamento de oferta de cursos, em consonância com a finalidade, características e objetivos dos Institutos Federais, definindo prioridades institucionais; • Superintender e articular a atualização de normas relativas à gestão do Ensino e sistemas de avaliação e regulação, seguindo as diretrizes traçadas pelo MEC e a legislação federal em vigor; • Superintender e acompanhar o desenvolvimento de políticas de atendimento aos estudantes, visando a formação integral e o êxito do processo ensino-aprendizagem; • Promover estratégias que contribuam para a integração de Ensino, Pesquisa e Extensão; • Contribuir com a elaboração do Planejamento Institucional e com o dimensionamento da força de trabalho, definindo as prioridades na área de Ensino; • Desempenhar outras atividades correlatas ou definidas pela legislação e/ou atribuídas pelo(a) superior(a) hierárquico(a). 	<p>Josefa Surek de Souza</p>	<p>Pró-reitora de Ensino</p>	<p>Janeiro a dezembro</p>
<p>PROEX Pró-Reitoria de Extensão</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir estrategicamente a Pró-Reitoria de Extensão; • Articular ações com as Pró-Reitorias do IFC, garantindo a indissociabilidade entre Ensino, Extensão e Pesquisa; • Planejar e Articular as políticas de Extensão; • Supervisionar as atividades de Extensão no IFC; • Atuar como intermediador, entre os <i>campi</i> e a Reitoria, em assuntos relativos a Extensão; • Articular parcerias junto às agências de fomento nacionais e internacionais de Extensão; • Avaliar e emitir parecer sobre plano de trabalho elaborado no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica entre instituições; • Representar o IFC em eventos de extensão, em âmbito nacional e internacional; • Fomentar, junto ao Colégio de Dirigentes, dotação orçamentária para as atividades de extensão. • Definir, indicar e nomear a equipe gestora por Programas de Extensão governamentais ou interinstitucionais, quando for o caso; • Incentivar a interação das áreas acadêmicas do IFC com o mundo do trabalho; • Viabilizar o relatório anual de atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Extensão do IFC. 	<p>Fernando José Garbuió</p>	<p>Pró-reitor de Extensão</p>	<p>Janeiro a dezembro</p>
<p>PRODIN Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a integração entre a Reitoria e os <i>campi</i>. • Planejar, implementar, coordenar e acompanhar as atividades e políticas públicas de desenvolvimento institucional, propondo estratégias para sua consecução. • Assessorar a Reitoria em ações relacionadas à gestão de pessoas, às atividades de tecnologia da informação e comunicação e às atividades de engenharia e planejamento. • Articular ações conjuntas com órgãos governamentais e a sociedade civil no sentido de propor soluções inovadoras para as questões relacionadas ao desenvolvimento institucional. • Sistematizar e acompanhar o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional. • Assessorar o planejamento estratégico do Instituto Federal Catarinense, com vistas à definição das prioridades de desenvolvimento dos <i>campi</i> e da instituição; • Assessorar a Reitoria na promoção de equidade institucional entre os <i>campi</i>, quanto aos planos de investimentos. • Propor alternativas organizacionais, visando o constante aperfeiçoamento da gestão do IFC; • Promover a articulação e o compartilhamento de experiências entre os gestores do IFC; • Disseminar as melhores práticas de gestão dos <i>campi</i>; • Supervisionar as atividades de gestão das informações, infraestrutura, planos de ação, relatórios e estatísticas da Instituição; • Representar o Instituto Federal nos foros específicos da área, quando se fizer necessário; 	<p>Robert Lenoçh José Luiz Ungericht Júnior</p>	<p>Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional</p>	<p>Janeiro a novembro Dezembro</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar os processos de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; • Zelar pelo cumprimento das metas definidas nos planos do Instituto Federal; • Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas. 			
PROPI Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	<ul style="list-style-type: none"> • Propor a criação de estrutura institucionalizada que possibilite a integração entre os campi do IFC, visando o desenvolvimento conjunto das atividades de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação no âmbito da Instituição; • Gerenciar a coleta sistemática e permanente de dados, visando a avaliação quantitativa e qualitativa da pesquisa; • Promover e gerenciar o processo de elaboração e atualização das políticas e das regulamentações da pesquisa, pós-graduação e inovação; • Incentivar a articulação com organizações públicas e privadas, em cooperação técnico-científica, para o desenvolvimento da pesquisa, pós-graduação e inovação; • Propor, divulgar e implantar a política de pesquisa, empregando nestas ações estratégias que visem promover a reflexão, o debate, o reconhecimento, a reformulação e/ou o redimensionamento da mesma; • Criar programas de apoio e fomentar a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico no âmbito do IFC; • Apoiar e promover a captação de recursos junto aos órgãos públicos e privados, visando o desenvolvimento das atividades de pesquisa, pós-graduação e de inovação; • Estimular e apoiar as iniciativas de inovação no âmbito do IFC; • Apoiar os programas de capacitação e qualificação da comunidade interna para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, de pós-graduação e inovação; • Apoiar e promover eventos técnico-científicos com o fim de divulgar para a sociedade os resultados das atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação; • Manter atualizadas as informações relativas à pesquisa, pós-graduação e inovação no âmbito do IFC; • Promover ações que contribuam para a integração de Ensino, Pesquisa e Extensão; • Criar e apoiar programas e ações de incentivo à publicação técnico-científica; • Articular e apoiar programas de pós-graduação destinados à capacitação de servidores do IFC; • Desempenhar outras atribuições que vierem a ser delegadas por determinação legal; 	Cladecir Alberto Schenkel	Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	Janeiro a dezembro
CECOM Coordenação-Geral de Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Fixar e consolidar a imagem da Instituição junto à sociedade, informando-a dos trabalhos realizados pelo IFC; • Divulgar os serviços executados pela Instituição, nos âmbitos de Ensino, Pesquisa e Extensão, dando eficácia à transparência dos objetivos do IFC; • Garantir a impessoalidade na definição de diretrizes de divulgação, baseadas nos valores institucionais; • Integrar a informação aos diversos <i>campi</i> do IFC, contribuindo para a construção de uma identidade baseada em saberes multidisciplinares; • Despertar, na comunidade, o interesse em ingressar e permanecer no IFC, inclusive realizando ou colaborando na realização de eventos de divulgação do IFC em seu ambiente de atuação, inclusive dos cursos e serviços ofertados; • Possibilitar aos(as) estudantes dos diferentes cursos do IFC e servidores(as) o conhecimento das diversas atividades desenvolvidas pela Instituição, a fim de saber e poder participar das ações realizadas na Reitoria e nos <i>campi</i> da Instituição; • Criar e estimular, junto à sociedade, a consciência de que ela é beneficiária dos serviços que incumbe ao IFC implementar; • Consolidar o IFC como Instituição formadora de opinião e referência no mundo acadêmico; • Contribuir para manter, em elevado nível, o respeito das Instituições públicas e privadas em relação ao IFC, de forma a gerar novas parcerias; e • Fazer com que a mídia em geral atribua ao IFC tratamento isento, fundado no respeito mútuo e na verdade. 	Rafaela Zorzetto de Camargo	Coordenadora-geral de Comunicação	Janeiro a dezembro
CORREGEDORIA	<ul style="list-style-type: none"> • Propor ao órgão central do sistema de correção medidas que visem à definição, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos operacionais atinentes à atividade de correção; • Participar de atividades que exijam ações conjugadas das unidades integrantes do sistema de correção, com 	Marcelo Aldair de Souza		Janeiro a dezembro

	<p>vistas ao aprimoramento do exercício das atribuições que lhes são comuns;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sugerir ao órgão central do sistema de correição procedimentos relativos ao aprimoramento das atividades relacionadas às sindicâncias, aos processos administrativos disciplinares e aos processos administrativos de responsabilização; • Realizar a investigação preliminar e instaurar ou determinar a instauração de sindicâncias, de processo administrativo disciplinar e de processo administrativo de responsabilização, sem prejuízo da possibilidade de instauração de ofício de procedimento administrativo, quer sindicância ou administrativo disciplinar, pela autoridade superior do ifc, nos termos do art. 143, § 3º, c/c 141 da lei 8.112/90; • Convocar e designar servidores para fins de investigação preliminar e comporem as comissões de sindicância, de processo administrativo disciplinar e de processo administrativo de responsabilização; • Manter registro atualizado da tramitação, do resultado dos procedimentos em curso, e, inclusive quanto ao efetivo cumprimento da eventual penalidade aplicada; • Encaminhar ao órgão central do sistema de correição dados consolidados e sistematizados, relativos aos resultados das sindicâncias, dos processos administrativos disciplinares e dos processos administrativos de responsabilização, bem como à aplicação das penas respectivas; • Supervisionar as atividades de correição internas; • Atestar a participação de servidores nas comissões disciplinares e de responsabilização; • Informar, quando consultada, se os servidores em processo de redistribuição, aposentadoria, vacância, afastamentos, entre outros, respondem ou não a ministério da educação secretaria de educação profissional e tecnológica instituto federal catarinense conselho superior procedimento disciplinar; • Acessar de forma irrestrita, se assim o pretender e mediante a assinatura termo de confidencialidade, os assentamentos funcionais dos servidores do quadro do instituto federal de educação, ciência e tecnologia catarinense - ifc, inclusive com senhas de acesso aos sistemas e/ou meios de consultas legais que se fizerem necessários para subsidiar os procedimentos disciplinares e de responsabilização, sendo pessoal, administrativa, civil e criminalmente responsável pela utilização indevida dos dados acessados, na forma da lei; • Promover ações permanentes relacionadas à prevenção, detecção e apuração de possíveis irregularidades no âmbito do instituto federal de educação, ciência e tecnologia catarinense - ifc; • Prestar apoio ao órgão central do sistema de correição na instituição de registros e manutenção de informações para o exercício das atividades de correição; e • Propor medidas ao órgão central do sistema de correição visando à criação de condições melhores e mais eficientes para o exercício da atividade de correição. 			
Ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> • Acolher, registrar, encaminhar, controlar e dar retorno aos interessados que, como indivíduos ou representantes de entidades, de uma forma ou de outra, se relacionam com nossa instituição. • Manter a comunicação cordial e aberta com todos os outros setores e instâncias, a fim de permitir o livre fluxo de informações pertinentes, com o objetivo de contribuir para a solução dos problemas que originalmente geraram demandas para a ouvidoria. • Criar e manter mecanismos, processos, sistemas, rotinas e procedimentos para o registro e controle das informações que a ela chegam, bem como a classificação das demandas por tema e assunto, como Denúncias, reclamações, elogios, solicitação, sugestões e SIMPLIFIQUE, entre outras. • Emitir relatórios periódicos com análises dos dados e informações por ela processados, com o intuito de fornecer aos outros níveis da administração os elementos que direcionem a solução dos problemas nas suas origens. • Gerenciar as demandas do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) com todos os seus desdobramentos. • Efetuar o levantamento e identificação de elementos para a formulação de estratégias e mecanismos para a solução de problemas que geram insatisfação do público interno e externo da instituição. 	Vilmar Frarão Junior	Ouvidor	Janeiro a dezembro

	<ul style="list-style-type: none"> Identificar e interpretar, anualmente, o grau de satisfação dos usuários, com relação aos serviços públicos prestados; 			
<i>Campus</i>	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar, supervisionar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos do campus, propondo, com base na avaliação de resultados, a adoção de providências relativas à reformulação dos mesmos; Apresentar à Reitoria, anualmente, proposta orçamentária com a discriminação da receita e despesa prevista para o campus; Apresentar anualmente à Reitoria relatório consubstanciado das atividades do campus; Controlar a expedição e o recebimento da correspondência oficial do campus; Coordenar a política de comunicação social, informação e divulgação da Instituição, de molde que o campus e o próprio IFC seja conhecido no ambiente local e regional onde inserido, fomentando e incentivando a realização de atos e atividades com este fim; Cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto, deste Regimento Geral, regulamentos internos e decisões dos colegiados superiores e dos órgãos da administração superior do IFC; Exercer a representação legal do campus; Fazer a gestão do Concampus, incluindo a posse dos seus membros, convocação e presidência das sessões, com direito a voto de qualidade; Organizar a burocracia de legislação e normas, recursos humanos, serviços gerais, material e patrimônio e contabilidade do campus; Planejar, executar, coordenar e supervisionar as políticas de ensino, pesquisa, extensão e administração do campus, em articulação com as Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas; Propor ao(à) Reitor(a) a nomeação e exoneração dos(as) dirigentes do campus, para o exercício de CDs; Designar e exonerar os(as) dirigentes para o exercício das FGs, no âmbito do campus; Propor o calendário anual de referência para as atividades acadêmicas do campus, observado o calendário anual proposto pela PROEN; Na esfera da competência de Diretor(a)-Geral do campus, articular a celebração de acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas; Submeter ao(à) Reitor(a) proposta de convênios, contratos, acordos e ajustes cuja abrangência envolva o IFC; Zelar pelo cumprimento das leis e normas, das decisões legais superiores, bem como pelo bom desempenho das atividades do campus; Desenvolver outras atividades inerentes ao cargo ou que lhe sejam atribuídas pelo(a) Reitor(a). 	Jonas Cunha Espíndola	<i>Campus</i> Araquari	Janeiro a dezembro
		Marilane Maria Wolff Paim	<i>Campus</i> Blumenau	Janeiro a dezembro
		Helio Maciel Gomes	<i>Campus</i> Brusque	Janeiro a dezembro
		Rogério Luis Kerber	<i>Campus</i> Camboriú	Janeiro a dezembro
		Nelson Geraldo Golinski	<i>Campus</i> Concórdia	Janeiro a dezembro
		Fábio José Rodrigues Pinheiro	<i>Campus</i> Fraiburgo	Janeiro a dezembro
		Fernando José Taques	<i>Campus</i> Ibirama	Janeiro a dezembro
		Eduardo Butzen	<i>Campus</i> Luzerna	Janeiro a dezembro
		Ricardo Kosoroski Veiga	<i>Campus</i> Rio do Sul	Janeiro a dezembro
		Deivi de Oliveira Scarpari	<i>Campus</i> Santa Rosa do Sul	Janeiro a dezembro
		Samuel Henrique Werlich	<i>Campus</i> São Bento do Sul	Janeiro a dezembro
		Amir Tauille	<i>Campus</i> São Francisco do Sul	Janeiro a dezembro
		Rosângela Aguiar Adam	<i>Campus</i> Videira	Janeiro a dezembro
Ricardo Scopel Velho	<i>Campus</i> Avançado Abelardo Luz	Janeiro a dezembro		
Elizete Maria Possamai Ribeiro	<i>Campus</i> Avançado Sombrio	Junho a dezembro		

Obs.: A presente estrutura organizacional sofreu alterações no exercício 2016, e conforme previsto no artigo 2º da Portaria Normativa 001/2016 o Estatuto e Regimento Geral do IFC estão em processo de atualização e reformulação.

Fonte: Gabinete da Reitoria

2.5 - Macroprocessos Finalísticos

Os Macroprocessos Finalísticos da Instituição estão essencialmente relacionados ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão. Portanto a descrição destes Macroprocessos, bem como processos relacionados, atividades, usuários e subunidades responsáveis constam no quadro a seguir.

Quadro 3: Descrição dos Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino	<p>Oferta Educação Básica de Nível Médio, EJA, Educação Profissional e Superior de forma integrada e verticalizada, otimizando o aproveitamento de infraestrutura física, quadros de pessoal e recursos de gestão.</p> <p>Processos educativos que levam à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.</p>	<p>Acesso Discente (Exame de Classificação/SISU);</p> <p>Regulação e normatização de diretrizes institucionais para o Ensino;</p> <p>Manuais e fluxos para organização e desenvolvimento educacional;</p> <p>Avaliação e Regulação do Ensino;</p> <p>Registro Acadêmico;</p> <p>Pesquisa Institucional;</p> <p>Projetos de Ensino, Monitoria e Visitas Técnicas;</p> <p>Programas PIBID, Prodocência e PET;</p> <p>Política de Atendimento Estudantil;</p> <p>*Programa de permanência e êxito;</p> <p>*Setores estratégicos: NAPNE, NUPE, CGAE;</p> <p>*Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);</p> <p>*Ações de cultura, esporte e lazer;</p> <p>*Moradia Estudantil, refeitório/cantina;</p> <p>*Acessibilidade pedagógica e arquitetônica;</p>	<p>Comunidade interna: discentes e servidores docentes e técnico-administrativos.</p> <p>Comunidade externa.</p>	<p>Equipe gestora, pedagógica, estratégica e tática dos <i>Campi</i>: Abelardo Luz; Araquari; Blumenau; Brusque; Camboriú; Concórdia; Fraiburgo; Ibirama; Luzerna; Rio do Sul; Santa Rosa do Sul; São Bento do Sul; São Francisco do Sul; Sombrio; Videira.</p> <p>Coordenações de curso; NDB; NDE</p>

		<p>Biblioteca;</p> <p>Unidade de Ensino-Aprendizagem (laboratórios, escola fazenda, etc.);</p> <p>Formação continuada de servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cursos de Nível Médio: Integrado, Subsequente, Concomitante e EJA. - Cursos de Nível Superior: Licenciaturas, Bacharelados e Tecnológicos. - Acesso à infraestrutura da instituição para uso da comunidade. - Cursos de capacitação técnica e profissional para indústria, comércio e serviços; Qualificação Profissional, Certific. PRONATEC - Cursos e programas de formação pedagógica de docentes de rede pública de ensino. - Desenvolvimento de 84 Projetos de Ensino* nos <i>campi</i> do IFC; - Desenvolvimento de 76 Projetos de Monitoria* nos <i>campi</i> do IFC; - Realização de 244 Visitas Técnicas* nos <i>campi</i> do IFC; - Desenvolvimento de 2 Programas PET (Campus Camboriú e Rio do Sul); - Publicação do Livro do Prodocência/IFC – Tempos e Espaços de Formação Docente e Inovação Pedagógica e realização do Fórum das Licenciaturas. - Participação de alunos no PIBID, por Campus: Ciências Agrícolas (Araquari) 16 bolsistas 		
--	--	--	--	--

		<p>Física (Concórdia) 15 bolsistas Física (Rio do Sul) 20 bolsistas Matemática (Camboriú) 11 bolsistas Matemática (Sombrio) 10 bolsistas Pedagogia (Camboriú) 14 bolsistas Química (.Araquari) 14 bolsistas Matemática (Rio do Sul) 21 bolsistas</p> <p>Edital nº 007/2017 e Edital nº 210/2017 - Programa de Assistência Estudantil: Auxílio Moradia, Auxílio Permanência I e Auxílio Permanência II. - 2961 estudantes atendidos com auxílios destes editais.</p> <p>Edital nº 94/2017 - Auxílio financeiro como incentivo à participação de estudantes em eventos e visitas técnicas de natureza acadêmica, científica, tecnológica, cultural e esportiva. - 1005 estudantes atendidos com auxílios deste edital.</p> <p>Edital nº 161/2017 - Auxílio financeiro como incentivo à participação de estudantes nos Jogos da Rede Federal. Proporcionou aos estudantes a participação nos Jogos Internos do IFC (JIFC), Jogos da Região Sul (JIFSUL) e Jogos Nacionais (JIFs). - 571 estudantes atendidos com auxílios deste edital. IFCultura – realizado em concomitadamente com a MICTI, no <i>Campus</i> Camboriú</p> <p>Relatório de dezembro/2017 apresenta as atividades técnicas/administrativas e gerenciais desenvolvidas nas Bibliotecas do Instituto Federal Catarinense.</p> <p>- Conforme Projetos Pedagógicos de Curso</p> <p>- Oferta do Curso de Recepção Docente (400 docentes concluintes). *conforme dados fornecidos pelos <i>campi</i></p>		
		<p>Produtos:</p>	<p>Servidores docentes e técnico-</p>	<p><i>Campi</i> que compõe o IFC,</p>

<p>Extensão</p>	<p>Atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.</p>	<p>*Viabilização de Convênios com Organizações para o desenvolvimento de estágios supervisionados Obrigatórios e não-obrigatórios;</p> <p>*Viabilização de COOPERAÇÃO TÉCNICA para desenvolvimento de programas e projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;</p> <p>*Implantação da Política de acompanhamento aos egressos</p> <p>*Lançamento de editais pela Pró-reitoria de Extensão, objetivando o desenvolvimento de Programas, Projetos e ações de extensão;</p> <p>*Ações de Extensão desenvolvidas pela PROEX e Campi: *Apoio as Feiras da Matemática; *Organização o evento MICTI ; *Participação no evento SEURS; *Apoio aos Eventos dos CAMPI; *Ações para incentivar Programas de Extensão (com e sem fomento) ; *Ações que gerem a Indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão; *Ações para Atendimento as APL; *Incentivo a publicações; *Ações que incentivem o desenvolvimento de projetos sociais; OBS: o detalhamento das atividades (projetos com e sem fomento, projetos voluntários, cursos de qualificação, prestação de serviço entre outros) dos Campi está disponível no Anexo 01, bem como o quadro resumo no Anexo 2.</p> <p>Serviços:</p> <p><u>ESTÁGIOS E CONVÊNIOS DE ESTÁGIOS</u> No site do IFC, link http://ifc.edu.br/extensaoestagio/coordenacao-de-estagios-e-convenios/convenios-e-parcerias/, desenvolvemos e publicamos o fluxo do processo de celebração de convênios de estágios (passo a passo), orientações a cerca da determinação pela adoção celebração de convênios de estágios. Também publicamos o modelo padrão do termo de compromisso de</p>	<p>administrativos do IFC. Estudantes dos cursos de nível técnico e superior.</p> <p>Público-alvo: comunidade externa, como profissionais liberais, técnicos, empresários, prestadores de serviços, etc.</p> <p>com os Coordenadores de Extensão e Estágios: Abelardo Luz; Araquari; Blumenau; Brusque; Camboriú; Concórdia; Fraiburgo; Ibirama; Luzerna; Rio do Sul; Santa Rosa do Sul; São Bento do Sul; São Francisco do Sul; Sombrio; Videira.</p>
------------------------	---	---	---

estágio supervisionado (TCE) do IFC por todos os *campi*. Há também o documento de solicitação de convênio de estágio, a minuta padrão do termo de convênio de estágio do IFC e os formulários para TCE obrigatório e não obrigatório.

A emissão e arquivo do Termo de Compromisso de Estágio (TCE) é competência das Coordenações de Estágios dos *campi* do IFC.

Em junho de 2017 foi implantado o Módulo Convênios de Estágios no SIGAA, que está sendo utilizado pela Coordenação de Estágios e Convênios da PROEX e demais Coordenações de Estágios dos *campi* do IFC, sendo possível emissão de relatórios e acompanhamento das etapas do fluxo.

Alguns indicadores referentes a Estágios e Convênios firmados em 2017:

- Convênios com organizações do primeiro setor (número) Prefeitura, Governo, etc - **33** Convênios;
- Convênios com organizações do segundo setor(número) Empresas Privadas - **430** Convênios;
- Convênios com organizações do terceiro setor(número) Empresas sem fins lucrativos - **19** Convênios.

Número de alunos envolvidos em Estágio - em 2017 (informações Relatório de Gestão do Campi):

número de alunos em estágio: **1577**;

número de alunos que se efetivaram na empresa estagiada: **133**;

número de oferta anual de estágios: **1156**;

número de empresas cadastradas com oferta anual de estágio: 0;

número de empresas cadastradas com oferta anual de emprego: 0;

número de oferta anual de empregos: **902**.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

No site do IFC, link

<http://ifc.edu.br/extensaoestagio/coordenacao-de-estagios-e-convenios/convenios-e-parcerias/>,

desenvolvemos e publicamos o fluxo do processo de celebração de acordo de cooperação (passo a passo). Também está disponível o formulário de solicitação de cooperação e a minuta padrão do IFC de acordo de cooperação técnica.

Indicadores referentes a Cooperações técnicas firmados em 2017

Cooperações técnicas (número) - **30**

POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS

Esta Coordenação foi implantada em março/2016, com o intuito de criar e acompanhar a política de egressos nos campi do IFC, sistematizando dados, desenvolvendo fluxos, além de fomentar a política de acompanhamento de egressos nos Campi.

A Política criada pela Resolução nº 059-CONSUPER/2016 em dezembro de 2016, disponível no site do IFC.

Algumas ações de acompanhamento dos egressos foram desenvolvidas em 2017:

- a) Aplicação, de forma online, do questionário para o acompanhamento de egressos para coleta de dados (2017-1 e 2017-2), disponibilizado no Portal de Egressos em: <http://egressos.ifc.edu.br/>. Os dados coletados através do questionário foram tabulados e enviados digitalmente as Coordenações de Extensão, Diretores Gerais dos Campus e da Comissão Própria de Avaliação. Com base nos relatórios apresentados pelos campi, poderão ser desenvolvidas as ações de aperfeiçoamento dos Cursos.
- b) Outra ação planejada para o acompanhamento dos egressos foi atualizar a página de egressos no site do IFC e a página de egressos no facebook criada em 2016 com o intuito de estabelecer contato com alunos e egressos, disponibilizando informações de cursos, eventos entre outras.
- c) Foram firmadas duas parceiras para descontos/benefícios para ex-alunos; uma com a empresa Uniodonto (encerrada em janeiro de 2018) e outra com a Wizard Idiomas (encerrada em janeiro de 2018 também).
- d) Em paralelo a essas atividades, foi firmada uma parceria com servidores de Araquari para desenvolvimento de um Portal mais atrativo e interessante para os egressos. A previsão é que o novo

Portal de Egressos esteja concluído até final de 2018.

PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES desenvolvidos na Reitoria e nos CAMPI

Apoio as Feiras da Matemática - A PROEX acompanha e dar suporte a Comissão composta pela Portaria 3249/2015. Em 2017 apoiamos a realização VI SEMINÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DAS FEIRAS DE MATEMÁTICA – Camburiú e apoio a FEIRA CATARINENSE DE MATEMÁTICA. Apoio com diárias e materiais de publicidade e divulgação.

Organização o evento X MICTI – Camboriú – Apoio da PROEX: R\$ 45.000,00

Participação no evento 35 ° SEURS – UNILA – Fóz do Iguaçu - O Seminário de Extensão Universitária da Região Sul – SEURS é o principal evento de extensão universitária do sul do país. Promove o intercâmbio entre as Instituições de Ensino, estimula discussões e trocas de experiências sobre as ações de Extensão que permeiam as relações entre as Instituições e a comunidade externa. Apoio da PROEX no custeio da viagem com estudantes e servidores do IFC.

Apoio aos Eventos dos CAMPI - Lançamento do edital nº 134; Número de projetos submetidos 13; Número de projetos aprovados 10. Valores envolvidos R\$ 47.438 (valores divididos entre Proex e Propi)

Ações que gerem a Indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão - Elaboração de editais conjuntos - Número de editais lançados- 5 (117; 126; 133; 134 e 179); Número de projetos submetidos - 52 ; Número de projetos aprovados – 33;

Ações para Atendimento as APL - Execução do edital nº 162; Número de projetos submetidos: 58; aprovados: 31; número de projetos registrados: 31; Custeio: R\$ 214.103,40 ---- Bolsas: R\$ 283.200,00 (valores divididos entre Proex e Propi)

		<p>Incentivo a publicações de artigos científicos e periódicos - Número de editais lançados (1) nº 126/2017 – Não houve submissão de artigos de extensão.</p> <p>Ações que incentivem o desenvolvimento de projetos sociais - Número de editais lançados: 142; Número de projetos submetidos: 24; Número de projetos aprovados: 15; Total: R\$ 24.800,00</p> <p>Apoio na adequação de acessibilidade do site institucional – 4 bolsas para estudantes de curso superior – Fábrica de Software – Campus Araquari.</p> <p>Criação de um sistema de gerenciamento de eventos para o IFC – 5 bolsas (4 graduação e 1 apoio técnico) – Fábrica de Software – Campus Araquari.</p>		
Pesquisa e Pós-Graduação	Oferta de cursos de pós-graduação em nível <i>lato e stricto sensu</i> , visando a qualificação profissional, a promoção da ciência e tecnologia, a inovação tecnológica e o desenvolvimento regional e nacional, a partir da verticalização dos cursos técnicos e de graduação, otimizando o aproveitamento de infraestrutura física, quadros de pessoal e recursos de gestão.	<ul style="list-style-type: none"> - Cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>; - Curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i>; - Emissão de pareceres sobre a criação ou oferta de novas turmas de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>; - Identificação, orientação e acompanhamento do planejamento de novos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>; - Alimentação das plataformas oficiais dos cursos de pós-graduação. 	Comunidade externa, alunos e servidores.	Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e Coordenação de Pós-Graduação – PROPI/Reitoria e Coordenações de cursos de pós-graduação nos <i>campi</i> .
	Projetos de pesquisas aplicadas de acordo com os eixos tecnológicos e áreas de aconhecimento de cada <i>campus</i> , estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e a extensão de seus benefícios à comunidade, por meio da publicação dos resultados e a realização de	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsas a estudantes: Iniciação Científica – Graduação, Iniciação Científica Júnior – Técnico, Iniciação Tecnológica, Desenvolvimento Tecnológico, Doutorado, dentre outras. Realizado por meio de seleção de propostas via editais, com recursos orçamentários do IFC, do CNPQ, da Capes e FAPESC. - Apoio financeiro a projetos de pesquisa: concessão de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada e de inovação. Realizado por meio da seleção de propostas via editais, com recursos orçamentários do IFC. - Apresentação de trabalhos em eventos, publicação de artigos em 	Alunos e servidores.	Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e Coordenação de Pesquisa – PROPI/Reitoria e Coordenações de Pesquisa e Inovação dos <i>campi</i> .

eventos técnico-científicos	<p>periódicos e publicação de livros. Realizados por meio da seleção de propostas via editais e chamadas, com recursos orçamentários do IFC. Livros publicados pela Editora do IFC.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eventos técnico-científicos nos <i>campi</i>: concessão de recursos para apoiar a realização de eventos nos campi com o fim de apresentar resultados de pesquisa. Realizado com a seleção de propostas via edital, com recursos orçamentários do IFC. - Realização da MICTI, evento técnico-científico institucional para divulgação dos resultados das pesquisas; - Captação de recursos financeiros em órgãos de fomento externo, tais como FINEP, CNPq, Capes e FAPESC. 		
Proteção da Propriedade Intelectual e estímulo à inovação e transferência de tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> - Registro de Propriedade Intelectual (em suas diversas modalidades); - Estímulo ao desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica. Apoio a projetos selecionados com potencial de inovação e/ou com registro de propriedade intelectual para o desenvolvimento de tecnologia. Realizado com seleção de propostas via edital e por ato discricionário (aos com registro de propriedade intelectual), com recursos orçamentários do IFC. - Transferência de tecnologia. Articulação da relação entre os pesquisadores do IFC e a sociedade em geral (ecossistemas de inovação do estado de Santa Catarina), tendo vista a inovação e a transferência de tecnologia. 	Alunos, servidores e Comunidade Externa (organizações públicas e privadas, associações e entidades parceiras).	Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e Coordenação do Núcleo de Inovação Tecnológica – PROPI/Reitoria e Coordenações de Pesquisa e Inovação dos <i>campi</i> .

3 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O Planejamento Organizacional do IFC é norteado por documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2014-2018, o Plano de Diretor de Desenvolvimento de Tecnologia (PDTI) para o período 2016-2017, o Planejamento Estratégico do IFC (PE) para o período de 2013-2017 e o Termo de Acordos e Metas (TAM) firmado entre o IFC e MEC/SETEC, todos estes documentos estão publicados no site <http://ifc.edu.br/documentos/>.

O PDI engloba as propostas oriundas da comunidade sobre a identidade da instituição, quanto à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas, à estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver. Segue os dispositivos legais de orientação à sua elaboração, entre eles: Lei Nº 9394/96 e Nº 10861/2004, Decreto Nº 5773/2006, Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

O PDTI é o instrumento de gestão adotado no Instituto Federal Catarinense para orientar a execução das ações da TI organizacional, possibilitando justificar os recursos aplicados em TI com o objetivo de minimizar os desperdícios, garantir o controle, aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado a comunidade do IFC. O conteúdo do PDTI seguiu a metodologia estabelecida no Guia de Elaboração de PDTI do SISP – versão 1.0, disponibilizado no Portal Web do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação – SISP. Todos os procedimentos e soluções apontadas neste documento foram definidos considerando necessidades levantadas junto aos Campi e a Reitoria do IFC e em acordo com os instrumentos legais e estratégicos da instituição. O processo de elaboração segue uma forma colaborativa, prevendo atender as expectativas das áreas finalísticas, considerando um período de vigência de dois anos, com previsão de revisão a cada semestre.

O PE objetiva direcionar os rumos do IFC e dar sustentabilidade apontando para respostas a questões fundamentais como posicionar a instituição no futuro. No item 3.1.1 e 3.1.2 deste documento apresentamos algumas informações sobre os objetivos estratégicos e táticos.

Esclarece-se que o Planejamento Estratégico (2013-2017) é acompanhado pela gestão periodicamente. As oportunidades, os riscos e dificuldades identificadas para o atingimento dos objetivos são tratados de maneira prática e objetiva, através de reuniões sistemáticas da Gestão, análises de relatórios, acompanhamento da análise ambiental, entre outros, buscando a simplificação e agilidade da resolução dos problemas. Destacamos que no ano de 2017 foi criada a

Política de Gestão de Riscos do IFC, em atendimento a Instrução Normativa conjunta CGU/MP nº 001, de 10.05.2016.

O acompanhamento do Planejamento Estratégico do IFC pode ser visualizado em <http://ifc.edu.br/andamento-objetivos-estrategicos/>.

A seguir apresenta-se os Objetivos Táticos (2017):

OE 01 - Implantar sistema de gestão;

- Implantar o Sistema Integrado de Gestão conforme cronograma definido;
- Utilizar o SIG Admin para envio de comunicados;
- Alimentar o Sistema com dados que não importados do SIAPE;
- Propor ações para o pleno, coordenado e qualificado uso do SIPAC nos campi e Reitoria;
- Dar publicidade aos relatórios gerenciais disponibilizados pelos sistemas;
- Adequação das Orientações Didáticas;
- Customização e desenvolvimento de módulos;

OE 02 - Criar mecanismos que evitem a evasão e retenção escolar;

- Propor campanha institucional de valorização do servidor/aluno;
- Realizar pesquisa para verificar a eficiência de ações desenvolvidas para a permanência dos estudantes;
- Criar ações e grupo de estudo sobre permanência e êxito com profissionais internos e externos ao IFC;
- Reavaliar finalidade e atuação do Setor de Atendimento Estudantil;
- Implementar políticas de apoio ao esporte;
- Organizar e desenvolver ações esportivas;
- Buscar recursos externos para esporte;
- Institucionalizar o “Dia D” de saúde e qualidade de vida aos estudantes nos campi.

OE 03 - Criar mecanismos de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão;

- Incentivar as Cooperações técnicas;
- Apoiar e organizar eventos no IFC, tais como SIEPE, MICTI, SEURS, feiras de matemática, entre outros;
- Propor Ações de produção artística, cultural, histórica, institucional;
- Propor e incentivar programas, projetos e ações de Extensão;
- Criar mecanismos para promover a Indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão, tais como a curricularização da pesquisa e extensão;

- Divulgar atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo IFC;
- Publicar editais para desenvolvimento de projetos;
- Promover a pós-graduação lato e strictu sensu.

OE 04 - Desenvolver projetos para captação de recursos extraordinários; visando a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão;

- Propor ações para Viabilização de Eventos;
- Incentivar a Prestação de Serviços;
- Incentivar o desenvolvimento de Produtos e processos tecnológicos;
- Criação do Escritório de Projetos.

OE 05 - Implementar Programas de Melhoria da Qualidade da Educação Básica;

- Manutenção dos Programas do PIBID, PET e Prodocência;
- Aprovar e instituir o Programa de Monitoria nos Campi;
- Articular com as Redes de Educação das esferas Estaduais e Municipais, e/ou unidades escolares públicas no entorno dos Campi, a formação continuada de docentes da educação básica.

OE 06 - Criar políticas e programas de formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores docentes e técnico-administrativos em todos os níveis;

- Capacitar os servidores, por meio de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e desenvolvimento profissional, para desempenharem com destreza e ética as atribuições de seus cargos e funções;
- Revisão da Resolução da Política de Capacitação;
- Elaboração e execução do Plano Anual de Capacitação;
- Aprovar e instituir o Programa de Recepção do Servidor, Formação Continuada de Docentes e Formação Pedagógica de Docentes.

OE 07 - Definir a Estrutura Organizacional da instituição com padronização mínima, com 100% das ações concluídas.

OE 08 - Criar uma política de identidade institucional, com 100% das ações concluídas.

OE 09 - Criar um programa para melhorar a eficiência da Gestão de Compras;

- Desenvolver a cultura do planejamento das compras nos campi e Reitoria;
- Propor ações para programar e otimizar a manutenção e conservação da estrutura dos prédios e zelar pelos bens da Reitoria;

- Propor ações para otimizar a logística e garantir a confiabilidade das informações do processo de aquisições no SIPAC.

OE 10 - Criar manuais e fluxos de trabalho no IFC;

- Sistematizar, padronizar e acompanhar os processos;
- Desenvolver Fluxos de Processos e fluxos de trabalho;
- Manualizar Processos;
- Monitorar mensalmente a execução das ações, por meio da análise dos indicadores e fazer os redirecionamentos necessários.

OE 11 - Criar uma política para a implantação gradativa de novos cursos;

- Estabelecer critérios e prioridades para abertura de novos cursos no âmbito do CONSEPE;
- Mapear a Força de trabalho docente;
- Mapear a abertura dos cursos superiores, técnicos de nível médio, FIC e dos programas CERTIFIC e PROEJA.

OE 12 - Fazer o mapeamento de competências de cargos e funções;

- Definir as habilidades e conhecimentos necessários ao desempenho das atribuições de cargos e funções;
- Implantação da Gestão por Competências.

OE 13 - Estabelecer plano de reposição docente com critérios claros, visando agilizar as contratações, com 100% das ações concluídas.

OE 14 - Criar uma política de incentivo a inovação tecnológica;

- Promover a Cultura voltada para inovação;
- Incentivar e fomentar projetos e ações voltadas a inovação;
- Estruturar o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT.
- OE 15 - Criar comissão para avaliação constante da infraestrutura mínima necessária ao bom funcionamento dos campi;
- Otimizar o planejamento dos Campi, implementando planos diretores.

OE 15 – Criar comissão para avaliação constante da infraestrutura mínima necessária ao bom funcionamento dos campi;

- Otimizar o planejamento dos Campi, implementando planos diretores.

OE 16 - Padronizar no mínimo 75% das matrizes curriculares dos cursos do IFC;

- Elaborar de diretrizes institucionais: prática como componente curricular, estágio, 20% EAD e matriz curricular;
- Harmonizar institucionalmente as matrizes dos cursos;
- Criar documento orientador para normatizar as práticas profissionais dos cursos do IFC.

OE 17 - Criar critérios de gestão a fim de agilizar a execução orçamentária e financeira;

- Propor Ações para o dimensionamento da disponibilidade de orçamento e para a qualidade da execução orçamentária do IFC nos campi e Reitoria;
- Propor ações para equalizar, em âmbito institucional, a infraestrutura dos campi e Reitoria;
- Propor ações para garantir a conformidade e a qualidade dos Registros Contábeis nos Campi e Reitoria.

OE 18 - Desenvolver mecanismos para melhorar a distribuição da carga horária de professores entre ensino, pesquisa e extensão;

- Monitoramento e mapeamento da implantação da Resolução nº 11/2015;
- Revisão da Resolução 11/2015, considerando a Portaria nº 17, de maio 2016 SETEC/MEC.

OE 19 - Criar um programa de incentivo e fortalecimento de grupos de pesquisa de acordo com as áreas de atuação do campus, com 100% das ações concluídas.**OE 20 - Criar um programa de ações de extensão e pesquisa dos Arranjos Produtivos, Culturais e Sociais Locais - APLS nos campus;**

- Propor ações para Atendimento às APL.

OE 21 - Promover educação à distância para a qualificação interna dos servidores técnico-administrativos, servidores docentes e gestores;

- Busca por ferramentas que possibilitem a disponibilização de conteúdos para capacitação à distância;
- Criar e implantar diretrizes EAD.

OE 22 - Criar programas de Assistência Estudantil, com 100% das ações concluídas.**OE 23 - Criar uma política de Gestão Ambiental;**

- Optar por materiais sustentáveis e utilizá-los com vistas à preservação dos recursos naturais;
- Promover campanha de conscientização: “A importância da separação e destinação adequada dos resíduos produzidos no IFC”;

- Promover campanha de economia na impressão e reprodução de papéis;
- Fornecer textos, artigos ou pesquisas para apresentação no boletim informativo do IFC, com informações de relevância com a temática ambiental e de sustentabilidade.

OE 24 - Fomentar a pesquisa aplicada e a participação em eventos, com 100% das ações concluídas.

OE 25 - Criar comissão de estudo para analisar a viabilidade de Fundação de Apoio para o IFC, com 100% das ações concluídas.

OE 26 - Criar programa de formação continuada para gestores na modalidade presencial e/ou a distância;

- Investir em formação continuada para gestores na modalidade presencial e/ou a distância.

OE 27 - Criar programa para diagnosticar, avaliar e otimizar a distribuição de aulas, disciplinas e atividades por área de conhecimento;

- Sistema para gerenciamento das atividades docentes.

OE 28 - Instituir políticas de comunicação;

- Viabilizar a contratação de um profissional de assessoria de comunicação para dar suporte ao estudo;
- Elaborar a Política de Comunicação.

OE 29 - Criar programa para definir Eixo Tecnológico por campus;

- Mapear os eixos tecnológicos.

OE 30 - Criar a política de acompanhamento dos egressos;

- Criar Políticas de Egressos;
- Criar mecanismos para acompanhamento – Egressos nos CAMPI;
- Monitorar e mapear a inserção dos egressos no mercado de trabalho;
- Criar ações para Parcerias para os Egressos;
- Propor Ações de integração IFC e Egressos.

OE 31 - Promover a publicação dos trabalhos em periódicos indexados, com 100% das ações concluídas;

OE 32 - Criar política de apoio à produção cultural;

- Implementar políticas de apoio à cultura;
- Organizar e desenvolver ações culturais;
- Buscar recursos externos para cultura.

OE 33 - Criar um programa para estudar a viabilidade de implantação de incubadoras nos campi, com 100% das ações concluídas.**OE 34 - Estabelecer programa de parcerias nacionais e internacionais;**

- Articular e estabelecer Convênios/Parcerias Nacionais e Internacionais.

OE 35 - Implantar e consolidar as coordenações de comunicação, normatizando e formando equipes com profissionais da área;

- Consolidar as Coordenações de Comunicação nos campi.

OE 36 - Implantar projetos de ação social;

- Propor ações que incentivem o desenvolvimento de projetos sociais.

OE 37 - Desenvolver um programa de execução da política de acessibilidade;

- Mapear e realizar as adaptações necessárias para a acessibilidade;
- Consolidar o NAPNE para o atendimento às pessoas com deficiência e necessidades específicas;
- Implementar a Política de Atendimento Educacional Especializado;
- Implementar a certificação por terminalidade específica;
- Contribuir para a capacitação dos servidores e o desenvolvimento de uma cultura inclusiva.

OE 38 - Implantar programa de apoio a estudantes com elevado desempenho;

- Criar estratégias de participação do estudante em eventos específicos;
- Implementar a Política de Atendimento Educacional Especializado.

O TAM estabelece as metas que a instituição deve alcançar. Os alcances estão publicados no site http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2018/03/18-Metas-alcan%C3%A7adas-TAM_site.pdf.

3.1.1 – Descrição sintética dos objetivos do exercício e Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Planejamento Estratégico é monitorado pela alta gestão, através de reuniões, alinhamentos e alimentação constante do atingimento das ações definidas, bem como o acompanhamento dos indicadores de desempenho. O atendimento os objetivos estratégicos é publicizado no site institucional <http://ifc.edu.br/andamento-objetivos-estrategicos/>.

Os Objetivos estratégicos são:

1.	Implantar sistema de gestão
2.	Criar mecanismos que evitem a evasão e retenção escolar
3.	Criar mecanismos de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão
4.	Desenvolver projetos para captação de recursos extraordinários; visando a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão
5.	Implementar Programas de Melhoria da Qualidade da Educação Básica
6.	Criar políticas e programas de formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores docentes e técnico-administrativos em todos os níveis
7.	Definir a Estrutura Organizacional da instituição com padronização mínima
8.	Criar uma política de identidade institucional
9.	Criar um programa para melhorar a eficiência da Gestão de Compras
10.	Criar manuais e fluxos de trabalho no IFC
11.	Criar uma política para a implantação gradativa de novos cursos
12.	Fazer o mapeamento de competências de cargos e funções
13.	Estabelecer plano de reposição docente com critérios claros, visando agilizar as contratações

14.	Criar uma política de incentivo a inovação tecnológica
15.	Criar comissão para avaliação constante da infraestrutura mínima necessária ao bom funcionamento dos campi
16.	Padronizar no mínimo 75% das matrizes curriculares dos cursos do IFC
17.	Criar critérios de gestão a fim de agilizar a execução orçamentária e financeira
18.	Desenvolver mecanismos para melhorar a distribuição da carga horária de professores entre ensino, pesquisa e extensão
19.	Criar um programa de incentivo e fortalecimento de grupos de pesquisa de acordo com as áreas de atuação do campus
20.	Criar um programa de ações de extensão e pesquisa dos APLS nos campi
21.	Promover educação à distância para a qualificação interna dos servidores técnico-administrativos, servidores docentes e gestores
22.	Criar programas de Assistência Estudantil
23.	Criar uma política de Gestão Ambiental
24.	Fomentar a pesquisa aplicada e a participação em eventos
25.	Criar comissão de estudo para analisar a viabilidade de Fundação de Apoio para o IFC.
26.	Criar programa de formação continuada para gestores na modalidade presencial e/ou a distância
27.	Criar programa para diagnosticar, avaliar e otimizar a distribuição de aulas, disciplinas e atividades por área de conhecimento
28.	Instituir políticas de comunicação
29.	Criar programa para definir Eixo Tecnológico por campus
30.	Criar a política de acompanhamento dos egressos

31.	Promover a publicação dos trabalhos em periódicos indexados
32.	Criar política de apoio à produção cultural
33.	Criar um programa para estudar a viabilidade de implantação de incubadoras nos campi
34.	Estabelecer programa de parcerias nacionais e internacionais
35.	Implantar e consolidar as coordenações de comunicação, normatizando e formando equipes com profissionais da área.
36.	Implantar projetos de ação social
37.	Desenvolver um programa de execução da política de acessibilidade
38.	Implantar programa de apoio a estudantes com elevado desempenho

3.1.2 - Estágio de implementação do planejamento estratégico

O planejamento estratégico do IFC para o período 2013-2017 vem sendo sistematicamente acompanhado pela alta gestão e seus alcances disponibilizados à comunidade. Esclarece-se que os percentuais de atingimento dos objetivos estratégicos foram definidos com base nas ações traçadas para 2016, pois quando houve a elaboração do Planejamento Estratégico (2013) não se traçou metas ou indicadores quantificáveis para o período de 2013-2017. Os alcances dos objetivos do exercício 2016 e as ações que originaram a mensuração foram:

- **Implantar sistema de gestão, com 99% do sistema implantado e em operação.**

Um módulo é considerado 100% implantado quando ele passou pelos três macroprocessos do fluxo de implantação, quais sejam: Preparação, Visão Geral e Treinamento. Em suma, um módulo está implantado quando ele está apto a ser utilizado pela área de negócio. Os responsáveis da área de negócio têm a liberdade de definir o melhor momento para começar a utilização de um módulo implantado. Diante disso, pode-se afirmar que o *status* de implantação global do SIG é de 99%, tendo em vista que o módulo Avaliação Funcional teve sua implantação iniciada em 2017; porém, a UFRN reformulou o módulo por completo, o que implicou a interrupção da implantação. Para melhor aproveitamento do módulo, a Coordenação de Sistemas de Informação pretende, em 2018, reiniciar a implantação e concluí-la até 31/12/2018. Em reunião do CGTI, em 25/09/2017, foi decidido que o módulo de biblioteca do SIGAA não será utilizado no momento, permanecendo o sistema Pergamum como gestor para as bibliotecas.

- **Criar mecanismos que evitem a evasão e retenção escolar, com 70% das ações concluídas.**

Trabalhos conduzidos pela CGPPE, com duas comissões: Portaria n° 3789/2016, com a participação de 08 *campi*, e Portaria n° 38787/2016, com a participação de membros de todos *campi*. Foram realizadas diversas ações ao longo do período compreendido entre 2016 e 2017: III Workshop Nacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar; organização e participação dos alunos nos Jogos (em todas as etapas – interna, regional e nacional); consultas e orientações sobre o fornecimento de alimentação escolar gratuita, conforme Lei n° 11.947/09, e quanto à adequação gradual das cantinas da instituição à Lei Estadual n° 12.061/01; estudo, junto à PROAD, para o melhor custo-benefício dentre as modalidades de oferta de alimentação escolar. A continuidade e a manutenção das atividades são constantes, focadas em desenvolver e implementar a política de atendimento ao estudante.

- **Criar mecanismos de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão, com 80% das ações concluídas.**

Foram implantados mecanismos de incentivo ao ensino, à pesquisa e à extensão, dentre os quais se destacam: atualização da regulamentação do Programa de Apoio à Produção e Publicação Científica e Tecnológica – PAPCT (Resolução n° 020-Consuper/2015); estabelecimento das normas de criação e funcionamento de Empresas Juniores no âmbito do Instituto Federal Catarinense (Resolução n° 008-Consuper/2015); estabelecimento da Regulamentação de prestação de serviços tecnológicos solicitados pela sociedade, órgãos públicos, entidades privadas ou pessoa física (Resolução n° 064-Consuper/2014); estabelecimento do Regulamento de Cursos Livres de Extensão (Resolução n° 023-Consuper/2017); estabelecimento do regulamento de Visita Técnica (Resolução n° 21-Consuper/2017); atualização da Regulamentação do Programa de Monitoria (Resolução n° 006-Consuper/2017); estabelecimento do Regulamento do Comitê de Ensino (Resolução n° 065-Consuper/2016). Além disso, foram publicados editais que fomentaram a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Este objetivo terá a continuidade de suas atividades para o próximo Planejamento Estratégico.

- **Desenvolver projetos para captação de recursos extraordinários; visando a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, com 100% das ações concluídas.**

O IFC, por meio das pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão, participou de editais externos, com o intuito de captar recursos extraorçamentários. Obteve-se a aprovação de projetos através da Fapesc, do Ministério do Esporte, da Capes, do Ministério da Educação, do CNPq e da Finep. Este objetivo permanece para o Planejamento Estratégico 2018-2021.

- **Implementar Programas de Melhoria da Qualidade da Educação Básica, com 90% das ações concluídas.**

São desenvolvidos, de forma permanente, o PIBID, os cursos de Qualificação Profissional e os projetos de extensão, nos diversos *campi*, que colaboram para este objetivo. Foi institucionalizado e aprovado o Programa de Monitoria, resolução extensiva aos cursos superiores e ao ensino médio – integrado, subsequente e concomitante. A sistematização e institucionalização de um programa específico é demanda em andamento.

- **Criar políticas e programas de formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores docentes e técnico-administrativos em todos os níveis, com 100% das ações concluídas.**

Ao longo dos anos, foram desenvolvidas atividades que contemplaram o alcance desse objetivo estratégico. Em 2016, foi publicada a Resolução 015/2016-Consuper, que dispõe sobre a política de capacitação dos servidores do IFC. Tal Resolução propõe a elaboração de Planos Anuais de Capacitação, que vêm sendo formulados e acompanhados desde 2016. As capacitações previstas nos Planos Anuais de Capacitação têm sido desenvolvidas em parceria com escolas de governo, como ENAP, ESAF e ESR, e, quando possível, utilizando-se da própria força de trabalho do IFC e de outras instituições públicas, como é o caso do Programa de Recepção dos Servidores, elaborado e aplicado por servidores do próprio IFC.

- **Definir a Estrutura Organizacional da instituição com padronização mínima, com 100% das ações concluídas.**

Foi instituído Grupo de Trabalho, constituído pela Portaria nº 2.089/2015, de 01 de setembro de 2015, e retificado pela Portaria nº 746/2016, de 01 de março de 2016, que fez estudo sobre o dimensionamento da força de trabalho dos técnicos administrativos em educação (TAEs), no âmbito do Instituto Federal Catarinense, cujo trabalho foi concluído em maio de 2016.

- **Criar uma política de identidade institucional, com 100% das ações concluídas.**

A Cecom tem consolidado a identidade institucional do IFC por meio de diversas ações que se materializam em: Manual de Identidade Visual do IFC, Manual de Padronização da Comunicação do IFC, Manual de Identidade Visual dos Cursos do IFC, Manual para Uso de Mídias Sociais pelas Cecoms do IFC e Instrução Normativa 003/2014, que dispõe sobre a normatização da sigla do Instituto Federal Catarinense e incentiva o uso do nome e da logomarca simplificada em todas as atividades institucionais. Além disso, as campanhas de ingresso e suas respectivas ações de divulgação representam os esforços do setor para tornar conhecidos os serviços ofertados à comunidade e, por conseguinte, consolidar a identidade institucional. As iniciativas e diretrizes citadas, em conjunto, constituem ações significativas para o posicionamento social da marca da instituição. Todos os documentos mencionados foram publicizados e estão disponíveis em: <http://cecom.ifc.edu.br/manuais-e-guias/>, <http://cecom.ifc.edu.br/documentos-cecom/> e <http://cecom.ifc.edu.br/logotipos-do-ifc/>.

- **Criar um programa para melhorar a eficiência da Gestão de Compras, com 90% das ações concluídas.**

Foi instituída a Comissão Institucional de Estudos sobre Compras Conjuntas do IFC, por meio da Portaria nº 3.299/2017, que tem como objetivo implantar uma agenda de compras conjuntas. Desta forma, visa-se à diminuição do retrabalho, à otimização processual, à economia em escala, à padronização dos materiais/equipamentos/serviços, ao fortalecimento institucional e à sustentabilidade.

- **Criar manuais e fluxos de trabalho no IFC, com 70% das ações concluídas.**

Buscando atender este objetivo, o IFC vem elaborando e publicizando seus manuais e fluxos. Este objetivo permanece em desenvolvimento para o Planejamento Estratégico 2018-2021.

- **Criar uma política para a implantação gradativa de novos cursos, com 30% das ações concluídas.**

Foi aprovado o Regimento Interno do Consepe (Resolução Consuper nº 63/2016), que passa a normatizar critérios, respeitando a missão do IFC e o Termo de Acordo e Metas, para a verticalização dos cursos e estabelecimento de prioridades institucionais. Em andamento está a criação de políticas, implementação, aperfeiçoamento e ampliação de diretrizes educacionais do IFC, em atendimento à legislação e às demais normas.

- **Fazer o mapeamento de competências de cargos e funções, com 50% das ações concluídas.**

Este objetivo foi parcialmente atingido com a execução de algumas estratégias, como a capacitação de três servidores, da Diretoria de Gestão de Pessoas, no curso da ENAP de Gestão por Competências (que abrange o mapeamento de competências), e a criação de um Grupo de Trabalho que elaborou a metodologia para aplicação da gestão por competências no IFC. Porém, a estratégia de implementação do projeto-piloto não foi exitosa por falta de disponibilidade de um servidor com dedicação exclusiva para tal atividade.

- **Estabelecer plano de reposição docente com critérios claros, visando agilizar as contratações, com 100% das ações concluídas.**

Foi criada Comissão para alteração da Resolução Consuper nº 048/2014 - Professor Substituto (Portaria nº 3.015, de 23/08/2016), a fim de melhorar a forma de contratação de professores substitutos no âmbito do IFC, bem como propor critérios de contratação de professor visitante (nacional e estrangeiro). Busca-se melhorar os procedimentos de contratação docente para rápida reposição, a fim de que as atividades didático-pedagógicas não sejam prejudicadas. As regras para contratação de professores substitutos já estão definidas pelo Grupo de Trabalho. Os esforços do GT estão direcionados às contratações de professores visitantes (nacional e estrangeiro), considerando a existência de uma série de peculiaridades envolvidas neste tipo de contratação.

- **Criar uma política de incentivo a inovação tecnológica, com 40% das ações concluídas.**

A política de incentivo à inovação tecnológica no IFC está em fase de elaboração. Em razão da atualização da legislação nacional que trata do tema, por meio da Lei nº 13.243, de 11/01/2016, os trabalhos relativos à construção da política institucional de inovação tecnológica foram suspensos, aguardando-se a regulamentação da referida Lei. Entretanto, foi publicado, em 2017, um edital de apoio a projetos de inovação (Edital nº 079/2016), que se encontra em fase de execução.

- **Criar comissão para avaliação constante da infraestrutura mínima necessária ao bom funcionamento dos campi, com 100% das ações concluídas.**

Foi criada a comissão responsável pela avaliação constante da infraestrutura mínima necessária ao bom funcionamento dos *campi* do IFC por meio da Portaria nº 2.978/2013, de 19 de setembro de 2013.

- **Padronizar no mínimo 75% das matrizes curriculares dos cursos do IFC, com 60% das ações concluídas.**

Foi criado o GT das Licenciaturas e foram aprovadas as diretrizes institucionais para as Licenciaturas (Portaria Normativa nº 009/2016) e a decorrente atualização dos projetos pedagógicos

destas. Ademais, foram iniciados os trabalhos e promovidos encontros com os coordenadores dos cursos de Medicina Veterinária, Agronomia, Redes de Computadores, Bacharelado em Sistemas de Informação e Ciências da Computação, com o intuito de assegurar 75% de unificação institucional das matrizes, ação que está em andamento. Em processo está, igualmente, a elaboração de diretrizes para a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio. Este objetivo permanecerá para continuidade no Planejamento Estratégico 2018-2021.

- **Criar critérios de gestão a fim de agilizar a execução orçamentária e financeira, com 100% das ações concluídas.**

A Pró-Reitoria de Administração desenvolveu diversas ações, tais como: proposta de adequações orçamentárias e financeiras, diagnóstico da disponibilidade de recursos para a execução orçamentária e financeira, apresentação da relação de prioridade de investimentos, entre outras, atendendo, assim, a esse objetivo estratégico.

- **Desenvolver mecanismos para melhorar a distribuição da carga horária de professores entre ensino, pesquisa e extensão, com 70% das ações concluídas.**

Ações integradas entre as Pró-Reitorias (Proen/Propi/Proex) foram executadas, como a revisão da Resolução nº 11/2015/Consuper/IFC e a elaboração das Notas Técnicas Conjuntas nº 01/2015 e 02/2016. Em andamento estão os trabalhos do GT da Progressão, assim como, continuamente, a análise dos PTDs, de forma a garantir o caráter de atividade docente.

- **Criar um programa de incentivo e fortalecimento de grupos de pesquisa de acordo com as áreas de atuação do campus, com 100% das ações concluídas.**

Desenvolveu-se um programa de apoio à produção e publicação científica e tecnológica, que condiciona os pesquisadores interessados a integrar grupos de pesquisa para pleitear apoio do programa. Foi criado também regulamento específico para avaliação dos grupos de pesquisa, de acordo com sua produção.

- **Criar um programa de ações de extensão e pesquisa dos Arranjos Produtivos, Culturais e Sociais Locais - APLS nos campi, com 90% das ações concluídas.**

Por meio da Proex e da Propi, lançou-se o Edital nº 267/2017, para apoio a projetos de Pesquisa e Extensão aplicados aos Arranjos Produtivos Locais – APLs – nos *campi* do IFC. Em 2016, o Edital nº 162/2016 contemplou 31 projetos. Já o Edital nº 444/2014 teve 16 projetos aprovados. Não houve a criação do programa, em virtude de os projetos aprovados não serem articulados e não estarem vinculados a outras ações de extensão ou pesquisa.

- **Promover educação à distância para a qualificação interna dos servidores técnico-administrativos, servidores docentes e gestores, com 100% das ações concluídas.**

Este objetivo foi contemplado com o uso da plataforma Moodle, que possibilitou a execução dos cursos de Recepção Docente e TAE a distância. Além disso, foram executadas estratégias de capacitação para os gestores, por meio da exibição de vídeos, com as temáticas *feedback*, *liderança* e *motivação*, com palestrantes especialistas nessas áreas. A Proen articula o credenciamento e a implantação de diretrizes EAD para oferta de cursos na modalidade.

- **Criar programas de Assistência Estudantil, com 100% das ações concluídas.**

Desde 2011, o IFC tem investido em um conjunto de ações implementadas pela Coordenação-Geral de Políticas e Programas Estudantis, cuja atuação está em consonância com a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. As políticas e os projetos desenvolvidos têm como principal finalidade garantir a permanência de todos os estudantes, com atenção especial àqueles provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da redução das taxas de evasão e reprovação. A Coordenação possui equipes multiprofissionais, nos *campi* e na Reitoria, preparadas para o atendimento dos estudantes, formadas por assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, assistentes de alunos, entre outros.

- **Criar uma política de Gestão Ambiental, com 70% das ações concluídas.**

Tendo por base o estudo realizado pelo Comitê de Implantação do Núcleo de Gestão Ambiental, constituído pela Portaria nº 1.343/2012, o Consuper aprovou o Regulamento de Atividades do Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) do IFC por meio da Resolução nº 006-Consuper/2014. Diversas ações foram desenvolvidas pelo NGA Institucional e pelos NGA de cada *campi*, dentre as quais se destacam: I. Manual de Orientações para Ações Sustentáveis; II. Regulamento das Atividades do Núcleo de Gestão Ambiental do IFC (em processo de revisão); III. Publicação constante no Informativo IFC sobre ações sustentáveis e meio ambiente, entre outras. Este objetivo será readequado e permanecerá como demanda para o Planejamento Estratégico 2018-2021.

- **Fomentar a pesquisa aplicada e a participação em eventos, com 100% das ações concluídas.**

Aprovação da Resolução nº 20/2015 (Programa de Apoio à Produção e Publicação Científica e Tecnológica – PAPCT – do IFC); publicação, com periodicidade anual, de editais de apoio a projetos de pesquisa (bolsas e custeio); apresentação e publicação de trabalhos.

- **Criar comissão de estudo para analisar a viabilidade de Fundação de Apoio para o IFC, com 100% das ações concluídas.**

O estudo sobre convênios com fundações de apoio foi finalizado. A comissão entendeu que não seria viável criar uma fundação própria e propôs a adesão a uma fundação existente. Assim, buscou-se o credenciamento junto à FAPEU – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária –, sendo aprovado pelo Consuper/IFC e Conselho Universitário/UFSC. A partir dessa aprovação, iniciaram-se as tratativas para o credenciamento da FAPEU como Fundação de Apoio do IFC junto ao GAT – Grupo de Apoio Técnico –, composto por membros do MEC e do MCTIC, cujo processo foi concluído em 2017.

- **Criar programa de formação continuada para gestores na modalidade presencial e/ou a distância, com 50% das ações concluídas.**

Este objetivo foi contemplado, ao longo dos anos de 2016 e 2017, com a oferta de dois cursos presenciais de Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional, em parceria com instrutor qualificado pela ENAP, e a partir da exibição de vídeos, sobre *motivação, liderança e feedback*, com palestrantes especialistas na área.

- **Criar programa para diagnosticar, avaliar e otimizar a distribuição de aulas, disciplinas e atividades por área de conhecimento, com 70% das ações concluídas.**

A revisão da Resolução nº 11/2015, a elaboração das Notas Técnicas Conjuntas Proen/Propi/Proex nº 01/2015 e 02/2016, e a análise dos PTDs são conduzidas de forma a garantir o caráter integrador da atividade docente. Em andamento está a atualização do SIGAA, para que, a partir de um sistema integrado, seja possível o levantamento das informações por meio de módulos customizados para registro e acompanhamento de todas as atividades.

- **Instituir políticas de comunicação, com 50% das ações concluídas.**

Foi instituído Grupo de Trabalho pela Portaria nº 2.045/2017, de 25 de julho de 2017, que propõe o estudo das diretrizes para a construção da política de Comunicação do Instituto Federal Catarinense. Este objetivo permanecerá como demanda para o Planejamento Estratégico 2018-2021.

- **Criar programa para definir Eixo Tecnológico por campus, com 90% das ações concluídas.**

Foi aprovado o Regimento Interno do Consepe (Resolução Consuper nº 63/2016), que passa a normatizar diretrizes, respeitando-se a missão do IFC e o Termo de Acordo e Metas, para a verticalização dos cursos, o estabelecimento de prioridades institucionais e a definição de critérios para abertura de novos eixos tecnológicos, a serem formalizados e publicizados em documento próprio.

- **Criar a política de acompanhamento dos egressos, com 100% das ações concluídas.**

Aprovação da Resolução nº 059/2016 (Política de Acompanhamento de Egressos – PAEG).

- **Promover a publicação dos trabalhos em periódicos indexados, com 100% das ações concluídas.**

Aprovação da Resolução nº 20/2015 (Programa de Apoio à Produção e Publicação Científica e Tecnológica – PAPCT – do IFC) e publicação anual de edital de apoio à publicação de artigos em periódicos indexados.

- **Criar política de apoio à produção cultural, com 70% das ações concluídas.**

Enquanto ações efetivas, foi organizado o IFCultura, evento de periodicidade anual. Em andamento está a elaboração de minuta do Regulamento da Política de Apoio à Cultura do IFC.

- **Criar um programa para estudar a viabilidade de implantação de incubadoras nos campi, com 100% das ações concluídas.**

Considerando a existência de incubadoras nas regiões em que os *campi* do IFC se encontram, neste momento, busca-se a consolidação de parcerias com essas incubadoras por meio de Termos de Cooperação.

- **Estabelecer programa de parcerias nacionais e internacionais, com 50% das ações concluídas.**

Por meio da Resolução nº 045-Consuper/2015, foram definidas as normas para o estabelecimento de Acordos/Convênios de Cooperação Internacional. Com as novas diretrizes da política de internacionalização, adotadas pelas agências de fomento e pelo governo brasileiro, há a necessidade de, em breve, proceder-se à revisão e à adequação dos mecanismos internos que regulamentam, especialmente, as relações internacionais.

- **Implantar e consolidar as coordenações de comunicação, normatizando e formando equipes com profissionais da área, com 80% das ações concluídas.**

Considerando a rotatividade de servidores que respondem pela comunicação nos *campi*, será elaborado um material que versará sobre as principais atribuições da Cecom. Esse objetivo será readequado e permanecerá como demanda para o Planejamento Estratégico 2018-2021.

- **Implantar projetos de ação social, com 100% das ações concluídas.**

O IFC, por meio da Proex, lançou o Edital nº 142/2017, com o intuito de apoiar a realização de Projetos de Ação Social. O resultado do edital foi o desenvolvimento de 15 projetos nos *campi* do IFC.

- **Desenvolver um programa de execução da política de acessibilidade, com 50% das ações concluídas.**

A PROEN/CGPPE elaborou pesquisa com os NAPNEs dos *campi* sobre o trabalho desenvolvido pelos núcleos e a realidade das pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas; organizou duas palestras aos servidores (presenciais e EAD), sobre deficiência e/ou necessidades específicas; organizou a publicação de 40 textos, com temas relacionados a deficiências e necessidades específicas, dentre os quais destacam-se deficiência auditiva/surdez, deficiência visual/cegueira, Síndrome de Down, TDAH, acessibilidade, surdocegueira, paraolimpíadas, inclusão, direitos das pessoas com deficiência, tecnologias assistivas, microcefalia, além dos temas gerais; e publicizou as atividades do NAPNE (pesquisas, eventos, etc.). Em andamento permanece a elaboração de minuta do Regulamento da Política de Atendimento Educacional Especializado. Em relação às adequações de acessibilidade do site institucional, a Cecom auxiliou na fase de testes, disponibilizando o *template* para avaliação de grupo de usuários.

- **Implantar programa de apoio a estudantes com elevado desempenho, com 50% das ações concluídas.**

Foi realizada pesquisa com os NAPNEs dos *campi*, para levantamento de número de estudantes com elevado desempenho, e estimulada/viabilizada a participação de 4 estudantes no Parlamento Juvenil do Mercosul, sendo eleita 1 aluna do IFC - *Campus* Ibirama. Ações de estímulo às atividades de esporte, cultura e lazer foram ofertadas (com a participação nos Jogos e no IFCultura).

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Em consonância com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi definida a missão e visão do IFC para o período 2013-2017:

Missão - Proporcionar educação profissional, atuando em ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional.

Visão - Ser referência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica em Santa Catarina.

A definição da Missão Institucional, se deu no desenvolvimento do Planejamento Estratégico elaborado com base nos documentos norteadores do IFC, além das legislações pertinentes.

No site do Instituto Federal Catarinense - IFC link https://issuu.com/institutofederalcatarinense/docs/livreto_planejamentoestrat_gico_di apresenta-se o alinhamento do PE 2013-2017.

3.2 - FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

O monitoramento e acompanhamento do atingimento dos objetivos é primordial para efetividade da Gestão do IFC. Para tanto, adota-se reuniões periódicas, visitas nos Campi, utilização de Sistema Integrado de Gestão, relatórios da Comissão Própria de Avaliação, acompanhamento do Censo Interno, monitoramento e adequações de documentos norteadores como PDI, PE, entre outros.

A forma de acompanhamento dos documentos norteadores utilizados pelo IFC está contemplada no item 3.1 deste Relatório de Gestão.

Nas reuniões e visitas busca-se eliminar ruídos de comunicação, dar voz aos principais atores da Instituição, visualizar as atividades dos Campi, acompanhar os objetivos traçados, adequar estratégias, agilizar soluções e decisões necessárias, entre outros.

A sistematização dos dados coletados pela Comissão Própria de Avaliação auxiliam no acompanhamento, melhoria e aperfeiçoamento de processos internos da Instituição.

O Censo Interno traz indicadores e dados que corroboram com o objetivo de monitoramento e acompanhamento de ações propostas pela Gestão.

O Sistema Integrado de Gestão (SIG) provê as ferramentas e funcionalidades necessárias para a realização da gestão administrativa, financeira, patrimonial e acadêmica da instituição. Por possuir diversos módulos, estratificados de acordo com sua área de atuação, cada um dos mesmos possui um responsável da área de negócio e técnico.

SIGRH: Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos, informatiza os procedimentos de recursos humanos, tais como: marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o sistema SIAPE (sistema de âmbito nacional), enquanto outras são somente de âmbito interno;

SIPAC: Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos, oferece operações fundamentais para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos, sendo, portanto, atuante nas atividades-meio dessa instituição. O sistema SIPAC integra totalmente a área administrativa desde a requisição (material, prestação de serviço, suprimento de fundos, diárias, passagens, hospedagem, material informacional, manutenção de infraestrutura) até o controle do orçamento distribuído internamente;

SIGAA: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual;

SIGAdmin: é a área de administração e gestão dos 3 sistemas integrados. Este sistema gerencia entidades comuns entre os sistemas informatizados, tais como: usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, gerência de sites e portais, dentre outras funcionalidades. Apenas gestores e administradores do sistema tem acesso ao SIGAdmin.

O sistema Siga-EPCT (SIGA EDU): Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Educação gerencia os processos acadêmicos das instituições de EPCT - Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O módulo de Ensino engloba informações referentes à: Infraestrutura; Planejamento, Acompanhamento e Fechamento do Período Letivo; Admissão de Alunos; formação de turma de alunos; Diários de Classe. Cabe lembrar que as atividades do sistema SIGA EDU serão incorporadas às atividades do sistema SIGAA na medida em que este seja implantado no IFC e o mesmo será descontinuado tão logo a implantação do SIG esteja concluída, permanecendo o mesmo para acesso de consultas por um período de tempo ainda a ser estabelecido.

O sistema Pergamum contempla as principais funções de uma Biblioteca, funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão das bibliotecas dos campus da instituição, melhorando a rotina diária com os seus usuários (alunos, professores e servidores das bibliotecas).

3.3 – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

3.3.1 – Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da unidade

Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS:

Quadro 4: Ação OFSS - 20RL

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial
Código	20RL Tipo: Atividade
Título	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
*Iniciativa	
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
47.604.248,00	47.604.248,00	44.866.236,95	31.449.098,86	31.008.500,58	440.598,28	13.417.138,09
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Gestão administrativa, financeira e técnica e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais: manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamentos de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.		Estudante matriculado	12.296		13.712	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
15.180.397,34	13.892.140,75	684.522,66			6889	

Quadro 5: Ação OFSS - 20RG

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial
Código	20RG Tipo: Projeto
Título	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO
*Iniciativa	
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.816.829,00	3.816.829,00	3.426.270,45	1.009.340,42	953.278,56	56.061,86	2.416.930,03
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Construção, modernização, ampliação e reforma de bens imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, mobiliárias, laboratórios para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.			Projeto viabilizado	5	8	8
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.132.752,03	1.832.386,88	0,00				

Quadro 6: Ação OFSS - 2994

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2994 Tipo: Atividade				
Título		ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO				
*Iniciativa						
Objetivo		Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009				
Programa		Educação de qualidade para todos Código: 2080				
Unidade Orçamentária		26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

10.733.776,00	10.733.776,00	10.660.582,93	9.526.099,37	9.396.049,82	130.049,55	1.134.483,56
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seta pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.		Benefício concedido	3.000		4537	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.610.344,79	1.306.542,94	68.574,94			986	

Quadro 7: Ação OFSS - 4572

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		4572 Tipo: Atividade				
Título		CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO				
*Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		Programa de gestão e manutenção do ministério da educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
416.293,00	416.293,00	330.798,09	313.538,33	310.028,33	3.510,00	17.259,76
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Participação em cursos, palestras, pagamento de diárias e locomoção		Servidores beneficiados	900		1204	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			

Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
169.985,08	16.094,21	149.694,75			42

Quadro 8: Ação OFSS - 4641

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	4641 Tipo: Atividade					
Título	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA					
*Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de gestão e manutenção do ministério da educação Código: 2109					
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
200.000,00	200.000,00	130.000,00				130.000,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
104.000,00	79.223,48					

Quadro 9: Ação OFSS - 00PW

Identificação da Ação					
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial				
Código	00PW Tipo: Atividade				
Título	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES NACIONAIS SEM EXIGÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO				
*Iniciativa					
Objetivo	Código:				

Programa		Operações especiais: Gestão da Participação em organismos Código: 0910				
Unidade Orçamentária		26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
34.580,00	34.580,00	34.579,00	34.579,00	34.579,00		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Quadro 10: Ação OFSS - 20TP

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		20TP Tipo: Atividade				
Título		ATIVOS CIVIS DA UNIÃO				
*Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		Programa de gestão e manutenção do ministério da educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
172.351.908,00	216.760.006,00	216.759.518,25	216.620.239,25	216.571.932,03	48.307,22	139.279,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada

Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
169.985,08	16.094,21	149.694,75			

Quadro 11: Ação OFSS - 0181

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	0181 Tipo: Atividade					
Título	APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO					
*Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Previdência de inativos e pensionistas da União Código: 0089					
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.795.919,00	16.565.397,00	15.542.276,44	15.542.276,44	15.542.276,44		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Quadro 12: Ação OFSS - 2012

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial
Código	2012 Tipo: Atividade
Título	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES

*Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		Programa de gestão e manutenção do ministério da educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.993.688,00	9.948.507,00	9.931.166,63	9.931.166,63	9.931.166,63		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Auxílio-alimentação			Benefício concedido	1636		1851
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Quadro 13: Ação OFSS - 2011

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2011 Tipo: Atividade				
Título		AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES				
*Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		Programa de gestão e manutenção do ministério da educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.792.956,00	2.176.460,00	2.151.480,33	2.151.480,33	2.151.480,33		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada

Auxílio-transporte			Benefício concedido	849		473
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Quadro 14: Ação OFSS - 2010

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2010 Tipo: Atividade				
Título		ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS				
*Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		Programa de gestão e manutenção do ministério da educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.113.948,00	1.187.895,00	1.176.814,94	1.176.814,94	1.176.814,94		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Assistência pré-escolar			Benefício concedido	289		294
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Quadro 15: Ação OFSS - 2004

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial
Código	2004 Tipo: Atividade

Título		ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES				
*Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		Programa de gestão e manutenção do ministério da educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.221.640,00	3.427.761,00	3.357.653,35	3.340.376,93	3.340.376,93		17.276,42
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Assistência médica e odontológica			Benefício concedido	1790		1174
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
299.768,33	100.253,58	57.944,74				483

Quadro 16: Ação OFSS - 00M1

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		00M1 Tipo: Atividade				
Título		BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE				
*Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		Programa de gestão e manutenção do ministério da educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
37.956,00	67.956,00	53.872,05	53.872,05	53.872,05		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de		Meta	

			medida	Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Quadro 17: Ação OFSS - 216H

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	216H Tipo: Atividade					
Título	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PÚBLICOS					
*Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de gestão e manutenção do ministério da educação Código: 2109 Tipo:					
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
360.000,00	360.000,00	323.059,24	323.059,24	323.059,24		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Auxílio-moradia		Benefício concedido	15		16	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
169.985,08	16.094,21	149.694,75			15	

Quadro 18: Ação OFSS - 09HB

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial

Código	09HB Tipo: Atividade					
Título	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O PLANO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR					
*Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de gestão e manutenção do ministério da educação Código: 2109					
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
33.841.763,00	43.101.680,00	41.301.201,00	41.301.201,00	41.301.201,00		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Quadro 19: Ação OFSS - 0005

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	0005 Tipo: Atividade					
Título	SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATÓRIOS)					
*Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Operações especiais: Cumprimento de sentenças judiciais Código: 0901					
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
131.650,00	129.407,00	129.275,47	129.275,47	129.275,47		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de	Meta		

			medida	Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Ações não Previstas LOA do exercício – Restos a Pagar – OFSS

Quadro 20: Ação OFSS - 20RL

Identificação da Ação					
Código	20RL Tipo: Atividade				
Título	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL				
*Iniciativa					
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência Código: 0582				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031				
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.016.651,65	742.657,23	910.603,58	Gestão administrativa, financeira e técnica e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais: manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamentos de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os	Estudante matriculado	8.877

			limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.		
--	--	--	---	--	--

Quadro 21: Ação OFSS - 20RG

Identificação da Ação					
Código	20RG Tipo: Projeto				
Título	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO				
*Iniciativa					
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031				
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
3.149.823,51	2.041.335,37	1.048.920,39	Construção, modernização, ampliação e reforma de bens imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, mobiliárias, laboratórios para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.	Projeto viabilizado	3

Quadro 22: Ação OFSS - 2994

Identificação da Ação					
Código	2994 Tipo: Atividade				
Título	ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO				
*Iniciativa					
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência Código: 0582				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031				
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
199.491,51	5.563,59	193.927,92	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seta pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.	Benefício concedido	7.429

Quadro 23: Ação OFSS - 6380

Identificação da Ação					
Código	6380 Tipo: Atividade				
Título	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA				
*Iniciativa					
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência Código: 0582				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031				
Unidade Orçamentária	26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.245,15	0,00	629,10	-	-	-

3.3.2 – Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

Ao longo de 2017, o IFC teve um contingenciamento de algo em torno de 60% em investimentos, o que ocasionou eventuais atrasos de execução de obras e de aquisição de equipamentos. Os recursos recebidos foram utilizados para a continuidade dos investimentos iniciados no ano anterior, como por exemplo o término da obra de ampliação do Campus Avançado Abelardo Luz, o qual contou também com parte do investimento oriundo de emenda parlamentar individual. Houve também o lançamento de alguns TED's (Termo de Execução Descentralizada), para ações específicas sempre relacionados a investimentos e eventualmente situações pontuais de necessidade, a exemplo o TED nº 5759 – Campus Araquari.. Situação parecida a do anos anteriores no que diz respeito a liberação de parte do orçamento apenas ao final do ano o que gera riscos de não conseguir aproveitar os recursos dentro do exercício e acaba gerando algumas inscrições em restos a pagar. Destacamos também que os repasses financeiros ocorriam de forma parcelada, com base no montante de despesas liquidadas e que embora em 2017 a situação se estabilizou mais do que em anos anteriores, o não repasse total dos recursos financeiros (liquidados até a data) ocasionou alguns atrasos de pagamentos.

3.3.3 - Obrigações Assumidas sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento

Não houve obrigações assumidas sem o respectivo crédito autorizado no orçamento.

3.3.4 – Restos a Pagar em Exercícios Anteriores

Quadro 24: Restos a pagar em exercícios anteriores

Valores em R\$

Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (d) = (a-b-c)	
2009	180,00	-	-	180,00	
2011	10.751,48	-	-	10.751,48	
2012	4.706,01	-	-	4.706,01	
2013	748,85	-	-	748,85	
2014	17.367,55	-	-	17.367,55	
2015	253.245,56	210.040,13	337,44	42.867,99	
2016	2.067.021,99	2.019.336,62	18.792,72	28.892,65	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (i) = (e-g-h)
2012	1.047.733,97	-	-	2.386,00	1.045.347,97
2013	30.111,33	-	-	6.445,71	23.665,62
2014	1.001.894,46	429.979,67	429.979,67	515.160,89	56.753,90
2015	4.668.810,39	2.396.644,91	2.395.174,91	1.901.913,85	371.721,63

2016	23.852.453,48	21.084.473,70	20.904.980,61	1.083.582,29	1.863.890,58
------	---------------	---------------	---------------	--------------	--------------

Análise Crítica

Ao longo dos anos anteriores, observou-se que parte do orçamento era bloqueado, porém ao final do ano, o mesmo era liberado em parte ou em todo, o que possibilitava o empenho de algumas despesas. As mesmas não eram totalmente liquidadas e permaneciam em restos a pagar. Observa-se que em 2017, foram inscritos R\$ 25.919.475,47 em RAP, restando apenas R\$ 1.892.783,23 ao final de 2017. Ao longo de 2017, foi feito um gerenciamento mais criterioso sobre a permanência de despesas em RAP, o que culminou no cancelamento de R\$ 1.102.375,01. As demais despesas que ainda se encontram inscritos em restos a pagar estão sendo acompanhadas, para que o objeto contratado seja entregue nas condições estipuladas afim de que se diminua constantemente o volume de despesas inscritas em Restos a Pagar, sempre com foco na eficiência e capacidade de planejamento e gestão do IFC.

3.3.5 – Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Os campi Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira declararam não ter havido execução descentralizada com transferência de recursos no exercício 2017.

CAMPUS VIDEIRA

Quadro 25: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Campus Videira

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Federal Catarinense – Campus Videira					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Convênio	0	0	0	0	0	0
Contrato de repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Ex. Descentralizada (TED)	0	0	01	0	0	R\$ 3.958,19
Totais	0	0	01	0	0	R\$ 3.958,19

Fonte: Setor Financeiro do Campus e SIAFI

Análise Crítica

No exercício de 2017, houve apenas uma descentralização de recursos da UPC para outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, consórcios públicos e Entes da Federação para a execução

de ações ou atividades de responsabilidade da UPC, sendo um TED (Termo de Execução Descentralizada), nº 0003/2017, em favor da CENTRESAF – PR (Centro de Treinamento da ESAF no Paraná), UG nº 170155 e Gestão nº 00001.

A contratação foi realizada para proporcionar o treinamento através de um curso de Gestão e Fiscalização de Contratos na data de 17/04/2017 a 19/04/2017, onde participaram aproximadamente 35 servidores, carga horária de 24 horas. A prestação de contas, e comprovante de ajuste firmado encontra-se disponível no link: <http://videira.ifc.edu.br/dap/despesas/termos-de-execucao-descentralizada/>.

Quanto à eficácia e eficiência dos recursos aplicados, foi através deste Termo de Execução Descentralizado firmado em 2017, que conseguiu-se capacitar um número considerável de servidores, cumprindo um dos quesitos do Plano Anual de Capacitação do referido ano. Além do mais, os custos envolvidos na contratação, foram bem menores, se comparado a contratações individuais de treinamento e pagamento de diárias aos servidores, caso precisassem se deslocar a outras cidades para participação do curso.

Nos anos de 2016 e 2015, no IFC Campus Videira não se verificou a existência de execução descentralizada com transferência de recursos.

CAMPUS LUZERNA

Quadro 26: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Campus Luzerna

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Federal Catarinense – Campus Luzerna					
CNPJ	10.635.424/0008-52					
UG/GESTÃO:	152663/26422					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio						
Contrato de repasse	33	42		R\$ 21.870,06	R\$ 29.786,84	
Termo de Cooperação						
Totais						

Fonte: Siafi Operacional

OBS: Os valores de Transferência de recursos foram pesquisados no SIAFI, >CONGRU, o qual demonstra todas as transferências (pagamentos) Intra.

Descrição dos valores informados:

O IFC Campus Luzerna repassou através de transferência de recursos para pagamento de inscrição em capacitação ref. Exercício de 2017 no seguinte valor em 2016:

- **R\$ 154,21** - Código 70013-4 – Repasse para a ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA (170009/0001)

O IFC Campus Luzerna também repassou através de transferência de recursos para pagamento de faturas de serviços de publicações os seguintes valores em 2017:

- **06 transferências de recurso no valor total de R\$ 2.766,92** - Código 90050-8 – Repasse para a EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A (115406/20415), sendo que 01 transferência no valor de R\$ 608,50 refere-se a pagto de fatura (publicação) do ano de 2015, e as outras 13 transferências no valor de R\$ 8.431,98 refere-se a pagamento de fatura (publicação) do ano 2016.

- **26 transferências de recurso no valor total de R\$ 18.948,93**- Código 70198-0 – Repasse

para o FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.F (11245/0001);

REITORIA / CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

Quadro 27: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Reitoria

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Federal Catarinense					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio						
Contrato de repasse						
Termo de Execução Descentralizada	1	1		257.520,00	480.297,00	480.297,00
Totais	1	1		257.520,00	480.297,00	480.297,00

Fonte: SIAFI

Ocorreram ao longo dos últimos 3 anos, 2 termos de execução descentralizada, no qual o de 2015, se refere ao termo de cooperação técnica nº 01/2014, firmado com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), através do processo nº 23348.000221/2014-66, com vigência até abril de 2017, o qual tem por objetivo a transferência do sistema SIG, imprescindível para o cumprimento das obrigações legais impostas a este órgão como o controle de patrimônio e almoxarifado, dentre inúmeros outros, importantes à gerência da instituição. Em 04 de abril de 2017, foi celebrado o primeiro termo aditivo ao Termo de Execução Descentralizada entre o Instituto Federal Catarinense e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o qual prorroga a vigência do termo de cooperação nº 001/2014 por 12 meses a partir do vencimento do projeto atual (abril/2017), portanto o novo prazo de vigência é abril/2018.

Quadro 28: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres - Reitoria

Unidade Concedente					
Nome: Instituto Federal Catarinense					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Exercício do	Contas Prestadas	Quantidade			3
		Montante Repassado			68.064,67

relatório	Contas Prestadas	NÃO	Quantidade			
			Montante Repassado			
de gestão Exercícios anteriores	Contas Prestadas	NÃO	Quantidade			1
			Montante Repassado			1.218.114,00
Fonte: SIAFI						

Segundo cláusula oitava do termo de cooperação técnica nº 01/2014, a prestação de contas deverá ser apresentado ao final da execução do objeto, com relatório descritivo detalhado das ações executadas.

Quadro 29: Visão gerencial da análise das contas prestadas - Reitoria

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Instituto Federal Catarinense				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Contas analisadas	Quantidade aprovada			3
	Quantidade reprovada			
	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)			68.064,67
Contas analisadas	NÃO	Quantidade		1
		Montante repassado (R\$)		1.218.114,00
Fonte:				

Análise Crítica

O termo de descentralização nº 01/2014, teve sua forma de repasse subdividido em 3 anos, sendo que o encerramento de vigência do mesmo ocorreu em 2017, porém; aditivada até abril/2018. Desta forma, com a apresentação das prestações de contas, como previsto no processo, será possível realizar uma análise mais crítica em relação aos resultados esperados e obtidos através desta descentralização. Este parcelamento do repasse orçamentário foi realizado para evitar prejuízos às demais despesas que necessitavam ser executadas ao longo deste período, minimizando os efeitos de uma aquisição deste volume. Não possuímos um volume grande de descentralizações orçamentárias, fazendo com que não hajam problemas com os prazos para prestação de contas, oscilações no quantitativo de recursos transferidos ao longo dos anos e nem de recursos humanos e materiais para o acompanhamento da execução e posterior prestação de contas, uma vez que estas operações são restritas às demandas criadas neste órgão. Em 2017 foram realizados 3 TED's respectivamente: Instituto Federal do Paraná (IFPR) – TED 01/2017 – R\$ 61.702,65 relativo aos Jogos dos Institutos Federais da Região Sul (JIFSUL); ESAF referente ao curso de capacitação em “SICAF e Gestão Patrimonial” - R\$ 3.181,01 e ESAF referente ao “Curso Legislação de Aposentadorias e Pensões” - R\$ 2.850,29.

CAMPUS SANTA ROSA DO SUL*Quadro 30: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios – Campus Santa Rosa do Sul*

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	IFC - Campus Santa Rosa do Sul					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	0	0	0	0	0	0
Contrato de repasse	0	0	0	0	0	0
TED	0	1	0	0	5877,25	0
Termo Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	0	1	0	0	5877,25	0

Quadro 31: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres – Campus Santa Rosa do Sul

Unidade Concedente					
Nome: IFC – Campus Santa Rosa do Sul					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

Quadro 32: Visão gerencial da análise das contas prestadas – Campus Santa Rosa do Sul

Unidade Concedente ou Contratante	
Nome: Instituto Federal Catarinense	
Contas apresentadas ao repassador no exercício de	Instrumentos

referência do relatório de gestão		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Contas analisadas	Quantidade aprovada	---	---	---
	Quantidade reprovada	---	---	---
	Quantidade de TCE instauradas	---	---	---
	Montante repassado (R\$)	---	---	---
Contas analisadas NÃO	Quantidade	---	---	---
	Montante repassado (R\$)	---	---	---
Fonte:				

3.3.5.1 - Estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

O IFC não possuiu estrutura de pessoal específica para análise das prestações de contas de recebedores dos recursos descentralizados. A aprovação é realizada pela Autoridade Máxima do órgão (Reitora e Diretores-Gerais), com o apoio das Pró-reitorias e demais setores envolvidos no objeto.

3.3.6 – Informações sobre Realização das Receitas

Análise Crítica

As receitas oscilaram suas projeções estipuladas no orçamento. Outra receita que teve maior arrecadação do que a previsão foi a receita com serviços administrativos. Em relação a exercícios anteriores, foi identificado alterações nas receitas, impactado pelas inscrições em concurso, ocorrido em 2016. As diferenças maiores em relação à receita foram em: **Outros Serviços – Principal e Serviços Administrativos e Comerciais Gerais – Principal**, responsável pela maior parte no percentual de acréscimo de receita (34,28%) de 2017 entre o previsto e o efetivamente arrecadado. Em relação ao ano de 2016, que obteve uma diferença (previsto x arrecadado) de 55,19%, os dois parâmetros considerados, também foram os maiores responsáveis pela diferença.

Quadro 33: Totalizador de receitas do órgão

NATUREZA DE RECEITA		2016		2015	
		ARRECADADO	PREVISTO	ARRECADADO	PREVISTO
13100111	Aluguéis e Arrendamentos – Principal	136.743,04	156.114,00	154.611,73	105.361,00
13100112	Aluguéis e Arrendamentos – Multas e Juros			155,21	
13100211	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Principal	17.173,42		4.600,00	
14000011	Receita Agropecuária – Principal	230.131,42	216.288,00	220.779,90	273.849,00
16100111	Serviços Administrativos e	986.906,96	786.117,00	813.207,95	660.191,00

	Comerciais Gerais – Principal				
16100112	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais – Multas e Juros			29,57	
16100211	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos – Principal	11.750,00	7.621,00	332.168,70	5.215,00
16909911	Outros Serviços – Principal	88.800,00		3.600,00	
19100111	Multas Previstas em Legislação Específica – Principal	7.542,00		5.489,00	
19100911	Multas e Juros Previstos em Contratos – Principal	2.264,19	3.669,00	21.633,90	23.795,00
19210111	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público – Principal	233,00		6.992,00	
19210311	Indenização por Sinistro – Principal			20,00	2.098,00
19219911	Outras Indenizações – Principal	88,00		1.427,74	
19229911	Outras Restituições – Principal	102.040,71		86.677,68	
19239911	Outros Ressarcimentos – Principal	293,70		35,39	
19909911	Outras Receitas – Primárias – Principal	1.395,53	11.569,00	6.525,61	
19909912	Outras Receitas – Primárias – Multas e Juros	3.469,64	1.886,00	3.333,95	
TOTAL		1.588.831,61	1.183.264,00	1.661.288,33	1.070.509,00

3.3.7 – Execução de Despesas

Quadro 34: Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	45.469.880,31	12,35	48.407.631,38	16,34	27.444.929,28	8,22	24.72.176,34	10,75
b) Tomada de Preços	1.904.024,28	0,53	3.300.181,76	1,11	617.022,43	0,18	220.133,31	0,08
c) Concorrência	2.707.961,86	0,76	4.265.628,81	1,44	1.802.140,64	0,54	351.435,30	0,13
d) Pregão	39.264.012,82	11,06	40.841.820,81	13,78	25.025.766,21	7,50	25.483.169,93	9,42
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	1.593.878,35	0,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	8.397.581,97	2,37	6.454.355,97	2,18	6.188.472,56	1,85	4.699.788,96	1,74
h) Dispensa	6.370.303,66	1,79	5.253.785,49	1,77	4.550.028,84	1,36	3.757.289,51	1,39
i) Inexigibilidade	2.027.278,31	0,58	1.200.570,48	0,41	1.638.443,72	0,49	942.499,45	0,35
3. Regime de Execução Especial	115.540,97	0,032	89.590,02	0,03	115.540,97	0,03	88.646,58	0,03
j) Suprimento de Fundos	115.540,97	0,032	89.590,02	0,03	115.540,97	0,03	88.646,58	0,03
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	292.405.544,67	82,34	215.593.815,18	72,76	292.197.703,59	87,22	215.477.939,34	79,69
k) Pagamento em Folha	291.264.708,59	81,98	230.230.239,31	72,34	291.059.845,95	86,92	230.106.906,51	79,23
l) Diárias	1.140.836,08	0,32	1.261.236,48	0,41	1.137.857,64	0,34	1.256.254,68	0,45
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	346.388.547,92	97,55	270.545.392,55	91,27	325.946.646,40	97,68	246.321.113,42	91,06
6. Total das Despesas da UPC	355.087.101,97	100	296.326.571,16	100	333.683.440,32	100	270.407.095,69	100

Quadro 35: Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	273.602.995,69	214.364.184,69	273.463.716,69	214.364.184,69	139.279,00	-	273.415.409,47	214.250.630,15
Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	198.272.070,80	162.163.161,98	198.272.070,80	162.163.161,98	-	-	198.272.070,80	162.085.575,71
Obrigações patronais	42.284.802,45	33.153.932,88	42.188.059,50	33.153.932,88	96.742,95	-	42.188.059,50	33.153.932,88
Demais elementos do grupo	33.046.122,44	19.047.089,83	33.003.586,39	19.047.089,83	42.536,05	-	32.955.279,17	19.011.121,56
3. Outras Despesas Correntes	71.433.527,20	68.617.818,14	56.915.346,15	54.108.433,44	14.518.181,05	14.509.384,70	56.335.539,01	52.885.771,77
Locação de mão-de-obra	16.851.905,36	17.444.542,84	13.135.515,35	13.242.388,07	3.716.390,01	4.202.154,77	12.857.927,39	12.688.999,51
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	14.599.438,81	13.268.722,57	9.704.649,26	9.012.809,17	4.894.789,55	4.255.913,40	9.628.742,62	8.753.830,50
Material de consumo	11.493.038,50	10.440.673,79	6.946.356,98	6.176.836,84	4.546.681,52	4.263.836,95	6.782.885,83	5.902.887,45
Auxílio-alimentação	9.494.844,82	8.836.770,96	9.494.844,82	8.836.770,96			9.494.844,82	8.836.770,96
Auxílio financeiro a estudantes	7.177.433,16	7.441.298,50	6.874.497,88	6.573.377,98	302.935,28	867.920,52	6.824.657,88	6.532.917,98
Demais elementos do grupo	11.816.866,55	11.185.809,48	10.759.481,86	10.266.250,42	1.057.384,69	919.559,06	10.746.480,47	10.170.365,37
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	10.050.579,08	13.344.568,33	3.988.553,70	4.001.499,55	6.062.025,38	9.343.068,78	3.932.491,84	3.270.693,77
Obras e instalações	5.601.953,00	6.530.921,97	2.389.349,54	491.774,57	3.212.603,46	6.039.147,40	2.335.246,87	220.133,31
Equipamentos e material permanente	4.406.559,11	6.522.763,96	1.592.791,19	3.432.709,52	2.813.767,92	3.090.054,44	1.590.832,00	2.973.545,00
Demais elementos do grupo	42.066,97	290.882,40	6.412,97	77.015,46	35.654,00	213.866,94	6.412,97	77.015,46

ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA

Alterações significativas ocorridas no exercício

No ano de 2017, houve um aumento de 19,82% das despesas executadas e de 23,40% das despesas pagas, em comparativo com 2016. Este aumento se deve principalmente devido as despesas com a folha de pagamento, que aumentaram 26,48%. Isto ocorre principalmente ao fato de ter ocorrido reajuste nas CD's e FG's e pela nomeação de novos servidores. Dentre as modalidades de licitação, o pregão possuiu a maior representatividade. Dentre estas, houve uma diminuição das demais modalidades de licitação, principalmente a concorrência, que é utilizada especialmente para a contratação de investimentos, onde ocorreu uma queda de 36,51% comparado à 2016, justificado ao fato do contingenciamento orçamentário de investimentos. Observa-se ainda que 97,68% das despesas executadas em 2017 foram pagas, sendo o índice ligeiramente superior aos 91,06% em relação à 2015. As demais despesas apresentaram aumento devido ao aumento geral dos preços de bens e serviços, mantendo sua proporção dentro do total executado e pago de despesas. Ao analisar despesas por grupos, observa-se que dentre as despesas correntes, a mais significativa é com locação de mão-de-obra, representando 23,59% do total empenhado de outras despesas correntes. Nos investimentos, nota-se uma queda brusca nos valores empenhados, liquidados e pagos, justificado ao fato de ter sido bloqueado cerca de 40% do orçamento de investimentos.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade

As contratações diretas, dispensas e inexigibilidades aumentaram na proporção de 30,10% em relação ao ano exercício de 2016, principalmente em função da implantação/gestão do Campus Abelardo Luz. Como o campus está situado em um assentamento, localizado numa cidade do interior do Estado de Santa Catarina, o acesso é distante e complicado, por vias rurais não calçadas. Dessa forma, diversos pregões resultaram seguidamente em desertos e/ou fracassados, ocasionando a necessidade de atendimento de algumas demandas através da modalidade de dispensa de licitação.

Contingenciamento no exercício

Houve contingenciamento nos recursos de investimentos o que acarretou em dificuldades na administração dos projetos já encaminhados para ampliação da estrutura do órgão, bem como do melhoramento do objetivo fim da instituição. Os investimentos são de fundamental importância para o órgão, pois eles são responsáveis em grande parte pela manutenção dos alunos na instituição, como por exemplo a construção de alojamentos e refeitórios, que fazem com que o aluno permaneça em sala de aula, levando em consideração que vários de nossos campus são recém-criados e não possuem uma estrutura completa, tanto em imóveis como em equipamentos que auxiliam no desenvolvimento das atividades. Para as despesas correntes, buscou-se priorizar as necessárias e obrigatórias ao funcionamento do órgão, tendo em vista que houve dificuldades orçamentárias em anos anteriores.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária

Destacamos como positivo o melhor planejamento na utilização dos recursos orçamentários no exercício de 2017, visando, por exemplo, a conclusão de obras paralisadas em detrimento do início de novas obras.

Houve também a obtenção de importantes recursos orçamentários por meio de Termos de Execução Descentralizada realizados junto à SETEC, possibilitando a conclusão de obras e a aquisição de equipamentos para laboratórios, salas de aula e refeitórios.

Como aspecto negativo, está o contingenciamento de limite orçamentário no decorrer do exercício. O órgão não recebe informações precisas sobre os limites que serão liberados ao longo do ano, nem quando serão liberados, dificultando muito a execução planejada do orçamento. Ainda, como já ocorreu em anos anteriores, boa parte do orçamento de custeio é liberada no final do ano, havendo um curto prazo para a realização dos empenhos e impossibilitando a realização de novas licitações que poderiam atender demandas importantes.

3.3.8 – Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Os *campi* Araquari, Blumenau, Fraiburgo, Ibirama, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Santa Rosa do Sul e Campus Avançado Sombrio não possuem suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B ou cartões de pagamento do Governo Federal.

CAMPUS BRUSQUE

Quadro 36: Concessão de suprimento de fundos - Campus Brusque

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	154706	CAMPUS BRUSQUE	0	0	06	R\$ 8.000,00	R\$ 1.500,00
2016	154706	CAMPUS BRUSQUE	0	0	06	R\$ 8.000,00	R\$ 2.000,00

Fonte: INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR CADA UG RESPONSÁVEL ATRAVÉS DE CONSULTA AO SIAFI

Quadro 37: Utilização do cartão de suprimento de fundos - Campus Brusque

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	154706	CAMPUS BRUSQUE	0	0	0	0,00	R\$ 2.014,07	R\$ 2.014,07
2016	154706	CAMPUS BRUSQUE	0	0	0	0,00	R\$ 1.808,15	R\$ 1.808,15

Fonte: INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR CADA UG RESPONSÁVEL ATRAVÉS DE CONSULTA AO SIAFI

Quadro 38: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Campus Brusque

Unidade Gestora (UG) do SIAFI			Classificação do Objeto Gasto		
Exercício	Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
2017	154706	CAMPUS BRUSQUE	339030	04 - GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	R\$ 55,50

				07 - GENEROS DE ALIMENTACAO	R\$ 157,88
				14 - MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	R\$ 24,70
				16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	R\$ 201,06
				21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	R\$ 25,90
				24 - MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	R\$ 496,03
				26 - MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	R\$ 247,80
				28 - MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	R\$ 101,50
				42 - FERRAMENTAS	R\$ 93,70
			339039	16 - MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	R\$ 430,00
				63 - SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	R\$ 140,00
				79 - SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	R\$ 40,00

Análise Crítica

As despesas por Suprimento de Fundos no Campus Brusque ocorrem através de Cartão de Pagamentos do Governo Federal, para despesas eventuais de pequeno vulto, as quais muitas vezes é inviável contratação por meio de licitação, devido ao alto custo e demora processual em relação ao valor dos itens, por imprevisão dos fatos e inviabilidade de constituir estoque ou até mesmo registro de preços em Ata devido à urgência e baixo valor dos procedimentos. A maior parte de sua utilização concentra-se em pequenos reparos em bens móveis e imóveis e manutenções corretivas esporádicas.

Como métodos de controle, é realizada prestação de contas pelos próprios supridos diretamente no Sistema SCP – Comprasnet, através do detalhamento dos itens de nota fiscal fatura. Após o final de cada período de aplicação é realizada prestação de contas e apreciada pelo Ordenador de Despesas, através de apresentação de planilha com o detalhamento dos gastos, conforme os dados já inseridos no Sistema SCP. No exercício 2017 todas as prestações de contas apreciadas foram aprovadas sem ressalvas, restando os gastos comprovados, aplicados dentro dos limites concedidos, períodos de concessão e em conformidade com a legislação aplicável.

Com relação ao exercício 2016 não houve aumento de R\$ 3.982,00 no valor total das concessões, permanecendo os montantes de R\$ 4.000,00 ao total para Despesas com Materiais de Consumo e R\$ 4.000,00 para Despesas com Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Quanto à realização efetiva (pagamentos de faturas) dos montantes concedidos, verifica-se um aumento na ordem de R\$ 205,92 no exercício de 2017 em relação à 2016. Considerando o total dos valores concedidos, o aumento do gasto efetivo representa apenas 2,57% do valor total, razoável à vista do caráter de implantação do Campus Brusque e o exponencial aumento na oferta de serviços de sua atividade-fim ano a ano, por consequência o aumento da demanda para atender as suas necessidades.

CAMPUS CAMBORIÚ

Quadro 39: Concessão de suprimentos de fundos - Campus Camboriú

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	

2017	158460	IFC CAMPUS CAMBORIU			2	20.000,00	10.000,00
2016	158460	IFC CAMPUS CAMBORIU			11	5.000,00	10.000,00
Fonte: SIAFI							

Quadro 40: Utilização de suprimento de fundos - Campus Camboriú

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158460	IFC CAMPUS CAMBORIU					17.900,06	17.900,06
2016	158460	IFC CAMPUS CAMBORIU					14.708,62	14.708,62
Fonte: SIAFI								

Quadro 41: Classificação dos gastos com suprimento de fundos - Campus Camboriú

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158460	IFC Campus Camboriú	339030	7 - Gêneros de alimentação	R\$ 528,40
			11 - Material químico	R\$ 616,50
			14 - Material educativo e esportivo	R\$ 150,00
			19 - Material de acondicionamento e embalagem	R\$ 200,00
			24 - Material para manutenção de bens imóveis/instalações	R\$ 3.788,70
			25 - Material para manutenção de bens móveis	R\$ 85,40
			42 - Ferramentas	R\$ 877,30
			59 - Material para divulgação	R\$ 700,00
			99 - Afins (outros) materiais de consumo	R\$ 3.038,71
		339039	16 - Manutenção e conservação de bens imóveis	R\$ 1.310,00
			17 - Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	R\$ 160,00
			83 - Serviços de cópias e reprodução de documentos	R\$ 118,27
			88 - Serviços de publicidade e propaganda	R\$ 195,00
			99 - Outros serviços de terceiros, pessoa jurídica	R\$ 6.131,68

CAMPUS CONCÓRDIA**Quadro 42: Concessão de suprimento de fundos - Campus Concórdia**

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	158461	IFC CAMPUS CONCÓRDIA			12	26.664,59	3.000,00
2016	158461	IFC CAMPUS CONCÓRDIA			8	13.209,40	2.500,00

Fonte: SIAFI

Quadro 43: Utilização de suprimento de fundos - Campus Concórdia

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158461	IFC CAMPUS CONCÓRDIA			12	5.114,15	17.699,04	26.664,59
2016	158461	IFC CAMPUS CONCÓRDIA			8	2.370,00	10.839,40	13.209,40

Fonte: SIAFI

Quadro 44: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Campus Concórdia

Unidade Gestora (UG) do SIAFI			Classificação do Objeto Gasto		
Exercício	Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
2017	158461	CAMPUS CONCÓRDIA	339030	07- GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	3.104,55
				9 – MATERIAL FARMACOLÓGICO	192,00
				11 – MATERIAL QUÍMICO	510,00
				12 – MATERIAL ZOOTÉCNICO	186,06
				14 – MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	219,20
				15 – MATERIAL PARA FESTIVIDADES	427,00
				16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	356,63
				17 – MATERIAL ROCESSAMENTO DE DADOS	640,00
				18 – MATERIAIS E MEDICAMENTOS VETERINÁRIO	681,30

			19 – MATERIAL DE ACOND. DE EMBALAGEM	549,81
			21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA	52,00
			22 – MATERIAL DE LIMPEZA	408,62
			23 – UNIFORMES, TECIDOS, AV.	574,50
			24 – MAT. P/MANUTENÇÃO DE BENS IMOVEIS	5.351,21
			25 – MATERIAL P/MANUT. BENS MOVEIS	2.583,15
			26 – MATERIAL ELÉTRICO	1.346,90
			28 – MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	5,20
			31 – SEMENTES, MUDAS E INSUMOS	76,00
			35- MATERIAL LABORATORIAL	38,00
			36 – MATERIAL HOSPITALAR	97,00
			42 – FERRAMENTAS	67,45
			99 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	202,46
		339039	05 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	2.500,00
			12 – LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAQUINAS	110,00
			14 – LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.650,00
			17 – MANUT. E CONSERV. MAQUINAS E EQUIP.	459,15
			20 – MANUT. E CONSERV. BENS MOVEIS	490,00
			25 – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	200,00
			27 – SUPORTE INFRA TI	250,00
			65- SERVIÇOS DE APOIO AO ENSINO	471,60
			63 – SERVIÇOS GRAFICOS E EDITORIAIS	1.490,00
			83 – SERVIÇOS DE CÓPIA E REPROD. DOC	314,80
			88 – SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	380,00
			95 – MANUT. CONS. EQUIP. DE PROCES. DADOS	380,00
			99- OUTROS SERVIÇOS	300,00

Análise Crítica

O Campus Concórdia utilizou o Cartão de Pagamentos do Governo Federal na modalidade suprimentos de fundos, no valor de R\$ 26.664,59 no exercício de 2017. Há um controle rígido quando ao uso do Cartão de Pagamento, sendo utilizado exclusivamente para itens de pequeno vulto de carácter emergencial e não previstos em processos licitatórios, ou cujos itens foram cancelados

ou desertados.

Observa-se um aumento do valor em relação ao ano de 2016, no entanto, quando comparado ao exercício de 2015, os valores estão equiparados. Observa-se também que os gastos mais relevantes estão com material de manutenção de bens móveis e imóveis, tendo em vista que o Campus Concórdia possui 50 de existência e conseqüentemente muitas máquinas e equipamentos antigos, onde torna-se impossível a previsão de todos os itens que possam sofrer avarias, sendo necessária a utilização dessa modalidade para suprir situações emergenciais.

Observa-se também que não houve saques ou utilização além do limite previsto na legislação. Todos os gastos por suprimento de fundos são controlados via planilha, conforme consta nos autos dos processos realizados. Informamos também, que todas as prestações de contas foram prestadas nos prazos estabelecidos na legislação, incluídas no sistema e os valores não utilizados foram anulados no sistema.

CAMPUS LUZERNA

Quadro 45: Concessão de suprimento de fundos - Campus Luzerna

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	152663	Campus Luzerna	0	0	06	R\$ 18.000,00	R\$ 4.000,00
2016	152663	Campus Luzerna	0	0	02	R\$ 4.000,00	R\$ 3.000,00

Fonte: SIAFI

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	152663	IFC/Campus Luzerna	0	0	02	R\$ 4.000,00	R\$ 3.000,00

Fonte: SIAFI

Em Novembro de 2016 foi concedido valor de suprimento de fundos para dois servidores, sendo da forma que segue:

- Servidor 01: Valor total R\$ 10.000,00, sendo R\$ 7.000,00 como material e R\$ 3.000,00 como serviço. Deste valor foi anulado até o dia 31/12/2017 o empenho de serviços no valor de R\$ 2.074,00 e do empenho de materiais o valor R\$ 3.389,64, por ser valores não utilizados, e conforme a legislação o valor concedido não pode ultrapassar o exercício financeiro.

- Servidor 02: Valor Total R\$ 8.000,00, sendo apenas material. Deste valor foi anulado até o dia 31/12/201 o empenho de materiais no valor de R\$ 6.516,25 por ser valor não utilizado, e conforme a legislação o valor concedido não pode ultrapassar o exercício financeiro.

Quadro 46: Utilização de suprimento de fundos - Campus Luzerna

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIA-	Conta Tipo B	Cartão de Pagamento do Governo Federal
-----------	------------------------------	--------------	--

	FI				Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	152663	Campus Luzerna	0	0	02	0	R\$ 1.546,00	R\$ 1546,00
2017	152663	Campus Luzerna	0	0		0	R\$ 6.020,11	R\$ 6.020,11

Fonte: INFORMAÇÕES DE CONSULTA AO SIAFI

Quadro 47: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Campus Luzerna

Unidade Gestora (UG) do SIAFI			Classificação do Objeto Gasto		
Exercício	Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
2017	152663	IFC-Campus Luzerna	339030 / MATERIAL DE CONSUMO	04 – GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	480,00
				09 – MATERIAL FARMACOLOGICO	125,20
				16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	843,90
				17 - MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	587,09
				22 - MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	981,96
				24 - MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	1.617,96
				26 - MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	458,00
			339039 /OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	17 - MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	926,00

Análise Crítica

O Campus Luzerna não teve concessões de Suprimentos de Fundos nos exercícios anteriores à 2016, sendo o mesmo utilizado para despesas excepcionais de pequeno vulto a partir do fim do ano de 2016.

As compras através do CPGF são feitas exclusivamente para despesas eventuais de pequeno vulto, as quais muitas vezes é inviável a contratação por meio de licitação, por imprevisão dos fatos e inviabilidade de constituir estoque ou até mesmo registro de preços em Ata devido a urgência e baixo valor dos procedimentos por serem urgentes para manter o funcionamento da Instituição. Maior parte de sua utilização concentra-se em pequenos reparos e manutenções corretivas esporádicas.

O IFC Campus Luzerna possui apenas 02 cartões de compras governamentais. Esta medida visa um melhor controle a respeito das compras realizadas por este meio, garantindo que seja seguida a lei. Assim são abertos processos de aquisição por suprimento a cada três meses, e só é aberto um novo após a prestação de contas ser aprovada pelo Ordenador de Despesas. A prestação de contas é apresentada através de documentos para o ordenador aprovar a utilização do Cartão de pagamento a cada encerramento do período concedido, que nunca ultrapassou 03 meses tanto em meio físico, além da prestação de contas ser feita pelos próprios suprimentos diretamente no Sistema SCP – Comprasnet, através do detalhamento dos itens de nota fiscal fatura através do site

comprasnet e somente depois é autorizado a abertura de um novo processo.

No exercício 2017 todas as prestações de contas apreciadas foram aprovadas sem ressalvas, restando os gastos comprovados, aplicados dentro dos limites concedidos, períodos de concessão e em conformidade com a legislação aplicável.

Com relação ao exercício 2016 houve um aumento no valor concedido, e por consequência no valor efetivamente realizado. Isso ocorreu pois em 2016 o cartão só foi utilizado nos três últimos meses do ano, e em 2017 foi no ano inteiro. Houve diversas despesas, todas fundamentadas no processo. O principal valor se concentrou em material para manutenções, isto porque por mais que tenham sido feitas previsões de compras, existem materiais específicos que não tem como prever, e a necessidade só surge quando ocorre determinados fatos. É sempre analisado os pedidos urgentes de acordo com o fato que está ocorrendo, o valor a ser adquirido, bem como qual o impacto no funcionamento do Campus.

REITORIA / CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

Quadro 48: Concessão de suprimento de fundos - Reitoria

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	158125	Reitoria			8	26.600,00	4.000,00
2016	158125	Reitoria			5	15.000,00	3.000,00

Fonte: SIAFI

Quadro 49: Utilização de suprimento de fundos - Reitoria

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158125	Reitoria			-	0,00	11.675,48	11.675,48
2016	158125	Reitoria			-	0,00	8.977,50	8.977,50

Fonte: SIAFI

Quadro 50: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Reitoria

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158125	Reitoria	33.90.30	01 – Combustíveis e lubrificantes	130,86
			07 – Gêneros de alimentação	2.143,20
			14 – Material educativo e esportivo	315,00
			16 – Material de expediente	283,50

			19 – Material de condicionamento e embalagem	214,41
			21 – Material de copa e cozinha	1.120,63
			22 – Material de limpeza e produtos de higienização	164,30
			24 – Material para manutenção de bens imóveis/instalações	2.489,49
			25 – material para manutenção de bens móveis	841,30
			26 – Material elétrico e eletrônico	1.350,90
			29 – Material para áudio, vídeo e foto	59,50
			30 – Material para comunicações	49,80
			39 – Material para manutenção de veículos	75,00
			42 – Ferramentas	93,43
			99 – Outros materiais de consumo	89,90
		33.90.39	16 – Manutenção e conservação de bens imóveis	1.640,40
			17 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	80,00
			47 – Serviços de comunicação em geral	303,86
			78 – Serviços de limpeza e conservação	170,00
			83 – Serviços de cópia e reprodução de documentos	60,00

Análise Crítica

Na reitoria, houve um aumento no número de concessões de suprimento de fundos tendo em vista a inclusão do campus avançado de Abelardo Luz como de responsabilidade da reitoria pela gestão administrativa e financeira. Desta forma foi concedido um suprimento de fundo a cada trimestre na reitoria e um suprimento de fundos ao campus avançado de Abelardo Luz. Os gastos com suprimento de fundos tem em sua principal função as compras emergenciais e de pequeno vulto.

Em 2017, as principais despesas ocorreram em virtude da aquisição de materiais para manutenções da estrutura dos prédios e dos bens móveis da reitoria e do campus avançado de Abelardo Luz, este último em virtude do início dos trabalhos no qual foram necessárias realizar algumas manutenções imprescindíveis para o funcionamento da unidade. O IFC (Reitoria e Campus Avançado Abelardo Luz) não permite a utilização da ferramenta “saque” relativo ao Cartão de Pagamento do Governo Federal (Suprimento de Fundos). Vale ressaltar que houve algumas mudanças físicas nas dependências da Reitoria, inclusive com a implantação do SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor), o qual exigiu a aquisição de alguns materiais para a adequação do espaço físico às necessidades da unidade de atendimento.

CAMPUS RIO DO SUL

Quadro 51: Concessão de suprimento de fundos - Campus Rio do Sul

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	158458	IFC/Campus Rio do Sul	0	0	10	35.263,86	6.251,91
2016	158458	IFC/Campus Rio	0	0	12	41.960,90	7.853,64

		do Sul					
Fonte: SIAFI							

Quadro 52: Utilização de suprimento de fundos - Campus Rio do Sul

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158458	IFC/Campus Rio do Sul	0	0	4	2.955,00	32.308,86	35.263,86
2016	158458	IFC/Campus Rio do Sul	0	0	3	886,60	41.035,90	41.960,90
Fonte:								

Quadro 53: Classificação dos gastos com suprimento de fundos - Campus Rio do Sul

Unidade Gestora (UG) do SIAFI			Classificação do Objeto Gasto		
Exercício	Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
2016	158458	IFC/RSUL	33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO	01- COMBUSTIVEIS E LUBRIFIC. AUTOMOTIVOS	386,60
				06 – ALIMENTO PARA ANIMAIS	183,10
				07- GENEROS DE ALIMENTAÇÃO	381,99
				09 - MATERIAL FARMACOLOGICO	90,98
				11 – MATERIAL QUÍMICO	415,00
				12 – MATERIAL DE CAUDELARIA E PROD ZOO	246,10
				14 – MATERIAL ESPORTIVO	918,00
				16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	968,40
				17 - MAT.PROCESSAM. DADOS	830,00
				19 – MATERIAL ACONDICIONAMENTO/EMB.	891,18
				21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA	737,10
				22 – MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE	1.608,02
				23 – UNIFORMES, TECIDOS, AV.	350,40
				24 – MAT. P/MANUTENÇÃO DE BENS IMOVEIS	11.627,05
				25 – MAT. P/ MANUTENÇÃO DE BENS MOVEIS	627,50
				26 – MATERIAL ELÉTRICO	4377,77
				28 – MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	1.485,87
				29 – MATERIAL PARA AUDIO, VÍDEO E FOTO	58,00
31 – SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	2.394,43				
39 – MATERIAL P/ MANUTENÇÃO VEÍCULOS	43,90				
42 – FERRAMENTAS	2.020,56				

			44 – MAT.DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	17,91
			08 - MANUTENCAO DE SOFTWARE	267,00
			12 - LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENT.	350,00
		33.90.39 - OUTROS	16 – MANUTENÇÃO E CONSERV. BENS IMÓV	915,00
		SERVIÇOS DE	17 – MANUT. E CONSERV. MAQUINAS E EQUIP	97,00
		TERCEIROS -	19 – MANUTENÇÃO DE VEICULOS	2.000,00
		PJ	63 – SERVIÇOS GRAFICOS E EDITORIAIS	575,00
			74 - FRETES E TRANSP. DE ENCOMENDAS	400,00

Análise Crítica

Conforme já abordado, o Campus Rio do Sul possui três unidades distantes entre si, existindo mais de 50.000 m² de área construída com uma escola fazenda de área aproximada de 280 hectares com todo um componente de animais que fazem parte da escola fazenda.

Obviamente com todas essas características acima descritas não há como prever integralmente todas as necessidades do Campus. Procuramos aprimorar ano a ano o uso do suprimento de fundos diminuindo ao máximo sua utilização. Em comparação ao ano de 2016, aplicamos cerca de 16% a menos nessa modalidade e continuaremos a fazê-lo no ano de 2018.

Quanto ao uso do saque, houve um aumento considerável em relação ao ano de 2016, motivado pela contratação urgente de guinchos para movimentar material que estava no antigo CEDUP para um local próximo, visto que havia uma obra do governo do estado onde estavam esses materiais. Houve também um saque grande para compra de suprimento de uma impressora 3D que estava numa feira de oportunidades divulgando o curso de mecatrônica. Os demais saques foram normais e similares as necessidades dos outros anos.

Cabe ressaltar que todas as prestações de contas foram devidamente apresentadas e aprovadas pelo gestor, não havendo nenhum problema seja na forma ou seja no uso do mesmo. Mister-se faz mencionar que no ano de 2017 um dos gestores do Campus participou de uma comissão de regulamentação da concessão de suprimento de fundos que deverá ser aprovada no ano de 2018.

CAMPUS VIDEIRA

Quadro 54: Concessão de suprimento de fundos - Campus Videira

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	158379	IFC – Campus Videira	---	---	06	R\$ 10.554,55	R\$ 3.000,00
2016	158379	IFC – Campus Videira	---	---	06	R\$ 6.101,65	R\$ 2.000,00

Fonte: SIAFI

Quadro 55: Utilização de suprimento de fundos - Campus Videira

Exercício	Unidade Gestora (UG) do	Conta Tipo B	Cartão de Pagamento do Governo Federal
-----------	-------------------------	--------------	--

	SIAFI				Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158379	IFC - Campus Videira	----	----	06	R\$ 2.232,00	R\$ 8.322,55	R\$ 10.554,55
2016	158379	IFC – Campus Videira	---	---	06	R\$ 290,00	R\$ 5.811,65	R\$ 6.101,65

Fonte: SIAFI

Quadro 56: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Campus Videira

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158379	IFC Campus Videira	339030	01	580,00
			04	789,00
			06	72,95
			07	155,35
			09	676,10
			16	93,30
			17	608,09
			23	340,90
			24	1.788,04
			25	738,33
			26	300,49
			28	182,00
			31	665,00
		339039	05	1.502,00
			17	800,00
			20	220,00
			22	776,00
		47	267,00	

Análise Crítica

O uso do cartão corporativo no IFC Campus Videira durante o ano de 2017, registrou um aumento dos gastos em relação aos anos anteriores. Geralmente o uso se deu para cobrir despesas eventuais e de pequeno vulto, principalmente para aquisição de peças ou contratação de serviços para manutenção de bens móveis, necessários às atividades do campus. E que pela urgência, não poderiam aguardar processo licitatório ou instrução de processo de dispensa. No final do ano de 2017, foram adquiridos vários materiais de manutenção para o campus, para que o setor de infraestrutura possa ter um estoque para suprir possíveis emergências no conserto de instalações elétricas e hidrossanitárias e espera-se que no ano de 2018, as despesas com o cartão corporativo sejam diminuídas.

No ano de 2017, não houve uso da Conta tipo “B”, e os saques foram efetuados, quando da

necessidade de aquisição de material ou prestação de serviço em fornecedor não detentor de máquina de cartão, necessitando que o pagamento fosse em espécie. Quanto às prestações de contas dos processos, as mesmas foram apresentadas pelos supridos até 30 dias, após o encerramento do seu uso, e juntados aos referidos processos administrativos.

3.4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

3.4.1 - INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005

Em conformidade com as determinações do Tribunal de Contas da União, através dos Acórdãos nº 2.267/2005–TCU/Plenário, com alterações do Acórdão nº 600/2006-TCU/Plenário, apresenta-se a seguir os resultados dos indicadores de desempenho para aferição da atuação do IFC, obtidos no exercício de 2015.

Os dados para elaboração dos indicadores foram extraídos, calculados e posteriormente disponibilizados pela própria SETEC, através da Plataforma Nilo Peçanha, a partir de consultas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal – SIAPE.

A análise dos indicadores seguiu as orientações da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, através do Manual para Produção e Análise dos Indicadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT.

As informações anteriores ao ano de 2011 não serão contempladas para a composição e análise da série histórica dos indicadores neste documento. Relatórios de Gestão anteriores já apontavam a impossibilidade de comparação, em função da ausência de informações consolidadas para a extração dos indicadores deste período.

Em 2017 os todos os dados foram disponibilizados através da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), a qual foi criada pela Portaria SETEC nº 01/2018, de 03 de janeiro de 2018.

Quadro 57: Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2016	2015	2014	2013	2012
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga (RCV)	$RCV = \frac{\text{Inscritos}}{\text{Vagas para ingresso}}$	2,9	3,06	3,22	3,77	3,80
	Relação Ingressos/Aluno (RIM)	$RIM = \frac{\text{Ingressantes}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$	40,6 %	39,68%	35,25%	35,47%	36,58%
	Relação Concluintes/Aluno (RCM)	$RCM = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$	22,2 %	12,56%	13,08%	15,87%	18,99%
	Índice de Eficiência Acadêmica– Concluintes(EAC)	$EAC = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Finalizados}} \times 100$	51,6 %	34,89%	48,42%	53,98%	54,99,0%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (REF)	$REF = \frac{\text{Retidos}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$	19,3 %	28,50%	23,05%	22,19%	23,94%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral (RAD)	$RAD = \frac{\text{Matrículas Atendidas}}{\text{Docentes}}$	19,90	18,76	16,7	15,17	14,97
	Relação Alunos por Professor (Utilizando-se o conceito Aluno-Equivalente)	$(\text{Aluno-Equivalente}/((20h*0,5)+40h+DE))*100$	20,50	18,63	18,65	-	-
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno(GCA)	$GCA = \frac{\text{Total de Gastos Correntes}}{\text{Matrículas Atendidas}}$	R\$ 17.677,16	R\$ 16.325,86	R\$ 19.481,26	R\$ 18.021,80	R\$ 15.382,47
	Percentual de Gastos com Pessoal (GCP)	$GCP = \frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$	77,12 %	71,30%	66,59%	64,20%	60,69%
	Percentual de Gastos com outros Custeios (GOC)	$GOC = \frac{\text{Gastos com Outros Custeios}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$	14,87 %	17,09%	17,15%	17,67%	18,96%
	Percentual de Gastos com	$GCI = \frac{\text{Gastos com Investimentos}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$	3,27 %	6,60%	12,33%	14,05%	15,99%

	Investimentos (GCI)						
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar (MRF)	$GCI = \frac{\text{Faixa SM}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$ Faixa SM: número de alunos matriculados por faixa de renda familiar per capita em salários mínimos (SM). Matrículas atendidas refere-se ao total de alunos pesquisados.	*	-	-	-	-
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente (TCD)	$TCD = \frac{G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5}{\sum \text{dos Docentes Independente de Titulação}}$ Docente com Graduação (G): Peso 1; Docente com Aperfeiçoamento (A): Peso 2 Docente com Especialização (E): Peso 3 Docente com Mestrado (M): Peso 4 Docente com Doutorado (D): Peso 5	4,2	4,16	4,01	3,77	3,87

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP. Data de referência: ano base 2017.

3.4.1.1 – Terminologia utilizada pela SETEC para a composição dos indicadores

Vagas Ofertadas: Número de vagas ofertadas, por curso e campus dentro do período em análise, em Editais de Oferta de Vagas por meio do Sisu, Enem, vestibular, processos seletivos, sorteios e/ou outras formas de ingresso.

Inscrições (Inscritos): Número de inscrições para as vagas ofertadas, por quaisquer formas de ingresso (Sisu, Enem, vestibular, processos seletivos, sorteios, ...) por curso e campus.

Número de Ingressos (Ingressos): Refere-se ao total de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos ou outras formas de ingresso que tenham sido incluídas no SISTEC, por curso e campus.

Matrículas Atendidas: Corresponde ao número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independentemente da situação atual da matrícula. Para efeito de cálculo dos indicadores utilizando o SISTEC, equivale a todas as matrículas que estão com status EM CURSO ou que tiveram alteração de status com mês de referência no intervalo desejado. Em síntese corresponde ao total de matrículas que estiveram “em curso” por, pelo menos, um dia, dentro de período de análise.

Número de concluintes (Concluintes): Concluinte é o aluno que integralizou os créditos e está apto a colar grau. No caso de cursos que exigem a conclusão de um estágio curricular, existe no sistema o status do aluno que “integralizou a fase escolar”, que não é ainda concluinte, por dever a aprovação no estágio obrigatório. O termo concluinte será utilizado como o somatório do número de concluintes e do número de integralizados.

Integralizado Fase Escolar (Integralizado): É o aluno que concluiu os créditos, mas que por dever a aprovação no estágio obrigatório ainda não está apto a colar grau.

Evadido: aluno que possui mais de 25% de falta.

Desligado: É o aluno que solicita o cancelamento de sua matrícula junto à secretaria da unidade escolar.

Transferido Externo: O aluno é transferido de uma unidade de ensino técnico para outra unidade de ensino (tanto para o ensino regular ou técnico).

Matrículas Finalizadas (Finalizados): Refere-se as matrículas que foram finalizadas, independentemente do êxito ou não do aluno. Ou seja, o aluno pode ter concluído, integralizado fase escolar, evadido, desligado ou transferido.

Número de alunos retidos (Retidos): O número de alunos retidos representa o total de alunos de um dado ciclo de matrícula que estejam em situação ativo, concluinte ou integralizado fase escolar, que tenham mês de ocorrência posterior a data final prevista para o ciclo de matrícula, e que pertençam a um mesmo ciclo de matrícula. Retenção Escolar refere-se à subdivisão acadêmica de reprovação ou trancamento.

Número de docentes: O Docente em tempo integral (seja efetivo ou contrato temporário) presta atividades exclusivamente acadêmicas, considerando-se o regime de trabalho de 40 horas semanais. A quantidade de professores em regime de trabalho de 20h será

multiplicada por 0,5 e a quantidade de professores em regime de 40h ou de Dedicção Exclusiva será multiplicada por 1. Este dado é atualmente conseguido através do sistema SIAPE e será utilizado para o cálculo do indicador “relação de alunos/docentes em tempo integral”, também conhecido como RAP.

Total de gastos correntes: Consideram-se todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, inativos, pensionistas e ação 20RW Apoio à Formação Profissional e Tecnológica. Os dados financeiros são obtidos através do sistema SIAFI e utilizados para cálculo dos indicadores de gastos.

Investimentos: Despesas destinadas ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Inversões financeiras: Despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Gastos totais: Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

Total de gastos com Pessoal: Gastos com servidores (ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios);

Gastos com outros custos: Gastos totais de OCC menos (-) benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras.

A partir da Portaria nº 818, de 13 de Agosto de 2015, ficou regulamentado o conceito de Aluno-Equivalente e de Relação Aluno por Professor, no âmbito da Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Desse forma. Segue-se os conceitos estabelecidos na referida Portaria:

Aluno-Equivalente: é o aluno matriculado em um determinado curso, ponderado pelo Fator de Equiparação da Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso.

Fator de Equiparação de Carga Horária do Curso: permite a equiparação de cursos com durações distintas, sendo calculado pela divisão da carga horária anual do curso por oitocentas horas. A carga horária anual do curso deve considerar a carga horária mínima regulamentada e a duração do ciclo do curso, em anos, definido no Projeto Pedagógico.

Fator de Esforço de Curso: ajusta a carga horária do curso em função da quantidade de aulas práticas que tecnicamente demandem menor Relação Aluno por Professor.

Fator de Equiparação de Nível de Curso: permite a equiparação de cursos de níveis diferentes quando as respectivas metas para a Relação Aluno por Professor são díspares.

Regime de Tempo Integral: pondera a carga horária dos professores que possuem regime de trabalho de vinte horas semanais, quarenta horas semanais ou dedicação exclusiva.

Relação Aluno por Professor: razão entre o total de Alunos-Equivalentes corrigido pelo

Fator de Equiparação de Nível de Curso e o número de professores corrigidos para Regime de Tempo Integral.

3.4.1.2 – Metodologia empregada para o cálculo dos indicadores

1. Relação de Candidatos por Vaga (RCV)

Este indicador mede a demanda do público pelas vagas ofertadas no IFC, através da divisão do número de inscrições efetivadas nos processos seletivos pelo número de vagas ofertadas em editais em todas as formas de ingresso.

$$RCV = \frac{\text{Inscritos}}{\text{Vagas para Ingresso}}$$

2. Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM)

O objetivo deste indicador é avaliar a capacidade de renovação do quadro discente, através da relação entre o número de alunos que ingressaram no exercício de referência em relação ao total de alunos que em algum momento de 2015 foram atendidos na Instituição, independente de sua situação final.

$$RIM = \frac{\text{Ingressantes}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$$

3. Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM)

O indicador mede a capacidade de alcance de êxito escolar, através da determinação do quantitativo de alunos que concluíram os cursos ou integralizaram a carga horária no exercício de referência em relação ao total de matrículas atendidas no IFC.

$$RCM = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$$

4. Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC)

O indicador, obtido pela divisão do número de concluintes pelo total de matrículas que tiveram alteração de status para *Concluído*, *Integralizado*, *Evadido*, *Desligado* ou *Transferido Externo* no intervalo de análise, determina a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizam seu percurso acadêmico no IFC.

Esta metodologia de cálculo seguiu a orientação da SETEC, adequada à sistemática adotada pelo SISTEC, baseada no conceito de ciclo de matrícula. Sendo assim, este indicador passa a ser a relação entre todos os alunos que concluíram exitosamente seu curso no período (concluído ou integralizado), independentemente da época de seu ingresso; e, todos os que, de alguma forma, finalizaram seu curso, independentemente do êxito ou não.

$$EAC = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Finalizados}} \times 100$$

5. Retenção do Fluxo Escolar (RFE)

Este indicador mede a relação de alunos que não concluíram seus cursos no período previsto. É obtido pela relação entre o total de alunos que estejam com situação *Em Curso*, *Concluinte* ou *Integralizado em Fase Escolar*, após o término previsto para encerramento do ciclo de matrícula, pertencentes a um mesmo ciclo, pelo total de matrículas atendidas.

$$RFE = \frac{\text{Retidos}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$$

6. Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD)

O objetivo deste indicador é medir a capacidade de atendimento de alunos pela força de trabalho docente. Considera que professores efetivos ou temporários com contratado em regime de 40 horas ou de Dedicção Exclusiva equivalem a 1,0 (um) e com contratado em regime de 20 horas equivalem a 0,5 (meio).

$$RAD = \frac{\text{Matrículas Atendidas}}{\text{Docentes}}$$

7. Relação Aluno por Professor (RAP)

A Portaria nº 818, de 13 de agosto de 2015, do Ministério da Educação, regulamentou o conceito de *Aluno-Equivalente* e de *Relação Aluno por Professor*. De acordo com essa regulamentação, nova fórmula é utilizada, sendo calculada a partir da razão entre o total de *Aluno-Equivalente* corrigido pelo *Fator de Equiparação de Nível de Curso* e a somatória de *Professor Tempo Integral*

$$RAP = \frac{\sum \text{Alunos-Equivalentes} \times FENC}{\sum \text{Professor Tempo Integral}}$$

8. Titulação do Corpo Docente (TCD)

Este indicador demonstra o índice de atualização do corpo docente. Seu numerador é composto pela soma de todos os docentes efetivos ou temporários, ponderados pela sua titulação, conforme a seguinte relação: graduação (G) - Peso 1, aperfeiçoamento (A) - Peso 2, especialização (E) - Peso 3, mestrado (M) - Peso 4, doutorado (D) - Peso 5.

O denominador do indicador é representado pelo somatório dos docentes, independentemente da sua titulação e regime de trabalho.

$$TCD = \frac{G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5}{\sum \text{dos Docentes Independente de Titulação}}$$

9. Gasto Corrente por Aluno (GCA)

Este indicador mede o custo médio de cada aluno da Instituição. Para o cômputo dos gastos correntes, é considerado o gasto total do IFC, deduzindo pessoal inativo e pensionistas, precatórios, gastos com investimentos e ação 20RW de Apoio à Formação Profissional e Tecnológica.

$$GCA = \frac{\text{Total de Gastos Correntes}}{\text{Matrículas Atendidas}}$$

10. Gastos com Pessoal (GCP)

O indicador possibilita quantificar o montante de gastos com pessoal em relação aos gastos totais da Instituição.

$$GCP = \frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$$

11. Gastos com Outros Custeios excluído Benefícios e PASEP (GOC)

Quantifica o total de gastos com outros custeios, deduzindo despesas com benefícios e PASEP, em relação aos gastos totais do IFC.

$$GOC = \frac{\text{Gastos com Outros Custeios}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$$

12. Gastos com Investimentos (GCI)

Este indicador mede os gastos com investimentos em relação aos gastos totais da Instituição.

$$GCI = \frac{\text{Gastos com Investimentos}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$$

13. Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita (MRF)

Este indicador mede a capacidade de inclusão social do IFC, a partir da contagem dos alunos matriculados em cursos regulares, aos quais tenham sido aplicados questionários socioeconômicos, para identificar em qual faixa de renda familiar per capita (RFPC) - em salários mínimos (SM) - cada aluno se enquadra, segundo a seguinte classificação:

- FAIXA1: $0 < RFPC \leq 0,5 \text{ SM}$
- FAIXA2: $0,5 < RFPC \leq 1 \text{ SM}$
- FAIXA3: $1 < RFPC \leq 1,5 \text{ SM}$
- FAIXA4: $1,5 < RFPC \leq 2,5 \text{ SM}$
- FAIXA5: $2,5 < RFPC \leq 3,5 \text{ SM}$
- FAIXA6: $3,5 \quad RFPC > \text{SM}$

Para composição destes dados, os Pesquisadores Institucionais dos *Campi* realizaram um levantamento por amostragem.

$$GCI = \frac{\text{Faixa SM}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$$

Quantitativos referentes ao exercício de 2017 utilizados na elaboração dos indicadores

Quadro 58: Informações acadêmicas

Campi	Vagas	Inscritos	Ingressantes	Matriculas Atendidas	Concluídos		Evadidos					Retidos
					Concluídos	Integralizados	Abandono	Cancelado	Desligado	Reprovado	Transferidos externos e internos	
Araquari	896	3279	794	1.970	301	0	0	0	186	0	44	117
Avançado Abelardo Luz	315	254	198	233	3	0	0	17	41	0	8	39
Avançado Sombrio	262	1221	263	927	149	1	10	0	99	0	25	58
Blumenau	513	1462	498	1.108	189	1	0	0	227	0	19	170
Brusque	1253	1520	608	718	429	0	0	0	98	0	1	62
Camboriú	1050	3830	960	3.131	624	6	3	2	510	0	53	291
Concórdia	585	3119	550	1.717	385	0	4	0	262	0	49	91
Fraiburgo	600	620	464	789	208	14	35	0	294	1	19	11
Ibirama	242	296	219	443	80	0	10	0	14	0	17	22
Luzerna	256	1185	236	737	71	31	0	0	109	0	29	41
Rio do Sul	768	3370	690	1.966	340	43	0	20	347	0	53	106
Santa Rosa do Sul	350	1011	322	1.027	216	48	15	0	113	0	50	65
São Bento do Sul	726	1178	621	855	453	0	0	0	260	0	0	48
São Francisco do Sul	372	1124	300	778	78	0	1	0	114	0	18	114
Videira	610	1997	598	1.507	297	33	0	0	273	0	34	105
Total	8798	25466	7.321	18.006	3.823	177	78	39	2.947	1	419	1.340

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.

Data de referência: ano base 2017

Quadro 59: Carga horária e titulação do corpo docente

Campi	Total Docentes	Docentes 20 horas	Docentes 40 horas	Docentes DE	Docentes Graduados	Docentes Aperfeiçoados	Docentes Especialistas	Docentes Mestres	Docentes Doutores
Araquari	129	4	9	116	0	0	5	58	56
Avançado Abelardo Luz	21	0	2	19	1	0	4	5	10
Avançado Sombrio	49	5	5	39	1	0	10	20	13
Blumenau	63	5	4	54	0	0	6	20	16
Brusque	28	1	0	27	1	0	1	13	13
Camboriú	147	6	17	124	1	0	12	64	52
Concórdia	116	8	9	99	2	0	2	34	60
Fraiburgo	29	7	1	21	0	0	8	17	1
Ibirama	39	10	3	26	2	0	5	17	10
Luzerna	55	3	5	47	1	1	5	30	11

Rio do Sul	115	1	9	105	1	0	4	51	50
Santa Rosa do Sul	67	0	9	58	0	0	1	34	24
São Bento do Sul	36	6	0	30	1	0	9	14	12
São Francisco do Sul	47	3	2	42	1	0	8	19	16
Videira	86	4	9	73	2	0	10	52	11
Total	1027	63	84	880	14	1	92	457	359

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.

Data de referência: ano base 2017

Quadro 60: Consolidação financeira da instituição

Dados Financeiros	R\$
Gastos Correntes (sem Bolsa Formação e e-Tec)	327.727.858,00
Gastos com Pessoal	273.706.547,00
Gastos com outros Custeios (sem Benefícios)	52.793.364,00
Investimentos e Inversões Financeiras	11.621.510,00
Bolsa Formação e e-Tec	-
Inativos e Pensionistas	15.551.422,00
Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-Tec)	354.900.700,00
Gastos Totais	354.900.700,00

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.

Data de referência: Ano Base 2017.

3.4.1.3 - Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET

1. Relação de Candidatos por Vaga (RCV)

Comparativo da Relação de Candidato/Vaga com anos anteriores								
Relação de candidato/vaga	2013	2014	2015	2016	2017	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)	De 2016 para 2017 (%)
Indicador	3,80	3,77	3,22	3,06	2,89	-14,59	- 4,97	- 5,88
Inscritos	14.368	14.083	13.690	21.732	25.466	-2,79	58,75	14,66
Vagas	3.782	3.739	4.256	7.108	8.798	13,82	67,01	19,21

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.

Data de referência: Ano Base 2017.

A relação candidato por vaga ofertada no IFC apresentou um decréscimo em relação ao ano anterior de -5,88%, causando uma variação no índice, possivelmente em função do aumento do número de vagas e do aumento da oferta de ensino nas regiões onde se encontram os *Campi* do IFC.

Quadro 61: Relação candidato/vaga

Campi	Vagas		Inscritos		Indicador	
	2016	2017	2016	2017	2015	2017
Araquari	543	896	2.862	3.279	5,27	3,66
Avançado Abelardo Luz	35	315	36	254	1,03	0,80
Avançado Sombrio	265	262	1.111	1.221	4,19	4,66
Blumenau	675	513	1.158	1.462	1,72	2,85
Brusque	903	1.253	521	1.520	0,58	1,21
Camboriú	865	1.050	3.092	3.830	3,57	3,65
Concórdia	410	585	2.694	3.119	6,57	5,33
Fraiburgo	545	600	623	620	1,14	1,03
Ibirama	235	242	580	296	2,47	1,22
Luzerna	255	256	1.227	1.185	4,81	4,63
Rio do Sul	785	768	3.039	3.370	3,87	4,39
Santa Rosa do Sul	252	350	896	1.011	3,56	2,89
São Bento do Sul	505	726	516	1.178	1,02	1,62
São Francisco do Sul	195	372	916	1.124	4,70	3,02
Videira	640	610	2.461	1.197	3,85	3,27
Total	7.108	8.798	21.732	25.466	3,06	2,90

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.

Data de referência: Ano Base 2017.

No quadro acima, alguns *campi* apresentaram uma diminuição na relação candidato/vaga em comparação ao ano de 2016, enquanto outros Campi tiveram um aumento neste índice.

2. Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM)

Comparativo da Relação de ingressos/alunos com anos anteriores								
Relação de ingressos/aluno	2013	2014	2015	2016	2017	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)	De 2016 para 2017 (%)
Indicador	36,58%	35,47%	35,25%	39,68%	40,6 %	-0,62	12,57	2,27
Ingressantes	3.617	3.661	4.117	6.531	7.321	11,07	58,63	10,80
Matrículas Atendidas	9.889	10.322	11.680	16.461	18.006	11,62	40,93	8,58

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.

Data de referência: Ano Base 2017.

Este indicador apresentou um aumento no ano de 2017. O número de ingressantes e de matrículas atendidas, em 2017, apresenta considerável aumento, devido a abertura de novos cursos e da campanha de divulgação junto as comunidades da oferta educacional da Instituição.

Quadro 62: Relação de ingressos/matrícula atendida (RIM)

Campi	Ingressantes	Matrículas Atendidas	Indicador (%)
Araquari	794	1.970	40,30
Avançado Abelardo Luz	198	233	84,98
Avançado Sombrio	263	927	28,37
Blumenau	498	1.108	44,95
Brusque	608	718	84,68

Camboriú	960	3.131	30,66
Concórdia	550	1.717	32,03
Fraiburgo	464	798	58,15
Ibirama	219	443	49,43
Luzerna	236	737	32,02
Rio do Sul	690	1.966	35,10
Santa Rosa do Sul	322	1.027	31,35
São Bento do Sul	621	955	65,03
São Francisco do Sul	300	778	38,56
Videira	598	1.507	39,68
Total	7.321	18.006	40,66

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.

Data de referência: Ano Base 2017.

3. Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM)

Quadro 63: Relação de concluintes por matrícula atendida (RCM)

Comparativo da Relação de concluintes/alunos								
Relação de concluintes/aluno	2013	2014	2015	2016	2017	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)	De 2016 para 2017 (%)
Indicador	18,99%	15,87%	13,08%	12,56%	22,21%	-21,33	- 3,98	43,44
Concluintes (Concluídos + Integralizados)	1.607	1.617	1.660	2.286	4.000	2,59	37,71	42,85
Matrículas Atendidas	9.889	10.322	11.680	16.461	18.006	11,63	40,93	8,58

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.

Data de referência: Ano Base 2017.

Observa-se que este indicador teve um aumento considerável em 2017. As novas fórmulas para o cálculo do indicador, através das metodologias utilizadas pelos responsáveis da Plataforma Nilo Peçanha pode ter interferido neste indicador.

Em 2013 a extração de matriculados considerou a soma de matrículas ativas mais os ingressantes do ano, acrescidos das matrículas que foram reativadas. A partir de 2014 considerou-se para a elaboração do componente Matrículas Atendidas o número total de alunos que estiveram pelo menos um dia com a situação em curso na Instituição, ou seja, foram considerados também os concluídos, evadidos, desligados e transferidos externos do ano, resultando em um quantitativo maior.

Quadro 64: Relação de concluintes/alunos atendidos

Campi	Concluintes	Matrículas Atendidas	Indicador (%)
Araquari	301	1.970	15,28
Avançado Abelardo Luz	03	233	1,29
Avançado Sombrio	150	927	16,18
Blumenau	190	1.108	17,15
Brusque	429	718	59,75
Camboriú	630	3.131	20,12
Concórdia	385	1.717	22,42
Fraiburgo	222	798	27,82

Ibirama	80	443	18,06
Luzerna	102	737	13,84
Rio do Sul	383	1.966	19,48
Santa Rosa do Sul	264	1.027	25,71
São Bento do Sul	453	955	47,43
São Francisco do Sul	78	778	10,02
Videira	330	1.507	21,90
Total	4000	18.006	22,21

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.

Data de referência: Ano Base 2017.

4. Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC)

Quadro 65: Comparativo para o índice de eficiência acadêmica com anos anteriores

Comparativo para o índice de eficiência acadêmica com anos anteriores								
Índice de eficiência acadêmica	2013	2014	2015	2016	2017	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)	De 2016 para 2017 (%)
Indicador	54,99%	53,98%	48,42%	34,89%	51,60 %	-11,42	- 27,94	32,38
Concluintes	1.878	1.617	1.660	2.067	4000	2,59	24,52	48,32

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.

Data de referência: Ano Base 2017.

O indicador da eficiência acadêmica teve uma descontinuidade na sua metodologia de elaboração. Em 2011 o método de cálculo utilizado verificou, entre os alunos que ingressaram no início do curso, quais concluíram com êxito. A partir de 2012 o cálculo passou a considerar os alunos que concluíram com sucesso ou integralizaram os créditos, em relação a todos os estudantes que deixaram de estar em curso no ano analisado.

A análise do indicador, no biênio 2015-2016, mostra um aumento do número de alunos Concluintes e de alunos Finalizados. Apesar destes aumentos, no ano de 2016 houve uma queda no indicador Eficiência Acadêmica, uma vez que o número de Matrículas Atendidas aumentou consideravelmente.

Em 2017 foram utilizadas as metodologias da Plataforma Nilo Peçanha, e os dados extraídos desta Plataforma. Percebe-se que desta forma houve um aumento considerável deste Indicador.

Quadro 66: Percentual de eficiência acadêmica por Campi

Campus	Concluintes	Indicador (%)
Araquari	301	52,53
Avançado Abelardo Luz	03	0
Avançado Sombrio	150	47,00
Blumenau	190	46,90
Brusque	429	58,40
Camboriú	630	51,00
Concórdia	385	58,40
Fraiburgo	222	45,20
Ibirama	80	69,20
Luzerna	102	35,20
Rio do Sul	383	35,20

Santa Rosa do Sul	264	62,30
São Bento do Sul	453	67,60
São Francisco do Sul	78	26,70
Videira	330	62,60
Total	4000	51,60

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.
Data de referência: Ano Base 2017.

5. Retenção do Fluxo Escolar (RFE)

Quadro 67: Comparativo para o índice de retenção do fluxo escolar com anos anteriores

Índice de retenção do fluxo escolar	2013	2014	2015	2016	2017	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)	De 2016 para 2017 (%)
Indicador	23,94%	22,19%	23,05%	28,50%	6,2%	3,73	23,64	- 359,67
Retidos	2.367	2.290	2.692	4.692	304	14,93	74,29	- 1.443,42 %
Matrículas Atendidas	9.889	10.322	11.680	16.461	18.006	11,63	40,93	8,58

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.
Data de referência: Ano Base 2017.

Em 2017 foi utilizado somente as matrículas de estudantes que tinham como data de previsão de término no ano de 2016 e que continuam matriculados. Estes dados foram calculados e disponibilizados pela SETEC através da Plataforma Nilo Peçanha. Desta forma fica incoerente fazer um comparativo com os anos anteriores, visto que era utilizada outro método de cálculo, onde todos os alunos que não concluíram no ano previsto eram contabilizados.

Quadro 68: Índice de retenção do fluxo escolar

Campi	Retidos	Matrículas Atendidas	Indicador (%)	
			2016	2017
Araquari	37	1.970	15,70	11,60
Avançado Abelardo Luz	0	233	28,38	0,00
Avançado Sombrio	32	927	17,01	15,00
Blumenau	30	1.108	23,89	5,70
Brusque	24	718	46,10	4,30
Camboriú	46	3.131	34,78	8,00
Concórdia	23	1.717	37,55	6,50
Fraiburgo	3	798	28,28	0,70
Ibirama	0	443	19,64	0,00
Luzerna	12	737	17,50	6,80
Rio do Sul	29	1.966	28,97	4,90
Santa Rosa do Sul	13	1.027	25,73	5,80
São Bento do Sul	0	955	40,91	0,00
São Francisco do Sul	34	778	43,04	43,00
Videira	21	1.507	18,31	4,50
Total	4.692	18.006	28,50	6,20

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.
Data de referência: Ano Base 2017.

6. Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD)

Total de Docentes	Docentes 20 horas	Docentes 40 horas	Docentes DE	Total Geral
Total de Docentes (pessoas)	63	84	880	1.027
Total de Docentes considerando a relação 20h como 0,5 e 40h/DE como 1	31,5	84	880	995,5

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.

Data de referência: Ano Base 2017.

Quadro 69: Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD)

Relação de alunos/docentes em tempo integral	2013	2014	2015	2016	2017	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)	De 2016 para 2017 (%)
Indicador	14,97	15,17	16,70	18,76	20,50	9,16	12,33	8,48
Matrículas Atendidas	9.889	10.322	11.680	16.461	18.006	11,63	40,93	8,58
Docentes	660,5	680,5	699,5	877,5	995,5	2,72	25,45	11,85

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.

Data de referência: Ano Base 2017.

A partir de 2015, será utilizado o Termo Aluno-Equivalente, que é o aluno matriculado em um determinado curso, ponderado pelo Fator de Equiparação da Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso.

Analisando os dados acima, verifica-se que houve um aumento gradual das matrículas atendidas e de docentes, aumentando significativamente o indicador de 2016 para 2017, pois estão proporcionalmente interligados.

7. Titulação do Corpo Docente (TCD)

Quadro 70: Titulação do Corpo Docente (TCD)

Índice de titulação do Corpo Docente								
Índice de titulação dos Docentes	2013	2014	2015	2016	2017	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)	De 2016 para 2017 (%)
Indicador	3,87	3,77	4,01	4,16	4,20	6,37	3,74	0,95
Graduados	53	92	51	26	14	-44,56	- 49,02	- 85,71
Aperfeiçoados	0	2	1	2	1	-50,0	50,0	- 50,00
Especialistas	82	62	61	95	92	-1,61	55,74	- 3,26
Mestres	407	378	392	462	457	3,70	17,86	- 1,09
Doutores	148	181	221	320	359	22,10	44,80	10,86
Total	690	715	726	905	1.027			

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.

Data de referência: Ano Base 2017.

Ao longo dos últimos anos o número de docentes vem acompanhando o crescimento do quantitativo de estudantes matriculados no IFC.

Em 2017 houve um aumento do número de doutores, enquanto as demais titulações permaneceram praticamente inalteradas.

8. Gasto Corrente por Aluno (GCA)

Quadro 71: Comparativo dos Gastos Correntes por aluno

Gastos Correntes por Aluno	2013	2014	2015	2016	2017	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)	De 2016 para 2017(%)
Indicador	15.382,47	18.021,80	19.481,26	16.325,86	17.677,16	7,49	- 16,20	7,64
Total de Gastos Correntes (R\$)	152.117.236,00	186.021.007,40	227.541.123,48	268.739.986,10	327.727.858,00	22,04	18,11	18,00
Matrículas Atendidas	9.889	10.322	11.680	16.461	18.006	11,63	40,93	8,58

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.

Data de referência: Ano Base 2017.

No ano de 2017 houve um aumento do gastos correntes por aluno em 7,64%. Porém as matrículas atendidas aumentaram 8,58 % neste mesmo ano.

9. Gastos com Pessoal (GCP)

Quadro 72: Comparativo de percentual de Gastos com Pessoal

Percentual de Gastos com Pessoal	2013	2014	2015	2016	2017	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)	De 2016 para 2017 (%)
Indicador	60,69%	64,20%	66,59%	71,30%	77,10 %	3,72	7,07	7,52
Gastos com Pessoal (R\$)	109.893.328,00	145.109.740,99	180.875.385,74	214.941.590,16	273.706.547,00	24,65	18,83	21,47
Total de Gastos (R\$)	181.075.865,00	230.747.701,07	272.310.119,36	301.457.924,42	354.900.790,00	18,01	10,70	15,06

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.

Data de referência: Ano Base 2017.

10. Gastos com Outros Custeios excluído Benefícios e Pasep (GOC)

Quadro 73: Comparativo de percentual de Gastos com Outros Custeios

Percentual de Gastos com Outros Custeios	2013	2014	2015	2016	2017	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)	De 2016 para 2017 (%)
Indicador	18,96%	17,67%	17,15%	17,09%	14,87 %	- 2,94	- 0,35	-14,93
Gastos com outros custeios (R\$)	34.334.985,00	39.944.090,03	46.573.046,99	51.499.220,56	52.793.364,00	16,60	10,58	2,51
Total de Gastos (R\$)	181.075.865,00	230.747.701,07	272.310.119,36	301.457.924,42	354.900.790,00	18,01	10,70	17,73

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.

Data de referência: Ano Base 2017.

Análise Crítica

O IFC realizou em 2017, R\$ 52.793.364,00 em despesas de custeio, a qual se excluem despesas de investimento e com folha de pagamento de benefícios. O indicador mostra que há uma desaceleração no crescimento das despesas em relação aos exercícios anteriores, onde os aumentos foram de 16,60% de 2014 para 2015 e de 10,58% de 2015 para 2016. Em comparação com o total do orçamento do órgão, despesas com custeio, vem diminuindo na sua proporção, devido principalmente ao fato do aumento das despesas com folha de pagamento. Já em relação ao total de gastos, houve um aumento considerável pois houve em 2017 um aumento maior com despesas da folha de pagamento devido à nomeação de novos servidores e o aumento no valor da remuneração dos servidores e das funções gratificadas de dos cargos de direção. Neste sentido, embora haja um aumento com os gastos de custeio, há uma indicação de estabilização dos mesmos. Observa-se ainda que o governo vem priorizando o orçamento com as despesas de custeio ao invés das despesas de investimento, isto para manter a máquina pública com aquilo que já está em funcionamento, uma vez que novos investimentos trazem como consequência aumento também de despesas com custeio.

11. Gastos com Investimentos (GCI)

Quadro 74: Comparativo de percentual de gastos com investimentos

Percentual de Gastos com Investimentos	2013	2014	2015	2016	2017	De 2014 para 2015 (%)	De 2015 para 2016 (%)	De 2016 para 2017 (%)
Indicador	15,99%	13,77%	12,33%	6,60%	3,27 %	-10,45	-46,47	-101,83 %
Gastos com Investimentos (R\$)	28.958.629,00	31.765.224,57	33.480.351,09	19.907.242,56	11.621.510,00	5,40	-40,54	-41,62
Total de Gastos (R\$)	181.075.865,00	230.747.701,07	272.310.119,36	301.457.924,42	354.900.790,00	18,01	10,70	17,73

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.

Data de referência: Ano Base 2017.

Análise Crítica

Há uma diminuição significativa do orçamento de investimento, ainda mais quando se realiza a análise histórica, sendo que em 2 exercícios houve a diminuição de mais de 80% do orçamento de investimento, o que acarreta dificuldades em ampliar e atender as necessidades do órgão. Esta queda se justifica pelo contingenciamento orçamentário promovido pelo Governo Federal durante os últimos exercícios, muito em função da queda, também acentuada, no volume da arrecadação. Mesmo assim os projetos iniciados durante a série cronológica estão sendo finalizados; mas novos projetos de expansão, aquisição de equipamentos, dentre outros, estão aguardando as definições dos órgãos competentes.

12. Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita (MRF)

Quadro 75: Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita (MRF)

Campus	0 < RFPC ≤ 0,5 SM	0,5 < RFPC ≤ 1 SM	1 < RFPC ≤ 1,5 SM	1,5 < RFPC ≤ 2,5 SM	2,5 < RFPC ≤ 3,5 SM	RFPC ≥ 3,5 SM	Não Declarado
Arauari	93	214	170	225	81	195	992
Avançado Abelardo Luz	57	16	4	0	1	0	155
Avançado Sombrio	50	133	71	21	13	16	623

Blumenau	28	72	133	94	88	36	657
Brusque	0	2	3	4	11	19	679
Camboriú	289	167	293	695	400	660	627
Concórdia	339	693	237	173	80	51	144
Fraiburgo	50	97	108	85	39	8	402
Ibirama	14	98	128	96	45	32	30
Luzerna	36	200	208	148	65	47	33
Rio do Sul	8	70	35	130	63	105	1.555
Santa Rosa do Sul	8	82	36	120	59	81	641
São Bento do Sul	13	89	142	58	24	5	624
São Francisco do Sul	45	129	176	181	112	64	71
Videira	85	213	369	210	107	77	446
Total	1.115 (6,19%)	2.275 (12,63%)	2.113 (11,73%)	2.240 (12,44%)	1.188 (6,60%)	1.396 (7,75%)	7.679 (42,65%)

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP.

Data de referência: Ano Base 2017.

Para esse indicador foram coletados dados de todos os alunos matriculados na Instituição, num total de **18.006 matrículas atendidas**. Alguns alunos optaram por não declarar a renda familiar, visto que esta informação não é obrigatória para a matrícula (somente para alunos que inscreveram-se nas cotas para baixa renda e/ou que solicitaram algum tipo de assistência estudantil). A fórmula utilizada para os cálculos é:

$$GCI = \frac{\text{Faixa SM}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$$

Em 2017, 42,65 % dos alunos optaram por não declarar sua Renda Per Capita.

Através dessa observação, é possível concluir que o IFC atende, principalmente, discentes oriundos de famílias que possuem Renda Familiar Per Capita (RFPC) entre **0 a 1,5 salários-mínimos**, onde a amostragem demonstra que 2.275 alunos pesquisados estão nessa faixa salarial, de um total de 18.006 alunos pesquisados mantendo o mesmo padrão socioeconômico do ano anterior.

3.5 – INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

O IFC não contratou recursos externos junto a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras.

4 – GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 – DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança é constituída por conselhos, comitês, unidade interna de auditoria, sistema de correição, dentre outras.

As competências das instâncias de controle orgânico da gestão, ora declaradas, não esgotam aquelas apresentadas no Estatuto e no Regimento Geral do IFC.

A estrutura de governança do IFC compõem-se de:

- CONSUPER – Conselho Superior
- CODIR – Colégio de Dirigentes
- PROJUR – Procuradoria Federal
- UNAI – Unidade de Auditoria Interna
- CPA – Comissão Própria de Avaliação
- CIS – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação – PCCTAE
- CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
- CE – Comissão de Ética
- CGCTI – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
- COGEPE
- CONSEPE

Quadro 76: Órgãos de governança e suas principais competências

Órgãos de Governança e suas Principais Competências
CONSUPER – Conselho Superior
<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar as diretrizes para atuação do IFC e zelar pela execução de sua política educacional; • Deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do(a) reitor(a) e dos diretores-gerais de cada <i>campus</i>; • Discutir junto à comunidade acadêmica e aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); • Apreciar a proposta orçamentária anual do Instituto e de cada <i>campus</i>, • Aprovar o Projeto Político Institucional (PPI), bem como os regulamentos internos, com a abrangência de todos os <i>campi</i>; • Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros; • Autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IFC, bem como o registro de diplomas; • Aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do IFC, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e a legislação específica; • Deliberar sobre a criação, o desdobramento, a incorporação, a fusão e a extinção de unidades, e sobre a agregação de estabelecimentos de ensino, bem como a sua criação, transformação de regime jurídico ou extinção de órgãos suplementares, na forma da legislação.
CODIR – Colégio de Dirigentes
<ul style="list-style-type: none"> • Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos, após sua discussão pela comunidade acadêmica nos <i>campi</i>; • Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos; • Propor ao Conselho Superior a criação e/ou alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFC; • Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; • Acompanhar a execução e recomendar alterações no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

Procuradoria Federal junto ao IFC
<ul style="list-style-type: none"> • A Procuradoria Federal é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal que possui as competências de: • Assistir o(a) reitor(a) em questões referentes à legalidade dos atos a serem por ele praticados no exercício de suas funções; • Elaborar e apresentar manifestações e pareceres em processos de licitação, contratos e convênios, e outros que forem submetidos ao exame da legalidade.
UNAI – Unidade de Auditoria Interna
<ul style="list-style-type: none"> • A UNAI é um órgão de Controle e Auditoria Interna responsável por: • Fortalecer e assessorar a gestão; • Prestar apoio aos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo.
COOPAD – Coordenação-Geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares
<ul style="list-style-type: none"> • Instruir e regular os procedimentos administrativos disciplinares; • Criar e estabelecer métodos de monitoramento dos procedimentos administrativos disciplinares.
CPA – Comissão Própria de Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> • Planejar, coordenar e articular o processo interno de avaliação, bem como sistematizar e disponibilizar informações e dados referentes ao processo avaliativo.
CIS – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação
<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar, fiscalizar e avaliar a implementação do plano de carreira em todas as suas etapas; • Propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do plano; • Apresentar propostas e fiscalizar a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento de pessoal do IFC e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas; • Avaliar, anualmente, as propostas de lotação do IFC; • Acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais do IFC proposto pela área de pessoal, bem como os cargos que os integram.
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
<ul style="list-style-type: none"> • Prestar assessoramento ao Conselho Superior ou ao(a) reitor, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, no que diz respeito a: dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas; contratação e admissão de professores efetivos e substitutos; alteração do regime de trabalho docente; avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional; solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado; e liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não.
Comissão de Ética
<ul style="list-style-type: none"> • Orientar e aconselhar sobre a ética do servidor público.
CGCTI – Comitê Gestor Central de Tecnologia da Informação
<ul style="list-style-type: none"> • De caráter consultivo e subordinado à magnífica reitora, é responsável por acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos e ações em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com os objetivos estratégicos do IFC, de modo que as compras e contratações de recursos/materiais, ou, ainda, de qualquer item inserido na categoria do que se denomina bens de interesse da Tecnologia da Informação, sejam submetidas previamente à deliberação do CGCTI.

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFC.

4.2 - ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Unidade de Auditoria Interna (UNAI) do Instituto Federal Catarinense é um órgão administrativo pertencente à estrutura organizacional do IFC e se vincula conforme Decreto nº 3.591/2000, diretamente ao Conselho Superior da Instituição – CONSUPER. A estrutura da UNAI é composta de uma unidade central, localizada na reitoria, e de unidades descentralizadas instituídas

nos respectivos *campi* que compõem o IFC. A UNAI é coordenada por um auditor-chefe, nomeado seguindo as normativas vigentes.

As atribuições gerais da UNAI estão elencadas no artigo 112 do Regimento Geral do IFC e detalhadas no Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna do IFC, aprovado pela Resolução nº 041/2012 - CONSUPER.

A Auditoria Interna tem por finalidade fortalecer a gestão, através de avaliações periódicas nos procedimentos administrativos, tendo por parâmetros os normativos, os fluxos consolidados, decisões superiores (Consuper), as orientações jurídicas (AGU) e técnicas dos órgãos de controle (CGU/TCU), além dos princípios e boas práticas voltadas à gestão pública. Dessa maneira, deve funcionar como um instrumento gerencial e de assessoramento, primando por ações que visem à efetividade e fortalecimento das ações de controle, mitigar riscos e inspirar *compliance*¹.

As Unidades de Auditoria Interna das entidades da Administração Pública Federal Indireta vinculadas aos Ministérios e aos órgãos da Presidência da República ficam sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição.

4.2.1 - Detalhamento das normas que regulam a atuação da auditoria interna

Os documentos que regulam a atuação da Unidade de Auditoria Interna do IFC são os que seguem:

a) Regimento Interno

O Regimento Interno estabelece as diretrizes aos trabalhos da Unidade de Auditoria Interna. Segue o link para acesso ao documento na íntegra:

http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Regimento-Interno_-UNAI-Res.-041-2012_Consuper.pdf

Obs: Foi revogado o inciso III, Art. 9º, pela Resolução nº 001 – CONSUPER/2017, de 13 de janeiro de 2017: <http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/RESOLU%C3%87%C3%83O-ad-ref.-001-2017-Aprova-altera%C3%A7%C3%A3o-Reg.-Interno-Unai.pdf>

b) Manual de Auditoria Interna

O Manual de Auditoria do IFC tem por objetivo sistematizar e padronizar as ações de auditoria, a fim de estabelecer procedimentos comuns relacionados ao planejamento, exame, avaliação e proposição de melhorias que conduzam ao fortalecimento dos controles internos nas diversas áreas organizacionais do IFC. Os controles internos, quando fortalecidos, produzem clareza, objetividade, segurança e transparência dos atos administrativos. Segue o link para acesso ao documento:

<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Manual-de-Auditoria-Interna-vers%C3%A3o-final-.pdf>

1 *Compliance* se refere ao conjunto de disciplinas para fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas para o negócio e para as atividades da instituição ou empresa, bem como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer (Wikipédia, 2015).

c) Código de Ética

Segundo a INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions - Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores), da qual o Brasil é participante, a independência, as faculdades e as responsabilidades do auditor, no setor público, implicam elevadas exigências éticas, a fim de suscitar credibilidade e confiança.

Dessa forma, o Código de Ética visa estabelecer os valores e princípios que envolvem o trabalho dos auditores, levando em conta tanto as exigências éticas dos funcionários públicos em geral quanto as exigências específicas dos auditores em particular, incluindo suas obrigações profissionais. Essas exigências éticas envolvem adoção e aplicação das noções descritas nos seguintes conceitos-chave: integridade, independência, objetividade e imparcialidade, segredo profissional e competência profissional. Segue o link para acesso ao documento:

<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/c%C3%B3digo-de-%C3%A9tica-vers%C3%A3o-final-03.02.16-formatada.pdf>

4.2.2 – Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas

As atividades de auditoria são iniciadas por meio de Ordens de Serviço emitidas pelo auditor-chefe aos auditores, que realizam na reitoria e nos *campi* os mesmos trabalhos durante o mesmo período, salvo solicitações que surjam de maneira isolada.

4.2.3 – Estruturação e escolha do titular da Auditoria

A UNAI do IFC iniciou o exercício de 2017 com uma equipe composta de 13 (treze) servidores em efetivo desempenho nas atividades relacionadas à auditoria. Sendo que durante o ano, passou ao número de 11 (onze) servidores, visto a redistribuição de (01) auditor e afastamento de 01 (uma) auditora, para licença maternidade. Dos 11 (onze) que permaneceram na equipe, 08 (oito) são auditores de carreira, 01 (um) nomeado por portaria e 02 (dois) servidores para apoio às suas atividades, sendo todos considerados para calcular as horas-atividade.

A UNAI dos 15 *campi* do IFC, possui auditores lotados nos *campi* Araquari, Blumenau, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Francisco do Sul, Videira e reitoria. Estando subordinados hierarquicamente ao auditor-chefe, que, por sua vez, está vinculado ao Conselho Superior.

A UNAI, para desenvolver suas atividades na reitoria e nos *campi*, conta com salas próprias (algumas ainda faltam privacidade em função de dividirem espaço com outros setores), estruturadas com microcomputador e acesso à internet, impressora, acesso às informações dos sistemas gerenciais do governo federal, e demais recursos materiais necessários para execução dos trabalhos.

A função de auditor-chefe da Unidade de Auditoria Interna é exercido por servidor de carreira na área de auditoria, devidamente concursado para o cargo de auditor, do quadro da Instituição, cuja nomeação ou exoneração será submetida pelo Reitor à aprovação do Conselho Superior do IFC com posterior aprovação da Controladoria-Geral da União no Estado de Santa Catarina, nos termos do §5º, art. 15, do Decreto n.º 3.591/2000.

4.2.4 – Sistemática de comunicação a alta gerência

A alta gerência toma conhecimento das recomendações da auditoria a partir do Relatório e reunião de encerramento dos trabalhos de cada Ordem de Serviço, ocasião em que é entregue o Plano de Providências para que o gestor faça o seu posicionamento em relação às recomendações, elenque as providências a serem realizadas no atendimento às recomendações e fixe o prazo limite para implementação da ação. Outrossim, os riscos pela não implementação das recomendações são evidenciados pela UNAI em tais momentos.

4.2.5 – Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria

Não houve redesenho na estrutura organizacional da UNAI durante o exercício de 2017.

4.2.6 – Sobreposição de carga horária - Pronatec

Com os trabalhos de auditoria realizados no Pronatec durante o ano de 2016 (OS nº 11 e 12), para atendimento a determinação contida no Acórdão/TCU nº 1.006/2016-Plenário às auditorias internas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que fosse incluído nos seus trabalhos ações relacionadas ao programa e informa-se nos respectivos relatórios de gestão anuais os resultados apurados e providências adotadas, verificou-se que na maioria dos *campi* do IFC que ofertaram cursos do Pronatec de janeiro de 2015 a junho de 2016, quais sejam: Blumenau, Concórdia, Luzerna, Rio do Sul, São Francisco do Sul e Reitoria (em função de servidores que trabalharam em algum curso nos *campi*), a exceção do *campus* Videira, apresentaram inconsistências, do tipo:

- a) Sobreposição de horários das atividades no IFC x Pronatec, contrariando o artigo 12, caput e art. 14, §4º, ambos da Resolução nº 04/FNDE;
- b) Carência no acompanhamento das folhas de presença dos bolsistas por parte das chefias imediatas e dos coordenadores do Pronatec, gerando pagamentos equivocados e descumprimento da Resolução nº 04/FNDE;
- c) Especificamente no caso do *campus* Concórdia, houve denúncia feita na ouvidoria do IFC, sendo que com os trabalhos realizados pela equipe levaram a descaracterizar 3 dos 5 itens elencados na denúncia, acabando por se identificar que os itens restantes são os mesmos apontamentos que se replicam em praticamente todos os *campi* (atividades prestadas ao programa durante o horário de trabalhos sem reposição e falta de controle por parte das chefias e coordenadores do Pronatec).

Com as verificações realizadas, pode-se observar ainda carência de controles das atividades e compromisso por parte das coordenações de realmente fazerem o papel para o qual estão recebendo os valores do programa, falta de uniformidade de procedimentos, manuais, normativas claras e formalizadas para execução específica do Pronatec, demonstrando fragilidades e até mesmo ausência de controles internos. Inclusive por parte do próprio FNDE que em suas normativas deixa lacunas e margens a interpretações que podem prejudicar o bom andamento do programa.

Com o intuito de fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar e fortalecer as ações de controle, mitigar riscos, inspirar *compliance* e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, recomendou-se algumas medidas gerais, a serem gerenciadas pela Coordenação Geral do Pronatec e implementadas em todos os *campi* do IFC, algumas já presentes no Relatório Consolidado da OS nº 009/2013 e da OS 009/2015, sendo que tais procedimentos serão objeto de monitoramento futuro por esta UNAI:

Recomendação (01): Publicar e manter atualizados no sítio da instituição, bem como no mural de entrada do prédio, o quadro de horários de todos os servidores que são bolsistas do Pronatec, atendendo ao art. 15, § 3º da Resolução nº 04 do CD/FNDE e artigo 9º da Resolução Consuper nº 062/2012;

Providências tomadas: Para atender a esta recomendação, a equipe gestora analisou o site Institucional para verificar e corrigir as inconformidades. Ressalto que este é um procedimento de rotina na gestão PRONATEC. Foi alterada ainda a Nota Informativa nº 001/2016/PRONATEC/Reitoria/IFC, que dispõe sobre os procedimentos para registro e controle de frequência das atividades desenvolvidas no âmbito do Pronatec/Bolsa Formação. A nova versão publicada em 2017 será encaminhada aos coordenadores adjuntos por meio de memorando, evidenciando a importância do cumprimento às normas do PROGRAMA.

Recomendação (02): Formalizar junto as coordenações adjuntas e geral do programa e chefias imediatas, a necessidade de acompanhamento efetivo quanto ao cumprimento da jornada de trabalho e sobreposição de horários dos servidores que recebem bolsa do Pronatec, observando no cumprimento da jornada de trabalho dos servidores que prestam serviço ao Pronatec, os ditames previstos no Decreto nº 1.590/1995, resoluções do Consuper nº 062/2012, Resolução nº 04 do CD/FNDE, de 16 de março de 2012 e orientações emitidas pela DGP Reitoria aos *Campus*;

Providências tomadas: Para atender a esta recomendação foi alterada a Nota Informativa nº001/2016/PRONATEC/ Reitoria/IFC, que dispõe sobre os procedimentos para registro e controle de frequência das atividades desenvolvidas no âmbito do Pronatec/Bolsa Formação. A nova versão publicada em 2017 será encaminhada aos coordenadores adjuntos por meio de memorando, evidenciando a importância do cumprimento às normas do PROGRAMA.

Recomendação (03): Promover a substituição dos coordenadores adjuntos do programa dos *Campus Rio do Sul, Blumenau, Rio do Sul, Concórdia e Reitoria*, visto as reincidências apresentadas.

Providências tomadas: Diante desta recomendação, a Coordenação Geral do PRONATEC sugeriu para a continuidade do programa e atendimento a novas Pactuações, que a Gestão renove a Equipe Gestora, colocando inclusive o cargo de Coordenação Geral à disposição.

Cabe ressaltar que os Coordenadores adjuntos de cada campus são nomeados pelos respectivos Diretores Gerais e, portanto, a decisão da substituição cabe aos mesmos.

Visando a finalização dos cursos vigentes e o cumprimento dos compromissos assumidos com a sociedade na oferta dos cursos pactuados em 2015, a Coordenação Geral do PRONATEC evidencia a importância dos coordenadores adjuntos atuais acompanharem a finalização da execução da demanda já pactuada e encaminharem os relatórios finais antes de deixarem a respectiva coordenação.

Destaca-se que em função de recomendações emitidas pela auditoria, para abertura de processo apuratório, houve em 2016 a abertura do recomendado através do Processo nº 23348.005171/2017-56 - *campus Concórdia*, pelo setor de Corregedoria do IFC, que se manifestou pelo arquivamento do processo, embora esta UNAI tenha visão diferente.

4.3 - ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

No IFC as Atividades de Correição são conduzidas pela Corregedoria, criada pela Resolução CONSUPER IFC nº 055/2016. Com a nomeação do Corregedor, ocorrida em 08/02/2017, as atividades tiveram seu início. Anteriormente, existia uma Coordenação responsável pela condução dos processos disciplinares no IFC (COOPAD/IFC).

Durante o exercício de 2017, os processos disciplinares foram abertos pela Corregedoria, após realizado o competente juízo de admissibilidade, a fim de apurar eventuais ilícitos cometidos pelos servidores do IFC em exercício da função pública.

Os ilícitos são noticiados por diversos meios: carta, e-mails, ouvidoria, notícias na imprensa, representações do Ministério Público, outros. No total, em 2017, chegou ao conhecimento da Corregedoria, 40 (quarenta) denúncias/representações. Destas, 20 (vinte) se tornaram processos disciplinares (Sindicância, Sindicância Investigativa, PAD).

Todos os processos abertos, desde o início da instrução até a fase de julgamento são devidamente cadastrados no sistema CGU-PAD, dentro dos prazos estabelecidos. Igualmente, o tratamento das denúncias que não foram objeto de apuração, após juízo preliminar, foram expressos na forma de Parecer/CORREG e registrados neste sistema.

Os processos apurados e as providências adotadas, no que concerne a irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos e que sejam capazes de impactar o desempenho no âmbito do IFC, encontram-se destacados no Quadro XX (nome do arquivo anexo ao e-mail com o Quadro é “Item 04.3 - Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos”).

Quadro 77: Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS						
PROCESSO	TIPO	ASSUNTO	INSTAURAÇÃO	CONCLUSÃO (JULGAMENTO)	RESULTADO	Macroprocessos finalísticos
23473.000274 /2015-22 Campus Blumenau	PAD	Eventuais Responsabilidades pela Aquisição Ar Condicionado Potência menor do que o Suportado pelo Campus.	07/03/2016	10/03/2017	Arquivado	Ensino/Pesquisa/Extensão
23353.064944 /2014-14 Campus Rio do Sul	PAD	Falta de Urbanidade.	24/03/2015	15/03/2017	Arquivado	Ensino/Pesquisa/Extensão
23475.000472 /2016-57 Campus Luzerna	PAD	Apurar Eventual Assédio Docente.	06/09/2016	27/03/2017	Arquivado	Ensino
23348.003060 /2015-43 Campus Brusque	PAD	Conflito de Interesse – uso de Cargo para Benefícios Particulares ou de Terceiros. Servidores Apenados	09/10/2015	03/04/2017	Suspensão convertida Multa	Ensino
23352.001130 /2015-60 Campus Videira	PAD	Descumprimento de Normas Internas – Insubordinação.	08/07/2015	04/04/2017	Suspensão convertida em multa	Ensino

23348.000061 /2016-17 Campus Brusque	PAD	Conflito de Interesse. Pronatec	24/02/2016	18/05/2017	Advertência. Prescrição	Ensino
23348.001883 /2017-04 Diversos Campi	Sindicância Investigativa	Apurar Eventuais Responsabilidades Durante a Aplicação do Exame de Classificação Discente – 2017.	27/03/2017	14/06/2017	Arquivado	Ensino
23350.000097 /2017-32 Campus Camboriú	Sindicância Investigativa	Apurar Eventuais Responsabilidades - Invasão Sistema Acadêmico	31/01/2017	10/07/2017	Arquivado	Ensino
23475.000418 /2017-92 Campus Luzerna	Sindicância Investigativa	Apurar Eventuais Responsabilidades – Utilização Indevida de E-mail Institucional.	29/05/2017	10/07/2017	Arquivado	Ensino
23348.002195 /2016-72 Campus Videira	PAD	Apuração de Condutas de Assédio, Nepotismo outros – Diversos Servidores.	10/08/2016	10/08/2017	Arquivado	Ensino/Pesquisa/Extensão
23349.000798 /2017-19 Campus Araquari	PAD	Apurar faltas Disciplinares – Assédio Moral/Sexual Docente / Aluna	22/05/2017	03/10/2017	Advertência	Ensino/Pesquisa/Extensão
23348.004733 /2017-44 Campus Ibirama	PAD	Apuração de Supostas Ameaças de Servidor Público.	04/08/2017	04/10/2017	Serv. Removido Arquivado	Ensino/Pesquisa/Extensão
23348.005172 /2017-09 Campus Blumenau	Sindicância Investigativa	Apurar Falhas durante Aplicação Exame Classificação Discentes – 2017.	04/09/2017	22/11/2017	Arquivado	Ensino
23348.003609 /2016-81 Campus Abelardo Luz	Sindicância Investigativa	Processo Avocado pela Corregedoria – Reaberto em 19/06/2017 – Apurar Eventuais Responsabilidades pela Morte de Estudante.	19/06/2017	24/11/2017	Arquivado Abertura de PAD	Ensino
23348.005171 /2017-56 Campus Concórdia	PAD	Falhas em Controles Internos – PRONATEC	12/09/2017	20/12/2017	Arquivado	Ensino
23348.003887 /2016-38 Campus Con-	PAD	Apurar Responsabilidades por Insubordinação/Faltas ao	18/04/2017	02/01/2018*	Demissão	Ensino

córdia *		Serviço.				
23349.001694 /2017-13 Campus Ara- quari *	PAD	Descumprimento de Normas (Docente).	04/09/2017	02/01/2018*	Advertência	Ensino/Pesquisa/ Extensão
23350.002467 /2016-95 Campus Cam- boriú *	PAD	Apurar faltas Disciplinares – Assédio Moral/Sexual Docente / Aluna	13/03/2017	08/01/2018*	Demissão	Ensino/Pesquisa/ Extensão
23348.002929 /2017-02 Campus Blu- menau	PAD	Concessão Indevida de Auxílio Estudantil – Resultado de Sindicância	15/05/2017	Em Andamento	Em Andamento	Ensino
23348.005293 /2017-42 Campus Santa Rosa Sul	PAD	Ausência ao trabalho por mais de 30 dias.	18/08/2017	Em Andamento	Em Andamento	Ensino/Pesquisa/ Extensão
23348.005599 /2017-07 Campus Abe- lardo Luz	PAD	Ingerência Grupos Sociais no Campus. Denúncias Diversas	06/09/2017	Em Andamento	Em Andamento	Ensino/Pesquisa/ Extensão
23348.007093 /2017-24 Campus Cam- boriú	PAD	Abandono de Cargo – Servidor Docente	06/12/2017	Em Andamento	Em Andamento	Ensino

*Processos concluídos em 2017 com Parecer Jurídico ou Parecer Corregedoria Emitidos em Dez/2017. Os Julgamentos ocorreram, contudo, em janeiro/2018.

4.4 – GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Foi elaborada em 2017 a Política de Gestão de Riscos do IFC, que define o nível de apetite ao risco aceitável pelo IFC, bem como estabelece as diretrizes da gestão de riscos. Além disso, foram criados o Comitê de Gestão de Riscos, que atuarão em âmbito institucional, e os Comitês Locais de Risco, responsáveis pela consecução da gestão de riscos em cada *campus*.

Alguns setores já implementaram, mantêm e monitoram os riscos, outros estão em fase de identificação e avaliação dos riscos. Tem-se como meta para 2018 a finalização da implantação da Política de Gestão de Riscos no IFC.

Outra ação realizada no exercício, foi a identificação, no Planejamento Estratégico 2018-2021, dos principais riscos com potencial de colocar em cheque o alcance das metas traçadas.

Buscando aprimorar os controles internos administrativos, o Sistema Integrado de Gestão (SIG) padroniza procedimentos. Além do SIG desenvolve-se e atualiza-se constantemente os fluxos, normas, rotinas, resoluções e manuais.

Destaca-se a atuação da UNAI – Unidade de Auditoria Interna que tem como objetivo exercer a orientação, o acompanhamento, o controle e a fiscalização dos atos e fatos administrativos do IFC. Sua atuação é orientada de forma a contribuir para o alcance dos resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão. Assim, a atuação da Auditoria traduz-se em

informações que contemplam seguintes itens: a) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas; b) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão; c) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada; d) Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes; e e) Opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional unidade jurisdicionada.

Em relação aos órgãos de apoio à gestão, convém ressaltar, a importância do Conselho Superior (CONSUPER) para a Instituição, o qual, dentre outras competências, em sua decisão colegiada, aprova as normas da Instituição.

Em substituição à Coordenação-Geral Procedimentos Administrativos Disciplinares – COOPAD/IFC, foi criada a Corregedoria, em 15 de dezembro de 2016, pela Resolução CONSUPER nº 055/2016, contudo, a implantação somente ocorreu em 08 de fevereiro de 2017, com a aprovação e nomeação do Corregedor, por meio da Portaria IFC nº 281/2017.

A Corregedoria do IFC é o órgão responsável pelas atividades relacionadas à prevenção, detecção e apuração de possíveis irregularidades disciplinares e administrativas de servidores públicos (PADs/Sindicâncias/Investigações) e de pessoas jurídicas (PAR/PJ) no âmbito do Instituto Federal Catarinense – IFC, estando vinculada hierarquicamente ao Gabinete do(a) Reitor(a), além de integrar o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, como Unidade Seccional de Correição, conforme dispõe o Decreto nº 5.480 de 30 de junho de 2005 (artigo 2º, inciso III).

5 – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 – GESTÃO DE PESSOAS

A força de trabalho do IFC é composta por duas carreiras: Docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT); e Técnico-administrativos em Educação (TAE). A carreira docente é regida pela lei 12.772 de 28/12/2012 e abrange todos os professores que atuam na instituição, no ensino básico, técnico e superior; e a carreira TAE é regida pela Lei 11.091, de 12/01/2005 e é composta por diversos cargos distribuídos por nível de escolaridade, sendo classificados como: A, B, C, D e E, nos níveis fundamental incompleto, fundamental completo, ensino médio e superior, respectivamente.

No final do exercício de 2017, a força de trabalho da instituição estava distribuída da seguinte maneira: 921 Docentes EBTT efetivos; 104 Docentes EBTT Substitutos (contrato temporário); 19 TAE nível A; 34 TAE nível B; 144 TAE nível C; 373 TAE nível D; e 286 TAE nível E. A relação entre servidores docentes efetivos e temporários foi de 11,29%. Conforme legislação o número total de professores temporários pode atingir 20% (vinte por cento) do total de docentes efetivos em exercício na instituição. Estes servidores estão distribuídos nos 15 *campi* e na Reitoria da instituição.

Em 2015 foi constituído um Grupo de Trabalho pela Portaria nº 2.089/2015 (Portaria nº 746/2016 retificação) que fez estudo sobre o dimensionamento da força de trabalho dos servidores TAE no âmbito do IFC, seu trabalho foi concluído em maio/2016.

Em relação ao número de servidores lotados e em exercício na instituição, os quantitativos estão aquém do ideal de acordo com as necessidades institucionais, visto que frequentemente são feitas solicitações de novos provimentos tanto pelos *Campi* quanto pela Reitoria, especialmente para Técnico-administrativos.

Em 2016 foi aprovada a Política de Capacitação dos Servidores do IFC, Resolução 015/2016, que define as diretrizes da capacitação institucional e determina que no mínimo 1% do orçamento institucional deva ser investido na capacitação dos servidores. As principais ações apresentadas no documento são: curso de Introdução ao Serviço Público – para integração de novos servidores; Formação geral do servidor – formação para o trabalho, comum a todos os servidores; Formação específica – formação para o trabalho de acordo com cargo e ambiente organizacional; e Educação Formal – apoio ao aperfeiçoamento do servidor. Estas ações podem ocorrer de forma presencial ou à distância. Em 2017 foi utilizado todo o orçamento disponibilizado para a rubrica de capacitação.

Outros incentivos à capacitação do servidor são: o Programa Institucional de Qualificação dos Servidores – PIQIFC; e Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação dos Servidores – PROBIQ o qual oferta apoio financeiro ao servidor cursando pós-graduação *stricto sensu*. O Programa de Incentivo à Qualificação do IFC teve duas chamadas semestrais no ano de 2017. Foram disponibilizados 18 auxílios financeiros durante o ano pelos *campi* e Reitoria, totalizando R\$ 45.000,00 de recurso investido nesta ação.

Além disto, são ofertadas vagas para afastamento integral para pós-graduação *stricto sensu* e há a possibilidade da licença capacitação de até três meses (aos que tenham completado 5 anos de efetivo exercício como servidor público). Em 2017, estiveram afastados integralmente para pós-graduação *stricto sensu* 49 TAE e 90 docentes e por licença capacitação 97 TAE e 48 docentes.

Em 2017 a DGP, por meio da Coordenação de Saúde, Segurança do Trabalho e Qualidade de Vida, efetuou um levantamento sobre o perfil de saúde e qualidade de vida no trabalho do servidor do IFC. O objetivo desta ação foi traçar um perfil dos servidores com relação às condições de saúde e do ambiente de trabalho. E com isto, desenvolver ações de promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho, conforme a necessidade de cada campus.

O levantamento foi realizado por meio de questionário eletrônico enviado a todos os

servidores por e-mail. O questionário ficou disponível de 13 de fevereiro a 3 de março de 2017, tendo 1.062 respondentes (cerca de 58% dos servidores), de um total de 1.823 servidores da instituição. O questionário foi dividido em duas sessões: a primeira composta de questões envolvendo a saúde do servidor, e a segunda com questões sobre condições do ambiente de trabalho.

Em maio de 2017 a unidade SIASS/IFC foi implantada na Reitoria. Esta unidade é o resultado de um acordo de cooperação técnica entre diversos órgãos federais, sendo eles: Advocacia-Geral da União/Procuradoria Seccional de Blumenau (AGU), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Federal Catarinense (IFC), Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Receita Federal do Brasil em Blumenau (RBF), Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda de Santa Catarina (SAMF), e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Para a estruturação da Unidade, o IFC cedeu parte do espaço físico do prédio da Reitoria, além da equipe da área de saúde, sendo quatro peritos médicos, dois odontológicos, a enfermeira do trabalho e uma auxiliar administrativa. A estrutura física conta com três consultórios, recepção e área administrativa. Os demais órgãos cederam material para a organização dos consultórios e da área administrativa, bem como pessoal para atuar nas perícias médicas.

Em 2017, no período de maio a dezembro, o SIASS efetuou 495 perícias singulares e 73 juntas médicas oficiais, atendendo todos os órgãos partícipes. O quadro XX a seguir apresenta a quantidade de perícias por tipo de afastamento.

Quadro 78: Quantidade de perícias por tipo de afastamento

Tipo Perícia	Singular	Junta	Total Geral
Licença para tratamento de saúde	391	31	422
Licença por motivo de doença em pessoa da família	73	0	73
Licença para tratamento de saúde por junta oficial	0	17	17
Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional	13	1	14
Licença para tratamento de saúde - rgps (até 15 dias)	8	0	8
Avaliação da necessidade de horário especial para servidor com familiar/dependente portador de deficiência	0	7	7
Avaliação para concessão de licença à gestante	4	0	4
Avaliação da capacidade laborativa para fins de readaptação	2	3	5
Remoção por motivo de doença do próprio servidor	0	4	4
Remoção por motivo de doença do cônjuge, companheiro ou dependente que viva às expensas do servidor	0	7	7
Avaliação para fins de isenção do imposto de renda sobre a aposentadoria	3	0	3
Avaliação de invalidez permanente por doença especificada em lei para fins de aposentadoria	0	2	2
Avaliação da capacidade laborativa de servidor por recomendação superior	1	1	2

Tipo Perícia	Singular	Junta	Total Geral
Total	495	73	568

Também em 2017 o IFC realizou os exames periódicos dos servidores conforme estabelecido no Decreto 6.856/2009, como ação de promoção à saúde. Foram convocados 1007 servidores dos seguintes *campi*: Concórdia, Abelardo Luz, Videira, Fraiburgo, Luzerna, Blumenau, Sombrio, Santa Rosa do Sul, Araquari, São Bento do Sul e São Francisco do Sul; e da Reitoria. Os *campi* de Rio do Sul, Ibirama, Camboriú e Brusque não puderam ser atendidos, pois a empresa licitada não cadastrou clínicas e laboratórios para estes municípios. Cerca de 520 servidores realizaram os exames e o valor investido nesta ação foi de R\$ R\$ 100.253,58.

Em 2017 houve a elaboração da Política Institucional de Saúde e Segurança do Trabalho organizada por um grupo de trabalho de servidores da área da saúde e da segurança do trabalho (Portaria 3.564/2016 e alterações) com representação de todos os *campi*. A Política deve ser enviada para apreciação do Conselho Superior em 2018.

Em relação a ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos a Diretoria de Gestão de Pessoas vinha adotando, de forma manual com o auxílio de planilha, o recadastramento anual de todos os servidores de quadro de Pessoal do IFC, porém, com a aquisição do Sistema Integrado de Gestão – SIG, este recadastramento foi efetuado, a partir do ano de 2017, via sistema.

Além disso, é solicitada declaração de acumulação de cargos no ato de ingresso no serviço público e nas nomeações de Cargos em comissão e funções gratificadas.

No ano de 2017 foram identificados dois servidores com indícios de acumulação ilícita de cargos, os quais foram notificados para regularização da situação.

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

A força de trabalho da instituição pode ser observada nos quadros a seguir, em que é demonstrada a lotação e as situações que influenciam o quantitativo de servidores.

Quadro 79: Força de trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1892	1796	195	97
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0.0	0.0	0.0	0.0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5+ 1.2.6.)	1892	1796	195	97
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1873	1777	185	93
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	01	01	01	01
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	04	04	02	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	03	03	02	01
1.2.5. Servidores em Colaboração Técnica	07	07	05	02
1.2.6. Anistiados	04	04	01	00
2. Servidores com Contratos Temporários	182	104	90	78

2.1. Professores Substitutos	177	104	90	78
2.2. Professores Visitantes	05	0.0	0.0	0.0
3. Servidores em Cargos Efetivos com Exercício Externo	(13)	-(20)	01	13
3.1. Servidores de carreira em exercício provisório	-(09)	-(09)	00	04
3.2. Servidores requisitados para outros órgãos e esferas	-(04)	-(04)	01	04

Fonte: SIAPE/DGP-IFC

Quadro 80: Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	868	928
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	868	928
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	856	921
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	01	0.0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	03	01
1.1.5 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	00	03
1.1.6. Servidores em Colaboração Técnica	04	03
1.1.7. Anistiados	04	00
2. Servidores com Contratos Temporários	00	104
2.1. Professores Substitutos	0.0	104
2.2. Professores Visitantes	0.0	0.0
3. Servidores em Cargos Efetivos com Exercício Externo	-(08)	-(12)
3.1. Servidores de carreira em exercício provisório	-(02)	-(07)
3.2. Servidores requisitados para outros órgãos e esferas	-(02)	-(02)
3.1. Servidores em Colaboração Técnica	-(04)	-(03)
4. Total de Servidores (1+2+3)	860	1020

Fonte: SIAPE/DGP-IFC

Quadro 81: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	90	90	20	24
1.1. Cargos Natureza Especial	0.0	0.0	0.0	0.0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	90	90	20	24
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	86	86	17	22
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	01	01	01	01
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	03	03	02	01
1.2.4. Sem Vínculo	0.0	0.0	0.0	0.0
1.2.5. Aposentados	0.0	0.0	0.0	0.0
2. Funções Gratificadas	268	253	94	99
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	268	253	94	99
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0.0	0.0	0.0	0.0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0.0	0.0	0.0	0.0
3. Funções de Coordenação de Curso - FCC	98	90	52	52

3.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	98	90	52	52
4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2+3)	98	90	52	52

Fonte: SIAPE/DGP-IFC

O Quadro 80 mostra que no final do exercício de 2017 o IFC contava com 1.777 servidores efetivos, sendo 856 da área meio, 48,17% servidores técnico-administrativos em educação e 921 da área-fim, 51,83% docentes do ensino básico, técnico e tecnológico. Ingressaram na instituição 185 servidores de cargo efetivo, sendo 151 por nomeação, 19 por redistribuição de outros órgãos – com contrapartida de cargo vago, 15 por redistribuição de outros órgãos – com contrapartida de cargo ocupado. Houve também a contratação temporária de 90 professores substitutos. Os egressos de 2017 somaram 93 servidores que obtinham cargo efetivo, sendo 38 por redistribuição para outros órgãos – com contrapartida de cargo vago, 03 por redistribuição para outros órgãos – com contrapartida de cargo vago, 14 servidores por exoneração, 21 por vacância, 14 por aposentadoria, 02 por falecimento, e 01 por motivo de demissão. Em relação aos contratos temporários de professor substituto, foram efetuadas, no período, 23 rescisões de contrato, bem como 55 encerramentos por término de contrato.

Quanto a servidores de outros Órgãos em exercício no IFC temos os seguintes números: 07 em colaboração técnica de outros órgãos; 01 servidor em exercício descentralizado; 03 servidores requisitados; 04 servidores em exercício provisório e 04 servidores anistiados. Já em relação a servidores do IFC com exercício em outros Órgãos chegamos ao total de 20 servidores, sendo: 07 em colaboração técnica de outros órgãos; 04 servidores requisitados e 09 servidores em exercício provisório.

Para suprir os cargos vagos na instituição são realizados concursos públicos e edital de remoção interna e redistribuição. Alguns *campi* tem dificuldade de preencher vagas por serem muito afastados dos centros urbanos.

Cargos em Comissão (CD), Funções Gratificadas (FG) e Funções de Coordenação de Curso (FCC) totalizaram 453, sendo 90 (CD), 268 (FG) e 98 (FCC). Entretanto, vale ressaltar que das 268 FGs apenas 180 são de FG-1 e FG-2, o restante do quantitativo está distribuído entre FG-3, FG-4 e FG-5, que serão extintas diminuindo significativamente a quantidade de Funções.

Para adequar as unidades do IFC ao modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas estabelecido para os Institutos Federais pela Portaria 246/2016 do MEC, houve em 2017 uma nova redistribuição interna (entre as unidades) de cargos de direção e funções gratificadas e a instituição devolveu compulsoriamente 04 CD-04 ao MEC.

Outro fato importante que terá impacto na força de trabalho da instituição nos próximos anos é a aposentadoria dos servidores de cargos em extinção. A carreira dos técnico-administrativos em educação é composta por diversos cargos distribuídos por nível de escolaridade, sendo classificados como: A, B, C, D e E, nos níveis fundamental incompleto, fundamental completo, ensino médio e superior, respectivamente. Conforme a legislação os cargos classificados como A e B e alguns de nível C e D, foram extintos, ou seja, não há mais previsão de vagas para estes cargos. Desta forma, à medida que os servidores ocupantes destes cargos vão se aposentando, estas vagas deixam de existir e a quantidade de cargos efetivos diminui. Em 2017 das 14 aposentadorias efetivadas, 04 (28,57%), foram de servidores de cargos extintos. Atualmente a instituição conta com 27 servidores com recebimento de abono permanência e 306 servidores acima de 50 anos, que estarão aptos a se aposentar nos próximos anos.

Neste sentido, é necessário ainda considerar o Modelo de cargos definidos pelo MEC, com o quantitativo de vagas por cargo para cada Instituição. Este modelo está aquém das necessidades institucionais e não contempla os cargos de maior demanda:

Os cargos com maior demanda e em quantidade insuficiente são:

Nível de Classificação	Cargo
C	Assistente de Alunos
	Auxiliar de Biblioteca
	Auxiliar em Administração
D	Assistente em Administração
	Técnico em Agropecuária
	Técnico em Tecnologia da Informação
E	Administrador
	Bibliotecário
	Analista de Tecnologia da Informação
	Pedagogo/Área
	Psicólogo/Área
	Técnico em Assuntos Educacionais
	Tecnólogo/Formação

Em relação à gestão de pessoal docente, a legislação (Decreto nº 7.312/2010 e alterações; Portaria Interministerial nº 405 de 14/12/2016) estabelece o banco de professor equivalente, constituído pela soma dos Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e dos Professores Titulares Livres do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, efetivos, substitutos e visitantes, expressa na unidade professor equivalente, computados multiplicando o quantitativo de professores pelo fator correspondente, observados os seguintes parâmetros:

Cargo	Vínculo	Regime de Trabalho	Fator
Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	Efetivo	40 horas	1
		Dedicação Exclusiva	1,56
		20 horas	0,66
Professores Titulares Livres	Efetivo	40 horas	2,07
		Dedicação Exclusiva	4,49
		20 horas	1,33
Professores Substitutos e Visitantes	Temporário	40 horas	1
		20 horas	0,66

Com relação à titulação, os docentes estão distribuídos da seguinte forma: 23 graduados, 89 especialistas, 458 mestres, 351 doutores. Na carreira TAE, os servidores estão distribuídos com as seguintes escolaridades/titulações: 15 em nível de ensino fundamental, 115 de ensino médio, 196 de ensino superior, 357 especialistas *Lato sensu*, 159 mestres e 14 doutores. Em comparação aos anos anteriores percebe-se o aumento gradativo das titulações, tanto em relação aos docentes, quanto em relação aos TAE.

No que se refere a possíveis impactos decorrentes de afastamentos de servidores sobre a

força de trabalho disponível, as tabelas abaixo demonstram o quantitativo de afastamento para licença saúde do próprio servidor e licença por motivo de doença em pessoa da família em relação ao tempo de afastamento.

PERÍCIAS CONCLUÍDAS POR TEMPO DE AFASTAMENTO			
Tempo de Afastamento	Singular	Junta	Total Geral
1 dia	41	1	42
2 a 3	25	0	25
4 a 5	28	0	28
6 a 15	98	2	100
16 a 30	45	3	48
31 a 60	27	3	30
61 a 90	14	7	21
91 a 120	3	2	5
> 120	2	4	6
Total	283	22	305

Singular 92,79%

Junta 7,21%

REGISTRO DE ATESTADO POR TEMPO DE AFASTAMENTO				
Dias de afastamento	Tratamento de saúde		Licença por motivo de doença em pessoa da família	
	Quantidade de Atestados	Total de Dias de Afastamento	Quantidade de Atestados	Total de Dias de Afastamento
5 dias	24	120	0	0
4 dias	17	68	0	0
3 dias	48	144	23	69
2 dias	97	194	45	90
1 dia	310	310	112	112
Total	496	836	180	271

Temos que os impactos decorrentes de afastamentos de servidores sobre a força de trabalho disponível são mais frequentes em relação ao quadro de servidores técnico-administrativos, visto que para esta categoria não há contratação de substituto decorrente de afastamentos. Em 2017, estiveram afastados para pós-graduação *stricto sensu* 73 TAE, cerca de 9,4% da força de trabalho de atividade-meio. Além disto, 18 servidoras TAE estiveram afastadas em licença maternidade. Para os docentes, existe a possibilidade de contratação de professores substitutos em virtude de vacância do cargo, afastamento ou licença na forma do regulamento ou nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, pró-reitor e diretor de Campus.

Ainda, em relação a carreira de TAE, há elevada rotatividade nos cargos de níveis C e D em função da baixa remuneração e pouca perspectiva na carreira. Diante disto, é difícil para a Instituição reter pessoas com competências para desempenhar as tarefas necessárias para o alcance dos objetivos institucionais.

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 82: Despesas de pessoal

Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	R\$ 167.902.940,45	R\$ 7.487.483,04	R\$ 15.486.089,02	R\$ 8.063.151,66	R\$ 13.234.596,94	R\$ 3.175.041,34	R\$ 593.743,76	R\$ 8.741.567,77	R\$ 683.154,80	R\$ 225.367.768,78
	2016	R\$ 135.011.338,60	R\$ 6.156.791,60	R\$ 12.670.618,06	R\$ 5.956.919,46	R\$ 13.962.483,91	R\$ 3.507.797,83	R\$ 486.075,49	R\$ 1.162.159,99	R\$ 418.064,40	R\$ 179.332.249,34
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	R\$ 0,00	R\$ 152.768,81	R\$ 18.059,91	R\$ 4.484,07	R\$ 114.741,19	R\$ 2.377,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 292.431,67
	2016	R\$ 0,00	R\$ 147.373,40	R\$ 13.847,87	R\$ 5.595,92	R\$ 52.839,05	R\$ 3.720,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 223.376,77
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	R\$ 269.036,35	R\$ 0,00	R\$ 32.559,53	R\$ 16.449,43	R\$ 6.412,00	R\$ 8.993,24	R\$ 0,00	R\$ 16.502,02	R\$ 756,30	R\$ 350.708,87
	2016	R\$ 1.551.656,01	R\$ 0,00	R\$ 142.937,02	R\$ 55.763,57	R\$ 72.010,00	R\$ 26.112,43	R\$ 0,00	R\$ 419,50	R\$ 2.322,45	R\$ 1.851.220,98
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	R\$ 4.124.765,93	R\$ 0,00	R\$ 338.633,59	R\$ 55.685,45	R\$ 580.344,18	R\$ 0,00	R\$ 262.643,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.362.072,28
	2016	R\$ 3.087.624,90	R\$ 0,00	R\$ 247.445,42	R\$ 263.548,34	R\$ 447.837,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.046.456,20

Fonte: SIAFI/SIAPE/DGP-IFC

5.1.3 – Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A Portaria Normativa Nº 004 de 12/04/2017, instituiu a Política de Gestão de Risco do Instituto Federal Catarinense. A Portaria determina que a Política de Gestão de Risco (PGR) deverá abranger todos os níveis e unidades organizacionais da instituição.

Para tanto, por meio da Portaria Nº 1.935 de 22/05/2017, foi designado Comitê para implantação da Política de Gestão de Riscos. No âmbito da Diretoria de Gestão de Pessoas há o planejamento para início da implantação da PGR, inclusive com a definição dos seguintes Macroprocessos relacionados à gestão de pessoas:

- ADMISSÃO E MOVIMENTAÇÃO;
- DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL;
- ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL;
- CONCESSÕES E APOSENTADORIA;

Em uma análise mais ampla o principal risco para a gestão de pessoas atualmente é o sistema de informações, pois há mais de um sistema sendo utilizado e estes não se comunicam, ou seja, não é possível extrair os dados de um sistema para outro. Por isto, a gestão de pessoas mantém muitos controles manualmente. Para solucionar este risco, foi adquirido um sistema de informação gerencial com início de implantação em 2014 pela Diretoria de Tecnologia da Informação. O sistema é dividido em módulos e deverá proporcionar mais segurança às informações.

Outro ponto que podemos considerar como risco é a alta demanda judicial em matéria de pessoal em virtude de legislação precária e falta de normas e procedimentos apropriados. Ainda, vale citar que o sistema disponível para processamento de rotinas de pessoal não atende as necessidades de controle e gerenciamento.

5.1.4 - Contratação de pessoal de apoio e estagiários

A contratação de estagiários da instituição segue a Orientação Normativa nº 2, de 24/06/2016, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público (SEGRT). Neste sentido, a concessão de estágio no IFC deve observar os critérios a seguir:

- I) os alunos devem estar matriculados e ter frequência regular em curso superior, profissional, de ensino médio, de educação especial ou anos finais de ensino fundamental (modalidade educação de jovens e adultos);
- II) deve ser celebrado Termo de Compromisso de Estágio (TCE) entre estudante, órgão e instituição de ensino;
- III) deve haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as previstas no TCE.

A quantidade de vagas de estágio corresponde a 20% da força de trabalho do órgão – quantitativo de cargos. Dentre esse quantitativo, 50% das vagas são para estagiários de ensino superior, 25% de ensino médio e 25% para estudantes de educação profissional e anos finais, reservando-se em todos modalidades 10% das vagas para estudantes com deficiência.

A duração do estágio é de no máximo quatro semestres, exceto para estagiários com deficiência, em que a vigência do estágio poderá transcorrer até o final do curso.

Em 2017 a instituição contava com 1.777 servidores efetivos, tendo cerca de 355 vagas de estágio, entretanto foram contratados cerca de 90 estagiários. Há grande dificuldade no preenchimento dessas vagas em decorrência dos baixos valores da bolsa estágio definidos pela SEGRT, que são os seguintes:

- I) Estágio nível médio 4h – R\$ 203,00;
- II) Estágio nível médio 6h – R\$ 290,00;
- III) Estágio nível superior 4h – R\$ 364,00;

- IV) Estágio nível superior 4h – 520,00; e
 V) Auxílio-transporte – R\$ 6,00 por dia.

A maior parte das contratações de estágio ocorrem na área meio, ou seja, nas atividades administrativas.

Na Reitoria operacionalização da concessão do estágio é conduzida pela Diretoria de Gestão de Pessoas, que trabalha em parceria com agentes de integração.

Cada setor define o perfil dos estagiários, a área de atuação e de curso de acordo com suas especificidades, além de indicar supervisor com formação ou experiência profissional na área do conhecimento desenvolvida no curso do estagiário.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	2	9	11	9	R\$ 64.754,00
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	2	9	11	9	R\$ 64.754,00
2. Nível Médio	1	7	7	6	R\$ 23.697,81
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	1	7	7	6	R\$ 23.697,81
3. Total (1+2)	3	16	18	15	R\$ 88.451,81

Fonte: DGP/SIAPE

CAMPUS ARAQUARI

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 83: Contratos de prestação de serviço não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Araquari

Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade						
Unidade Contratante						
Nome:	IFC – CAMPUS ARAQUARI					
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução Das Atividades Contrata-		Nível de escolaridade mínimo Exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço Continuado de Telefonista	03.360.551/0001-54	20/04/2015	21/04/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Serviço Continuado de Trabalhadores Rurais	03.360.551/0001-54	11/05/2015	10/05/2018	Sem exigência	P
2015	Prestação de Serviços de Manutenção Predial	00.482.840/0001-38	02/11/15	01/11/18	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Serviços de cozinheira	10.439.655/0001-14	01/06/2016	31/05/2018	Sem Exigência	P
2016	Prestação de Serviço de Vigilância	08.282.615/0002-40	01/01/2017	31/12/2018	Sem Exigência	P
2016	Prestação de Serviço de Limpeza	03.360.551/0001-54	18/05/17	18/05/18	Ensino Fundamental Completo	A

b) Contratação de Estagiários

Realizado por meio de agente de integração. Empresa contratada: CIEE/SC, CNPJ 04.310.564/0001-81.

Vigência do contrato: 26/03/2013 - 25/03/2018

CAMPUS	NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL MÉDIO			TOTAL LIVRES (SUP + MÉD.)
	TOTAL	OCUPADAS	SALDO	TOTAL	OCUPADAS	SALDO	
ARAQUARI	19	8	11	18	5	13	24

CAMPUS BLUMENAU**a) Contratação de Pessoal de Apoio**

Quadro 84: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Blumenau

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Manutenção Predial	03.360.551/0001-54	10/08/2015	09/08/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Jardinagem	02.531.343/0001-08	03/11/2016	02/11/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2012	Vigilância	81.611.022/0001-90	01/01/2013	31/12/2017	Ensino Fundamental Completo	E
2015	Copeiragem	03.360.551/0001-54	07/04/2015	07/04/2017	Ensino fundamental incompleto	E
2015	Limpeza	03.149.832/0001-62	03/11/2015	05/05/2017	Ensino fundamental incompleto	E
2017	Limpeza	02.531.343/0001-08	15/05/2017	15/05/2018	Ensino fundamental incompleto	A

Fonte: Coordenação de Licitações e Contratos

CAMPUS BRUSQUE**a) Contratação de Pessoal de Apoio**

Sobre a contratação de pessoal e serviços terceirizados com dedicação de mão de obra, utilizados no campus são limitados somente ao necessário, sendo que o serviço de recepcionista que tem vigência até 16/06/2017 não será renovado.

Quadro 85: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Brusque

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense Campus Brusque						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Serviços de Limpeza e Higienização	ANDRADE SERVICOS GERAIS LTDA – ME CNPJ: 04.231.640/0001-63	17/10/2016	16/10/2017	-	E

2016	Contratação de serviço de recepcionista.	ORBENK Administração e Serviços Ltda CNPJ: 79.283.065/0001-41	17/06/2016	16/06/2017	-	E
2016	Serviços continuados de vigilância desarmada, diurna e noturna, com ronda eletrônica monitorada	ADSERVIG – Vigilância Ltda CNPJ: 05.497.780/0001-40	03/08/2016	02/08/2018	Ensino Fundamental	P
2017	Serviços continuados de limpeza e conservação	Fama Service Administração de Serviços Gerais EIRELI – EPP CNPJ: 00.317.343/0001-84	26/10/2017	25/10/2018	Ensino Fundamental	A

b) Contratação de Estagiários

Visão Gerencial na quantidade de Estagiários e valores gastos para com os mesmos no ano de 2016:

No ano 2017 o Instituto Federal Catarinense/Campus Brusque tinha disponíveis 03 Vagas para Estágios, sendo 01 para Estudantes do Ensino Médio e 02 para Estudantes de Ensino Superior; O Instituto Federal Catarinense/Campus Brusque gastou R\$ 494,00 (quatrocentos e noventa e quatro reais) no ano de 2017, considerando que um dos estagiários de Nível Superior executou atividades no Departamento de Administração e Planejamento entre os períodos de: 23/01/2017 a 31/08/2017 e 05/09/2017 a 22/12/2017, o outro Estagiário de Nível Superior executou suas atividades no Departamento de Desenvolvimento e Ensino no período de: 13/02/2017 a 17/07/2017. O Estagiário de Nível Médio executou suas atividades no Departamento de Desenvolvimento e Ensino no período de: 24/04/2017 a 31/08/2017. A empresa sem fins lucrativos contratada para seleção foi o Instituto Evaldo Lodi de Santa Catarina IEL/SC CNPJ: 83.843.912/0001-52, com custo anual contratado de R\$ 1.200,00.

CAMPUS CAMBORIÚ

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 86: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Camboriú

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Telefonista	02.531.343/0001-08	01/03/2013	31/08/2018	Ensino médio completo	P
2014	Eletricista	79.283.065/00	10/02/2014	09/02/2019	Não Exigido	P

		01-41				
2014	Vigilância desarmada	10.364.152/00 01-27	30/09/2014	29/09/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2016	Lavadeiro	09.308.755/00 01-22	13/07/2016	12/07/2018	Não exigido	P
2016	Serviço de cozinheiras	02.531.343/00 01-08	01/10/2016	30/09/2018	Não exigido	P
2016	Pedreiro e Aux. Pedreiro	79.283.065/00 01-41	01/11/2016	31/10/2018	Não Exigido	P
2017	Auxiliar de Almojarife	02.531.343/00 01-08	13/07/2017	12/07/2018	Ensino médio completo	A
2017	Prestação de serviços de abatedor de agroindústria	02.531.343/00 01-08	01/08/2017	31/07/2018	Não Exigido	A
2017	Prestação de serviços de trabalhador agropecuário em geral	02.531.343/00 01-08	01/10/2017	30/09/2018	Não Exigido	A
2018	Prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação	02.531.343/00 01-08	01/03/2018	28/02/2019	Não Exigido	A

Fonte: Campus Camboriú

CAMPUS CONCÓRDIA

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 87: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Concórdia

Unidade Contratante: Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados.	Sit
			Início	Fim		
002/2015	Serviços Terceirizados de portaria	ORBENK LTDA	14/01/15	13/01/19	Fundamental	P
03/2013	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Padeiro	ADSERVI LTDA	01/07/13	30/06/18	Fundamental	P
06/2013	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Mão De Obra Rural	CARAPÉ SERVIÇOS DE DESIGN LTDA – ME	01/07/13	30/06/18	Fundamental	P

08/2013	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Servente De Limpeza	THAURUS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME	01/07/13	30/06/18	Fundamental	P
10/2013	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Portaria	ADSERVI LTDA	18/07/13	17/07/18	Fundamental	P
11/2014	Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de telefonista	ADS SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA	01/07/14	30/06/18	Fundamental	P
12/2013	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Portaria (noturno)	SELME SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA – EPP	19/07/13	17/07/18	Fundamental	P
21/2016	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Cozinha	ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA	01/10/16	30/09/18	Fundamental	P
23/2016	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Portaria	MARIZETE RODRIGUES MACHADO HIPPLER EPP – CONTRATEC	03/10/16	02/10/18	Fundamental	P
25/2016	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Manutenção Predial	CARAPÉ SERVIÇOS DE DESIGN LTDA – ME	07/11/16	06/11/18	Fundamental	P
26/2016	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Eletricista	CARAPÉ SERVIÇOS DE DESIGN LTDA – ME	07/11/16	06/11/18	Fundamental	P
30/2016	Contratação De Empresa Prestadora De Serviços Terceirizados De Lavadeira	CARAPÉ SERVIÇOS DE DESIGN LTDA – ME	02/01/17	01/01/19	Fundamental	P

CAMPUS FRAIBURGO

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 88: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Fraiburgo

Unidade Contratante
Nome: Instituto Federal Catarinense – Campus Fraiburgo.
Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados.	Sit.
			Início	Fim		
06/2015	Serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de insumos, ferramentas e EPI's.	Aironserv Serviços Integrados Ltda-EPP, CNPJ/MF nº 07.809.721/0001-96	16/07/2015	15/07/2018	Ensino Fundamental Completo.	P
08/2015	Serviços de operador de máquina copiadora	Brasilrecruta Mão de Obra Eirelli – EPP, CNPJ nº 07.593.524/0001-82	01/09/2015	01/06/2017	Ensino Médio Completo	E
02/2016	Serviço de Vigilância Desarmada	Adservig Vigilância Ltda., CNPJ/MF nº 05.497.780/0001-40	01/02/2016	31/01/2019	Ensino Médio Completo.	P
09/2016	Serviço de Recepcionista	Gtx Service Prestacao de Servico Ltda – ME, CNPJ nº 06.048.884/0001-30	15/08/2016	12/05/2017	Ensino Médio Completo	E
11/2016	Serviços de manutenção predial, com fornecimentos de materiais e equipamentos.	LINKDATA LTDA, CNPJ/MF nº 09.274.298/0001-00	10/10/2016	10/10/2018	Ensino Fundamental Completo	P

Fonte: Gestor de Contratos Campus Fraiburgo.

b) Contratação de Estagiários

O Instituto Federal Catarinense – Campus Fraiburgo, começou com sua política de contratação de estagiários a partir de maio de 2016, até então a instituição não tinha estagiários. Em 10 de maio de 2016 assinou o contrato 05/2016 com o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE-SC, o qual ficou responsável por selecionar e contratar os estagiários ao custo de R\$ 27,50 por estagiário/mês. No exercício de 2016 a referida instituição contou com 5 estagiários, sendo que um destes se desligou em outubro, e a instituição continuou até o fim do ano com apenas 4 estagiários. Vale ressaltar que o Campus Fraiburgo, até o momento, não conta com norma interna formalizada sobre contratação de estagiários.

Na tabela abaixo, segue breve exposição da quantidade, valores, e atividades que os estagiários desenvolvem:

Quadro 89: Contratação de estagiários - Campus Fraiburgo

Nome	Mês da Contratação	Mês do Desligamento	Especialização	Área de atuação	Despesas com bolsa por estagiário
Gabriele Scapino	Agosto/16	Agosto/17	Psicologia	Pedagógico	R\$ 364,00
Tayana de Oliveira Jombra	Agosto/16	Agosto/17	Psicologia	Pedagógico	R\$ 364,00

Evelin Cristine Dalazem Domingues dos Santos	Agosto/16	Dezembro/17	Pedagogia	Pedagógico	R\$ 364,00 (até jun/17) 520,00 a partir de Ago/17
Hemylli Mayara Gomes Gross	Agosto/17	Dezembro/17	Processos Gerenciais	Administrativo	R\$ 520,00
Cleciane Alexandra Beher Trombetta	Junho/17	Dezembro/17	Administração	Administrativo	R\$ 520,00
Thais Alves dos Reis	Junho/17	Julho/17	Administração	Administrativo	R\$ 520,00
Luana Riegert Padilha	Junho/17	Ativa	Educação Física	Pedagógico	R\$ 520,00

Fonte: Gestor de Contratos do IFC – Campus Fraiburgo.

CAMPUS IBIRAMA

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 90: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Ibirama

Unidade Contratante: Instituto Federal Catarinense – Campus Ibirama						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados.	Sit
			Início	Fim		
2015	Serviços continuados de vigilância desarmada, diurna e noturna, com ronda eletrônica monitorada	05.497.780/0001-40	23/12/2015	22/12/2018	Fundamental Completo	P
2016	Serviços continuados de limpeza, higienização e conservação de bens móveis e imóveis com fornecimento de materiais	07.809.721/0001-96	09/05/2016	08/05/2018	Fundamental Incompleto	P
2014	Serviços de copeiragem	79.283.065/0001-41	01/12/2014	30/11/2018	Fundamental Completo	P

b) Contratação de Estagiários

O Campus de Ibirama não possui estagiários, no exercício 2017.

CAMPUS LUZERNA

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 91: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Luzerna

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense – Campus Luzerna						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Manut Predial	482840000138	15/07/15	14/07/18	Fundamental Completo	Ativo Prorrogado (P)
2015	Limpeza e Conservação	3149832000162	03/08/15	15/05/17	Fundamental Completo	Encerrado (E)
2015	Operador de Máquina Copiadora	8190855000134	03/08/15	31/05/17	Fundamental Completo	Encerrado (E)
2013	Telefonista	11967535000152	01/09/13	31/05/17	Ensino Médio Completo	Encerrado (E)
2014	Vigilância Armada	82949652000131	12/09/14	30/09/18	Ensino Médio Completo	Ativo Prorrogado (P)
2017	Limpeza e Conservação	12780988000138	16/05/17	15/01/18	Fundamental Completo	Encerrado (E)

b) Contratação de Estagiários

Quadro 92: Contratação de estagiários - Campus Luzerna

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense – Campus Luzerna						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2017 – Contrato nº 03/2017	Contratação de serviços de agente de integração para operacionalização do programa de estágio remunerado de estudantes do IFC Campus Luzerna	Instituto Euvaldo Lodi – CNPJ:83.843.912/0005-86	17/04/17	16/04/18	03 vagas Estagiários Nível Superior(02 de Pedagogia e 01 de Administração; 02 Vagas Estagiários Nível Médio, incluindo Educação Profissional Técnica e anos finais do PROEJA.	A

O ano de 2017 foi o primeiro ano que o IFC Campus Luzerna solicitou estagiários, devido ao número de reduzido de servidores, e a necessidade de auxiliares nas atividades diárias de determinados setores a saber: Administrativo, Secretária, Biblioteca e atendimento aos alunos.

Não há política de contratação de estagiários, não há norma interna nem regras de contratação, nem exigências de especialização, somente verificamos a correlação da área de conhecimento(estudo) do estagiário com o efetivo trabalho na Instituição.

Em 04 de abril de 2017 assinou o contrato 03/2017 com o Instituto Euvaldo Lodi, a qual ficou responsável por selecionar e contratar os estagiários ao custo de R\$ 19,90 por estagiário/mês. No exercício de 2017 a referida instituição solicitou efetivamente estagiários a partir de agosto, pois anteriormente, devido aos cortes orçamentários, não tínhamos orçamento suficiente para a efetiva contratação e pagamento dos mesmos. Inicialmente contratou-se os 03 estagiários de ensino superior e 02 do ensino médio, incluindo Educação Profissional Técnica e anos finais do PROEJA. Porém houve grande dificuldade em ter interessados nos estágios, devido ao valor da bolsa, o qual não é considerado atrativo para os estagiários, pois há muito tempo não existe revisão destes valores na legislação. Assim, no fim do ano não tenhamos todas as vagas preenchidas por não haverem interessados devido o valor da bolsa, ressalto que a empresa contratada se esforçou para obter interessados.

CAMPUS RIO DO SUL

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 93: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Rio do Sul

Unidade Contratante: 158458						
Nome: IFC – CAMPUS RIO DO SUL						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			(CNPJ)	Início		
2013	Contratação de Empresa para Agenciamento de Estagiários – Araquari	04.310.564/0001-81	26/03/2013	25/03/2018	Cursando nível médio ou superior	P
2015	Serviço Continuado de Telefonista	03.360.551/0001-54	20/04/2015	21/04/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Serviço Continuado de Trabalhadores Rurais	03.360.551/0001-54	11/05/2015	10/05/2018	Sem Exigência	P
2015	Prestação de Serviços de Manutenção Predial	00.482.840/0001-38	02/11/2015	01/11/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Serviços de cozinheira	10.439.655/0001-14	01/06/2016	31/05/2018	Sem Exigência	P
2016	Prestação de Serviço de Vigilância	08.282.615.0002-40	01/01/2017	31/12/2018	Sem Exigência	P
2017	Prestação de Serviços de Limpeza – Araquari	03.360.551/0001-54	18/05/2017	18/05/2018	Ensino Fundamental	A

					Completo	
--	--	--	--	--	----------	--

b) Contratação de Estagiários

O Câmpus Rio do Sul contrata estagiários com o intuito de oportunizar um primeiro emprego aos jovens. É uma maneira de buscar conciliar a teoria recebida no ambiente escolar com a prática de uma organização e, pela necessidade da organização também atendemos uma demanda dos setores. Atualmente possuímos 16 estagiários, sendo 04 do nível médio e 12 do nível superior.

Não uma norma interna do Campus para a contratação dos estagiários, seguimos literalmente o que prevê a legislação sobre a matéria. O limite quantitativo que possuímos são as 16 vagas autorizadas pela Reitoria, sendo necessário mencionar que também procuramos seguir todas as normativas que obrigam a oferta de estágios voltadas à área de formação.

As quantidades são as autorizadas pela Reitoria, sendo 12 de nível superior e 04 de nível médio. Quanto aos valores não temos acesso, pois o pagamento é feito via SIAPE e executado pela Reitoria.

REITORIA/ CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 94: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Reitoria

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense - Reitoria						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Serviço de telefonista	03.360.551/0001-54	04/04/2016	05/04/2018	Ensino Fundamental	P
2017	Serviço de limpeza e conservação	02.531.343/0001-08	03/05/2017	03/05/2017		A
2016	Serviço de manutenção predial	10.439.655/0001-14	05/05/2016	30/06/2018	Ensino Fundamental	P
2017	Serviço de limpeza e conservação (Abelardo Luz)	06.066.493/0001-49	17/05/2017	17/05/2018	-----	A
2017	Serviço de copeiragem	18.368.805/0001-58	06/03/2017	06/03/2019	-----	P
2016	Serviço de cozinheira (Abelardo Luz)	06.066.493/0001-49	08/08/2016	09/08/2018	-----	P
2015	Serviço de recepcionista	07.593.524/0001-82	05/10/2015	04/10/2018	Ensino médio	P
2017	Serviço de vigilância desarmada	05.497.780/0001-40	01/01/2018	31/12/2018	Ensino Fundamental	A
2017	Serviço de vigilância desarmada (Abelardo Luz)	05.497.780/0001-40	01/12/2017	30/11/2018	Ensino Fundamental	A
2016	Serviços trabalhador rural (Abelardo Luz)	06.066.493/0001-49	09/02/2016	09/05/2018	Primário	P
2016	Contratação de serviços de agente de	04.310.564/0001-81	20/01/2017	19/01/2018	Médio e Superior	E

	integração para operacionalização do programa de estágio remunerado					
--	---	--	--	--	--	--

Fonte: PROAD - Coordenação Geral de Compras e Licitações/Contratos

b) Contratação de Estagiários

Quadro 95: Contratação de estagiários - Reitoria

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense - Reitoria						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Contratação de serviços de agente de integração de vagas para estágio remunerado do IFC – Reitoria	Instituto Euvaldo Lodi 83.843.912/0005-86	20/01/2016	19/01/2017	Estagiários de nível superior e nível médio	E
2017	Contratação de serviços de agente de integração de vagas para estágio remunerado do IFC – Reitoria	CIEE - 04.310.564/0001-81	20/01/2017	19/01/2018	Estagiários de nível superior e nível médio	A

Fonte: PROAD - Coordenação Geral de Compras, Licitações e Contratos

CAMPUS SANTA ROSA DO SUL / CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 96: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Santa Rosa do Sul / Sombrio

Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome:						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE VIGILÂNCIA ARMADA PARA O IFC CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO	10.392.048/0001-46	01/06/15	31/05/17	Ensino fundamental Completo	P
2016	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA O CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO	11.027.483/0001-34	01/03/16	28/02/17	Ensino fundamental Completo	A
2013	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE VIGILÂNCIA ARMADA PARA O IFC CAMPUS SANTA ROSA DO SUL	05.497.780/0001-40	01/04/13	31/03/17	Ensino Fundamental Incompleto	P
2013	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE RECEPÇÃO	11.967.535/0001-52	01/04/13	31/03/17	Ensino Médio Completo	P
2016	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MÃO DE OBRA DE COZINHA	02.531.343/0001-08	01/04/16	31/03/17	Ensino Fundamental Incompleto	A
2016	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MANUTENÇÃO	79.283.065/0001-41	16/05/16	15/05/17	Ensino Fundamental Incompleto	A
2016	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MÃO DE OBRA RURAL	00.482.840/0001-38	01/06/16	31/05/17	Ensino Fundamental Incompleto	A
2013	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA O IFC CAMPUS SANTA ROSA DO SUL	13.026.997/0001-09	14/01/13	13/01/17	Ensino Fundamental Incompleto	E
2013	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MÃO DE OBRA DE COZINHA	04.849.486/0001-98	01/04/13	31/03/16	Ensino Fundamental Incompleto	E
2014	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MANUTENÇÃO	04.849.486/0001-98	07/04/14	06/04/16	Ensino Fundamental Incompleto	E
2013	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MÃO DE OBRA RURAL	04.849.486/0001-98	01/05/13	30/04/16	Ensino Fundamental Incompleto	E
2012	SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MÃO DE OBRA DE TRATORISTA	04.849.486/0001-98	31/03/12	30/03/16	Ensino Fundamental Incompleto	E

Fonte: Setor de Contratos e página do IFC Campus Santa Rosa do Sul <http://licitacoes.santarosa.ifc.edu.br/>

CAMPUS SÃO BENTO DO SUL

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 97: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus São Bento do Sul

Unidade Contratante					
Nome: Instituto Federal Catarinense – Campus São Bento do Sul					
Informações sobre os Contratos					
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de escolaridade mínimo exigido dos	Sit.

			Início	Fim	trabalhadores contratados	
2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza, higienização e conservação de bens móveis e imóveis com fornecimento de materiais, para o campus São Bento do Sul.	03.149.832/0001-62	01/02/2016	04/06/2017	Ensino fundamental incompleto.	E
2017	Prestação de serviços de limpeza e conservação com fornecimento de materiais, equipamentos e insumos para o campus São Bento do Sul.	02.531.343/0001-08	05/06/2017	04/06/2018	Não exigido.	A
2015	Prestação de serviços terceirizados de segurança e vigilância, para o campus São Bento do Sul.	10.364.152/0001-27	01/02/2016	31/02/2017	Ensino fundamental incompleto.	P
2016	Prestação de serviços de jardinagem com fornecimento de equipamentos e materiais necessários a execução do serviço, para o campus São Bento do Sul.	02.531.343/0001-08	07/11/2016	06/11/2017	Ensino fundamental completo.	P

b) Contratação de Estagiários

No exercício de 2017, o Campus São Bento do Sul não efetuou a contratação de estagiários.

CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 98: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus São Francisco do Sul

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> São Francisco do Sul						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de segurança e vigilância desarmada	10.364.152/0001-27	02/01/2015	01/06/2018	No mínimo, quarta série do primeiro grau.	P
2015	Contratação de empresa especializada para	14.084.079/00001-90	16/03/2015	01/06/2018	Sem exigência de escolaridade.	P

	prestação de serviço de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e equipamentos.					
2015	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço terceirizado de auxiliar de manutenção predial.	00.482.840/00001-38	01/09/2015	31/08/2018	Ensino fundamental completo com experiência comprovada na área.	P

Fonte: Departamento de Administração e Planejamento – *Campus* São Francisco do Sul

b) Contratação de Estagiários

No exercício de 2017, o *Campus* São Francisco do Sul não efetuou a contratação de estagiários.

CAMPUS VIDEIRA

a) Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 99: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - Campus Videira

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal Catarinense – Campus Videira						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados.	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviços de Vigilância Orgânica Armada Diurna e Noturna	95.832.986.0001/72	01/10/2013	30/09/2018	Ensino Médio Completo	P
2015	Serviços de Auxiliar de Manutenção Predial	00.482.840.0001/38	01/08/2015	31/07/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Serviços de Operador de Máquina Copiadora	08.190.855.0001/34	01/08/2015	31/07/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Serviços de Jardinagem	02.531.343.0001/08	23/05/2016	22/05/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Serviços de Limpeza	12.589.220.0001/81	01/08/2016	31/07/2018	Ensino Fundamental Incompleto	P
2017	Serviços de Copeiragem	13.940.738/0001-80	01/02/2017	31/01/2018	Ensino Fundamental Incompleto	E

Fonte: Gestor de Contratos *Campus* Videira.

b) Contratação de estagiários

O Instituto Federal Catarinense – *Campus* Videira, começou com sua política de contratação

de estagiários a partir de Maio de 2016, até então a instituição não tinha estagiários. Vale ressaltar que o Campus, até o momento, não conta com norma interna formalizada sobre contratação de estagiários.

Na tabela abaixo, segue breve exposição da quantidade, valores, e atividades que os estagiários desenvolveram no ano de 2017:

Quadro 100: Contratação de estagiários - Campus Videira

Nome	Mês da Contratação	Mês do Desligamento	Especialização (Curso)	Área Fim	Despesas por estagiário
Deize Elouize Prestes Gouveia	01/06/2017	14/07/2017	Sup/Pedagogia	Atendimento Pedagógico	R\$520,00 (bolsa) + R\$132,00 (Aux.transporte) mensais
Denize Queiroz Colombo	12/05/2016	11/05/2017	Sup/Pedagogia	Atendimento Pedagógico	R\$520,00 (bolsa) + R\$132,00 (Aux.transporte) mensais
Sabrina Secco de Souza Jaques	12/05/2016	11/05/2017	Sup/Pedagogia	Atendimento Pedagógico	R\$520,00 (bolsa) + R\$132,00 (Aux.transporte) mensais
Ana Cláudia Giaretta	01/06/2017	05/12/2017	Sup/Ed.Física	Atendimento Pedagógico	R\$520,00 (bolsa) + R\$132,00 (Aux.transporte) mensais
Sabrina Trindade de Oliveira	01/06/2017	05/11/2017	Sup/Ed.Física	Atendimento Pedagógico	R\$520,00 (bolsa) + R\$132,00 (Aux.transporte) mensais
Matheus Roberto Nhoatto	01/06/2017	31/12/2017	Sup/Administração	Administrativo	R\$520,00 (bolsa) + R\$132,00 (Aux.transporte) mensais
Amanda Rita Sandri	01/06/2017	----	Sup/ Lic.História	Atendimento Pedagógico	R\$520,00 (bolsa) + R\$132,00 (Aux.transporte) mensais
Caroline Abatti	01/11/2017	---	Sup/Pedagogia	Atendimento Pedagógico	R\$520,00 (bolsa) + R\$132,00 (Aux.transporte) mensais
Juliana Cristina Alves Figueira	01/06/2017	----	Sup/ Administração	Administrativo	R\$520,00 (bolsa) + R\$132,00 (Aux.transporte) mensais
Maria Helena Dutra	22/05/2017	----	Sup/ Administração	Administrativo	R\$520,00 (bolsa) + R\$132,00 (Aux.transporte) mensais
Mayelle Silva dos Santos	01/08/2017	---	Sup/Lic.Pedagogia	Atendimento Pedagógico	R\$520,00 (bolsa) + R\$132,00 (Aux.transporte) mensais
Paulina Rodrigues da Silva	01/06/2017	---	Sup/Pedagogia	Atendimento Pedagógico	R\$520,00 (bolsa) + R\$132,00 (Aux.transporte) mensais
TOTAL					R\$ 45.638,00

Fonte: CGP – Campus Videira

Os gastos com estagiários aumentaram significativamente de 2016 para 2017, sendo que em 2016 foi aproximadamente R\$ 9.978,00 (nove mil, novecentos e setenta e oito reais) e em 2017 o gasto foi de aproximadamente R\$ 45.638,00 (quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e oito reais). Aumentou o número contratado de estagiários, visando melhorar o atendimento de alguns setores do administrativo e pedagógico do campus. Quanto aos quantitativos máximos, o campus de acordo com sua estrutura poderia contratar 10 (dez) estagiários de nível médio e 05 (cinco) estagiários de nível médio, portanto, no ano de 2017, os limites foram respeitados.

5.1.5 – Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

O IFC não trabalha com a contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

5.2 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

A gestão patrimonial no IFC é realizada de forma descentralizada, por campus, cabendo à Reitoria expedir as normas gerais e disponibilizar os meios de controle e gestão. A seguir, algumas unidades realizaram um breve relato sobre a situação deste item, de acordo com suas realidades e especificidades.

CAMPUS BLUMENAU

Em relação a bens imóveis o Campus Blumenau apresenta três RIPs de imóveis. Ao final do exercício de 2017, o imóvel passou por reavaliação, em que o prédio principal e a cerca foram reavaliados entre regular e reparos simples, e o ginásio foi reavaliado entre novo e regular. O valor atribuído ao imóvel foi de R\$ 11.743.904,08. Além destas obras concluídas, está em andamento a construção de um refeitório para atender as necessidades dos estudantes, uma vez que vários deles estudam em período integral no Campus. Até o final do exercício de 2017, o valor despendido para a construção do refeitório foi de R\$ 845.015,05.

A fim de conservar a infraestrutura, o campus Blumenau possui contrato firmado com empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial. Para isso, até o final de 2017 foi desembolsado um valor de R\$ 74.342,09, apenas referente a mão de obra, para fins de conservação/manutenção de ativos de infraestrutura.

Contudo, constata-se a necessidade de várias obras para melhorar a infraestrutura do Campus, sendo elas a readequação da rede elétrica e lógica, a urbanização das áreas externas do Campus, a troca da rede de abastecimento de água predial. Já no médio prazo, constata-se a necessidade da construção/ampliação de laboratório de mecânica, elétrica e informática, ou então a construção de um bloco de salas de aula para atender o crescente aumento na quantidade de alunos e melhorar as instalações desses laboratórios, além da construção de um auditório, o qual poderá atender também as demandas da Reitoria,

Para melhorar as atividades finalísticas do Campus, quais sejam o Ensino, Pesquisa e Extensão, no ano de 2017 foi adquirido R\$259.690,59 em equipamentos e materiais permanentes para melhorar os laboratórios, salas de aula e áreas administrativas. Também foi empenhado um valor de R\$29.504,62 para aquisição de materiais bibliográficos. Planeja-se, para o ano 2017 novas aquisições de equipamentos e materiais permanentes para a atualização e aprimoramento dos laboratórios, salas de aula e biblioteca do Campus.

No que se refere ao controle patrimonial, foram implantados a partir do final de 2016 e durante o ano de 2017, diversos mecanismos de registro e controle de movimentação do patrimônio, através de guias de transferência, de termos de responsabilidade e de listas de controle patrimonial anexadas nos setores.

CAMPUS CAMBORIÚ

A Coordenação de Patrimônio está subordinada ao Departamento de Administração e Planejamento. Atualmente possui 1(hum) servidor lotado neste setor que possui a função de

Coordenador de Patrimônio. O setor de Contabilidade do Campus dá suporte a esta coordenação.

A gestão dos bens imóveis é registrada no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (Spiunet), no sistema de gerenciamento SIG.

O setor de patrimônio alimenta o sistema de gerenciamento SIG, através do módulo SIPAC/Patrimônio. Realiza todos os processos de inclusão, baixas e transferências de bens através deste sistema.

Durante o ano de 2017, a instituição realizou uma série de ações visando regularizar a sua situação patrimonial, como o processo de inventário anual, bem como o processo de desfazimento que culminou com a doação de diversos bens a instituições de caridade.

Em relação aos imóveis, o SPIUNET apresenta apenas os dados dos imóveis construídos a partir de 2010. Em relação à área antiga do Instituto e todos os imóveis anteriores a 2010 constam apenas a informação da área com benfeitorias (gleba/fazenda), período que essa área era pertencente a UFSC. Os registros contábeis dos imóveis estão de acordo com as informações do SPIUNET, e o processo de depreciação está em fase de implementação.

O campus possui 220 escrituras e 14 números de matrículas (antigas). Estamos procedendo à unificação de todas as áreas e a regularização dos prédios antigos, pois os mesmos não possuem os projetos das edificações. No sentido de se regularizar essas situações, o campus realizou o primeiro processo licitatório que diz respeito a contratação de empresa prestadora de serviço de topografia, com levantamento topográfico planialtimétrico georreferenciado e cadastral para atender a necessidade da instituição. A empresa contratada (novembro/17) está executando os serviços com cronograma de 210 dias para a sua total execução.

REITORIA

Em 2017 foi realizado a reavaliação dos bens móveis da Reitoria Administrativa. Com a chegada de novos servidores e implantação do SIASS, fez-se necessária a readequação dos espaços físicos, motivo pelo qual houve também a aquisição de alguns itens de mobiliário. Iniciou-se os trabalhos de mudança de codificação de todos os itens de bens móveis, com a aquisição de impressoras de termo-transferência, para a impressão de códigos de barras de cada item tombado no patrimônio e também foram adquiridos coletores de dados para operacionalizar a ação. Ainda, no fim de 2017, iniciaram os trabalhos de mudança de codificação de itens para compatibilidade com o sistema SIPAC, com a implantação dos termos de responsabilidade por servidor/unidade administrativa, proporcionando maior agilidade, na elaboração do Inventário Anual de Bens móveis e maior transparência em todo o processo.

CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL

O Instituto Federal Catarinense - Campus São Francisco do Sul possui um patrimônio imóvel avaliado, hoje, em R\$ 13.326.476,57, sendo que desse valor R\$ 4.898.665,73 referem-se ao terreno o qual possui uma área de 40.128 m² e R\$ 8.427.810,84 referem-se às benfeitorias, que perfazem um total de 5.557,39 m². Todo patrimônio imóvel encontra-se registrado no SPIUNET sob a RIP número 8319.00070.500-8. O terreno total divide-se em 4 terrenos que encontram-se em processo de unificação, sendo que dois destes possuem uma área de 4.560 m² e os dois restantes, uma área de 15.504 m². A estrutura atual conta com 10 (dez) salas de aula, para até 40 alunos, laboratórios de idiomas, matemática/física, biologia, química, infraestrutura, redes, computação e mais três laboratórios especiais, ginásio com quadra poliesportiva, banheiros coletivos, academia, área administrativa, biblioteca, auditório e salas de professores.

CAMPUS VIDEIRA

No exercício de 2017, as principais despesas para melhoramento da infraestrutura Campus, consistiram na contratação de empresa para instalação de grade de proteção contra a entrada de aves no ginásio, no valor de R\$ 10.226,03 (dez mil, duzentos e vinte e seis reais e três centavos), reforma das arquibancadas do ginásio no valor de R\$ R\$ 17.286,22 (dezesete mil, duzentos oitenta e seis reais e vinte e dois centavos), instalação de grade de proteção e guarda-corpos na quadra poliesportiva do ginásio no valor de R\$ 59.869,16 (cinquenta e nove mil, oitocentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos) e instalação de guarda-corpos e corrimãos nas instalações do campus no valor de R\$ 79.652,58 (setenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos). Totalizando R\$ 167.033,99 (cento e sessenta e sete mil, trinta e três reais e noventa e nove centavos) em valores aplicados em infraestrutura do campus.

A infraestrutura do Campus é gerenciada pela Coordenação Geral de Infraestrutura, atualmente, o referido gerenciamento é realizado, sem o uso de sistema gerencial específico, no entanto, o módulo Infraestrutura do SIPAC está em fase de implantação, espera-se que tal ferramenta tenha sua implantação finalizada e assim, facilite ainda mais a administração da infraestrutura o campus.

O setor de patrimônio do campus faz o gerenciamento dos bens móveis com o uso do sistema SIPAC – Módulo Patrimônio, o qual foi implantado em Julho/2016. Na data de 31/12/2017, os bens móveis do campus totalizavam R\$ 5.749.527,30, sendo que os valores do balancete já contavam com os valores acumulados de depreciação de R\$ 1.005.574,98, e valor líquido dos móveis de R\$ R\$ 4.743.952,31.

5.2.1 - Gestão da frota de veículos

A legislação que regula a utilização da frota no Instituto Federal Catarinense são as seguintes:

1 – Legislação geral:

- Lei n.º 10.233, de 05 de junho de 2001 - Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre.
- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro.
- Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996 - Dispõe sobre a autorização para dirigir veículo oficial de transporte individual de passageiros.
- Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 - Estabelece as normas para outorga e prorrogação das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
- Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 - Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no Art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências. Anexo I – Dos Conceitos e Definições.
- Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950 - Dispõe sobre o uso de carros oficiais.
- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008 - Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autarquia e fundacional.
- Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998 - Dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dá outras providências.
- Decreto nº 1.305, de 9 de novembro de 1994 - Regulamenta a Lei nº 8,722, de 27 de outubro de 1993, que torna obrigatória a baixa de veículos vendidos como sucata e dá outras providências.
- Decreto nº 67.326, de 5 de outubro de 1970 - Dispõe sobre o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal e dá outras providências.
- Resolução nº 151 de 08 de outubro de 2013, do Conselho Nacional de Trânsito, CONTRAN - Dispõe sobre a unificação de procedimentos para imposição de penalidade de multa a pessoa jurídica proprietária de veículos por não identificação de condutor infrator.

- Resolução nº 281, de 26 de julho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN - Estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou de pavimentação.
- Resolução nº 231, de 15 de março de 2007 – Estabelece o Sistema de Placas de Identificação de Veículos.
- Resolução nº 17 de 19 de novembro de 1998, do Conselho Nacional de Trânsito, CONTRAN - Estabelece os procedimentos de informação sobre o condutor do veículo, no momento da infração.
- Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, nº 3, de 15 de maio de 2008, alterada pela Instrução Normativa nº 01/2009/SLTI/MPOG e demais legislações pertinentes - Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.
- Parecer nº 056/PFSC/PGF/AGU/2009, de 25 de maio de 2009 - Referente utilização de veículo de transporte institucional.

2 – Normas internas do IFC:

- Estatuto do IFC, agosto/2009, Título VI – Do Patrimônio.
- Resolução nº 001, de 02 de maio de 2011, Conselho Superior do IFC.
- Resolução Ad Referendum nº 003, de 14 de fevereiro de 2011, do Conselho Superior – Regulamento Para Uso de Veículos Oficiais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.
- Resolução Ad Referendum nº 012, de 22 de junho de 2010, do Conselho Superior, Título IV – Da Comunidade Escolar, Capítulo IV – Dos Recursos Materiais.

CAMPUS ARAQUARI

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Instituição;

A frota de veículos utilizados para o transporte de servidores no exercício de suas atribuições são utilizados nos serviços administrativos.

Os veículos de trabalho (3 tratores, 1 caminhão, 2 camionetes utilitárias e 1 utilitário (retro-escavadeira) são utilizadas nas tarefas de aulas práticas, plantio, manutenção das atividades da escola fazenda, serviços de manutenção do campus e uso nos projetos de extensão.

Quadro 101: Frota de veículos próprios - Campus Araquari

Quadro - Tabela de Veículos Próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos

Esta tabela contém campos para preenchimento dos conteúdos quantificáveis das letras “c”, “d”, “e” e “f” do subitem 5.2.1 – Frota de Veículos Próprios, solicitado pelo TCU e descritos na página 220 do Anexo II do Manual de Elaboração do RG IFC 2014.

(Fonte: Baseado nas normas do Decreto nº.6403, de 17/03/2008 e IN nº 3, de 15/05/2008 – SLTI/MPOG)

Grupo	Utilização	Características	Usuário	Qtde. (ATENÇÃO: Em uso ou sob a respon- sabilidade da unidade)	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Custos					
							Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes	Reparos	Seguros obrigatórios	Pessoal Respon- sável pela frota	
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento superiores (DAS)	0	-	-	-	-	-	-	Rogério Cogo	
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Servidor em serviço externo	8	7983	8	33.224,60	20.200,36	-	542,72	Rogério Cogo	
		Transporte coletivo	Servidores por necessidade do serviço	0	-	-	-	-	-	-	Rogério Cogo	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Veículo básico - automóvel de carga, furgão, utilitário ou pick-up, barco - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no transporte de carga em serviço	2	5763	13	13.044,50	4.105,94	-	301,43	Rogério Cogo
		Transporte de carga pesada	Veículo básico - caminhão, caminhão-guincho, reboque ou semi-reboque - capacidade e motorização compatíveis com o serviço		1	1230	42	-	550,00	-	152,20	Rogério Cogo
		Atividades específicas	Veículo de tração - trator de rodas, de esteiras ou misto, pá-mecânica, motoniveladora e outros equivalentes	Servidor na execução de atividades específicas	4		11		4.990,67	-	-	Rogério Cogo
Fonte dos Dados Coletados		Data e Hora da Coleta	TOTAIS	15	4992	24,66667	46.269,10	29.846,97		996,35	Rogério Cogo	

f) Plano de substituição da frota;

Estava previsto no Planejamento Plurianual do Campus a substituição gradativa dos veículos cuja manutenção se torna-se onerosa demais. Em virtude da contenção de despesas imposta pelo Governo Federal o campus não adquiriu veículos novos, o que torna a frota antiga.

g) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Ainda não temos estudo pelo setor competente da viabilidade desta opção.

h) Estrutura de controles de que a Instituição dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O Câmpus não tem em seu quadro servidor Motorista, assim os servidores são autorizados a dirigirem os veículos após a leitura da “Regulamentação dos procedimentos gerais para utilização de veículos oficiais do IFC-Campus Araquari” e a emissão de “Autorização para dirigir os veículos oficiais”. A requisição dos veículos se faz através do Sistema SIGA-ADM, setor requisição de veículos, que será autorizada no sistema pela sua chefia imediata com antecedência mínima de 48h. O setor de transporte faz o controle de quilometragem e horários através de ficha mensal que é preenchida pelos usuários. Mensalmente a Coordenação de Transporte e Controle de Veículos emite relatório de cada veículo da frota.

CAMPUS BLUMENAU**b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC:**

A frota de veículos é imprescindível para a execução das atividades do Campus, quais sejam Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração. No decorrer de 2017, os automóveis da frota foram utilizados para várias atividades do Campus com o intuito de conduzir as atividades-meio e atingir as atividades fins.

Quadro 102: Frota de veículos próprios - Campus Blumenau

Grupo	Utilização	Características	Usuário	Qtde. (ATENÇÃO: Em uso ou sob a respon- sabilidade da unidade)	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes	Reparos	Seguros obrigatórios	Pessoal Respon- sável pela frota
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento superiores (DAS)								
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Veículo básico - automóvel, motocicleta, motoneta ou ciclomotor - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor em serviço externo	4	5.539,00	6	6.122,70	7.929,77	271,36	Jardel Silvio Duarte
		Transporte coletivo	Veículo básico - ônibus, microônibus ou van -capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidores por necessidade do serviço							
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Veículo básico - automóvel de carga, furgão, utilitário ou pick-up, barco - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no transporte de carga em serviço							
		Transporte de carga pesada	Veículo básico - caminhão, caminhão-guincho, reboque ou semi-reboque - capacidade e motorização compatíveis com o serviço								
		Atividades específicas	Veículo de tração - trator de rodas, de esteiras ou misto, pá-mecânica, motoniveladora e outros equivalentes	Servidor na execução de atividades específicas							
Fonte dos Dados Coletados		Data e Hora da Coleta	TOTAIS	4	5.539,00	6	6.122,70	7.929,77		271,36	Jardel Silvio Duarte

g) Plano de substituição da frota:

O campus Blumenau não possui plano de substituição da frota.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

O Campus Blumenau não possui nenhuma política para aquisição de veículos em detrimento a locação. Contudo, não há previsão para uma nova aquisição, bem como, para a locação de veículos.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

A requisição de veículo é feita mediante preenchimento do Formulário de Solicitação de Veículo Oficial, que deve ser apresentado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da utilização. O formulário deverá apresentar autorização expressa da chefia imediata para que, caso haja disponibilidade, a reserva seja efetuada. Caso identifique-se que existem várias solicitações para locais e períodos concomitantes, as solicitações são agrupadas, de modo a otimizar a utilização dos veículos oficiais. No momento da utilização, o servidor deverá preencher a Caderneta de Controle de Veículos, disponibilizada dentro de cada veículo, informando nome, destino/afazeres, quilometragem de saída e chegada, horário de saída e de chegada e observações pertinentes.

O Campus possui contrato com empresa de gerenciamento de frotas que intermedeia os serviços de manutenção e fornecimento de combustíveis de toda a frota. Essa empresa disponibiliza um sistema de gerenciamento e controle do consumo de combustível e das manutenções corretivas e preventivas de toda a frota.

CAMPUS BRUSQUE**b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UG:**

A frota é amplamente utilizada para participação de servidores em reuniões de trabalho, comissões e conselhos do IFC, transporte de servidores no exercício de suas atribuições (atividades externas como CERTIFIC, PROEJA, etc.), visitas docentes em locais de pesquisa e extensão, eventos oficiais, etc.,

Quadro 103: Frota de veículos próprios - Campus Brusque

(Quadro baseado nas normas do Decreto nº.6403, de 17/03/2008 e IN nº 3, de 15/05/2008 – SLTI/MPOG)

Grupo	Utilização	Características	Usuário	Qtde. (ATENÇÃO: Em uso ou sob a responsabilidade da unidade)	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Custos				
							Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes	Reparos	Seguros obrigatórios	Pessoal Responsável pela frota
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento superiores (DAS)	0	0	0	0	0	0	0	
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Servidor em serviço externo	2	5059	6,5	R\$ 1.040,00	R\$ 3.211,23	R\$ 3.558,34	R\$ 294,18	
		Transporte coletivo	Servidores por necessidade do serviço	0	0	0	0	0	0	0	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Servidor no transporte de carga em serviço	0	0	0	0	0	0	0	
		Transporte de carga pesada	Servidor na execução de atividades específicas	0	0	0	0	0	0	0	
		Atividades específicas		0	0	0	0	0	0	0	
Fonte dos Dados Coletados		Data e Hora da Coleta	TOTAIS	2	5059	6,5	R\$ 1.040,00	R\$ 3.211,23	R\$ 3.558,34	R\$ 394,18	

g) Plano de substituição da frota:

Ainda não há plano de substituição de frota no campus, em virtude do bom estado de conservação dos veículos.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Até o momento não foi feito nenhum estudo quanto ao custo-benefício de cada modalidade (aquisição/locação). Além disso os veículos utilizados atualmente são doados da Reitoria e não apresentam indícios de alto custo de manutenção frente a demanda do campus Brusque.

i) Estrutura de controles de que a unidade administrativa dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Existe um controle de número de usuários. Quando há deslocamento, a utilização é otimizada com o maior número de pessoas em um veículo para o mesmo destino/período, aproveitando trechos comuns. Além disso, no deslocamento para outros Campus ou Reitoria todos os servidores são comunicados para levarem e entregarem os documentos no local de destino, para que nem sempre seja necessário o regresso do mesmo ao campus. Também é feito o controle diário do estado dos veículos bem como agendamento prévio, via solicitação, para utilização dos veículos informando data, hora, destino, número de pessoas e motivo. Há um contrato com empresa fornecedora de serviços que intermedeia serviços de manutenção e fornecimento de combustíveis da frota. A empresa também disponibiliza um sistema de gerenciamento e controle do consumo de combustível e das manutenções corretivas e preventivas da frota.

CAMPUS CAMBORIÚ**a) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;**

A frota de veículos do IFC Câmpus Camboriú é fundamental para que as atividades administrativas que exijam deslocamento dos servidores, atividades de extensão e de pesquisa de servidores e discentes e viagens técnicas e de estudo de docentes e discentes. A frota de máquinas do IFC Câmpus Camboriú é imprescindível na realização de diversas atividades dentro do Câmpus, tais como: transportes diversos, preparo do solo, plantio de grãos, forragens, aplicação de defensivos agrícolas, colheita de forragens, roçagem, movimentação de terra, limpeza de estradas e vias de acesso, abertura de valas e realização de demonstrações e aulas práticas com discentes.

Quadro 104: Frota de veículos próprios - Campus Camboriú

Quadro - Tabela de Veículos Próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos

Esta tabela contém campos para preenchimento dos conteúdos quantificáveis das letras "c", "d", "e" e "f" do subitem 8.1.1 – Frota de Veículos Próprios, solicitado pelo TCU e descritos

(Fonte: Baseado nas normas do Decreto nº.6403, de 17/03/2008 e IN nº 3, de 15/05/2008 – SLTI/MPOG)

Grupo	Utilização	Características	Usuário	Qtde. (ATENÇÃO: Em uso ou sob a responsabilidade da unidade)	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Custos				
							Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes	Reparos	Seguros obrigatórios	Pessoal Responsável pela frota
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento superiores (DAS)	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Servidor em serviço externo	6	70390	5,2	R\$ 21.054,46	R\$ 23.126,95			HIRAN FERREIRA
		Transporte coletivo	Servidores por necessidade do serviço	3	20948	13	R\$ 17.243,97	R\$ 14.420,97			HIRAN FERREIRA
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Servidor no transporte de carga em serviço	5	220425	9,6	R\$ 6.973,80	R\$ 9.272,03			HIRAN FERREIRA
		Transporte de carga pesada	Servidor na execução de atividades específicas	2	5737	21,5	R\$ 5.904,09	R\$ 3.782,01			HIRAN FERREIRA
		Atividades específicas		7	1100	9	R\$ 0,00	R\$ 0,00			HIRAN FERREIRA
Fonte dos Dados Coletados		Data e Hora da Coleta	TOTAIS	23	318600		R\$ 51.176,32	R\$ 50.601,96			

g) Plano de substituição da frota;

Não possui.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A locação aumentaria muito os custos operacionais da frota, sendo que o IFC Campus Camboriú já possui em seu quadro uma quantidade significativa de veículos próprios bem como motoristas de carreira.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O IFC Campus Camboriú possui contrato com a empresa Ticket Log de intermediação de serviços de manutenção e fornecimento de combustíveis de toda a frota. A Ticket Log disponibiliza um sistema de gerenciamento e controle do consumo de combustível e das manutenções corretivas e preventivas de toda a frota. A Coordenação de Mecanização e Transportes do IFC-Câmpus Camboriú possui planilhas de controle mensal de utilização e de gastos de cada veículo da frota. Todas as saídas com veículos da frota são agendadas e realizadas mediante o preenchimento de uma “Requisição de Transporte” onde constam as informações necessárias a execução do serviço. Este sistema tem possibilitado a junção de saídas em uma só, respeitando o limite máximo de passageiros por veículo. Cada veículo possui uma ficha de registro mensal das viagens realizadas.

CAMPUS CONCÓRDIA**b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UG**

A frota de veículos tem grande importância para facilitar os deslocamentos principalmente entre Reitoria e demais Campi. O Campus Concórdia situa-se a uma distância de 420 quilômetros de Blumenau, sede da Reitoria. As demandas de reuniões são semanais para as diversas Coordenações e Diretorias. Há maior economicidade se comparado aos deslocamentos por ônibus, visto que o uso de veículo para os deslocamentos possibilita a realização de viagens com até 04 servidores. Os veículos também são utilizados para deslocamentos no Município e regiões, para reuniões nos Campi e empresas que possuímos convênios.

As respostas aos itens “c”, “d”, “e” e “f” devem ser feitas na Tabela de Veículos Próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos devem ser preenchidas na planilha a seguir:

Quadro 105: Frota de veículos próprios - Campus Concórdia

(Fonte: Baseado nas normas do Decreto nº.6403, de 17/03/2008 e IN nº 3, de 15/05/2008 – SLTI/MPOG)

Grupo	Utilização	Características	Usuário	Qtde. (ATENÇÃO: Em uso ou sob a responsabilidade da unidade)	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Custos					
							Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes	Reparos	Seguros obrigatórios	Pessoal Responsável pela frota	
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento superiores (DAS)									
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Veículo básico - automóvel, motocicleta, motoneta ou ciclomotor - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor em serviço externo	12	122.532	8,41	32.587,57	43.936,09		1.709,06	Waldir Morche
		Transporte coletivo	Veículo básico - ônibus, micro-ônibus ou van -capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidores por necessidade do serviço	3	15.362	21,33	1.303,00	15.243,09		689,23	Waldir Morche
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Veículo básico - automóvel de carga, furgão, utilitário ou pick-up, barco - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no transporte de carga em serviço								
		Transporte de carga pesada	Veículo básico - caminhão, caminhão-guincho, reboque ou semi-reboque - capacidade e motorização compatíveis com o serviço		2	2841	23	700,31	841,78		300,12	Waldir Morche
	Atividades específicas	Veículo de tração - trator de rodas, de esteiras ou misto, pá-mecânica, motoniveladora e outros equivalentes	Servidor na execução de atividades específicas									
Fonte dos Dados Coletados		Data e Hora da Coleta		17	140.735,00	14,35	34.590,88	60.020,96		2.628,41	Waldir Morche	

g) Plano de substituição da frota

No *Campus* Concórdia possuímos 17 veículos, destes, 4 veículos foram considerados irrecuperáveis e estão em Processo de Leilão de Bens realizado na data de 08 de Fevereiro de 2018. Conforme observa-se na tabela, a frota do *Campus* está com uma média de 14,35 anos e no último ano tivemos um total de 140.735 km rodados, quantidade próxima ao ano de 2016 que foram 143.063 quilômetros rodados. A idade média dos veículos adicionada ao uso constante, demonstra a necessidade urgente de aquisição de novos veículos para atender as necessidades do *Campus*. Outro fator que corrobora essa necessidade foi o valor gasto em manutenção no ano de 2017. Assim, a necessidade de reestruturação da frota é de 2 veículos ao ano nos próximos 04 anos.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Já realizamos estudos acerca da possibilidade de locação de veículos e o custo torna-se inviável, visto que a cobrança é realizada por quilometragem. Conforme apresentado na tabela o *Campus* teve 140.735 quilômetros em 2017 que multiplicado por R\$ 1,50 ao quilômetro, valor orçado com empresa de transporte, totaliza um custo de R\$ 211.102,50. O custo total para todos os veículos em 2017 foi de R\$ 97.240,40, demonstrando ser viável a manutenção de frota própria para o *Campus*.

i) Estrutura de controles de que a unidade administrativa dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Atualmente possuímos contrato de Gerenciamento de frota que possibilita um controle de todos os gastos envolvidos por veículo e um demonstrativo anual dos gastos gerados em cada exercício. Além disso, para fins de controle de quilometragem, todos os veículos possuem blocos de anotações que são preenchidos em todas as viagens com o quantitativo de quilometragem resultante do trajeto, pelo condutor e aferidos pelo responsável da frota.

CAMPUS FRAIBURGO

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC:

A frota de veículos é de suma importância para o IFC - Campus Fraiburgo pois os veículos são utilizados para deslocamentos principalmente para reitoria e outros campus nas atividades pertinentes ao ensino e administrativas, usados também para transporte de servidores em viagens de cursos capacitação e reuniões, quando convocados. Por o campus se encontrar em local com poucas linhas e frequência de transporte coletivo, a frota proporciona flexibilidade e facilidade no deslocamento, além dos veículos permitirem que se desloquem até 4 pessoas para o mesmo destino, proporcionando economia nessas ocasiões.

g) Plano de substituição da frota:

O IFC – Campus Fraiburgo não possui um Plano de Substituição de Frota, tendo em vista que a idade média da frota é relativamente baixa (5,25 anos). Porém se mantém controle de manutenções periódicas a fim de aumentar a vida útil dos veículos e o bom funcionamento dos mesmos, prezando sempre pela economicidade e continuidade dos serviços veiculares prestados.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Para que seja decidido entre as opções de locação ou aquisição leva-se em consideração principalmente a viabilidade e a demanda de utilização. Para veículos do tipo leve de até 7 (sete) passageiros conclui-se da viabilidade de aquisição dos veículos pois qualquer servidor devidamente habilitado com carteira de habilitação classe B poderá conduzi-lo. Opta-se pela aquisição também pela alta demanda de utilização e a falta de locadora de veículo na cidade. Entretanto para veículos de transporte que necessitem habilitação específica para condução e que possuam baixa demanda de utilização, como, por exemplo, ônibus, vans e caminhões, conclui-se da viabilidade da locação ou contratação de prestação de serviços devido ao alto custo de aquisição, alto custo de manutenção e baixa demanda de uso.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O controle da utilização de veículos oficiais é feito através de requisições impressas em que o solicitante efetua requerimento prévio antes de utilizá-lo, salientando que o IFC – Campus Fraiburgo possui manual de utilização de veículos oficiais que determina as regras de utilização dos veículos, tão quanto os formulários necessários para requisição de uso. Os controles de utilização, desempenho, abastecimento e manutenção foram concebidos utilizando como referência os anexos presentes na Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008. O campus tem contrato de gestão de frotas com a Vale Card que disponibiliza um sistema de gerenciamento e controle do consumo de combustível. A Coordenação de Transportes do IFC-Câmpus Fraiburgo tem o cuidado para agrupar quando mais de um servidor necessite ir para o mesmo destino nas mesmas datas, respeitando o limite máximo de passageiros. Em cada deslocamento o servidor assina uma Autorização para Condução de Veículo, onde consta data, hora e quilometragem total de deslocamento, como também qualquer ocorrência que por ventura tenha acontecido.

CAMPUS IBIRAMA**b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da unidade administrativa:**

O Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Ibirama, por meio de seus diversos setores, exerce atividades tais como: atividades acadêmicas fora do Campus; viagens para participação em eventos técnicos e/ou científicos; movimentação de documentos entre os diversos Campus e Reitoria; constituindo essas atividades partes do emprego de veículos neste Campus, as quais não podem ser interrompidas, evidenciando a relevância e importância da frota para a Instituição.

g) Plano de substituição da frota

Neste exercício 2017 não evidenciaram razões para substituição, uma vez que os recursos orçamentários foram priorizados em outras execuções. O Campus prevê manutenção preventiva em sua frota, assim garantindo a segurança dos ocupantes dos veículos, bem como aumentando a vida útil desses veículos.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

A Frota de veículos está em bom estado de conservação e uso com resultados satisfatórios em relação à locação, vez que composição do quadro discente, docente e dos técnicos administrativos é relativamente pequena, ou seja, composta por cerca de 400 alunos e 62 servidores

i) Estrutura de controles de que a unidade administrativa dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

São empregadas atualmente duas formas de controle:

- Por utilização do veículo
 - por meio do Caderno de Controle de Movimentação do Veículo, o qual consta registrado a data/horário de utilização, quilometragem, motorista e assuntos tratados executados e
 - por meio do Check List de Verificação – Veículos Oficiais, o qual objetiva avaliar as condições gerais dos veículos, antes e após cada utilização.
- Mensalmente
 - por meio do Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial, que registra, por veículo, a quilometragem inicial e final, consumo de combustível por litros, média de quilometragem rodada e seu custo em Reais e despesas com combustível, manutenção e reparos e
 - por meio de Relatório de Quilometragem dos Veículos Oficiais, que registra a quilometragem inicial e final de toda a Frota do Campus.

CAMPUS LUZERNA

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UG

g) Plano de substituição da frota

Não há plano de substituição da frota.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Não houve aquisições, somente recebimento de doações. Considerando também que o custo por quilômetro rodado, manter os veículos da instituição, é mais vantajoso em relação a locação destes bens, pois não houve aquisição de veículos, somente recebimento por doação.

i) Estrutura de controles de que a unidade administrativa dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O controle é feito através da emissão de uma autorização de condução de veículos, emitida pelo coordenador de infraestrutura e serviços que faz agendamento com dois dias de antecedência. Nestas autorizações constam dados pessoais do servidor (CNH, Siape, nome e função) local de saída e destino, bem como horários, motivo do afastamento e acompanhantes em viagem caso haja um ou mais servidores se deslocando junto. O coordenador de infraestrutura e serviços faz controle dos abastecimentos, lavagem de veículos e quilometragens rodadas.

REITORIA E CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ**b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UG**

Atualmente com 15 *campi* mais a reitoria distribuídos pelo estado de SC, atendendo a fornecedores, parceiros e toda comunidade acadêmica do IFC, a frota de veículos possui relevante importância para o desenvolvimento das atividades institucionais e sua continuidade. Dentre as utilizações da frota, destacam-se principalmente:

- O deslocamento de reitor, pró-reitores, diretores e servidores em geral em reuniões, capacitações, em diversos *campi*, reitoria e outros órgãos e instituições na região sul do país.
- O deslocamento de servidores na divulgação dos cursos oferecidos pelos *campi* em empresas e outras instituições de ensino.
- O deslocamento de servidores em participações em eventos oficiais, técnicos e científicos, feiras, seminários, congressos e cursos de capacitação.

Quadro 109: Frota de veículos próprios - Reitoria

Quadro.5.2.1- Tabela de Veículos Próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos

Esta tabela contém campos para preenchimento dos conteúdos quantificáveis das letras “c”, “d”, “e” e “f” do subitem 8.1.1 – Frota de Veículos Próprios, solicitado pelo TCU e descritos na página 220 do Anexo II do Manual de Elaboração do RG IFC 2014.

(Quadro baseado nas normas do Decreto nº.6403, de 17/03/2008 e IN nº 3, de 15/05/2008 – SLTI/MPOG)

Grupo	Utilização	Características	Usuário	Qtde. (ATENÇÃO: Em uso ou sob a responsabilidade da unidade)	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Custos				
							Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes	Reparos	Seguros obrigatórios	Pessoal Responsável pela frota
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento superiores (DAS)	1	10233 Km	5	R\$ 3.659,20	R\$ 4.322,51		R\$ 2.085,00	Roberto Maurina
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Servidor em serviço externo	10	13880 Km	5	R\$ 39.675,28	R\$ 62.799,91		R\$ 15.133,00	
		Transporte coletivo	Servidores por necessidade do serviço								
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Servidor no transporte de carga em serviço	1(*)	1955 Km	11					Camp. Concórdia
		Transporte de carga pesada	Servidor na execução de atividades específicas	1(**)	0	7					Campus Camboriu
		Atividades específicas									
Fonte dos Dados Coletados		Data e Hora da Coleta	TOTAIS					R\$ 67.122,42		R\$ 17.218,00	

(*) VEÍCULO ESTÁ NO CAMPUS CONCORDIA PARA USO NO CAMPUS MANUTENÇÃO E ABSTECIMENTO POR CONTA DO CAMPUS.

(**) CAMINHÃO ESTÁ NO CAMPUS CAMBORIU PARA USO NOS CAMPUS, ABSTECIMENTO E MANUTENÇÃO POR CONTA DO CAMPUS.

g) Plano de substituição da frota:

Em virtude da idade média dos veículos ser de apenas 5 anos, ainda não foi realizado plano de substituição da frota.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Considerando a alta quilometragem rodada e uso contínuo, os custos de aquisição e manutenção são menores que os da locação. O fato de a Reitoria do IFC concentrar todas as Pró-reitorias do Instituto faz com que seja necessário o constante deslocamento de servidores aos diversos campi espalhados pelo estado.

i) Estrutura de controles de que a unidade administrativa dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Em 2017 iniciou-se o trabalho de implantação do Módulo Transporte (SIPAC) o qual vai permitir via sistema, solicitar o veículo através de acesso ao servidor. As autorizações da chefia imediata serão assinadas eletronicamente, dispensando inclusive o uso de impressos. No ano de 2017 em função da idade média dos veículos houve um gasto maior na manutenção preventiva dos veículos. Temos também o controle de manutenção dos veículos através da VALECARD, a qual é feita a revisão dos veículos com três orçamentos e ganha a oficina que fizer o menor preço. Temos também o controle de abastecimento dos veículos através do cartão da VALECARD, que o servidor retira junto com a sua autorização de deslocamento, e no final do mês é feito o controle de todos os abastecimentos feitos no mês com o relatório emitido pela VALECARD.

CAMPUS RIO DO SUL**b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC**

A frota é de suma importância para as atividades do Campus, visto que transportamos os servidores em suas convocações, viagens a trabalho, treinamentos, etc. Utilizamos ainda os veículos no transporte de alunos em viagens técnicas e nas próprias demandas do dia a dia da Instituição. Caso não houvesse essa frota, estaríamos fadados a imobilidade total do campus, prejudicando em muito a atividade fim que é a Educação profissional e tecnológica.

As respostas aos itens “c”, “d”, “e” e “f” devem ser feitas na Tabela de Veículos Próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos.

Quadro 110: Frota de veículos próprios - Campus Rio do Sul

Grupo	Utilização	Características	Usuário	Qtde. (ATENÇÃO: Em uso ou sob a responsabilidade da unidade)	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes	Reparos	Seguros obrigatórios	Pessoal Responsável pela frota	
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento superiores (DAS)	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0	
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Servidor em serviço externo	12	10.392	9,5	45.451,00	39.298,45	0,00	930,04	1	
		Transporte coletivo	Servidores por necessidade do serviço	5	8.628	13	59.499,59	27.575,86	0,00	627,28	1	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Servidor no transporte de carga em serviço	2	5.375	13,5	16.598,57	5.390,58	0,00	141,62	1	
		Transporte de carga pesada	Servidor na execução de atividades específicas	1	3397	22	10.020,39	5.434,17	0,00	70,81	1	
		Atividades específicas		3	---	8	28.190,00	58.918,37	0,00	0,00	1	
Fonte dos Dados Coletados		Data e Hora da Coleta		TOTAIS	23	27.792	13,2	159.759,55	136.617,43	0,00	1.769,75	1
Coordenação de Veículos		24/02/2017										

g) Plano de substituição da frota

O Campus procura anualmente proceder a substituição de veículos, porém nos últimos três anos não foi possível realizar essa substituição pois houve contingenciamento orçamentário e também por haver restrições determinadas pelo próprio poder central na compra de veículos novos.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Utilizamos frota própria por entendermos ser mais apropriada ao uso do campus, pois existem necessidades esporádicas de um determinado veículo que não compensa manter um contrato de aluguel. Já efetuamos pesquisas regionais para locação que restaram não vantajosas no momento. O que existe de fato é um estudo do Governo Federal para todos os seus órgãos que será o taxigov, que poderá suprir alguma demanda, aguardaremos o fato.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

No campus existe uma coordenação de transportes que gerencia toda a frota, desde agendamentos até manutenção. Existe dentro dos veículos um caderno próprio de controle fazendo com que o motorista anote as datas, horários, locais e quilometragens do veículo. Atualmente estamos em processo de implantação de um sistema informatizado para o gerenciamento da frota.

CAMPUS SANTA ROSA DO SUL / CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO**b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;**

A importância da frota para o Campus é essencial devido as dificuldades de distância do Campus e das condições da estrada que dá acesso ao Campus Santa Rosa do Sul (o campus é situado a uma distância de 15 km da BR-101, sendo 5 km de estrada de chão), por isso as condições de manutenção da frota são extremamente altas. Quanto ao impacto, devido as estes mesmos aspectos citados acima, este impacto é sensível em relação as atividades do Campus.

Quadro 111: Frota de veículos próprios - Campus Santa Rosa do Sul / Sombrio

Quadro - Tabela de Veículos Próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos

Esta tabela contém campos para preenchimento dos conteúdos quantificáveis das letras “c”, “d”, “e” e “f” do subitem 5.2.1 – Frota de Veículos Próprios, solicitado pelo TCU e descritos na página 220 do Anexo II do Manual de Elaboração do RG IFC 2014.

(Fonte: Baseado nas normas do Decreto nº.6403, de 17/03/2008 e IN nº 3, de 15/05/2008 – SLTI/MPOG)

Grupo	Utilização	Características	Usuário	Qtde.	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Custos					
							Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes	Reparos	Seguros obrigatórios	Pessoal Responsável pela frota	
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessorament o superiores (DAS)	2	26461	2011	R\$ 3.208,54	R\$ 12.077,00	R\$ 0,00	R\$ 294,18	Flávio	
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Veículo básico - automóvel, motocicleta, motoneta ou ciclomotor - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor em serviço externo	9	6112	2009	R\$ 15.149,35	R\$ 14.244,00	R\$ 0,00	R\$ 1.593,55	Flávio
		Transporte coletivo	Veículo básico - ônibus, microônibus ou van - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidores por necessidade do serviço	2	12086	2007	R\$ 13.093,76	R\$ 21.987,00	R\$ 0,00	R\$ 944,28	Flávio
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Veículo básico - automóvel de carga, furgão, utilitário ou pick-up, barco - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no transporte de carga em serviço	6	17058	2010	R\$ 1.791,06	R\$ 22.364,00	R\$ 0,00	R\$ 744,36	Flávio
		Transporte de carga pesada	Veículo básico - caminhão, caminhão-guinchô, reboque ou semi-reboque - capacidade e motorização compatíveis com o serviço		1	2613	1996	R\$ 100,00	R\$ 976,30	R\$ 0,00	R\$ 150,06	Flávio
		Atividades específicas	Veículo de tração - trator de rodas, de esteiras ou misto, pá-mecânica, motoniveladora e outros equivalentes	Servidor na execução de atividades específicas	0	-	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Flávio
Fonte dos Dados Coletados		Data e Hora da Coleta	TOTAIS	20	64330		R\$ 33.342,71	R\$ 78.833,65	R\$ 0,00	R\$ 3.726,43		

g) Plano de substituição da frota;

Não há plano de substituição da frota

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Não há estudo de razões para a escolha de aquisição em detrimento da locação.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Controle de saída de veículos através de requisições, bem como fiscalização de transporte.

CAMPUS SÃO BENTO DO SUL**b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC**

Translado de servidores entre as unidades do IFC, ministrar cursos em locais distintos a unidade do IFC de São Bento do Sul, torna o meio de locomoção muito mais rápido que o uso de ônibus.

Quadro 112: Frota de veículos próprios - Campus São Bento do Sul

Quadro.5.2.1- Tabela de Veículos Próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos

Esta tabela contém campos para preenchimento dos conteúdos quantificáveis das letras “c”, “d”, “e” e “f” do subitem 8.1.1 – Frota de Veículos Próprios, solicitado pelo TCU e descritos na página 220 do Anexo II do Manual de Elaboração do RG IFC 2014.

(Quadro baseado nas normas do Decreto nº.6403, de 17/03/2008 e IN nº 3, de 15/05/2008 – SLTI/MPOG)

Grupo	Utilização	Características	Usuário	Qtde. (ATENÇÃO: Em uso ou sob a responsabilidade da unidade)	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Custos				
							Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes	Reparos	Seguros obrigatórios **	Pessoal Responsável pela frota *
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento superiores (DAS)	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Servidor em serviço externo	3	32295	5	R\$ 12.758,69	R\$ 7.645,33	R\$ 0,00	R\$ 127,11	R\$ 8.485,44
		Transporte coletivo	Servidores por necessidade do serviço	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Servidor no transporte de carga em serviço	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Transporte de carga pesada	Servidor na execução de atividades específicas	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Atividades específicas		0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fonte dos Dados Coletados		Data e Hora da Coleta	TOTAIS	3	32295	5	R\$ 12.758,69	R\$ 7.645,33	R\$ 0,00	R\$ 127,11	R\$ 8.485,44
SIAFI e SIAG ValeCard		06/02/2018 – 16:10									

* salário e encargos do CGIS em 2017, multiplicado pela fração 1/8 (aproximadamente 1h por dia do trabalho do coordenador é dedicado a gestão da frota).

** no exercício de 2017, os seguros obrigatórios foram pagos pelo campus Araquari e Reitoria.

g) Plano de substituição da frota

O Campus São Bento do Sul possui apenas três veículos, sendo dois deles com menos de 5 anos de uso e em bom estado de conservação, desta forma, não possuímos plano de substituição da frota.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

As aquisições ocorreram em exercícios passados, naquela época se mostravam mais vantajosos que a locação, devido a utilização diária de alguns veículos para atividades de ensino em localidades próximas, ou ainda em viagens curtas a reitoria bem como viagens mais longas.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Utilizamos duas estruturas de controle. SIPAC para agendamento da utilização dos veículos e outro sistema da empresa contratada para o gerenciamento da frota.

CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL**b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UG:**

A frota de veículos é imprescindível para a execução das atividades do Campus, quais sejam Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração. No decorrer de 2017, os automóveis da frota foram utilizados para várias atividades do Campus com o intuito de conduzir as atividades-meio e atingir as atividades fins.

Itens c), d), e), f)

Quadro 113: Frota de veículos próprios - Campus São Francisco do Sul

Quadro.5.2.1- Tabela de Veículos Próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos

Esta tabela contém campos para preenchimento dos conteúdos quantificáveis das letras “c”, “d”, “e” e “f” do subitem 8.1.1 – Frota de Veículos Próprios, solicitado pelo TCU e descritos na página 220 do Anexo II do Manual de Elaboração do RG IFC 2014.

(Quadro baseado nas normas do Decreto nº.6403, de 17/03/2008 e IN nº 3, de 15/05/2008 – SLTI/MPOG)

Grupo	Utilização	Características	Usuário	Qtde. (ATENÇÃO: Em uso ou sob a responsabilidade da unidade)	Média Anual Km Rodados	Idade Média	Custos				
							Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes	Reparos	Seguros obrigatórios **	Pessoal Responsável pela frota *
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento superiores (DAS)	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Servidor em serviço externo	3	32295	5	R\$ 12.758,69	R\$ 7.645,33	R\$ 0,00	R\$ 127,11	R\$ 8.485,44
		Transporte coletivo	Servidores por necessidade do serviço	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Servidor no transporte de carga em serviço	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Transporte de carga pesada	Servidor na execução de atividades específicas	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Atividades específicas	Servidor na execução de atividades específicas	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fonte dos Dados Coletados		Data e Hora da Coleta	TOTAIS	3	32295	5	R\$ 12.758,69	R\$ 7.645,33	R\$ 0,00	R\$ 127,11	R\$ 8.485,44
SIAFI e SIAG ValeCard		06/02/2018 – 16:10									

* salário e encargos do CGIS em 2017, multiplicado pela fração 1/8 (aproximadamente 1h por dia do trabalho do coordenador é dedicado a gestão da frota).

** no exercício de 2017, os seguros obrigatórios foram pagos pelo campus Araquari e Reitoria.

g) Plano de substituição da frota:

Não há plano de substituição.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Não realizou estudo específico a respeito.

i) Estrutura de controles de que a unidade administrativa dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A requisição de veículo é feita mediante preenchimento do Formulário de Solicitação de Veículo Oficial, que deve ser apresentado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da utilização. O formulário deverá apresentar autorização expressa da chefia imediata para que, caso haja disponibilidade, a reserva seja efetuada. Caso identifique-se que existem várias solicitações para locais e períodos concomitantes, as solicitações são agrupadas, de modo a otimizar a utilização dos veículos oficiais. No momento da utilização, o servidor deverá preencher a Caderneta de Controle de Veículos, disponibilizada dentro de cada veículo, informando nome, destino/afazeres, quilometragem de saída e chegada, horário de saída e de chegada e observações pertinentes.

O Campus possui contrato com empresa de gerenciamento de frotas que intermedeia os serviços de manutenção e fornecimento de combustíveis de toda a frota. Essa empresa disponibiliza um sistema de gerenciamento e controle do consumo de combustível e das manutenções corretivas e preventivas de toda a frota.

CAMPUS VIDEIRA**b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC**

As atividades de logística para o transporte de pessoas e cargas é fundamental dentro de qualquer organização pois é uma atividade auxiliar que está diretamente relacionada com o cumprimento de diversas tarefas que não se tornariam possíveis sem a locomoção. Em nossa Instituição não é diferente, a frota veicular é um suporte aos setores administrativos e pedagógicos para inúmeras atividades que se fazem necessárias no dia a dia.

A utilização da frota para transporte de servidores e cargas tem papel fundamental no apoio às atividades de setores como a Docência, Extensão, Pesquisa, Administração (Licitações, Orçamentos, Compras e demais setores), Gestão (no deslocamento para compromissos Institucionais como reuniões, convocações, treinamentos, capacitações, etc.), dentre tantos outros exemplos em que o deslocamento ágil e simplificado garantem a continuidade das atividades regularmente.

O transporte é uma questão fundamental para o andamento das atividades educacionais, principalmente às relacionadas ao transporte de alunos, como é o caso dos veículos fretados utilizados para o transporte coletivo.

Uma vez que o *Campus* não possui estrutura física totalmente adequada ao atendimento das disciplinas práticas, faz-se necessário a realização de visitas técnicas em outros locais, como em empresas, entidades, instituições, etc. A forma mais adequada e segura para a realização das visitas é por meio de transporte coletivo de passageiros. Portanto, o impacto do serviço sobre as atividades da unidade administrativa é de extrema significância.

g) Plano de substituição da frota

A última aquisição de veículos novos pelo IFC *Campus* Videira ocorreu no ano de 2013, sendo três novos veículos que vieram a somar para o atendimento das demandas envolvidas com transportes.

Como alguns dos veículos do *Campus* estão com idades próximas a 10 anos, alguns até mais do que isso, faz-se necessário o planejamento para a substituição destes veículos nos próximos anos, visando a economicidade com combustível e principalmente manutenção dos bens.

Em 2016, criou-se no *Campus* uma portaria nomeando servidores para comporem uma comissão de desfazimento de bens patrimoniais que estavam inservíveis ou ociosos. Na relação destes bens, incluiu-se um dos veículos (Parati, placas MEW-9380) com o objetivo de desfazimento por meio de doação do veículo a outra instituição que venha a tornar novamente útil este bem. A doação do referido veículo se efetivou no ano de 2017.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Os serviços de terceirização de veículos ocorrem apenas para a utilização de transportes coletivos, essencial para a continuidade dos serviços oferecidos, principalmente em relação às visitas técnicas dos estudantes.

Porém, não há estudos relacionados para definição de viabilidade. Esta opção é utilizada apenas pelo fato de não haver outro modo, ou seja, o *Campus* ainda não possui veículo próprio para transporte coletivo, e nem dispõe de cargo de motorista no quadro permanente de servidores do campus. Restando à terceirização como forma de atender suas demandas.

Os principais fatores que norteiam a decisão da opção de adquirir em vez de contratar serviços de locação dos veículos são:

- **Economicidade:** a relação custo/benefício por quilômetro rodado é maior para a Instituição quando se trata de veículos próprios em relação a veículos fretados de empresas terceirizadas;
- **Disponibilidade:** estando disponíveis no *Campus*, os veículos poderão ser utilizados de maneira menos burocrática e mais rápida, facilitando assim o apoio às diversas atividades e tarefas regulares ou aquelas em situações emergenciais.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

A organização e utilização da frota é feita através de documentos como planilhas eletrônicas e relatórios. Esses arquivos têm a finalidade de apontar o real custo que cada veículo significa por quilômetro rodado, facilitando assim a gestão econômica da frota. Abaixo, uma rápida descrição de alguns meios de controle da frota:

- **Autorizações de Condução:** é o documento que autoriza o servidor utilizar um veículo da frota. Para fazer uso, o servidor deverá solicitar e justificar a utilização do patrimônio junto ao seu Superior, que por sua vez, após apreciação e autorização, encaminha ao setor responsável pela organização que irá preencher e autorizar o deslocamento do servidor por meio de veículo oficial;

- **Planilha de Controle de Despesas:** é uma planilha eletrônica na nuvem (google drive) que possibilita o lançamento e controle de todos os gastos envolvendo veículos oficiais. Os dados são alimentados diariamente a cada nova ocorrência de despesa com manutenção, taxas de regulamentação, combustível, etc. Esta planilha permite a observância com maior precisão dos custos de cada veículo, e portanto, auxilia na administração das despesas.
- **Sistema de Administração de Frota:** Em 2017, a prestação de serviço de gerenciamento da frota veicular do *Campus* foi realizada pela empresa Trivale, através do Valecard. Este sistema permite o controle das despesas com manutenções e gastos com combustível, permitindo a geração inúmeros relatórios e maior controle sobre os gastos com veículos. Outra grande vantagem deste sistema é o fato do mesmo permitir abastecimento via cartão pós-pago, proporcionando segurança e praticidade nos abastecimentos que se fazem necessários em viagens locais e institucionais.
- **SIPAC – Módulo Transportes:** Em 2016 iniciou-se a implantação do Módulo Transporte por meio do Sistema Gerencial (SIPAC) adquirido por este Instituto. Tal ferramenta tem por finalidade proporcionar melhores recursos para a gestão da frota em cada *Campus*, além de criar rotinas padronizadas de uso e controle dos veículos. O mesmo ainda está em processo de implantação, espera-se que tal ferramenta tenha sua implantação finalizada e assim, facilite ainda mais os controles patrimoniais relacionados aos veículos.

Já, o controle sobre a prestação dos serviços, sob o regime de fretamento, é realizado de duas formas:

- Ao passo que o responsável pela solicitação de serviço agenda uma viagem, o mesmo tem a obrigação de preencher um formulário com todos os dados do transporte, como: horários, finalidade, destino, quilometragem de saída e retorno, motorista, etc. Esses dados são utilizados para controle e fechamento do custo da viagem.
- Com os dados contidos no formulário supracitado, alimenta-se uma planilha de controle dos serviços com os itens e valores contidos em contrato assinado entre as partes que servirão para realização das quitações de valores junto à contratada.

5.2.2 - Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Por ser um órgão relativamente novo, criado no ano de 2010, o IFC possui uma frota veicular recente e ainda não possui uma política padronizada para destinação de veículos inservíveis.

Alguns campi, que eram escolas agrotécnicas federais antes de serem incorporados pelo Instituto Federal, possuem alguns veículos antigos, realizando o desfazimento com base no manual institucional de desfazimento de bens. A seguir, as unidades fazem um breve relato sobre o tema.

CAMPUS ARAQUARI

A frota do Campus conta com apenas treze veículos, os mais antigos são utilizados em serviços internos do Campus (FIAT STRADA FIRE ano 2003/2003 e FIAT UNO MILLE FIRE ano 2001/2002), para transporte de bens móveis, materiais do almoxarifado etc. Não temos uma política de substituição, o desfazimento ocorre quando se torne oneroso e inviabilize sua manutenção. O

desfazimento ocorre com a divulgação aos demais Campus do IFC e outros Órgão Público que tenha interesse pela doação, a partir da utilização do manual institucional de desfazimento de bens.

CAMPUS BLUMENAU

O campus Blumenau não possui Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições. Outrossim, salienta-se o excelente estado de conservação da frota e da vida útil destes veículos.

CAMPUS BRUSQUE

Até momento nenhum dos veículos da frota foi classificado como inservível, porém em havendo, será instaurado processo de desfazimento de bem conforme manual institucional através de comissão específica, que decidirá sobre a melhor forma de destinação em época oportuna.

CAMPUS CAMBORIÚ

O IFC Campus Camboriú não possui uma política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso. O procedimento adotado é a disponibilização destes bens para o setor de patrimônio com o intuito de providenciar o processo de desfazimento de bens dentro dos preceitos da lei e do manual institucional.

CAMPUS CONCÓRDIA

ITEM	Modelo	Ano	Placa	Política adotada
1	VW, Santana Quantun CLI 1.8, 96 cv, 5p,	1996/96	LXY 4433	Processo de Leilão 01/2017 em andamento.
2	VW Kombi standart 1,6 56cv, 8p	1997/98	MCC 9280	Processo de Leilão 01/2017 em andamento.
3	FIAT Palio HLX Flex, 110cv, 5p	2005/06	MDY 4528	Processo de Leilão 01/2017 em andamento.
4	KIA Besta EST, 80cv, diesel, 12p	1996/97	LYB 7921	Processo de Leilão 01/2017 em andamento.

CAMPUS FRAIBURGO

A unidade não possui política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, pois a idade média atual dos veículos é de 5,75 anos.

CAMPUS IBIRAMA

A frota do IFC Campus Ibirama está em uso na sua totalidade. Os veículos passam por manutenções preventivas anualmente para que a frota tenha maior durabilidade, bem como possibilite a segurança aos seus usuários. Sendo assim, o Campus não teve necessidade de efetuar o desfazimento dos veículos inservíveis, pois os mesmos estão em boas condições.

CAMPUS LUZERNA

O Campus Luzerna não possui política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso. Temos no momento 04 veículos nestas condições, os quais estão na lista para desfazimento que será encaminhada para a comissão proceder com os trâmites para o desfazimento.

REITORIA / CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

A Reitoria do Instituto Federal Catarinense não possui a política de inservíveis, pois até o momento não houve a necessidade de desfazimento de veículos. Os veículos da Reitoria e do Campus Abelardo Luz não possuem muito tempo de uso. A frota utilizada na Reitoria, por exemplo, é toda composta por veículos adquiridos após 2012.

CAMPUS RIO DO SUL

O Campus Rio do Sul está com uma frota de veículos já com uma idade bem avançada. O ideal seria a substituição de grande parte da frota, porém os últimos cortes orçamentários e decretos de contingenciamento de despesas não tem nos permitido adquirir novos veículos (o último foi adquirido em 2016 para transporte de alimentos).

Diante da situação de incapacidade de recomposição da frota, buscamos manter a frota devidamente revisada e funcionando a contento com substituição de peças desgastadas bem como especial atenção em equipamentos de segurança.

Atualmente estamos com um veículo inservível, porém o mesmo é utilizado para aulas práticas de mecânica nos cursos técnicos de agropecuária e no curso superior de mecatrônica, ou seja, o veículo não atende mais a instituição como um veículo automotor porém serve de laboratório para formação de alunos.

No caso desse veículo, não há despesa relacionada ao mesmo, visto tratar-se de elemento laboratorial.

CAMPUS SANTA ROSA DO SUL / CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO

Em relação a este item de informação, não há ainda política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso. Pretende-se criar ainda em 2017 regulamento sobre esta política.

CAMPUS SÃO BENTO DO SUL

O Campus São Bento do Sul não executou, em 2017, nenhuma destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, por não possuir em sua frota veículos nessas condições.

SÃO FRANCISCO DO SUL

O Campus São Francisco do Sul não possui política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso. Outrossim, salienta-se o excelente estado de conservação da frota e da vida útil destes veículos.

CAMPUS VIDEIRA

a) A unidade possui política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Atualmente a unidade possui não possui veículos em desuso. A unidade não possui política específica de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, devido à idade média dos veículos

serem de 07 anos. Porém, o campus desde 2016, tem utilizado o Manual de Desfazimento de Bens do IFC, instituído pela PROAD.

No ano de 2016 foi publicada a Portaria nº 074/GAB/DG/CVID/IFC/2016 de 16 de Fevereiro de 2016, a qual nomeou uma comissão para desfazimento de bens. Por meio desta medida, instituiu-se a política de desfazimento dos bens patrimoniais que estão inservíveis ou em desuso no *Campus*, incluindo, portanto os veículos oficiais.

A doação do veículo oficial, Marca Volkswagen, Modelo Parati 1.8, Placa: MEW-9380, Ano de fabricação/Modelo: 2000/01, Cor: Prata, foi finalizada somente em Agosto/2017, o veículo estava ocioso, porém em condições de uso, necessitando uma revisão apenas para voltar a rodar. O veículo foi repassado para o Instituto Nova Ágora de Cidadania – INAC, com sede em São Paulo, que é uma instituição não governamental, sem fins lucrativos, que atua em diversas áreas, tais como a ambiental, inclusão digital/tecnologia da informação, certificações das associações sociais de bairro, construção do movimento da rede solidária, e banco de oportunidades (BOP).

Segue o link sobre a publicidade da doação: <https://videira.ifc.edu.br/blog/2017/08/28/ifc-faz-doacao-de-bens-patrimoniais-para-o-inac/>.

b) Informações gerenciais sobre os veículos nesta condição

Atualmente, não há veículos nesta condição.

5.2.3 – Gestão do patrimônio imobiliário da União

O IFC utiliza o sistema SPIUnet – Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União, sendo que cada unidade faz o preenchimento das informações junto ao sistema e a Diretoria de Engenharia e Planejamento, através da Coordenação de Avaliação e Regularização faz as avaliações dos imóveis indicados. Como mecanismo de controle interno, foi implantado o módulo “Patrimônio Imóvel” do SIPAC onde estão sendo individualizados todos os registros.

A Coordenação de Avaliação e Regularização também vem atuando na regularização dos imóveis com o desenvolvimento de levantamentos e projetos para aprovações e habite-se.

Tabela 1: Patrimônio imóvel do IFC

Campus	RIP	Tipo	Área do terreno	Área da benfeitoria	Valor avaliado
Abelardo Luz	Sem cadastro				
Araquari	802500004.500-3	Terreno	2.055.964,57	16.655,01	30.892.434,41
Araquari	802500025.500-8	Utilização	3.083,95	2.687,83	4.176.921,66
Araquari	802500001.500-7	Utilização	2.052.880,62	13.967,18	19.491.831,69
Blumenau	804700033.500-2	Terreno	55.174,31	6.824,83	6.651.572,05
Blumenau	804700059.500-4	Utilização	1.655,23	1.427,47	1.306.598,89
Blumenau	804700057.500-3	Utilização	1.103,49	107.021,00	190.065,23
Blumenau	804700034.500-8	Utilização	52.415,59	5.397,36	6.597.196,09
Brusque	805500006.500-6	Terreno	20.100,85	-	5.145.013,57
Brusque	805500007.500-1	Utilização	-	-	-
Camboriú	806100008.500-1	Terreno	1.556.441,36		27.699.986,88
Camboriú	806100030.500-1	Utilização	1.528.665,11	11.011,66	11.619.474,47
Camboriú	806100027500-5	Utilização	1.939,95	1.940,00	2.357.650,21
Camboriú	806100026.500-0	Utilização	3.314,75	3.314,78	4.265.318,25
Camboriú	806100025.500-4	Utilização	7.999,95	8.000,00	10.294.060,54
Camboriú	806100024.500-9	Utilização	1.729,05	1.729,05	2.224.868,17
Camboriú	806100023.500-3	Utilização	12.791,30	12.791,42	16.459.456,48
Camboriú	806100007.500-6	Terreno	16.641,96	-	296.176,96
Camboriú	806100006.500-0	Utilização	16.641,96	-	-
Concórdia	808300012.500-4	Terreno	1.973.619,00	-	13.321.928,25
Concórdia	808300002.500-0	Utilização	1.973.619,00	34.780,96	40.902.530,78
Fraiburgo	8107 00003.500-6	Terreno	5.350,45	-	716.077,62
Fraiburgo	8107 00004.500-1	Utilização	5.350,45	4.536,49	6.678.141,45
Ibirama	8135 00011.500-5	Terreno	18.507,00		1.500.047,87
Ibirama	8135 00012.500-0	Utilização	18.507,00	5.281,77	4.776.074,05
Luzerna	0926 00003.500-0	Terreno	9.095,14		3.123.880,45
Luzerna	0926 00004.500-5	Utilização	-	-	-
Luzerna	0926 00008.500-7	Utilização	361,13	700,82	905.221,91
Reitoria	804700031500-1	Terreno	1.246,94	-	895.446,77
Reitoria	804700032500-7	Utilização	1.246,94	1.808,68	3.053.259,99
Rio do Sul	8291 00035.500-3	Terreno	390,25		304.683,00
Rio do Sul	8291 00048.500-4	Utilização	390,25	-	304.683,00
Rio do Sul	8291 00013.500-3	Terreno	250.000,00		2.458.500,00
Rio do Sul	8291 00009.500-1	Utilização	250.000,00	-	2.458.500,00
Rio do Sul	8291 00015.500-4	Terreno	2.179,00		1.701.228,10
Rio do Sul	8291 00001.500-8	Utilização	2.179,00	4.584,10	3.312.547,57
Rio do Sul	8291 00014.500-9	Terreno	1.901.523,41		18.699.581,21
Rio do Sul	8291 00007.500-0	Utilização	1.901.523,41	37.685,84	38.452.365,74
Rio do Sul	8291 00012.500-8	Terreno	585.963,00	-	5.762.360,14

Continua...

Continuação Tabela 1

5.2.4 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas

Abaixo, seguem dados das unidades do IFC que possuem cessão de espaço:

CAMPUS ARAQUARI

Quadro 115: Cessão de espaço físico - Campus Araquari

CONCESSÃO DE USO 01/2011		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8025.00004.500-3
	Endereço	Rodovia BR SC 280, Km 27 – Colégio Agrícola
Identificação do Cessionário	CPF ou CNPJ	01.063.027/0001-96
	Nome ou Razão Social	ANTENOR JOSÉ SPROTTE PIRES ME.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fabricação de produtos de panificação industrial.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência Pública
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão de espaço para exploração de serviço de cantina e lanchonete.
	Prazo da Cessão	De 02/05/2016 a 01/05/2017, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Concessão Onerosa de Uso do Espaço Físico de 71,30 m ² , Bloco “E”, localizado nas dependências do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari, destinada à Exploração de Serviços de Cantina e Lanchonete, com fornecimento de todo o material e mão de obra necessários à execução total do serviço por parte da Concessionária.

	Valores e benefícios recebidos pela UPC cedente	O valor de referência em 2017 foi de R\$ 13.574,90 pela concessão onerosa e R\$ 13.240,83 em restituição com gastos de energia elétrica e água.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores recebidos são contabilizados na conta 4.33.11.01.00 - Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços.
	Rateio dos gastos, quando cessão parcial	Há um medidor de energia dentro da cantina, e o locatário paga a taxa mínima da Casan.
	Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	Custear despesas com ensino.

CAMPUS CAMBORIÚ

Quadro 116: Cessão de espaço físico - Campus Camboriú

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8061.00019.500-1
	Endereço	Rua Joaquim Garcia s/n, Bairro Centro, Camboriú-SC
Identificação do Cessionário	CPF ou CNPJ	85.266.468/0001-85
	Nome ou Razão Social	DELMO LEAL DA SILVA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência Pública
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de Cantina e Lanchonete
	Prazo da Cessão	12 meses, renovável por até 60 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala Térrea com cozinha e espaço para refeições
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$25.499,99
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento de Recita Mensal através do código 28802-0
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Receita própria destinada a finalidade da Instituição (fonte 250)
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-----

CAMPUS CONCÓRDIA

Quadro 117: Cessão de espaço físico - Campus Concórdia

Caracterização do Objeto	Endereço	Rodovia SC 283, km 08, Vila Fragosos, Concórdia, SC
	Identificação do imóvel	Espaço em alvenaria com área de 166,32m
Caracterização da cessão	Identificação do cessionário	MARINÊS DEITOS ME CNPJ: 05.564.716/0001-35
	Forma de seleção do cessionário	Pregão Eletrônico 40/2016

	Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido	CONCESSÃO ONEROSA DE USO DO ESPAÇO FÍSICO PARA EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE SERVIÇOS DE CANTINA, PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO, LANCHES, SUCOS, BEBIDAS ELABORADAS OU INDUSTRIALIZADAS, E OUTROS PRODUTOS INERENTES AO RAMO
	Prazo da cessão	12 meses, prorrogável até 60 meses.
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido	R\$ 1.350,00 mensais, acrescidos do valor de energia elétrica e água.
	Tratamento contábil dos benefícios recebidos	Pagamento via GRU na fonte 0250.
	Forma de utilização do recurso recebido	Custear despesas do ensino.

Quadro 118: Cessão de espaço físico - Campus Concórdia

Caracterização do Objeto	Endereço	Rodovia SC 283, km 08, Vila Fragosos, Concórdia, SC
	Identificação do imóvel	Espaço em alvenaria com área de 27,3m.
Caracterização da cessão	Identificação do cessionário	PIEER SERVICE LTDA ME CNPJ: 02.563.740/0001-61
	Forma de seleção do cessionário	Pregão Eletrônico 10/2017
	Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido	Contratação de empresa especializada na exploração comercial de serviços de Reprografia, impressão e comercialização de artigos de papelaria, Livraria e Bazar, mediante a concessão onerosa de uso do espaço físico.
	Prazo da cessão	12 meses prorrogável até 60 meses
	Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido	R\$ 200,00 mensal acrescidos do valor de energia elétrica e água
	Tratamento contábil dos benefícios recebidos	Pagamento via GRU na fonte 0250
	Forma de utilização do recurso recebido	Custear despesas do ensino

CAMPUS IBIRAMA

Quadro 119: Cessão de espaço físico - Campus Ibirama

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8135.00011.500
	Endereço	Rua Getúlio Vargas, 3006
Identificação do Cessionário	CNPJ/CPF	464.089.249-72
	Nome ou Razão Social	João Batista Réus Avila Duarte

	Atividade ou Ramo de Atuação	Técnico em laboratório
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Disponibilidade aos horários noturnos e finais de semana.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Moradia
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Casa alvenaria 160 metros quadrados.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 531,47
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Fonte 025026422 – ND 3390000 – UG 158125
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Aquisição de bens consumíveis para o Campus.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O cessionário arca com os custos de limpeza.

CAMPUS RIO DO SUL

Quadro 120: Cessão de espaço físico - Campus Rio do Sul

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	-----
	Endereço	Estr. do Redentor, 5665, Rio do Sul - SC
Identificação do Cessionário	CPF ou CNPJ	74.121.716/0001-83
	Nome ou Razão Social	MARY'S LANCHES LTDA. ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência Pública 01/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração de serviços de cantina escolar
	Prazo da Cessão	Até 60 meses, a contar de 01/08/2016.
	Caracterização do espaço cedido	Sala de 44,22 m ² adaptada para instalação de cantina escolar.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.113,92 mensais, totalizando R\$ 25.367,04 anual.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A concessionária recebe as Guias de Recolhimento da União no início do ano e recolhe aos cofres públicos. Posteriormente é realizada a conciliação bancária comprovando o recolhimento. Os valores se revertem em arrecadação própria e é aplicado no custeio normal da unidade.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	A cantina atende toda a comunidade escolar com a oferta dos lanches para alunos, servidores e visitantes. Quanto ao valor arrecadado, este entra na arrecadação própria da Unidade e é utilizada no custeio geral.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A cessionária, além do valor da locação também recolhe o valor da energia elétrica consumida. A água utilizada provém da própria Unidade Escolar.	

CAMPUS SANTA ROSA DO SUL / CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO*Quadro 121: Cessão de espaço físico - Campus Santa Rosa do Sul / Sombrio*

Campus Santa Rosa do Sul		
Identificação do Cessionário	Endereço	Rua das rosas, s/nº, bairro Vila Nova , Santa Rosa do Sul/SC
	CNPJ	79.846.044/0001-97
	Nome ou Razão Social	GOURMELICIA ALIMENTOS LTDA ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Alimentos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção/Contratação do Cessionário	Concorrência nº 02/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão de espaço para exploração de serviço de cantina e lanchonete.
	Prazo da Cessão	De 08/09/2015 a 07/09/2017.
	Caracterização do espaço cedido	Área total de 30,52m², sendo espaço da cantina e depósito.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.101,00 (três mil e cento e um reais) mensais
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento via GRU
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Fonte 0250 para custeio
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	No valor da cessão estão inclusos as despesas de água e luz
Campus Avançado Sombrio		
Identificação do Cessionário	Endereço	Av. Prefeito Francisco Lummertz Júnior, 818 – Januária – Sombrio/SC
	CNPJ	85.320.323/0001-15
	Nome ou Razão Social	M A R I A M A R I A L A N C H E S L T D A M E
	Atividade ou Ramo de Atuação	Alimentos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência nº 01/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão de espaço para exploração de serviço de cantina e lanchonete.
	Prazo da Cessão	30/09/2015 a 29/09/2017
	Caracterização do espaço cedido	Área total de 48,80m²,
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.763,90 (Um mil, setecentos e sessenta e três reais e noventa centavos) mensais
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento via GRU
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Fonte 0250 para custeio
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	No valor da cessão estão inclusos as despesas de água e luz

CAMPUS SÃO BENTO DO SUL*Quadro 122: Cessão de espaço físico - Campus São Bento do Sul*

Imóvel 01		
Imóvel - Caracterização Objeto de Cessão	RIP	8311.00010.500-5
	Endereço	Rua Paulo Chapieski, 931, Bairro Centenário, CEP 89283-064, São Bento do Sul / SC
Identificação do	CNPJ	21.129.508/0001-64

Cessionário	Nome ou Razão Social	ALCAPARRAS COZINHA INDUSTRIAL LTDA - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviços de lanchonete cantina
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção/Contratação do Cessionário	Pregão Eletrônico 005/2017
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração do serviço de lanchonete e cantina.
	Prazo da Cessão	De 02/08/2017 a 01/08/2018, prorrogáveis por iguais períodos, no prazo máximo de 60 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Área cedida de 81,53 m ² ;
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 899,63 mensais.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Regime de caixa.
	Rateio dos gastos, quando cessão parcial	Os custos de energia e água são pagos pelo consumo da cessionária mediante guia de recolhimento da União.
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC	Os recursos obtidos com a cessão do espaço são utilizados na manutenção do ensino e manutenção geral do campus, além de ser utilizado para aquisição de materiais utilizados no processo de ensino e aprendizagem.	

CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL

Quadro 123: Cessão de espaço físico - Campus São Francisco do Sul

Imóvel 01		
Imóvel - Caracterização Objeto de Cessão	RIP	8319.00070.500-8
	Endereço	Rodovia Duque de Caxias – s/n Bairro Iperoba São Francisco do Sul -SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	19.823.630/0001-94
	Nome ou Razão Social	BRUNO A.B.M. DE BARROS ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento de Alimentos preparados
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção/Contratação do Cessionário	Pregão Eletrônico – SRP 5.2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exclusivamente implantação e exploração comercial do restaurante e lanchonete do IFC Campus São Francisco do Sul
	Prazo da Cessão	O prazo da cessão é de 12 meses, prorrogáveis por iguais períodos, no prazo máximo de 60 meses.
	Caracterização do espaço cedido	A área cedida é de aproximadamente 360m ² , composto pela cozinha, refeitório e lanchonete.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	O valor mensal da cessão é de R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais), definido na avaliação realizado por órgão oficial recomendado pela SPU.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recebimento efetuado via GRU, com registro nas contas de controles e do ativo da instituição.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utiliza os recursos decorrentes da cessão onerosa para pagamento das refeições fornecidas aos alunos do ensino médio integrado do <i>campus</i> .
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-----	

CAMPUS VIDEIRA*Quadro 124: Cessão de espaço físico - Campus Videira*

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8379.00018.500-8
	Endereço	Rodovia SC 135, KM 125, Campo Experimental, Videira/SC.
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.504.021/0001-60
	Nome ou Razão Social	Minimercado Farroupilha Ltda - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante e Similares / Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência nº 0001/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão onerosa de uso do espaço físico destinado à implantação e exploração comercial da cantina.
	Prazo da Cessão	01/08/2014 a 31/07/2018
	Caracterização do espaço cedido	Cantina do IFC – Campus Videira com área total de 298,84 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 34.528,23 recolhidos pelo Minimercado Farroupilha Ltda, nos termos do Contrato 0012/2014. Os valores supracitados referem-se ao valor total da concessão no exercício de 2017.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores são recolhidos pelo Cessionário através de Guia de Recolhimento da União até o 10º dia do mês subsequente ao uso.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os valores creditados via GRU retornam para o orçamento do campus, como receita própria, para custeio de despesas diversas.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O cessionário efetua o pagamento mensal de água e energia elétrica que são apurados por meio de medidores localizados na cantina. O pagamento das contas de energia elétrica e água é realizada através de GRU, devendo ser comprovada até o último dia da primeira quinzena de cada mês.

5.2.5 - Imóveis locados de terceiros

Os campi de Araquari, Blumenau, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul e Sombrio, São Bento do Sul, São Francisco do Sul e Videira não tiveram imóveis locados de terceiros no exercício 2016.

CAMPUS BRUSQUE*Quadro 125: Imóveis locados de terceiros - Campus Brusque*

Objeto	Área	Pavimentos/Andares	Valor da Locação
Imóvel locado para sede administrativa /pedagógica temporária do IFC Campus Brusque.	3725,96 M ²	4	R\$ 78.000,00 (anuais)

A necessidade de locação do imóvel deve-se ao fato que o prédio do campus Brusque está em construção e a necessidade de abertura do ensino médio e ensino superior no ano de 2017 atendendo ao planejamento estratégico da instituição e a alocação dos novos servidores adentrantes. Sobre a forma de manutenção do imóvel locado, este é previsto na Cláusula sexta do respectivo Contrato, a qual dispõe: Obrigações do locatário, conforme Art. 23 Lei 8.245/90, o locatário é obrigado a restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que recebeu conforme vistoria realizada no início da locação, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal. As manutenções recorrentes são os ares-condicionados, pinturas, conserto de persianas, vidros, vasos sanitários, hidráulica e adaptações necessárias a implantação de laboratórios. Frisa-se que este contrato tem prazo máximo até 31/05/2018 que coincide com o prazo máximo para entrega da obra da sede definitiva do IFC Campus Brusque.

REITORIA / CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

Quadro 126: Imóveis locados de terceiros - Reitoria

Imóvel	Valor da Locação	Valor de mercado aprox. do imóvel locado
Edifício Higino (pisos térreo)	R\$ 546.000,00 (valor total para 5 anos, sem considerar reajustes)	R\$466.778,00

Análise Crítica dos Imóveis Locados pela UG:

O Edifício Higino foi locado em virtude do aumento do número de servidores na Reitoria, onde o prédio próprio não mais comportava a totalidade de servidores em exercício. As reformas como divisórias de cômodos e cabeamento para internet, bem como aquisição de móveis, computadores e impressoras, foram todas realizadas pelo IFC, por meio de processos licitatórios ou dispensas de licitação.

A escolha do local foi realizada por comissão, no qual entre seus pontos de avaliação, levou em consideração como ponto de maior peso a localização. A locação foi realizada por meio da Dispensa de Licitação nº 28/2013.

Embora esteja em processo de obter um terreno da União no município de Blumenau (solicitação cadastrada no sistema SISREI/SPU), com vistas a uma futura construção de nova sede para a Reitoria do IFC, o constante contingenciamento orçamentário na rubrica de investimento tem tornado essa possibilidade cada vez mais remota, permanecendo a necessidade da locação do imóvel.

5.2.6 - Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Obras concluídas em 2017

Em 2017 foram concluídas 12 obras com um total de 3.789,78 m² somando um valor de R\$ 4.421.451,78:

- Campus Abelardo Luz:

- Bloco de Salas de Aula com 371,15 m² no valor de R\$ 522.356,06 executado pela empresa Todacon Engenharia e Construções Civis LTDA – ME;
- Campus Araquari:
 - Reforma do telhado do suínos com 242,60 m² no valor de R\$ 67.730,49 executado pela empresa JBR Construtora LTDA;
 - Reforma do centro de alimentação, aulas práticas do gado leiteiro com 474,29 m² no valor de R\$ 119.416,25 executado pela empresa Servmatik Serviços LTDA – ME;
- Campus Blumenau:
 - Demolição do barracão no valor de R\$ 35.945,20 executado pela empresa Marinari Construtora LTDA – ME;
- Campus Camboriú:
 - Remanescente alojamento semi-interno com 860,00 m² no valor de R\$ 952.230,13 executado pela empresa Lupa Construções LTDA – ME;
- Campus Concórdia:
 - Reforma e adequação da cantina com 525,40 m² no valor de R\$ 294.767,96 executado pela empresa F Sigma Construtora Eireli – EPP;
- Campus Ibirama:
 - Reforma da área administrativa com 529,00 m² no valor de R\$ 356.689,33 executado pela empresa Pieper Eletrica e Construções LTDA – ME;
- Campus Luzerna:
 - Ampliação do bloco com cantina e auditório com 237,47 m² no valor de R\$ 348.985,19 executado pela empresa Construções Herval LTDA;
 - Guarita e recepção com 40,00 m² no valor de R\$ 385.972,64 executado pela empresa Construções Herval LTDA;
- Campus Videira:
 - Proteção contra entrada de aves no ginásio no valor de R\$ 10.226,03 executado pela empresa Mendes e Suckow Engenharia e Construções LTDA;
 - Adequação da arquibancada do ginásio no valor de R\$ 17.286,22 executado pela empresa Femaks Construtora e Incorporadora LTDA;
 - Refeitório com 509,87 m² no valor de R\$ 1.309.846,28 executado pela empresa Mendes e Suckow Engenharia e Construções LTDA;

Obras em andamento em 2017

Em 2017 11 obras estavam em andamento com um total de 10136,07 m² somando um valor de R\$ 15.074.460,37:

- Campus Araquari:
 - Laboratório de anatomia e patologia com 743,98 m² no valor de R\$ 1.188.612,40 executado pela empresa Projete Engenharia e Construções LTDA – EPP, com início em 05/01/2017 e percentual executado 87,08%;
- Campus Blumenau:
 - Refeitório com 509,87 m² no valor de R\$ 1.188.612,40 executado pela empresa JBR Construtora LTDA, com início em 22/08/2016 e percentual executado 70,22%;
- Campus Brusque:
 - Implantação do campus com 5.618,93 m² no valor de R\$ 11.358.631,56 executado pela empresa CRC Engenharia LTDA, com início em 15/04/2015 e percentual executado 97,82%;
- Campus Camboriú:
 - Restaurante e refeitório com 1.260,89 m² no valor de R\$ 1.481.228,61 executado pela

empresa Lupa Construções LTDA – ME, com início em 08/11/2017 e percentual executado 4,79%;

- Campus Concórdia:
 - Pavimentação de estacionamento e calçadas com 2.002,40 m² no valor de R\$ 192.028,01 executado pela empresa SRV Projetos e Construções LTDA – ME, com início em 23/10/2017 e percentual executado 73,32%;
- Campus Ibirama:
 - Reforma elétrica do ginásio no valor de R\$ 43.093,01 executado pela empresa Construtora F & F LTDA – ME, com início em 02/10/2017 e percentual executado 43,29%;
- Campus Santa Rosa do Sul:
 - Reforma elétrica etapa 1 no valor de R\$ 305.418,79 executado pela empresa Pinheirinho Automação e Segurança LTDA – ME, com início em 01/06/2017 e percentual executado 21,88%;
 - Readequação interna etapa 2 no valor de R\$ 386.383,14 executado pela empresa Pinheirinho Automação e Segurança LTDA – ME, com início em 01/06/2017 e percentual executado 79,62%;
- Campus Sombrio:
 - Preventivo etapa 1 no valor de R\$ 87.776,38 executado pela empresa Pinheirinho Automação e Segurança LTDA – ME, com início em 17/03/2017 e percentual executado 97,95%;
 - Reforma elétrica etapa 2 no valor de R\$ 272.075,93 executado pela empresa Pinheirinho Automação e Segurança LTDA – ME, com início em 17/03/2017 e percentual executado 87,17%;
 - Infraestrutura etapa 3 no valor de R\$ 37.117,37 executado pela empresa Pinheirinho Automação e Segurança LTDA – ME, com início em 26/05/2017 e percentual executado 94,75%;

Obras em Processo de Contratação em 2017:

Em 2017 06 obras estavam em processo de contratação com um total de 733,94 m² somando um valor de R\$ 1.125.544,19:

- Campus Camboriú:
 - Recuperação após incêndio na casa do diretor com 151,65 m² no valor estimado de R\$ 60.648,44;
- Campus Concórdia:
 - Reforma laboratórios de entomologia e citopatologia com 223,06 m² no valor estimado de R\$ 178.673,77;
- Campus Ibirama:
 - Reforma da alvenaria do ginásio no valor estimado de R\$ 8.908,29;
 - Cobertura metálica do pátio com 16,03 m² no valor estimado de R\$ 11.148,77;
- Campus Santa Rosa do Sul:
 - Bloco de apoio à engenharia agrônômica com 343,20 m² no valor estimado de R\$ 542.804,64;
 - Sistemas de segurança e preventivo no valor estimado de R\$ 323.360,28;

Obras Paralisadas:

Em 2017 01 obra estava paralisada somando um valor de R\$ 133.237,53:

- Campus Luzerna:
 - Cercamento do campus no valor de R\$ 133.237,53 executado pela empresa Andrade Construções LTDA, com início em 07/10/2015 e percentual executado 89,83%;

* Dados extraídos do SIMEC-Obras entre 05 e 06/02/20018

Fonte: Diretoria de Engenharia e Planejamento

5.3 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- **Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.**

O Instituto Federal Catarinense não possui PETI. A instituição apresenta como instrumento de planejamento o PDTI. Este documento contempla os princípios e diretrizes que norteiam a atuação da TI; como a TI se apresenta no organograma da instituição; o referencial estratégico incluindo visão, missão, valores e objetivos estratégicos; inventário de necessidades e plano de ações e metas.

O alinhamento do Plano Diretor de TI com o Planejamento Estratégico Institucional ocorre através do vínculo das necessidades elencadas no PDTI com os objetivos estratégicos da instituição.

- **Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.**

O CGTI tem como atividades:

- I. Acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos e ações em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com os objetivos estratégicos do IFC através do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação– PDTIC;
- II. Analisar e promover a priorização de projetos de Tecnologia da Informação a serem atendidos no âmbito do IFC de modo a suportar as necessidades estratégicas;
- III. Deliberar sobre políticas, diretrizes e normativas relativos a Tecnologia da Informação no âmbito do IFC;
- IV. Deliberar sobre oportunidades de melhorias de modo a promover a eficiência dos serviços prestados e estruturação física, lógica e de pessoal para que a Instituição possa se adaptar rapidamente às mudanças, sejam de circunstâncias tecnológicas, gestão ou novas demandas operacionais;

Atualmente o CGTI é composto pela Magnífica Reitora, Pró-reitores, um coordenador de TI de câmpus, um membro do Conselho de Diregentes e o Diretor de TI. Em 2017 foram realizadas quatro reuniões.

- **Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.**

Sistemas SIG: Por se tratar do principal sistema institucional, o SIG provê as ferramentas e funcionalidades necessárias para a realização da gestão administrativa, financeira.

Patrimonial e acadêmica da instituição. Por possuir diversos módulos, estratificados de acordo com sua área de atuação, cada um dos mesmos possui um responsável da área de negócio e técnico. Manutenção do sistema: é prestada pela equipe de TI da Reitoria do Instituto Federal Catarinense e com o suporte técnico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte através do Termo de Execução Descentralizada N° 01/2014.

Siga-EPCT (SIGA EDU): Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Educação, gerencia os processos acadêmicos das instituições de EPCT - Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O módulo de Ensino engloba informações referentes à: Infraestrutura; Planejamento, Acompanhamento e Fechamento do Período Letivo; Admissão de Alunos; Enturmação de Alunos; Diários de Classe. Cabe lembrar que as atividades do sistema SIGA EDU serão incorporadas às atividades do sistema SIGAA à medida que este seja implantado no IFC e o mesmo será descontinuado tão logo a implantação do SIG esteja concluída, permanecendo o mesmo para acesso de consultas por um período de tempo ainda a ser estabelecido. Manutenção do Sistema: é prestada pela equipe de TI da Reitoria do Instituto Federal Catarinense.

Pergamum: O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca, funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão das bibliotecas dos campus da instituição, melhorando a rotina diária com os seus usuários (alunos, professores e servidores das bibliotecas). Manutenção do sistema: a manutenção do sistema é realizado através da Coordenação do Sistema Integrado de Bibliotecas, o qual intercede diretamente junto a PUC-PR em virtude de eventuais problemas, sendo esta pessoa o responsável tanto técnico quanto negocial deste sistema. Valores envolvidos: R\$ 7.300,00 anuais.

Sites Institucionais: Os sites institucionais são os portais de informação da instituição na internet. Além do site principal do IFC (ifc.edu.br), a Coordenação de Sistemas é responsável pelo desenvolvimento e implantação de outros sites que levam o domínio da instituição, tais como: eleicoes.ifc.edu.br, trabalheconosco.ifc.edu.br, sites das unidades da reitoria, manualdoservidor.ifc.edu.br e eventos organizados no IFC. Manutenção do sistema: é prestada pela equipe de TI da Reitoria do Instituto Federal Catarinense.

Outros Sistemas Institucionais: Além dos sistemas citados acima, existem sistemas desenvolvidos dentro da própria instituição utilizados para gerenciar inscrições em processos como concursos e ingressos de discentes (processo seletivo). Manutenção do sistema: é prestada pela equipe de TI da Reitoria do Instituto Federal Catarinense.

• Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Dos cursos de capacitação planejados para o pessoal de TI em 2017, apenas um foi realizado, devido aos cortes em diárias e passagens e outros custos. O curso realizado foi o Treinamento em Arquitetura do SIG, realizado nas dependências da Reitoria com um instrutor da UFRN.

• Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos

de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

25 Analistas de TI; 32 Técnicos de TI e 2 Docentes que atuam em setores de TI.

• **Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.**

Não há processos definidos para o gerenciamento de serviços de TI. Consta no planejamento estratégico 2018-2021 do IFC a meta de criar-se um catálogo de serviços de TI e também uma meta relacionada à padronização do sistema de atendimento ao usuário.

• **Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.**

Implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG): em 2017 foram finalizados os trabalhos de implantação do SIG, item número 1 do Planejamento Estratégico. Cumprindo as etapas definidas no processo de implantação.

Padronização de domínio de e-mail institucional: em 2017 todas as contas dos servidores do IFC foram padronizadas com relação ao domínio .ifc.edu.br e com relação ao padrão de nome. As contas de setores e grupos de e-mail ainda encontram-se em trabalho de padronização que tem data prevista para término em fevereiro de 2018.

Compras: em 2017 foram realizadas aquisições de permanentes e consumíveis de TI para o atendimento das áreas de negócio.

• **Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.**

As medidas para evitar as dependências tecnológicas são estabelecidas caso a caso através dos estudos realizados para suportar os processos de compra e detalhados nos itens “Estudo Técnico Preliminar” e “Análise de Risco”. Estes elementos são exigidos pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 04, de 11 de setembro de 2014 quando é realizado uma contratação de TI.

5.3.1 – Principais sistemas de informações

SIGRH: Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos, informatiza os procedimentos de recursos humanos, tais como: marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o sistema SIAPE (sistema de âmbito nacional), enquanto outras são somente de âmbito interno;

SIPAC: Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos, oferece operações fundamentais para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos, sendo, portanto, atuante nas atividades-meio dessa instituição. O sistema SIPAC integra totalmente a área administrativa desde a requisição (material, prestação de serviço, suprimento de fundos, diárias, passagens, hospedagem, material informacional, manutenção de infraestrutura) até o controle do orçamento distribuído internamente;

SIGAA: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual;

SIGAdmin: é a área de administração e gestão dos 3 sistemas integrados. Este sistema gerencia entidades comuns entre os sistemas informatizados, tais como: usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, gerência de sites e portais, dentre outras funcionalidades. Apenas gestores e administradores do sistema tem acesso ao SIGAdmin.

Manutenção do sistema: é prestada pela equipe de TI da Reitoria do Instituto Federal Catarinense e com o suporte técnico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte através do Termo de Execução Descentralizada N° 01/2014.

Siga-EPCT (SIGA EDU): Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Educação, gerencia os processos acadêmicos das instituições de EPCT - Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O módulo de Ensino engloba informações referentes à: Infraestrutura; Planejamento, Acompanhamento e Fechamento do Período Letivo; Admissão de Alunos; Enturmação de Alunos; Diários de Classe. Cabe lembrar que as atividades do sistema SIGA EDU serão incorporadas às atividades do sistema SIGAA à medida que este seja implantado no IFC. Manutenção do Sistema: é prestada pela equipe de TI da Reitoria do Instituto Federal Catarinense.

Pergamum: O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca, funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão das bibliotecas dos câmpus da instituição, melhorando a rotina diária com os seus usuários (alunos, professores e servidores das bibliotecas). Manutenção do sistema: a manutenção do sistema é realizado Coordenação do Sistema Integrado de Bibliotecas, o qual intercede diretamente junto a PUC-PR em virtude de eventuais problemas, sendo esta pessoa o responsável tanto técnico quanto negocial deste sistema. Valores envolvidos: R\$ 7.300,00 anuais.

Sites Institucionais: Os sites institucionais são os portais de informação da instituição na internet. Além do site principal do IFC (ifc.edu.br), a Coordenação de Sistemas é responsável pelo desenvolvimento e implantação de outros sites que levam o domínio da instituição, tais como: eleicoes.ifc.edu.br, trabalheconosco.ifc.edu.br, sites das unidades da reitoria, manualdoservidor.ifc.edu.br e eventos organizados no IFC. Manutenção do sistema: é prestada pela equipe de TI da Reitoria do Instituto Federal Catarinense.

Outros Sistemas Institucionais: Além dos sistemas citados acima, existem sistemas desenvolvidos dentro da própria instituição utilizados para gerenciar inscrições em processos como concursos e ingressos de discentes (processo seletivo). Manutenção do sistema: é prestada pela equipe de TI da Reitoria do Instituto Federal Catarinense.

5.4 – GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Junto ao IFC é preciso implementar o Plano de Logística Sustentável. Ações destinadas a redução de impressões de papel estão sendo estudadas e podem alcançar resultados expressivos. O sistema de memorando eletrônico, assinatura digital e integração do sistema SIPAC com o sistema utilizado pela procuradoria pode ser verificado com finalidade de otimizar as etapas e reduzir a

necessidade de impressão. O NGA institucional pode integrar as ações dos Campi e promover a troca de experiências exitosas.

Em 2017, iniciou-se no IFC a utilização de processo eletrônico, diminuindo substancialmente o número de impressões em papel.

5.4.1 – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O Instituto Federal Catarinense tem consolidado, ao longo dos anos, diversos critérios de sustentabilidade ambiental em seus processos licitatórios, tanto na aquisição de bens quanto na contratação de serviços.

O IFC tem consciência de sua responsabilidade socioambiental, na medida que prioriza e incentiva aquisições sustentáveis, com a utilização de materiais menos impactantes e poluidores do meio ambiente.

Abaixo, listamos alguns exemplos desses critérios, em diferentes processos realizados pelas unidades do Instituto:

Pregão Eletrônico 06/2017 (identidade visual - Reitoria)

- Aquisição de canetas ecológicas, produzidas com materiais recicláveis;
- Aquisição de canecas ecológicas, reduzindo o uso de copos plásticos pelos servidores.

Pregão Eletrônico 01/2017 (mobiliário - Campus São Bento do Sul)

- Documento emitido em nome da licitante e/ou fabricante do item cotado que comprove que as madeiras utilizadas na fabricação e/ou montagem dos itens são oriundas de áreas de florestas nativas com Projetos de Manejo Florestal ou de áreas de reflorestamento aprovados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, conforme prevê a Instrução Normativa nº 112/2006 ou;
- Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA, com validade, vigência na data da solicitação que comprove que a licitante e/ou fabricante do item cotado está legalizada perante este órgão fiscalizador para industrialização de madeiras oriundas de florestas nativas ou de reflorestamento, conforme a Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações dadas pela Lei nº 10.165/2000;
- Certificado de Regularidade em Atividades Potencialmente Poluidoras, conforme instrução normativa IBAMA nº 31 de 3/12/2009.

Pregão 12/2017 (serviço de manutenção de ares-condicionados – Campus Luzerna)

- As empresas participantes do certame deverão adotar os seguintes critérios genéricos de sustentabilidade ambiental, no que couber, em razão do disposto no Art. 5º da IN MPOG/SLTI nº 01/2010, sem prejuízo do conteúdo de que trata o subitem “14.1” imediatamente anterior.
- Os produtos/insumos utilizados na prestação dos Serviços, objeto deste Pregão, devem ser constituídos no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.
- Os produtos/bens e materiais comercializados devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

- Com a assinatura da Declaração de Responsabilidade ambiental, que se apresenta inclusa como uma autodeclaração da própria empresa licitante de que a Prestação dos Serviços por ela fornecidos atendem os critérios de sustentabilidade ambiental fixados neste edital e contidos em legislações diversas que atingem o objeto desta licitação, a empresa licitante assume as seguintes obrigações de cumprimento de critérios de sustentabilidade, além daqueles já contidos na retrocitada Declaração:
- A não geração, redução, reutilização e tratamento de resíduos sólidos;
- Destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos advindos do Processo de Prestação de Serviços pela empresa licitante, objeto deste pregão;
- Diminuição do uso dos recursos naturais (água e energia, por exemplo) no processo de Prestação de Serviços, objeto deste pregão;
- Aumento de reciclagem no ambiente organizacional da empresa licitante;
- Prestação de Serviços que utilizem menos recursos naturais;
- Cumprimento das Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- Cumprir os parâmetros estabelecidos na Resolução CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente nº273/2000.

Pregão Eletrônico 07/2017 (serviço de limpeza – Campus Brusque)

- Utilizar produtos biodegradáveis, salvo quando não disponível no mercado distribuidor.
- Aplicar saneantes domissanitários somente quando as substâncias tensoativas aniônicas utilizadas em sua composição forem biodegradáveis, conforme disposições da Portaria n.º 874, de 5/11/1998, que aprova o Regulamento Técnico sobre Biodegradabilidade dos Tensoativos Aniônicos para Produtos Saneantes Domissanitários e, em face da necessidade de preservar a qualidade dos recursos hídricos naturais, de importância fundamental para a saúde, e da necessidade de evitar que a flora e fauna sejam afetadas negativamente por substâncias sintéticas.
- Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários.
- Observar rigorosamente, quando da aplicação ou manipulação de detergentes e seus congêneres, o atendimento as prescrições da Lei n.º 6.360, de 23/9/1976, do Decreto 8.077, de 14/8/2013 e as prescrições da Resolução Normativa n.º 1, de 25/10/1978, cujos itens de controle e fiscalização por parte das autoridades sanitárias e da Contratante são os anexos da referida resolução.
- Não utilizar na manipulação, sob nenhuma hipótese, os corantes relacionados no Anexo I da Portaria n.º 9, de 10/4/1987, em face de que a relação risco/benefício pertinente aos corantes relacionados no Anexo I ser francamente desfavorável a sua utilização em produtos de uso rotineiro por seres humanos;
- Não utilizar, na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE n.º 913, de 25 de junho de 2001, os saneantes domissanitários de Risco I, listados pelo art. 5.º da Resolução 336, de 30/7/1999;
- Proibir a aplicação de saneantes domissanitários fortemente alcalinos apresentados sob a forma de líquido premido (aerossol), ou líquido para pulverização, tais como produtos para limpeza de fornos e desincrustação de gorduras, conforme Portaria DISAD – Divisão Nacional de Vigilância Sanitária n.º 8, de 10/4/1987.
- Proibir a aplicação de saneantes domissanitários que apresentem associação de inseticidas a ceras para assoalhos, impermeabilizantes, polidores e outros produtos de limpeza, nos termos da Resolução Normativa CNS n.º 1, de 4/4/1979.
- Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

- Observar a Resolução RDC n.º 46, de 20/2/2002 que aprova o Regulamento Técnico para o álcool etílico hidratado em todas as graduações e álcool etílico anidro, quanto da aplicação de álcool.
- Proibir a aplicação de produtos que contenham o Benzeno, em sua composição, conforme Resolução – RDC n.º 252, de 16/9/2003, em face da necessidade de serem adotados procedimentos para reduzir a exposição da população face aos riscos de câncer.
- Observar, no que diz respeito à poluição sonora, se os seus equipamentos de limpeza necessitam de Selo Ruído ou documento equivalente que indique o nível de potência sonora, medido em decibel Db(A), conforme Resolução CONAMA n.º 20, de 7/12/1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição e a utilização de tecnologias adequadas e conhecidas que permitam atender às necessidades de redução de níveis de ruído.
- Utilizar sacos plásticos biodegradáveis para compostáveis.
- Colaborar de forma efetiva na informação de ocorrências para manutenção constante das instalações, tais como:
 - a) Vazamentos na torneira ou no sifão do lavatório e chuveiros.
 - c) Lâmpadas queimadas ou piscando.
 - d) Luzes de postes e refletores ligadas durante o dia.
- Colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pela Contratante.

Tomada de Preços 02/2017 (reforma e adequação de laboratórios – Campus Concórdia)

- Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 5.975, de 2006, de:
 - a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
 - b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
 - c) florestas plantadas; e
 - d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
 - a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
 - b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA n.º 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;
 - c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria n.º 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n.º 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exija a emissão de tal licença obrigatória.
 - d) Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em

complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

e) Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

- Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

- resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

- resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

- resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

- Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

- Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

6 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 – CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

A Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), são disponibilizados pelo IFC ao cidadão, administrados pela Ouvidora da Instituição, localizados no prédio da Reitoria do IFC, com endereço na Rua das Missões, 100, bairro Ponta Aguda, Blumenau/SC.

Os **canais de acesso ao cidadão**, para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões e elogios são:

a) Via **internet**, por intermédio das seguintes opções:

a.1) Sistema e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal), endereço: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>, onde o usuário preenche os dados de cadastro e registra sua demanda, (Denúncia, Reclamação, sugestão, elogio, Simplifique), sendo esta respondida no prazo fixado no próprio sistema, com possibilidade de acompanhamento através de *e-mail*, com protocolo.

a.2) *e-mail* da Ouvidoria (ouvidoria@ifc.edu.br), onde o usuário encaminha sua demanda que, por sua vez, é cadastrada no sistema e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal), sendo, a partir de então, respondida via sistema e-OUV, que direciona a resposta ao *e-mail* cadastrado.

a.3) Sistema e-SIC (<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>), restrito ao pedido de acesso à informação, entendido como: orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada; informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos; informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado; informação primária, íntegra, autêntica e atualizada; informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços; informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e informação relativa: à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos; ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

b) Via **telefone** da Ouvidoria (47-3331-7802/3331-7800), onde o usuário encaminha sua demanda que, por sua vez, é cadastrada no sistema e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal), sendo, a partir de então, respondida via sistema e-OUV, que direciona a resposta ao *e-mail* cadastrado.

c) **Pessoalmente**, onde o usuário se dirige à Ouvidoria e registra sua demanda, que, por sua vez, é cadastrada no sistema e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal), sendo, a partir de então, respondida via sistema e-OUV, que direciona a resposta ao *e-mail* cadastrado.

6.1.2 Dados gerenciais

Quadro 127: Dados gerenciais relativos aos canais de acesso ao cidadão

<i>Data da apuração: 01.01.2016 até 31.12.2016</i>		
Tipo	Quantidade	Atendimento/Encaminhamento
Denúncias		<p>A classificação dos temas, a depender do assunto, foram direcionados aos setores competentes para apuração/deflagração, sendo alguns distribuídos à Comissão de Ética Pública e outros às Diretorias Gerais dos <i>campus</i> para admissibilidade e remessa à Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar.</p> <p>Educação superior - 06 gestão de pessoas- 04 Segurança e Ordem Pública - 03 educação - 05 Reitoria - 01 Concurso – 01 Servidor Público 02 Ensino - 01 Conduta Técnico-administrativa -03 Cotas - 02 Conduta Docente- 04 Frequência de Servidores -05 Auxílio Estudantil – 34 Ações - 03 Administração =05 Universidade Pública -01 Assédio Moral =03 Instituto Federal - 01 Auditoria -01 Relações de Trabalho 01 Combate a Desigualdade -01 Convênio- 01 agente público- 04 Coordenação =01 Internet -02 Educação Profissionalizante – 01 =</p> <p>Totalizando 94</p>

Solicitações (e-OUV)		Todas as solicitações foram respondidas ao usuário demandante e registradas, ora por e-mail, ora no sistema e-OUV. Totalizando 110
Reclamações		Encaminhadas à (s) unidade (s) competente (s) para providências cabíveis Totalizando 95
Sugestões		Encaminhadas à (s) unidade (s) competente (s) para providências cabíveis Totalizando 08
Elogios		Encaminhadas à (s) unidade (s) competente (s) para providências cabíveis Totalizando 10
Pedidos de acesso à informação		Todas as solicitações foram respondidas ao usuário demandante e registradas, ora por e-mail, ora no sistema e-Sic. Totalizando 167
Solicitações (e-mail Ouvidoria)		659 atendimentos
Total de atendimentos	1143	

6.1.3 Dados anteriores

Conforme dados extraídos do último relatório de gestão (2016), a Ouvidoria atendeu 902 solicitações. Em relação ao mesmo período do exercício de 2017, a Ouvidoria atendeu 1143 solicitações, correspondendo a um acréscimo de 26,72%.

6.1.4 Possíveis Alterações dos procedimentos adotados pela unidade, decorrentes das informações disponibilizadas nos canais de acesso

Não houve registro de alterações nos procedimentos adotados pela unidade, decorrentes das informações disponibilizadas nos canais de acesso.

A previsão da Ouvidoria é concentrar o registro das informações nos sistemas e-OUV e e-SIC, a fim de viabilizar um melhor atendimento ao cidadão-usuário e análise das estatísticas como instrumento de Gestão do IFC.

A página da Ouvidoria, outrossim, está organizada de modo a permitir ao cidadão-usuário a compreensão do sentido do canal da Ouvidoria na Instituição, quando se procura o Órgão, bem assim o serviço de acesso à informação e os meios para busca das informações.

6.2 – CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviço ao Cidadão, no âmbito do IFC, em processo de elaboração, **possui previsão de publicação no ano de 2018**, em razão das mudanças ocorridas no Estatuto da Instituição /organograma institucional e em especial no que toca à consolidação das atribuições de

cada Pró-Reitoria.

Os itens a serem inseridos *Carta de Serviço ao cidadão*:

I - ao serviço oferecido;

II - aos requisitos e aos documentos necessários para acessar o serviço;

III - às etapas para processamento do serviço;

IV - ao prazo para a prestação do serviço;

V - à forma de prestação do serviço;

VI - à forma de comunicação com o solicitante do serviço; e

VII - aos locais e às formas de acessar o serviço.

§ 3º—Além das informações referidas no §2º, a Carta de Serviços ao Usuário deverá, para detalhar o padrão de qualidade do atendimento, estabelecer:

I - os usuários que farão jus à prioridade no atendimento;

II - o tempo de espera para o atendimento;

III - o prazo para a realização dos serviços;

IV - os mecanismos de comunicação com os usuários;

V - os procedimentos para receber, atender, gerir e responder às sugestões e reclamações;

VI - as etapas, presentes e futuras, esperadas para a realização dos serviços, incluídas a estimativas de prazos;

VII - os mecanismos para a consulta pelos usuários acerca das etapas, cumpridas e pendentes, para a realização do serviço solicitado;

VIII - o tratamento a ser dispensado aos usuários quando do atendimento;

IX - os elementos básicos para o sistema de sinalização visual das unidades de atendimento;

X - as condições mínimas a serem observadas pelas unidades de atendimento, em especial no que se refere à acessibilidade, à limpeza e ao conforto;

XI - os procedimentos para atendimento quando o sistema informatizado se encontrar indisponível; e

XII - outras informações julgadas de interesse dos usuários.

De outro modo, conforme já justificado no anterior relatório de gestão, o processo de elaboração, em razão de sua complexidade expressa, no propósito aparentemente inconciliável de: 1- Ser simples para que todo cidadão possa ler e entender todos os serviços que a instituição presta e ao mesmo tempo; 2- Ser abrangente ao ponto de fornecer todos os detalhes pormenorizados destes

serviços, atuando como um guia ou manual de procedimentos para localizar, acessar e obter a prestação de todos estes serviços oferecidos pela instituição a este cidadão.

É importante salientar que a Ouvidoria se ocupou em priorizar o portal de dados abertos do IFC, <http://dadosabertos.ifc.edu.br/>, e com o propósito de publicitar as ações e estratégias organizacionais que nortearão as atividades de implementação e promoção da abertura de dados, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC) de forma institucionalizada e sistematizada.

O IFC conhece a relevância do documento para o cidadão e tem, enquanto se processa a consolidação do documento, empreendido esforços para entregar ao cidadão demandante um serviço claro, eficiente e consentâneo com a pretensão do público-alvo dos serviços disponibilizados.

6.3 – AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Pelo fato de ainda não ter sido possível aplicar meios mais precisos para mensurar o grau de satisfação do usuário em nossas unidades, prosseguimos usando a observação e contagem do número de recursos registrados no sistema e-SIC, e-OUV e dos retornos de e-mails e/ou telefonemas da ouvidoria e através do *feedback* da interação direta com os usuários.

A Ouvidoria, no ano de **2017**, registrou 4 recursos administrativos e, conforme dados extraídos do sistema de acesso à informação, há um campo específico para avaliação da satisfação dos cidadãos-usuários, e estes, desejando, apresentaram as seguintes manifestações:

Quadro 128: Grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Item	Escala: 01 (não atendeu /difícil compreensão) – 05 (atendeu plenamente / fácil compreensão)
A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?	Não atendeu: 05 manifestações Neutro (opções 3 e 4): 08 manifestações Atendeu plenamente: 24 manifestações
A justificativa para o não fornecimento da informação foi satisfatória?	Não atendeu: 03 manifestações Neutro (opções 3 e 4): 04 manifestações Atendeu plenamente: 04 manifestações
A resposta fornecida foi de fácil compreensão?	Difícil compreensão: 02 manifestações Neutro (opções 3 e 4): 08 manifestações Fácil compreensão: 28 manifestações
A justificativa fornecida foi de fácil compreensão?	Difícil compreensão: 03 manifestações Neutro (opções 3 e 4): 03 manifestação Fácil compreensão: 03 manifestações

No que toca ao quadro geral de recursos administrativos interpostos, tem-se o seguinte panorama:

Quadro 129: Recursos administrativos interpostos

Pedidos	Recurso ao chefe hierárquico	Recursos à autoridade máxima	Recursos à CGU	Recursos à CMRI
167	18	3	0	0

Observações:

(1) Os dados referentes a recursos à CGU que foram registrados antes da inclusão da funcionalidade de interposição desse tipo de

recurso no e-SIC (ocorrida em 22 de Agosto de 2012) estarão, provisoriamente, disponíveis em relatório estático à parte, acessível a partir do item de menu "Relatórios Estatísticos".

(2) Os dados referentes a recursos à CMRI que foram registrados antes da inclusão da funcionalidade de interposição desse tipo de recurso no e-SIC (ocorrida em 31 de janeiro de 2014) estarão, provisoriamente, disponíveis em relatório estático à parte, acessível a partir do item de menu "Relatórios Estatísticos".

% de pedidos respondidos que geraram recursos ao chefe hierárquico: 2,59%

Recursos recebidos no período: 3

Recursos ao chefe hierárquico respondidos		
Total de recursos respondidos	17	94,44%
Deferido	5	88,24%
Indeferido	1	5,88%
Parcialmente deferido	1	5,88%

Motivos para interposição de recursos		
Motivo	Qtde	%
Informação incompleta	11	61,11%
Informação recebida não corresponde à solicitação	3	16,67%
Outros	3	16,67%
Justificativa para sigilo insatisfatória/não informada	1	1,56%
TOTAL	18	

% de pedidos respondidos que geraram recursos à autoridade máxima: 1,18%

% de recursos ao chefe superior que geraram recursos à autoridade máxima: 16,67%

Recursos recebidos no período: 3

Recursos à autoridade máxima respondidos		
Total Respondidas:	3	100%
Parcialmente deferido	3	100%

Recursos à CGU; à Comissão Mista de Reavaliação de Informações; Reclamações e Pedidos de Revisão: 0%

6.4 – MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

O IFC, em razão do Ofício-Circular nº 1055/2016/STPC/CGU, de 20.12.2016, a fim de obedecer ao Decreto 8.777/2016, constituiu Grupo de Trabalho responsável por elaborar o Plano de Dados Abertos. Após discussões quanto ao acesso das principais informações da Instituição, disponibilizou-se a página dos Dados Abertos do IFC, que tem por objetivo informar à comunidade, as ações e estratégias organizacionais que nortearão as atividades de implementação e promoção da abertura de dados, de forma institucionalizada e sistematizada. O endereço da página é: <http://dadosabertos.ifc.edu.br>.

Neste portal, o cidadão possui acesso aos termos de acordos e metas; Indicadores de Gestão, nos termos do Acórdão 2.267/2005 do e. Tribunal de Contas da União; Relatórios completos da Gestão; Planejamento Estratégico; Censo Interno; Boletins de Serviço da Instituição e Indicadores de Pesquisa.

O site do IFC <http://ifc.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/#> também foi reformulado para atender a LAI, com Divulgação da agenda dos ocupantes de cargos até o 4º nível hierárquico, divulgação dos currículos de todos os ocupantes de cargos de direção e assessoramento superior, publicação de relatórios da Comissão Permanente de Avaliações de Documentos Sigilosos (classificação e desclassificação).

Estas medidas, concentradas em uma página específica, permitem ao cidadão-usuário o pleno conhecimento das ações da Gestão, demonstrando a transparência e sendo periodicamente atualizados, conforme estabelecido na legislação.

E conforme Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 órgãos e entidades da administração pública federal deverão, obrigatoriamente, dar tratamento e resposta ao SIMPLIFIQUE!, que consiste em instrumento que possibilita a qualquer usuário de serviços públicos solicitar a simplificação de serviços e denunciar o descumprimento das normas de simplificação já existentes. Está em vigor na plataforma do sistema e-OUV e com os formulários dispostos no site do IFC.

Foi instituído também um grupo de trabalho, conforme Portaria 2.019/2017- para iniciar as avaliações de informações e documentos produzidos no IFC (classificando como restritos/sigilosos) em consonância com a LAI.

A Ouvidoria pode e deve ser acolhida pela alta direção como agente de produção de propostas que ao serem analisadas na amplitude de seus insumos e tem se configurado como um canal facilitador do acesso à instituição e podendo se transformar em um importante instrumento de gestão, na medida em que pode auxiliar na prevenção de eventuais ações negativas à instituição, e na sistematização de informações que possam resultar em Indicadores para melhoria da qualidade de atuação.

6.5 – MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

6.5.1 – Ações e Condições de Acessibilidade

- Ampliação da equipe de Tradutores e Intérpretes de Libras: 1 vaga efetiva destinada para o *Campus* Camboriú e 1 vaga temporária para o *Campus* Araquari.
- Finalização da Minuta do Regulamento de Atendimento Educacional Especializado, destinado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e outras necessidades específicas.
- Garantia de condições especiais de prova para os candidatos de concursos (docentes e técnico-administrativos) e de processos seletivos de discentes.

- Disponibilização de recursos pedagógicos a fim de viabilizar o ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência e/ou necessidades específicas.
- Ampliação da equipe de Professores de Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado nos *campi*: 2 vagas para a região 1 (Concórdia e Abelardo Luz), sendo 1 efetiva e 1 temporária; 1 vaga para a região 2 (Videira, Luzerna e Fraiburgo); 1 vaga para a região 4 (Araquari); e 1 vaga para a região 8 (Santa Rosa do Sul e Sombrio).
- Avaliação multiprofissional no ingresso de servidores com deficiência para posterior orientação às unidades de lotação quanto às adaptações necessárias para garantir a acessibilidade.

Relatório de atividades desenvolvidas pelos NAPNEs do IFC com a finalidade garantir o acesso às pessoas com deficiência/necessidade específica:

- Análise da Resolução nº 083-Consuper/2014, que dispõe sobre o Regulamento do NAPNE no IFC, a fim de apresentar à gestão os itens que necessitam revisão.
- Realização de pesquisa institucional a fim de caracterizar a realidade do IFC em relação às pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas, as condições ofertadas a elas e outras necessidades, a fim de subsidiar o planejamento de ações.
- Organização de eventos de sensibilização e conscientização, como por exemplo a realização da palestra "Educação Inclusiva: práticas pedagógicas em discussão" para os servidores da Reitoria; a realização da Semana de Sensibilização para a Acessibilidade e Diversidade nos *campi* Santa Rosa do Sul e Sombrio; a realização do curso "TDAH em Sala de Aula e Estratégias Facilitadoras", realizado no *Campus* Sombrio; e outros eventos realizados nos *campi*, voltados aos alunos e comunidade.
- Publicação de textos sobre inclusão, acessibilidade e tecnologias assistivas no Informativo do IFC, bem como, elaboração de material de divulgação sobre o NAPNE, em parceria com a CECOM.
- Confecção de Relatório Circunstanciado sobre Acessibilidade Universal das edificações da Reitoria.
- Diagnóstico sobre acessibilidade nos *campi* do IFC.
- Confecção de relatório técnico das prioridades para acessibilidade.
- Participação dos servidores de alguns NAPNEs em eventos, como o Fórum de Acessibilidade (realizado no *Campus* Luzerna) e a MEPEC – III Mostra de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cidadania (realizada no *Campus* Blumenau), e em atividades externas, como no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- Participação de servidores dos NAPNEs em curso de capacitação, voltado ao Atendimento Educacional Especializado.
- Orientações e encaminhamentos sobre o processo seletivo discente, em especial quanto a inscrição dos candidatos e as solicitações de condições especiais para a realização da prova, bem como os procedimentos para matrícula, de forma a facilitar o primeiro contato destes estudantes e suas famílias com a Instituição.
- Realização de entrevista com alunos ingressantes.
- Participação e colaboração nas reuniões pedagógicas e de pais.
- Participação nos conselhos de classe.
- Participação em comissões, projetos de ensino, grupos de trabalho e na organização de Eventos do IFC.
- Atividades de orientação educacional e inclusiva.
- Atendimento/encaminhamentos de alunos com deficiência/necessidade específica.
- Solicitação de melhorias de acessibilidade nos *campi*, por seus respectivos NAPNEs.
- Realização de reuniões periódicas entre os membros dos NAPNEs da Instituição.

- Realização de reuniões para assessoramento aos docentes e demais servidores.
- Reuniões com as docentes de AEE, abordando orientações sobre os processos de avaliação, organização de tempo/espço para atividades adaptadas, adaptações metodológicas e de avaliação, certificação por terminalidade específica, entre outros assuntos.

6.5.2 – Acessibilidade Arquitetônica

Além daquelas ações relatadas pela PROEN, através dos NAPNEs, a PRODIN desenvolveu o Relatório Técnico de Prioridades de Acessibilidade com o objetivo de apresentar dados levantados acerca da problemática da acessibilidade nos campi do IFC e, analisando-os, eleger prioridades para as ações de melhorias. Disponível no endereço http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/Relatorio-Tecnico_prioridades-para-acessibilidade-no-IFC.pdf

Também foram elaborados os laudos padrões de acessibilidade, que possibilitaram a produção do Relatório Circunstanciado de acessibilidade arquitetônica para o atendimento da Lei 13.146/2015.

Com base no Relatório Técnico de Prioridades de Acessibilidade e no Relatório Circunstanciado de acessibilidade arquitetônica foi definido um cronograma de ações para implantação de correções buscando adequar ou implantar a acessibilidade.

Documentos disponíveis em:

<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2018/02/Relatorio-Circunstanciado-IFC.pdf>

<http://ifc.edu.br/anexos-relatorio-de-acessibilidade/>

7 – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 - DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

Ao longo do primeiro semestre do ano, o repasse financeiro foi de 51,33% em relação ao total liquidado por mês de referência, acarretando dificuldades no pagamento das despesas. A partir do segundo semestre, houve uma alteração neste cenário, onde os repasses financeiros aumentaram (65,33%), dando maior possibilidade de gerência destes recursos. Houve ainda uma padronização dos repasses financeiros em relação aos períodos que os mesmos ocorriam, auxiliando na administração das contas a pagar, mesmo embora não se tinha como prever o volume financeiro que seria recebido. Esta situação é prejudicial, pois causa insegurança para os fornecedores e perigos à administração pública, uma vez que há o risco de se pagar multas e juros contratuais. Em alguns campi foi detectada ainda, uma deficiência em relação à demanda dos trabalhos e o quantitativo financeiro recebido, onde em alguns períodos priorizava-se a liquidação das despesas para em momento futuro, se realizasse os pagamentos das mesmas. A partir de Setembro de 2017, a frequência dos repasses de recursos financeiros passou a ser, na maioria das situações, apenas no início do mês, o que em muitas vezes causou alguns problemas em relação ao fluxo de pagamento das despesas.

7.2 - TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Ao longo do ano de 2017, o IFC deu continuidade ao processo de adequação às normas contábeis de avaliação, mensuração e depreciação dos ativos iniciado em 2016 para o cumprimento dos prazos estipulados na portaria STN nº 548/2016. Durante este exercício, foram lançados os valores da depreciação conforme cálculos do programa SIPAC. Os lançamentos ocorreram conforme manual aplicado ao setor público e conforme a NBC T 16.9 (estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão) e a NBC T 16.10 (estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público). Os atendimentos às NBC T's 16.9 e 16.10 se deram de forma parcial, uma vez que nem todos os bens passaram pelo processo de reavaliação e/ou depreciação, em virtudes de inconsistências no sistema gerencial. Houve casos de campi que não realizaram a depreciação na íntegra, ficando pendente a depreciação de parte dos seus bens móveis devido à necessidade de apurarem a localização de bens não encontrados, de fazerem ajustes da classificação da natureza orçamentária e na realização do desfazimento de bens, bem como à necessidade de fazerem ajustes entre a base de dados dos bens registrados em sistemas ou controles próprios e antigos e a base de dados migrada para o sistema institucional SIPAC.

Não foi atendido o item da NBC T 16.10 36, a qual solicita que as reavaliações devem ser feitas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do Balanço Patrimonial, pelo menos: anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados;(...).

Ainda, o saldo da conta depreciação acumulada não reflete corretamente a situação patrimonial, devido à falta de realização dos procedimentos de depreciação das contas de Coleções e Materiais Bibliográficos (1.2.3.1.1.04.02) e Discotecas e Fílmotecas (1.2.3.1.04.03), cuja depreciação foi gerada desde janeiro/2017, uma vez que a data base de corte definida foi 21/12/2016. Porém, até o momento, não foram efetuados os lançamentos de depreciação e reavaliação deste grupo, pois os livros adquiridos desde novembro/2016 não constam no sistema de controle patrimonial SIPAC. Ou seja, o valor gerado de depreciação não contempla todo o valor correspondente aos livros registrados na conta contábil. O Módulo Patrimônio Biblioteca, encontra-

se em implantação no âmbito institucional e que não foi concluído até 31 de dezembro de 2017, não ocorrendo deste modo, o cálculo e o registro da depreciação mensal e depreciação acumulada dos referidos bens no SIAFI. Está em processo de teste uma iniciativa que visa analisar se o sistema SIPAC realizará o cálculo da depreciação de forma correta deste grupo de bens. Os livros adquiridos em 2017 não foram inseridos no SIPAC – Módulo Patrimônio, tendo em vista que serão migrados para o SIPAC – Módulo Biblioteca em 2018. Assim, não foi registrada a devida depreciação para todos os materiais bibliográficos adquiridos em 2017.

Ao longo de 2017 foi efetuada a reavaliação de bens que contavam na conta “Bens Não Localizados” e que foram localizados posteriormente ao processo de reavaliação geral dos bens, ocorrido em 2016, atividade esta desenvolvida pela Comissão Interna de Reavaliação de bens dos Campus. Também efetuou-se o lançamento de reavaliação dos bens imóveis. Esta atividade de reavaliação foi efetuada pela coordenação de Engenharia do IFC.

Metodologia da Reavaliação dos Bens Móveis

As instruções e a metodologia de apuração dos valores da reavaliação estão declarados no Manual Institucional de Reavaliação e Redução a Valor Recuperável dos Bens Móveis do IFC, versão 2.0, disponibilizado às comissões locais. A seguir a transcrição da metodologia.

1º Passo:

1 – Realizar três pesquisas de preço em sites confiáveis ou junto a fornecedores para se chegar ao preço médio. De preferência a pesquisa deve conter registro da página acessada e a data do acesso (pesquisas realizadas pelo mozilla firefox contem estes dados). Caso não seja possível fazer as três pesquisas, a comissão deverá justificar.

2 – Pesquisar em atas de registro de preço – apenas um valor encontrado;

3 – Na impossibilidade de obtenção dos valores utilizando um dos critérios mencionados acima, propõe-se que o valor bruto contábil atualizado seja apurado levando-se em conta o custo de aquisição dele próprio, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado, ou por outro índice que o venha substituir.

Caso não seja possível localizar o mesmo bem para realizar a pesquisa de mercado, poderá ser utilizado como forma de estimativa um bem idêntico ou similar novo.

2º Passo: deve-se localizar o bem a ser reavaliado, e examinar seu estado físico, classificando-o como ótimo, bom, regular, ruim ou muito ruim. A classificação da condição física do bem será utilizada para definir o valor reavaliado dos bens e também sua vida útil residual.

O julgamento do estado físico dos itens patrimoniais pode ser realizado por grupo de bens com as mesmas características, todavia, se dentro do grupo algum item estiver em condição física diferenciada, o mesmo deve ser avaliado individualmente, identificando-o, neste caso, pelo seu número patrimonial.

3º Passo: após atualizado o valor do bem (preço médio das pesquisas de mercado, ou valor encontrado em ata de registro de preço, ou ainda preço de comercialização ou custo histórico corrigido pela variação do índice do IPCA) e também definido seu estado físico, ele deve ser multiplicado pelo fator de reavaliação correspondente ao apresentado na Tabela a seguir, a qual foi definida com base em metodologia aplicada pelo Tribunal de contas da União:

Quadro 130: Fatores de Reavaliação e Grupos de Bens Móveis

	Bens adquiri-	Bens adquiridos com mais de 2 (dois) anos de uso
--	----------------------	---

Grupos	dos com até 2 (dois) anos de uso	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Muito Ruim
Informática e eletrônicos	100%	70%	60%	50%	40%	35%
Veículos	100%	100%	90%	80%	70%	60%
Mobiliário em geral	100%	80%	70%	50%	40%	30%
Demais bens móveis	100%	80%	65%	50%	40%	25%

No caso específico de veículos, o valor de referência de mercado deveria ser obtido por meio da tabela do preço médio da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), o qual seria confrontado com as condições gerais do veículo. O laudo de vistoria emitido individualmente, que contemplará a avaliação dos seus itens componentes relevantes, ensejará o enquadramento no fator de reavaliação indicado na Tabela acima.

4º Passo: por último, é determinada a vida útil residual ou remanescente dos bens, necessária para estabelecer os critérios de depreciação. Quando o bem é tombado, representa a quantidade total de meses de sua vida útil, tendo por base a definição da STN, por meio da Macrofunção 02.03.30, as quais devem ser padronizadas para todos os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional, conforme quadro a seguir. Quando o bem passa por reavaliação, sua vida útil passa a ser a quantidade de meses restantes, ou então, uma nova vida útil estimada pela Comissão de reavaliação. Para isso, sugeriu-se que a vida útil remanescente fosse calculada utilizando os mesmos critérios de atribuição das condições gerais de conservação e uso apresentados na Tabela acima. Todavia, enfatizou-se que este método de atribuição da vida útil remanescente do bem é uma sugestão. A Comissão poderia ter outro entendimento e definir outro método ou um tratamento individualizado para casos singulares, como, por exemplo, uma mesa de madeira de lei, que possui durabilidade muito superior a outros tipos de matéria-prima.

Os cálculos de vida útil dos bens do ativo, foram baseados na macrofunção 020330 (depreciação, amortização e exaustão na administração direta da união, autarquias e fundações públicas) que traz, por grupo de bens, o percentual de valor residual e de vida útil restante:

Quadro 131: Vida Útil e Valor Residual por Conta Contábil

Conta	Descrição	Vida útil (anos)	Valor residual
12311.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10,00%
12311.01.02	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20,00%
12311.01.03	Equipam/Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hospitalares	15	20,00%
12311.01.04	Aparelho e Equipamento p/esportes e diversões	10	10,00%
12311.01.05	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10,00%
12311.01.06	Máquinas e Equipamentos Industriais	20	10,00%
12311.01.07	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10,00%
12311.01.08	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10,00%
12311.01.09	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10,00%
12311.01.10	Equipamentos de Montaria	5	10,00%
12311.01.11	Equipamento e Materiais Sigiloso e Reservados	10	10,00%
12311.01.12	Equipamentos, Peças e Acessórios p/automóveis	5	10,00%
12311.01.13	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10,00%
12311.01.14	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10,00%
12311.01.15	Equipam. Peças e Acessórios Proteção ao voo	30	10,00%
12311.01.16	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10,00%
12311.01.17	Equipam de Máquinas e Motores navios esquadra	-	-
12311.01.18	Equipamentos de manobras e patrulhamento	20	10,00%
12311.01.19	Equipamento de proteção e vigilância ambiental	10	10,00%
12311.01.20	Máquinas e Utensílios Agropecuário/rodoviário	10	10,00%
12311.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10,00%
12311.01.23	Máquinas e equipamentos – construção civil	20	10,00%
12311.01.24	Máquinas e Equipamentos Eletroeletrônicos	10	10,00%
12311.01.25	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10,00%
12311.01.99	Outras Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10	10,00%
12311.02.01	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10,00%
12311.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10,00%
12311.03.02	Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10,00%
12311.03.03	Mobiliário em geral	10	10,00%
12311.03.04	Utensílios em geral	10	10,00%
12311.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0,00%
12311.04.03	Discotecas e Fimotecas	5	10,00%
12311.04.04	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10,00%
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10,00%
12311.04.06	Obras de arte e peças para exposição	-	-
12311.04.07	Máquinas e Equipamentos para fins Didáticos	10	10,00%
12311.04.99	Outros materiais culturais, Educacionais e de comunicação	10	10,00%
12311.05.01	Veículos em geral	15	10,00%
12311.05.02	Veículos Ferroviários	30	10,00%
12311.05.03	Veículos de Tração Mecânica	15	10,00%
12311.05.04	Carros de Combate	30	10,00%
12311.05.05	Aeronaves	-	-
12311.05.06	Embarcações	-	-
12311.09.00	Armamentos	20	15,00%
12311.10.00	Semoventes	10	10,00%
12311.99.04	Armazéns estruturais - coberturas de lona	10	10,00%
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10,00%

A periodicidade de reavaliação deve ser realizada anualmente para os grupos de contas cujos valores de mercado variem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados (como é o caso de veículos e equipamentos de informática), e cada quatro anos para as demais contas e grupo de contas.

Reavaliação das Coleções e Materiais Bibliográficos

Esta reavaliação foi tratada como um projeto de trabalho à parte dos demais grupos de materiais ou contas contábeis, tendo em vista a especificidade destes bens móveis, cujas atividades de controle patrimonial recebimento, tombamento, movimentação, conservação e manutenção, desfazimento, avaliação e inventário são atribuições específicas das bibliotecas ou das coordenações de patrimônio, ou compartilhadas entre eles, através dos Sistemas Pergamum, SIAFI e sistemas ou controles próprios dos campi.

Com a operação do Módulo Patrimônio no início do segundo semestre de 2016, teve início o processo de reavaliação dos bens móveis do IFC, exceto as Coleções e Materiais Bibliográficos, para garantir o prazo derradeiro de execução da depreciação até o final de 2016, determinado pela Portaria STN nº 548/2016.

A Comissão de Contadores apresentou alerta aos gestores que também as Coleções e Materiais Bibliográficos deveriam ser reavaliados e depreciados em cumprimento ao prazo da normativa. No que a PROAD tratou a reavaliação destes bens especiais como um projeto e com um plano de trabalho à parte dos demais bens móveis que vinham sendo realizados por comissões locais com a coordenação da comissão institucional (central).

Foi constituída uma única comissão institucional de reavaliação das Coleções e Materiais Bibliográficos, composta pelo coordenador geral de sistemas de biblioteca como presidente, pelos bibliotecários dos campi como membros locais, pelo coordenador da comissão institucional de reavaliação dos demais bens móveis, o qual instruiu e acompanhou as ações com o suporte da contabilidade da Reitoria.

Para garantir a depreciação em tempo hábil, foi tomada a mesma decisão com respeito aos demais grupos de bens móveis:

- Preparar e padronizar a base de dados dos acervos bibliográficos e audiovisuais dos campi e Reitoria e migrá-la para o SIPAC, procedimentos realizados pela Coordenação Geral de Sistemas de Biblioteca com o suporte da Comissão Institucional de Operação do SIPAC e da Coordenação de Sistemas de Informação, Foram estes os procedimentos de preparação da base de dados: padronização do catálogo de materiais, reclassificação do grupo de material de determinados itens e a separação de bens para o desfazimento.
- Apurar os valores reavaliados e vida útil residual de cada item, bem como definir a data de corte, dados a serem registrados no SIPAC para que o sistema realizasse a depreciação automática. Ação esta, realizada pela Comissão Institucional de Reavaliação do Acervo Bibliográfico e Audiovisual, com o suporte da Comissão Institucional de Reavaliação do Bens Móveis.

Os trabalhos da Comissão Institucional foram norteados pelo mesmo Manual Institucional de Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, versão 2.0, utilizado para a reavaliação dos demais bens móveis.

O presidente da comissão, coordenador de sistemas de bibliotecas, constatou que a alternativa viável para que a reavaliação fosse executada a contento e no prazo estabelecido foi realizar o inventário dos acervos bibliográficos e audiovisuais em cada campi e tratá-los de forma unificada, na medida em quase na sua totalidade estavam dispostos como base de dados unificada

no Pergamum até 24/11/2016, data da extração de dados para a padronização do catálogo de materiais no SIGAA.

Não obstante a Comissão ter-se baseado no Manual Institucional de Reavaliação, versão 2.0, julgou-se que, dado o caráter destes bens especiais, a metodologia de reavaliação proposta não atenderia às suas especificidades. Assim, foi adotada metodologia diversa que acatada mediante justificativa.

A massa de dados foi composta para o grupo 5218 – Coleções e Materiais Bibliográficos de 150.572 exemplares, distribuídos entre 45.793 títulos e para o grupo 5219 – Discotecas e Fimotecas, de 2832 exemplares, distribuídos entre 1.712 títulos.

Os motivos do enquadramento desta massa de dados foram a constatação de que cerca de 35% dos títulos estavam presentes em mais de um campus e que o seu processamento em separado, redundaria em desperdício de tempo e energia, e também o curto prazo de tempo disponibilizado, na medida em que demanda foi entregue à Coordenação do Sistema Bibliotecas em 21/09/2016 e com prazo final de conclusão até 29/12/2016.

Em virtude desse prazo, não haveria como realizar a demanda no modelo sugerido no item 2.4.3 no Manual de Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis, versão 2.0, que propunha a apuração dos valores reavaliados dos bens de cada campus por suas respectivas comissões locais, conforme os 1º, 2º, 3º e 4º passos descritos acima na Metodologia de Reavaliação dos Bens Móveis.

No modelo proposto seria necessário a obtenção de 3 orçamentos para cada título e posterior planificação dos valores obtidos para determinar um valor médio para ser atribuído ao título, isso resultaria na necessidade de obtenção de 137.379 orçamentos.

Para outros bens móveis que não os materiais bibliográficos os critérios de apuração dos valores reavaliados poderiam ser atendidos, porém, os materiais bibliográficos são ímpares em seu conteúdo e o seu valor, em linhas gerais, é proporcional a relevância intelectual impresso em suas páginas.

Para o julgamento por mérito da relevância intelectual seria necessário estruturar comissões por áreas de conhecimento para avaliação do conteúdo das obras, mas esse processo seria também impraticável no prazo disponível.

Não obstante também devem ser considerados como condições dificultantes para a obtenção dos valores de mercado, as situações das obras antigas, que podem estar esgotas nas livrarias ou fora dos catálogos das editoras, de editoras que encerraram as atividades, de edições anteriores a vigente e indisponíveis no mercado de livros usados.

Por estes motivos, optou-se por utilizar o custo histórico corrigido pela variação do índice do IPCA para os materiais bibliográficos e audiovisuais, que possuíam as informações de valores de aquisição e origem em empenhos anteriores a 2016, registradas no Pergamum.

Ao processar a massa de dados, foi constatado que ocorreu uma falha na importação da unidade monetária nos dados de aquisição para o Pergamum em sua implementação, sendo unicamente encontrada a unidade monetária de Real, mesmo para registros de aquisição com data anterior a implementação da moeda. Por este motivo, os valores com data de aquisição anterior a 30/06/1994 foram desconsiderados.

Decorrente dessa observação, constatou-se que em conjuntos de registros de exemplares de uma mesma obra e proveniente da mesma nota fiscal, a discrepância de valores por erro na digitação dos valores, usualmente na forma de uma casa decimal à maior. Por este motivo adotou-se a revisão manual de todos os valores registrados acima de R\$ 500,00 e, em caso do valor ser incompatível com a obra e não fosse um erro de digitação, o valor seria desconsiderado.

Não havia tempo hábil para localizar e consultar os processos de aquisição antigos que estavam arquivados nos Campus.

É necessário informar que, por falta de conhecimento e orientação, as bibliotecas do IFC, com exceção do Campus de Ibirama, referente os materiais recebidos em doação não eram

patrimoniados e, portanto, não possuíam um valor de mercado atribuído, nem data de aquisição. Para determinar o valor de entrada que seria atribuído para as obras que tiveram o valor registrado desconsiderado e para as obras recebidas em doação, adotou-se o preço médio das obras adquiridas no mesmo ano do registro no Pergamum.

Devido à ausência de dados para estratificar valores para os acervos anteriores a criação do IFC em 29/12/2008, foi tomada por base a soma de todos os valores registrados na rubrica de materiais bibliográficos no SIAF em 31/12/2009 e dividido pelo total de exemplares existentes nos acervos do IFC até 31/12/2009, a fim de se obter um preço médio para ser usado a todas as obras com data de aquisição anterior à 31/12/2009.

Os demais valores para as médias anuais foram extraídos das informações registradas no Pergamum, conforme o quadro abaixo:

Quadro 132: Demonstração da Apuração do Preço Médio dos Itens do Acervo Bibliográfico e Audiovisual

Ano	Valor Total	Total Exemplares	Valor médio
Até 2009	R\$224.294,24	5226	R\$42,92
2010	R\$198.912,91	2413	R\$82,43
2011	R\$518.888,63	7100	R\$73,08
2012	R\$965.872,08	13118	R\$73,63
2013	R\$734.501,20	11205	R\$65,55
2014	R\$713.495,55	10176	R\$70,12
2015	R\$663.063,70	9742	R\$68,06
2016	R\$503.728,54	8019	R\$62,82

Para as obras que continham materiais adicionais, como CD-ROMs ou encartes, registrados no sistema, foi condicionado a fração de 10% do valor total ser distribuídas entre os materiais adicionais se houvessem mais de um.

Para os itens do grupo 5219 – Discotecas e Filmotecas, os dados para estratificar eram dispare, pois um filme recreacional de natureza comercial têm um valor de mercado de lançamento entre R\$ 29,00 e R\$ 49,00 dependendo da mídia, enquanto que um vídeo de treinamento especializado de nosso acervo têm um valor de R\$ 337,54, muitos destes itens estão em Mídia obsoleto (Fita VHS) e a grande parte deste acervo é constituído de obras doadas. Por estes motivos, foi atribuído o valor referencial de R\$ 10,00, preço médio de mercado para filmes recreativos em DVD, que não são lançamentos.

A avaliação do estado físico das obras foi realizada em conjunto com um processo de inventário, usando uma planilha de coleta de dados e registrando para cada exemplar, seu estado de conservação e vida útil estimada em anos, alinhada com proposta inicial do manual de reavaliação, porém exemplificada com fotos de livros para criar parâmetros referenciais para avaliar os livros nos acervos.

A fim de eliminar divergências e forçar a formalização do registro das baixas e perdas do acervo registradas no Pergamum, mas nem sempre formalizadas junto ao patrimônio, foram incluídos na exportação de dados todos os exemplares, independente da situação do exemplar informada no Pergamum.

Os fatos relatados indicam possíveis e relevantes discrepâncias entre os valores reavaliados e aqueles registrados no SIAFI.

Tendo sido apurados os valores da reavaliação (valor reavaliado e vida útil residual) constatou-se a inviabilidade de registro manual destes valores no SIPAC para determinar o início da

depreciação automática, assim como feito pelos campi com os seus demais bens móveis, tendo em vista o curto tempo disponível da data de corte da reavaliação, 21/12/2016, até o prazo derradeiro para depreciação, 31/12/2016.

Assim, foi tomada a decisão encabeçada pela PROAD e sustentada pela Coordenação Institucional de Operação do SIPAC, pela Coordenação de Sistemas de Biblioteca e pela Coordenação de Sistemas de Informação, de fazer a migração do acervo bibliográfico e audiovisual para o SIPAC, como bens depreciáveis, já com o valor reavaliado atribuído como o valor de entrada do item e, como vida útil atualizada, a vida útil residual, apurados pela Comissão. Com isto, a depreciação foi efetuada pelo sistema após 30 dias e constatada no RMB do mês de janeiro/2017.

Tendo em vista esta decisão, o histórico da reavaliação realizada não pôde ser registrada no SIPAC, porém, documentada no processo administrativo da reavaliação destes bens especiais.

Outro problema ocorrido se deu no campus Rio do Sul que não realizou os lançamentos de depreciação em 2016, iniciando os procedimentos apenas em 2017. Este informa que está em fase de adaptação ao Sistema Patrimonial (SIPAC) e que somente em meados do ano de 2016, o órgão iniciou o treinamento para os operadores do mesmo. No mês de outubro de 2016 foi criada uma Comissão Local de Reavaliação de Bens Móveis do Campus Rio do Sul por meio da Portaria 392/16 de 13/10/2016. Esta comissão deu início então aos trabalhos com um prazo bem limitado estipulado pelo Órgão, finalizar até o fechamento do ano de 2016. No ano em questão o Campus Rio do Sul passou por grandes mudanças na direção e em várias coordenações. Uma das coordenações que mais sofreu com as mudanças ao longo do ano foi a coordenação do patrimônio, houve três alterações. Estas mudanças afetaram o bom andamento dos trabalhos de implantação do sistema patrimonial na instituição. Outro ponto importante a ser destacado é que o campus Rio do Sul possui mais de dez mil itens no patrimônio o que demanda um tempo maior para a realização dos trabalhos e adequação entre os sistemas SIPAC e SIAFI. O problema que o Campus encontrou após a migração dos bens patrimoniais para o sistema SIPAC realizado foi que os bens migrados não refletiam a realidade do patrimônio da instituição. Sendo assim, os lançamentos de reavaliação e depreciação dos bens patrimoniais não foram lançados no sistema SIAFI no ano de 2016 devido à incompatibilidade de valores entre o sistema SIPAC e SIAFI. Justifica-se o ocorrido por problemas de importação dos dados patrimoniais para o sistema SIPAC, o que ocasionou desequilíbrios em todas as contas/grupos de materiais, os quais ficaram com saldos diferentes do que encontra-se registrado no sistema SIAFI. Portanto, a direção do campus junto ao setor de contabilidade e comissão central de reavaliação de bens móveis optou por realizar inventário físico dos bens a fim de verificar se o problema tratava-se de erro no quantitativo de bens. O novo inventário de bens patrimoniais foi realizado no ano de 2017 pela comissão central de reavaliação de bens móveis.

No mês de abril de 2017, ao término desses trabalhos, foi entregue relatório a gestão, informando sobre os bens localizados e os não localizados, que posteriormente resultou em um processo de sindicância interna. O mesmo relatório foi enviado a Reitoria através do memorando nº 174/2017, que solicitou uma reunião para tratar da resolução do problema patrimonial. Na data de 06/07/2017, realizou-se a reunião na Reitoria. Desta reunião houve o seguinte posicionamento: abrir chamado juntamente a T.I. para que fosse enviado relatório de todos os bens do campus, com seus valores de compra, pois o SIPAC não oferece relatório com esse dado, para comparar com o sistema antigo do patrimônio. Este relatório da T.I. foi entregue em 07/07/2017, onde foi iniciado o trabalho de conferência de valores de entrada. Após a conferência de todos os saldos brutos das contas e em reunião com a gestão, acordou-se sobre os valores de ajustes das contas que seriam encaminhados do setor de patrimônio para a contabilidade a fim de ajustar SIPAC x SIAFI. Porém, ao buscar no SIPAC os valores de depreciação verificou-se que o SIPAC está emitindo valores divergentes nos RMB's e balancetes, bem como os valores iniciais do mês não batem com os valores finais do mês anterior. Novamente o setor de patrimônio abriu chamado junto a T.I. para solucionar o problema e posteriormente encaminhar os valores de ajustes para a contabilidade. Estamos aguardando que sejam feitas as implementações para posteriormente ajustar os valores divergentes entre SIPAC e

SIAFI.

Mensalmente, a depreciação dos bens móveis está sendo lançada no SIAFI conforme informações contidas no RMB encaminhado pelo setor de patrimônio. No início de cada mês, a coordenação de almoxarifado e patrimônio entrega ao setor contábil o relatório de movimento do almoxarifado (RMA) e relatório de movimento de bens (RMB) referente ao mês anterior. Com base em tais relatórios, procede-se com o registro das saídas de almoxarifado, com o registro das reavaliações (quando for o caso), com o registro da depreciação mensal dos bens móveis, e com o registro de eventuais movimentações de bens. Consequentemente, o RMA e RMB são conciliados com o SIAFI, a fim de averiguar se os saldos contidos no RMA e RMB são iguais aos saldos constantes no SIAFI.

A metodologia adotada de depreciação é a das cotas constantes. Atualmente, estão sendo feitos os levantamentos dos bens intangíveis para se proceder com a amortização dos mesmos. Os únicos bens intangíveis que o Instituto possuiu no momento, são softwares, no qual estão sendo separados por softwares com vida útil definida, a qual sofrem amortização e os softwares sem vida útil definida, a qual não sofrem amortização. A expectativa é de que até o final do exercício seguinte se conclua a reclassificação e o levantamento destes bens, no qual será realizada a reavaliação para ajustar o valor atual do bem. Convém destacar que alguns campus não possuem direitos de propriedade sobre bens incorpóreos. Desde modo, não há registro de amortização dos bens intangíveis em todos os campus. Também não há bens sujeitos a registro da exaustão. No que diz respeito aos estoques, os mesmos são avaliados com base na média ponderada, já a mensuração dos créditos e débitos não são realizados, os mesmos são registrados pelo valor de origem. Está em fase de estudo os critérios e formas para mensuração dos ativos e passivos, para classificação de direitos e deveres de curto e longo prazo, bem como de sua atualização nos demonstrativos contábeis. As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, as obras em andamento são mensuradas pelo respectivo custo de construção.

Visto que não foi realizada a reavaliação de todos os bens do ativo no ano de 2017, assim como não houve o reconhecimento e registro na íntegra da depreciação do ativo, ocasionou-se a apuração de um resultado superestimado, por ocasião de omissão de variação patrimonial diminutiva, assim como as deficiências nesses procedimentos podem causar distorções nos registros contábeis e, por consequência, nas demonstrações elaboradas. Nesse sentido, os resultados apurados no exercício de 2017 não estão livres de distorções e tais impropriedades constaram como ressalvas na declaração do contador responsável.

A seguir, seguem valores lançados em 2017 que impactaram na mensuração dos ativos:

Valores que reduziram os ativos:

Depreciação de bens imóveis:	R\$ 1.257.219,34
Depreciação de bens móveis:	R\$ 6.971.682,23
Amortização de intangível:	R\$ 27.174,62
Reavaliação de bens imóveis:	R\$ 97.864.587,13
Reavaliação de bens móveis:	R\$ 414.656,87
Red. ao valor recuperável de bens móveis:	R\$ 306.957,27

Valores que aumentaram os ativos:

Reavaliação de bens imóveis:	R\$ 44.076.218,05
Reavaliação de bens móveis:	R\$ 126.559,60

Neste sentido observa-se a importância de manter os registros de depreciação e de reavaliação dos ativos, haja vista que se faz necessário manter o valor dos mesmos atualizados pelo valor real que eles possuem no patrimônio do órgão, para que não tragam valores irreais para os

controles gerenciais e contábeis.

Abaixo, relata-se a realidade particular de cada unidade do IFC, considerando que a gestão administrativa dos mesmos é independente e autônoma, com diretrizes e orientações estabelecidas pela Reitoria.

CAMPUS ARAQUARI

a) O Campus Araquari atende parcialmente o que preconiza a NBC T 16.9 (estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão) e a NBC T 16.10 (estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público).

b) A depreciação dos bens móveis está sendo lançada no SIAFI conforme informações contidas no RMB encaminhado mensalmente pelo Setor de Patrimônio. Contudo é sabido que não são todos os bens patrimoniais móveis que foram inseridos no SIPAC e há bens patrimoniais que estão inseridos no sistema que não estão depreciando. Ressalta-se ainda que a depreciação das contas Coleções e Materiais Bibliográficos 1.2.3.1.1.04.02, Discotecas e Filtotecas 1.2.3.1.04.03 não está sendo lançada pois a migração efetuada no SIPAC não foi ratificada pela biblioteca tampouco pela Direção-Geral.

c) No ano de 2017, não foram efetuadas reavaliações no ativo no ano de 2017, a vida útil econômica do ativo foi determinada conforme estabelece a Macrofunção 02.30.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

d) / e) A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia do cálculo e taxas utilizadas são definidas na Macrofunção SIAFI 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

g) Os estoques do almoxarifado são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou no valor de produção, no exercício de 2017 foi realizada a baixa dos itens patrimoniais do almoxarifado relativo ao ano de 2010 a 2016 conforme processo 23349.001014/2017-61 no valor de R\$ 4.431.108,49, soma-se a isso as baixas do ano de 2017 no valor de R\$ 1.176.843,71 de baixas de itens patrimoniais sendo R\$ 270.402,96 referente a requisições atendidas pelo Setor de Almoxarifado e R\$ 906.740,75 referente a Consumo Imediato. O total de baixa do almoxarifado foi de R\$ 5.607.952,20.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado econômico apurado pelo Campus Araquari é observado, no montante da depreciação acumulada de bens móveis, que somou em 2017 R\$ 792.592,24 neste valor está incluída a depreciação referente a Agosto/2016 a Dezembro/2016 que não foi lançada tempestivamente devido a troca do sistema operacional no ano de 2016.

A depreciação de bens imóveis em 2017 foi de R\$ 55.161,47 e a Amortização dos softwares anual correspondeu a R\$ 4.257,99.

CAMPUS BLUMENAU

No exercício de 2016 a instituição implantou o SIPAC, um sistema que, dentre outras finalidades, realiza o controle do almoxarifado e patrimônio institucional, o qual está preparado também para calcular a depreciação. O método orientado para parametrizar o cálculo da depreciação é o das quotas constantes, conforme padronizado para uso na administração pública

direta, autárquica e fundacional.

O fluxograma que se segue na aquisição dos produtos é: quando chegam os produtos adquiridos pelo Campus, os fiscais de contrato conferem se os produtos estão de acordo com as especificações contratadas e atestam as Notas Fiscais (NF). Consequentemente estas NFs são encaminhadas para a Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio, a qual faz os devidos registros no SIPAC com base em seu custo de aquisição (preço de compra + os impostos de importação e outros tributos não recuperáveis + despesas com frete + seguro e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e suprimentos) e depois encaminha para o setor responsável pela liquidação.

No início de cada mês, a Coordenação de almoxarifado e patrimônio entrega ao setor Contábil o Relatório de Movimento do Almoxarifado (RMA) e Relatório de Movimento de Bens (RMB) referente ao mês anterior. Com base em tais relatórios, procede-se com o registro das saídas de almoxarifado, com o registro das reavaliações (quando for o caso), com o registro da depreciação mensal dos bens móveis, e com o registro de eventuais movimentações de bens. Consequentemente, o RMA e RMB são conciliados com o SIAFI, a fim de averiguar se os saldos contidos no RMA e RMB são iguais aos saldos constantes no SIAFI. Convém destacar que o Campus Blumenau não possui direitos de propriedade sobre bens incorpóreos. Desde modo, não há registro de amortização dos bens intangíveis. Também não há bens sujeitos a registro da exaustão.

Em relação a depreciação dos bens móveis no Campus Blumenau, os valores acumulados em 2017, por grupo de contas, são os seguintes:

CONCILIAÇÃO CONTÁBIL RMB 12/2017			
Grupo	Conta Contábil	Descrição	Total Depreciação Acumulada
52.04	123.11.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	6.252,30
52.06	123.11.01.02	Aparelhos e Eqtos de Comunicação	823,62
52.08	123.11.01.03	Aparelhos e Equip. Utens. Med. Odont.	8.788,56
52.10	123.11.01.04	Aparelhos e Equip. p/ esportes	1.422,12
52.24	123.11.01.05	Equipamento Proteção Segurança Socorro	23.098,59
52.30	123.11.01.07	Máquinas e Eqtos energéticos	8.694,23
52.32	123.11.01.08	Máquinas e Eqtos gráficos	95,20
52.38	123.11.01.09	Máquinas, ferramentas e utens. Oficina	18.023,16
52.39	123.11.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	22.235,81
52.34	123.11.01.25	Máquinas, utens. E Eqtos Diversos	13.865,30
52.35	123.11.02.01	Equipamentos de processamento dados	112.828,24
52.12	123.11.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	23.073,78
52.42	123.11.03.03	Mobiliário em Geral	78.489,71
52.18	123.11.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	34.410,69
52.26	123.11.04.04	Instrumentos Musicais e Artísticos	389,51
52.33	123.11.04.05	Equipamentos para áudio, video e foto	11.930,63
52.48	123.11.05.01	Veículos em Geral	228,77
52.52	123.11.05.03	Veículos Tração Mecânica	13.994,82
99.07	123.11.09.07	Bens não Localizados	0,00
52.51	123.11.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	2.791,11
			381.436,15

Com relação aos valores de depreciação apresentados acima, faz-se apenas uma observação

sobre os livros. Os livros adquiridos em 2017 não foram inseridos no SIPAC - Módulo Patrimônio, tendo em vista que serão migrados para o SIPAC – Módulo Biblioteca em 2018. Assim, não foi registrada a devida depreciação para todos os materiais bibliográficos adquiridos em 2017.

Sobre a reavaliação de bens móveis, no exercício de 2016 os Contadores da instituição elaboraram um manual institucional estabelecendo regras para realizar a reavaliação.

CAMPUS BRUSQUE

a) Está sendo aplicado parcialmente os dispositivos contidos nas normas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

b) O saldo da conta Depreciação Acumulada não reflete corretamente a situação patrimonial, devido à falta de realização dos procedimentos de depreciação dos bens da conta 1.2.3.1.1.04.02-Coleções e Materiais Bibliográficos. O Módulo Patrimônio Biblioteca, encontra-se em implantação no âmbito institucional e que não foi concluído até 31 de dezembro de 2017, não ocorrendo deste modo, o cálculo e o registro da depreciação mensal e depreciação acumulada dos referidos bens no SIAFI.

c) A metodologia que consta no Manual Institucional de Reavaliação de bens móveis utilizada para estimar a vida útil econômica do ativo, baseadas na Macrofunção 020330, que apresenta a Tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil, estabelecida de forma padronizada para cada conta contábil.

d) Cálculo da depreciação - é realizado por meio do SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos, onde os saldos da depreciação mensal e depreciação acumulada chegam até a contabilidade por meio do RMB. Os valores são lançados mensalmente no SIAFI. Para a determinação da quota mensal de depreciação dos bens, a decisão foi pela utilização do Método Linear ou de Quotas constantes de cálculos de depreciação no âmbito institucional, que distribui o custo do bem em função exclusiva do tempo. O cálculo da depreciação é feito utilizando o custo do bem menos o valor residual dividindo-se pelo número de períodos da vida útil.

e) As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação constam na macrofunção 020330, sendo apresentada, em anos, o tempo de vida útil de cada bem, por conta contábil, além do valor residual, em percentual, para cada um dos deles após o término desse período.

f) As disponibilidades foram mensuradas ou avaliadas pelo valor original;
Os estoques foram avaliadas e mensuradas com base no valor de aquisição;
Os bens constantes nas contas de ativo imobilizado foram mensuradas ou avaliado com base no valor de aquisição. A obra em andamento (futura sede do Campus Brusque) foi mensurada pelo respectivo custo de construção.
Os ativos imobilizados recebidos a título de transferências foram registrados com o valor contábil líquido constante nos registros da entidade de origem.
No que se refere a aos registros de créditos e dívidas, investimentos, intangível e diferido a unidade gestora não possui registro no Balanço Patrimonial;

A reavaliação incide sobre os bens patrimoniais escriturados no Ativo Imobilizado. A unidade gestora não possui registro de reavaliação e redução ao valor recuperável no ano de 2017.

g) Visto que não foi realizada a Reavaliação dos bens do Ativo no ano de 2017, o resultado pode ter sido impactado. Assim também como não houve o reconhecimento e registro na íntegra da depreciação do Ativo, ocasionou-se a apuração de um resultado superestimado, por ocasião de

omissão de Variação Patrimonial Diminutiva pelo órgão, assim como as deficiências nesses procedimentos podem causar distorções nos registros contábeis e, por consequência, nas demonstrações elaboradas. Nesse sentido, os resultados apurados no exercício de 2017 não estão livres de distorções e tais impropriedades constaram como ressalvas na Declaração do Contador responsável.

CAMPUS CONCÓRDIA

O IFC Campus Concórdia atendeu parcialmente os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 dentro do prazo estabelecido na Portaria STN nº 548/2016. Em 2016 foi elaborado manual de procedimentos Institucional para este fim, que definiu a metodologia da vida útil dos bens, a depreciação e amortização em consonância com as normas citadas. Após foi implantado o novo sistema patrimonial, cujos itens foram reavaliados por uma comissão designada. Em 2017 foi finalizada a migração dos itens patrimonializados para o Sistema SIPAC – Módulo Patrimônio, que realiza a depreciação de forma automatizada, conforme definido no manual. No entanto, o controle de depreciação não foi concluído na sua totalidade, não sendo possível o lançamento correto da depreciação acumulada em 2017 no SIAFI. Contudo, foram realizados lançamentos parciais dessa despesa nos meses de Novembro e Dezembro.

CAMPUS FRAIBURGO

O *Campus* Fraiburgo visa sempre cumprir os procedimentos dispostos nas NBC T 16.9 e 16.10. No entanto, devido ao acúmulo de tarefas no final do exercício de 2017, não foi atendido o seguinte item da NBC T 16.10: “36. As reavaliações devem ser feitas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do Balanço Patrimonial, pelo menos: (a) anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados;”. Isso ocasionou o registro de restrição na Conformidade Contábil de Dezembro de 2017.

Para a estimação da vida útil econômica dos ativos considera-se basicamente o estado geral do bem. Com base nas normativas aplicáveis é obtida a vida útil de um bem novo da mesma natureza, coloca-se um percentual para o estado do bem (Quanto mais bem conservado, maior o percentual) e multiplica-se este percentual pela vida útil de um bem novo, obtendo-se assim a vida útil a ser utilizada. O método padrão utilizado para o cálculo da depreciação são as quotas contantes. A amortização e a exaustão não se aplicam ao *Campus* Fraiburgo. Uma vez que são utilizadas as quotas constantes, a taxa da depreciação utilizada é proporcional com a vida útil. Para a avaliação dos ativos e passivos do *Campus* Fraiburgo, visa-se atender as normativas aplicáveis da melhor forma possível.

No exercício de 2017 houve R\$427759,96 como registro da Depreciação. O saldo bruto já reavaliado dos Bens Móveis foi em 2017 de R\$2687407,32, o saldo líquido foi de R\$2259647,36.

CAMPUS IBIRAMA

Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

No ano 2017 foi efetuada a reavaliação de bens que constavam na conta “Bens Não Localizados” e que foram localizados posteriormente ao processo de reavaliação geral de bens, ocorrido em 2016, atividade esta desenvolvida pela Comissão Interna de Reavaliação de bens do Campus.

Também efetuou-se o lançamento de reavaliação dos bens imóveis. Esta atividade de reavaliação foi efetuada pela coordenação de Engenharia do IFC.

Desde novembro/16, está sendo aplicada a NBC T 16.9, **exceto** quanto à conta contábil 123.11.04.02 – Coleções e Materiais Bibliográficos, cuja depreciação foi gerada desde janeiro/17, pois a data base definida foi 21/12/16. Porém, até o momento, não foram efetuados os lançamentos de depreciação e reavaliação deste grupo, pois os livros adquiridos desde novembro/2016 não constam, até o momento, no sistema de controle patrimonial SIPAC. Ou seja, o valor gerado de depreciação não contempla todo o valor correspondente aos livros registrados na conta contábil.

Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação é o das quotas constantes.

O campus possui saldo na conta do Intangível, que refere-se a softwares que não possuem vida útil definida. Sendo assim, não se aplica o cálculo da amortização.

O campus Ibirama não possui bens ou direitos que sofram exaustão.

Taxas utilizadas para o cálculo da depreciação

A taxa de depreciação mensal está sendo gerada (ou atribuída) de acordo com a vida útil estimada pela Comissão de Reavaliação. Consequentemente, cada bem terá uma taxa de depreciação diferente, dependendo da vida útil.

Em relação aos bens novos, adquiridos após a data de corte da reavaliação (30/06/16), foram tombados normalmente no SIPAC e o cálculo da depreciação está sendo efetuado conforme a tabela abaixo, que consta no anexo VI do Manual Institucional de Reavaliação do IFC, conforme transcrito a seguir:

Metodologia de avaliação e mensuração

- Disponibilidades: são avaliadas pelo valor original
- Estoques: são avaliados pelo valor de aquisição. A mensuração das saídas do estoque é feita pelo Custo Médio.
- Obrigações: são mensurados ou avaliados pelo valor original.
- Imobilizado: mensurados pelo valor original de aquisição. Os reavaliados em 2017 conforme critérios definidos acima.
- Intangível: avaliados e/ou mensurados pelo valor original.

Impacto da reavaliação, redução ao valor recuperável e depreciação sobre o resultado apurado pela UG152253 – Campus Ibirama no exercício de 2017

Os valores de reavaliação e redução ao valor recuperável, referente aos “Bens não localizados” e depreciação, lançados em 2017, exceto a depreciação da conta “Coleções e materiais bibliográficos”, foram extraídos do relatório RMB gerado no sistema SIPAC, módulo patrimônio, e somam os seguintes valores:

Reavaliação de bens móveis = R\$ 1.259,85

Redução ao valor recuperável = (R\$ 1.006,54)

Reavaliação dos bens imóveis = R\$ 211.390,80

Depreciação = os valores lançados em 2017 somam R\$ 281.343,26 e constam na despesa do exercício, na conta de VPD 333.11.01.00.

CAMPUS RIO DO SUL

O campus Rio do Sul informa que está em fase de adaptação ao Sistema Patrimonial (SIPAC) adquirido em 2016 pelo órgão responsável. A implantação do Sistema Patrimonial nas Unidades Gestoras iniciou em 2016 e somente em meados do ano em questão o órgão iniciou o treinamento para os operadores do mesmo.

No mês de outubro de 2016 foi criada uma Comissão Local de Reavaliação de Bens Móveis do Campus Rio do Sul (UG 158458) por meio da Portaria 392/16 de 13/10/2016. Esta comissão deu início então aos trabalhos com um prazo bem limitado estipulado pelo Órgão, finalizar até o fechamento do ano de 2016. No ano em questão o Campus Rio do Sul passou por grandes mudanças na direção e em várias coordenações. Uma das coordenações que mais sofreu com as mudanças ao longo do ano foi a coordenação do patrimônio, houve três alterações. Estas mudanças afetaram o bom andamento dos trabalhos de implantação do sistema patrimonial na instituição. Outro ponto importante a ser destacado é que o campus Rio do Sul possui mais de dez mil itens no patrimônio o que demanda um tempo maior para a realização dos trabalhos e adequação entre os sistemas SIPAC e SIAFI.

A metodologia adotada para a realização dos trabalhos de implantação do sistema SIPAC baseou-se no Manual Institucional de Reavaliação e Redução ao valor Recuperável de Bens Móveis elaborado pelos contadores do Instituto Federal Catarinense (IFC) com o intuito de padronizar os procedimentos adotados na Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis no âmbito do IFC, a fim de proceder a depreciação dos bens móveis. O manual foi desenvolvido com base na legislação vigente, consultas ao TCU e aos colaboradores. O manual levou em consideração a Lei nº 4320/1964, a Lei complementar nº 101 de 04/05/2000, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, a NBC T 16.9 e a Portaria STN nº 548 de 24/09/2015.

Os trabalhos para o cumprimento da NBC T 16.9 e NBC T 16.10 foram iniciados pela Comissão Local de Reavaliação de Bens Móveis com o levantamento dos Bens Patrimoniais da instituição e classificação destes por contas de classificação de despesa. Após foi realizada a avaliação destes bens mercadologicamente por meio de três orçamentos para encontrar o seu valor médio e aplicado então o percentual de vida útil destes. Após encontrar o novo valor de cada bem foi então lançado estes valores no sistema patrimonial SIPAC. Foram realizados todos os procedimentos definidos pelo órgão e cumprido os prazos estipulados pelo mesmo.

O problema que o Campus Rio do Sul encontrou após a migração dos Bens patrimoniais para o sistema SIPAC realizado pelo Órgão responsável pela implantação do sistema nas Unidades Gestoras foi que os bens migrados não refletiam a realidade do patrimônio da instituição. Sendo assim, os lançamentos de reavaliação e depreciação dos bens patrimoniais não foram lançados no sistema SIAFI no ano de 2016 devido à incompatibilidade de valores entre o sistema SIPAC x SIAFI. Justifica-se o ocorrido por problemas de importação dos dados patrimoniais para o sistema SIPAC, o que ocasionou desequilíbrios em todas as contas/grupos de materiais, os quais ficaram com saldos diferentes do que encontra-se registrado no sistema SIAFI. Portanto, a Direção do campus junto ao Setor de Contabilidade e Comissão Central de Reavaliação de Bens Móveis optou por realizar inventário físico dos bens a fim de verificar se o problema tratava-se de erro no quantitativo de bens. O novo inventário de bens patrimoniais foi realizado no ano de 2017 pela Comissão Central de Reavaliação de Bens Móveis.

No mês de abril de 2017, ao término desses trabalhos, foi entregue relatório a gestão, informando sobre os bens localizados e os não localizados, que posteriormente resultou em um processo de sindicância interna. O mesmo relatório foi enviado a Reitoria (órgão) através do Memo

174/2017, que solicitou uma reunião para tratar da resolução do problema patrimonial. Na data de 06/07/2017, realizou-se a reunião na Reitoria (órgão). Desta reunião houve o seguinte posicionamento: Abrir chamado juntamente a T.I. para que fosse enviado relatório de todos os bens do campus, com seus valores de compra, pois o SIPAC não oferece relatório com esse dado, para comparar com o Sistema Antigo do Patrimônio. Este relatório da T.I. foi entregue em 07/07/17, onde foi iniciado o trabalho de conferência de valores de entrada.

Após a conferência de todos os saldos brutos das contas e em reunião com a gestão, acordou-se sobre os valores de ajustes das contas que seriam encaminhados do setor de Patrimônio para a Contabilidade a fim de ajustar SIPAC x SIAFI. Porém, ao buscar no SIPAC os valores de DEPRECIAÇÃO verificou-se que o SIPAC está emitindo valores divergentes nos RMBs e Balancetes, bem como os valores iniciais do mês não batem com os valores finais do mês anterior. Novamente o setor de patrimônio abriu chamado junto a T.I. para solucionar o problema e posteriormente encaminhar os valores de ajustes para a Contabilidade. Estamos aguardando que sejam feitas as implementações para posteriormente ajustar os valores divergentes entre SIPAC x SIAFI.

CAMPUS SÃO BENTO DO SUL

Tratamento Contábil da Depreciação, Amortização e Exaustão

Aplica NBC T 16.9	Aplicamos a NBC T 16.9 mediante utilização do SIPAC
Aplica NBC T 16.10	Aplicamos a NBC T 16.10 com nomeação de comissão bianuais para processo de reavaliação dos bens existentes e mensuração dos bens recebidos em doação cujo não possuem dados iniciais.
Metodologia para estimar a vida útil do ativo	A vida útil dos bens, no momento da aquisição de novos bens, é estimada de acordo com a orientação da STN mediante macrofunção. Já quando no processo de reavaliação ela é proporcional ao estado de conservação do bem, conforme sugestão do manual de mensuração e reavaliação do IFC.
Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão	A depreciação, amortização e exaustão é calculada mensalmente pelo sistema SIPAC e lançada pelo contador responsável no SIAFI. O cálculo leva em consideração a vida útil do bem, o valor do bem, o valor residual e o percentual de depreciação, amortização e exaustão mensal.
Taxas utilizadas para os cálculos	As taxas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas são as sugeridas pela STN na referida macrofunção.
Metodologia para realizar a avaliação e mensuração dos ativos.	O processo de avaliação e mensuração dos ativos ocorre de três modos. 1. Custo histórico de aquisição, quando o ativo é adquirido tendo sua utilização iniciada pelo IFC. 2. Avaliação após bens recebidos de doação, neste caso utiliza-se o manual do IFC de avaliação e mensuração de ativos, para então o ativo ser inseridos nos sistemas de controle, no SIAFI e colocado em uso. 3. Quando decorrido 2 anos da última avaliação dos ativos do IFC é nomeada comissão própria para avaliação de todos os ativos conforme

	manual de avaliação e mensuração dos ativos do IFC.
--	---

CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL

No exercício de 2017, a instituição implantou um sistema (SIPAC) para, dentre outras finalidades, realizar o controle do almoxarifado e patrimônio institucional, estando preparado inclusive para calcular a depreciação.

Em conformidade com a NBC T 16.10, com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, as Macrofunções e outras diretrizes e regulamentos e manuais internos de reavaliação e depreciação.

O campus realiza depreciação dos seus bens pelo método das quotas constantes, devido a não ter bens no seu intangível e não ter bens para exploração não realiza amortização e exaustão.

a) está aplicando a respectiva norma NBC T 16.9 e NBC T 16.10 na sua integralidade;

b) não há;

c) o método de estimativa da vida útil foi definido no processo de reavaliação dos bens móveis no ano de 2016 o qual serviu de base confiável para dar início a depreciação no repetível ano;

d) método de depreciação quota constante;

e) taxa de valor residual e depreciação utilizada o que foi definido pela STN na macro função 020330;

f) com relação as disponibilidades, investimentos, intangível, diferido, créditos e dividas não temos registrado no balanço do campus São Francisco do Sul, desta forma não se aplica esses itens ao campus, com relação os estoques, imobilizados os mesmos foram reavaliados no ano de 2016 não tendo uma movimentação muito grande no grupo de contas que justifique uma reavaliação dos grupos de contas em 2017.

g) no ano de 2017 não tivemos uma movimentação de reavaliação apenas depreciação de bens moveis e imóveis que gerou impacto no UG 152290.

7.3 - SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Os trabalhos para a implementação do sistema de gerenciamento de custos da instituição iniciaram em 2017, porém a expectativa é que em meados de 2018 já se tenha o mapa de centro de custos e a operacionalização da aba de custos no SIAFI WEB esteja habilitada para que se possa efetivamente iniciar a utilização e acompanhamento. A ideia central é criar um modelo comum a todos os campi, com o objetivo de realmente padronizar as informações e permitir que a análise posterior seja mais eficientes, resultando em decisões gerenciais com base nestas informações, otimizando a alocação do gasto publico.

7.4 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis estão como anexos a este relatório de gestão.

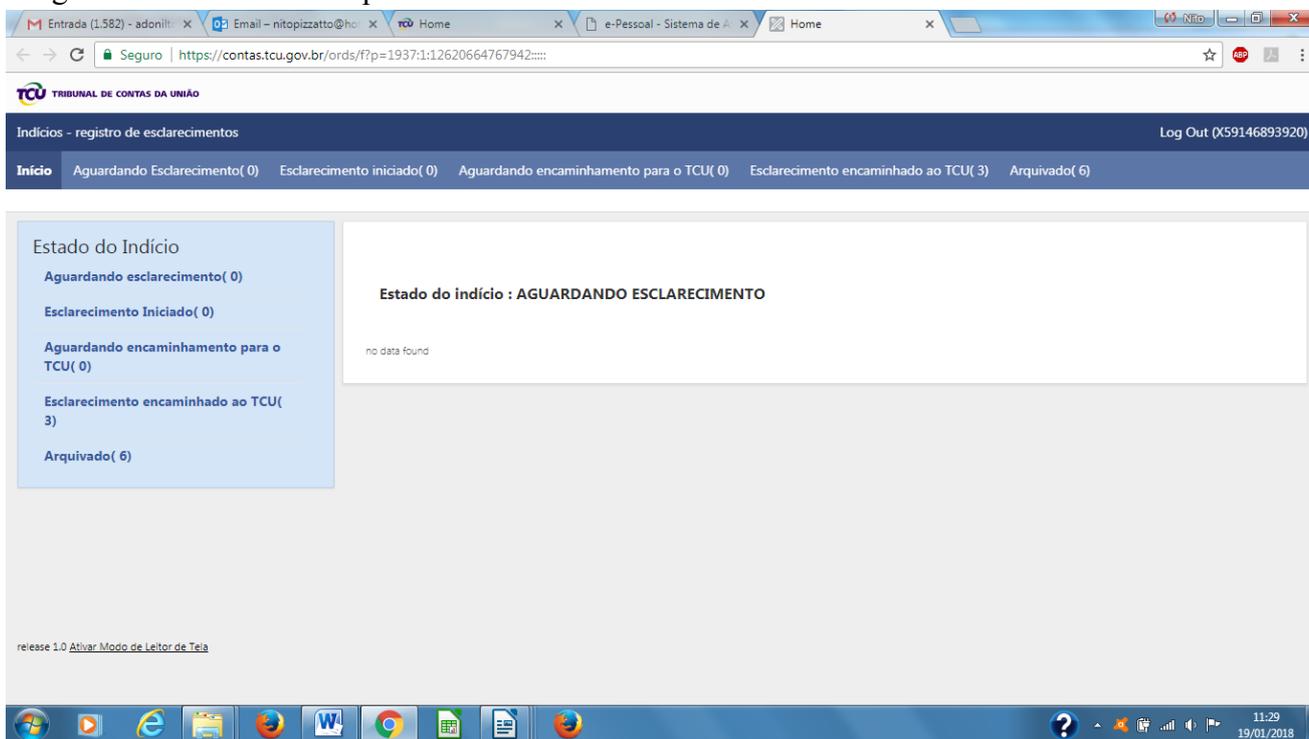
8 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 – TRATAMENTO DE DETERMINAÇÃO E RECOMENDAÇÕES DO TCU

8.1.1 - Visão geral de determinações e recomendações do TCU em acórdãos do exercício de referência

No exercício de 2017, houve a diligência constante do Ofício nº 5488/2017 – TCU/SEFIP/Diaup de 11/10/2017 (Processo TC 016.950/2017-8), referente indícios de irregularidade encontrado(s) na folha de pagamento do IFC referência março de 2017, acrescidos de 03 (três) indícios referentes ao ciclo anterior da fiscalização (2016). Entretanto, conforme consulta efetuada no sistema E-pessoal na data de 19/01/2018, pode-se verificar que não há indícios aguardando esclarecimento, somente constam os 03 (três) indícios que já foram regularizados e encaminhados para análise do TCU (conforme figura 1). Referente ao Acórdão nº 4884/2016 (Prestação de contas – exercício de 2014) (quadro 1), as ações tomadas pela gestão para atendimento das recomendações permanecem sob análise da CGU.

Figura 1 – Tela sistema E-pessoal



Fonte: Consulta efetuada no sistema E-pessoal na data de 19/01/2018

8.1.2 - Sobre a estrutura administrativa de tratamento das recomendações e determinações do TCU

Não existe no IFC setor para tratar, em específico, das recomendações e determinações do TCU. No entanto, a UNAI (Unidade de Auditoria Interna) acompanha o atendimento das recomendações por parte dos setores competentes, assessorando a gestão nas demandas recebidas

através dos órgãos de controle interno.

No que diz respeito a sistema informatizado, o IFC adquiriu o sistema SIG da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), que possui um módulo de Auditoria, que não está em funcionamento, pois aguarda ser customizado pela Diretoria de Tecnologia da Informação do IFC, mas sem prazo para que isto aconteça.

O procedimento para tratar as recomendações e determinações do TCU é o descrito a seguir: o gabinete do (a) Reitor (a), ao receber a comunicação do TCU (ofício) e acórdão, coordena o envio das recomendações aos setores competentes, e estes, ao tomarem as ações e medidas para atendimento, informam ao gabinete que, por sua vez, assessorado pela Unidade de Auditoria Interna, as verifica e analisa, remetendo, oficialmente, ao TCU a fim de que seja realizada a avaliação das providências.

8.1.3 - Sobre as determinações decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores pendentes de atendimento

Quadro 133: Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Itens	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-026.112/2015-9	ACÓRDÃO Nº 4884/2016 - TCU - 1ª Câmara (Contas 2014)	1.7.1, 1.7.1.1, 1.7.1.2, 1.7.2, 1.7.3, 1.7.4, 1.7.5, 1.7.5.1, 1.7.5.2, 1.7.5.3, 1.7.6, 1.7.7, 1.7.8, 1.8.1, 1.8.2, 1.8.3, 1.8.4, 1.8.5, 1.8.6, 1.8.7, 1.8.8, 1.8.9, 1.8.10, 1.8.11, 1.8.12, 1.8.13, 1.8.14, 1.8.15, 1.8.16, 1.8.17 e 1.8.18	Ofício nº 0579/2016 – TCU/SECEX – SC de 29/07/2016	15/08/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC/SC				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1.7. determinar ao Instituto Federal Catarinense, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, a adoção das medidas adiante alvitradas:</p> <p>1.7.1. corrigir, no prazo de 30 (trinta) dias, os procedimentos abaixo listados, observados quando do julgamento da prestação de contas do exercício de 2009 da Instituição (TC 020.160/2010-0 – Acórdão 1692/2011 - TCU/1ª Câmara) e novamente verificados pela Controladoria- Geral da União no Relatório de Auditoria Anual de Contas 201503691, relativo ao exercício de 2014, atentando para o fato de que a reincidência no descumprimento de determinações expedidas pelo TCU pode ser objeto de penalização dos gestores públicos:</p> <p>1.7.1.1. ausência de rotinas eficazes para controle das informações prestadas ao TCU, por meio da prestação de contas anual, observando a necessária completude e integridade das informações que devem compor o Relatório de Gestão, em conformidade com o que dispõe a IN-TCU 63/2010 e as Decisões Normativas que estabelecem o rol de informações a serem apresentadas a cada exercício;</p> <p>1.7.1.2. inobservância, em todos os processos licitatórios da atualização tempestiva dos autos, de maneira sequencial e com a inclusão de todos os elementos pertinentes;</p> <p>1.7.2. realizar estudos, num prazo de 90 (noventa) dias, para a adoção de medidas para o incremento do índice AFT (Alunos matriculados em relação à força de trabalho docente), a partir das constatações da CGU no Relatório de Auditoria Anual de Contas relativo ao exercício de 2014, tratando, além das variáveis indicadas pela Controladoria</p>				

como causa do baixo índice, outras variáveis consideradas pertinentes, bem assim as contrarrazões que entender necessárias (§§ 48 a 51 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.7.3. apresentar à CGU/Regional-SC, em 15 (quinze) dias, os Planos de Trabalho Docente (PTD) relativos aos professores que constaram na amostra de docentes selecionados nos CaMPUs Blumenau e Ibirama para a realização das atividades constantes da Solicitação de Auditoria da CGU 201411633/002 (medição da presença dos docentes em sala de aula), de forma a demonstrar que o planejamento das atividades atende aos limites mínimos estabelecidos nos normativos internos (§§ 55 a 61 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.7.4. apresentar à CGU/Regional-SC, no mesmo prazo, o Relatório de Trabalho Docente (RIT) com demonstração do cumprimento quantitativo e qualitativo do PTD para esses professores (idem);

1.7.5. adotar, em relação à gestão dos bens imóveis, as seguintes medidas:

1.7.5.1. expedir determinação, em 15 (quinze) dias, às unidades responsáveis do Instituto para que adotem medidas visando a, permanentemente, incluírem, nos inventários anuais de bens móveis e imóveis, o inventário dos imóveis do Instituto, de forma a atender aos comandos dos artigos 94 a 97 da Lei 4.320/1964 (§§ 83 a 86 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.7.5.2. ultimar, em até 90 (noventa) dias, os esforços de obtenção do 'habite-se' das edificações dos seguintes campi: Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Luzerna, Santa Rosa do Sul, São Francisco do Sul e Sombrio; e

1.7.5.3. expedir determinação, em 15 (quinze) dias, às unidades responsáveis do Instituto para que adotem medidas visando a criar rotinas para que os registros contábeis das movimentações dos bens sejam uniformes e reflitam com fidedignidade os campos constantes do SIAFI, do SPIUnet e do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC, em implantação;

1.7.6. providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, por intermédio do Diretor do Campus Rio do Sul, Senhor Oscar Emílio Ludtke Hartmann, ou quem o sucedeu, a remessa de cópias das respostas que teriam sido encaminhadas à unidade de auditoria interna do Instituto relativamente às questões tratadas na OS Unai 016/2014, que trata do Plano de Providências Permanentes do IFC, para subsidiar o monitoramento das recomendações por aquela unidade (§§ 111 a 121 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.7.7. apresentar à CGU, em 15 (quinze) dias, os resultados da sindicância instaurada pela Portaria 1491/2015, segundo informações prestadas pelo Ofício 279/2015/Reitoria/IFC, de 03/08/2015, para a apuração do suposto extravio de respostas apresentadas pelo CaMPUs Rio do Sul à OS Unai 016/2014, ou o não atendimento dessa pela unidade, bem assim informe sobre as razões para a mora verificada no atendimento da Solicitação de Auditoria CGU 201503691/04, pelo mesmo CaMPUs, quanto aos itens e 3 4 desse expediente, com as responsabilidades apuradas e apurações julgadas pertinentes (idem);

1.7.8. instaurar, em 15 (quinze) dias, se ainda não verificado, procedimento administrativo para a apuração de responsabilidade de cada agente relacionado à condução irregular verificada na seleção para o Pronatec realizado mediante Edital 01/MEC/SEtec/IFC/Pronatec/Fnde/2014 pelo Campus de Brusque, e anulado pela Coordenadora- Geral do Pronatec junto ao IFC, após provocação da Unidade de Auditoria Interna do IFC, e as providências adotadas (§§ 122 a 127 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.8. recomendar ao Instituto Federal Catarinense que avalie e promova as medidas consideradas pertinentes em relação aos seguintes temas:

1.8.1. implementação de foro de discussão e definição de periodicidade de reuniões para a interação entre as Pró-Reitorias do IFC acerca da gestão da força de trabalho docente, para tratar do foco de atuação, aproveitamento da mão de obra, contratação etc. (§§ 43 a 54 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.8.2. realização de melhorias no modelo do Plano de Trabalho Docente (PTD) como uniformização do formulário utilizado, estabelecimento de prazo de entrega dos documentos preenchidos pelos docentes (semestral, ou quando alterado), sua atualização periódica e a garantia de que o documento contenha as informações mínimas necessárias ao planejamento das atividades, bem como divulgá-lo internamente, e exigir seu emprego (idem);

1.8.3. instituição formal do relatório de Trabalho Docente (RIT), com periodicidade semestral, com fluxos e linhas de aprovação, além de definir conceitualmente as atividades previstas nesses instrumentos de controle (idem);

1.8.4. publicação dos Planos de Trabalho Docente (PTD) semestralmente (e sempre que ocorrer alteração) na página dos seus respectivos CaMPUs e no site do IFC, melhorando o acesso da comunidade externa às informações sobre as atividades desenvolvidas pelos docentes (idem);

1.8.5. divulgação interna e externa da grade de horário de cada docente (a ser previamente padronizada), com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, no site do IFC, em murais nas salas de professores e outras áreas de grande circulação do estabelecimento de ensino, de modo a facilitar o acesso à informação pela comunidade escolar e acadêmica, observando inclusive as previsões do § 8º do Art. 3º da Resolução 011/Consuper/2015 (idem);

1.8.6. estabelecimento de cronograma de implantação e viabilização da utilização dos módulos do Programa SIGAA referentes à Extensão e Pesquisa, além de atividades de ensino e administrativas (idem);

1.8.7. publicidade das metas institucionais pactuadas com o MEC no Termo de Metas e Compromissos (TAM) e desenvolvimento e implementação de sistema de informação, padronizado para utilização em todos os Campi, que permita o acompanhamento e monitoramento dessas metas (idem);

1.8.8. levantamento da lotação ideal de docentes nos caMPUs do IFC, considerando, além do levantamento da carga horária dos docentes, realizado através dos PIT (Plano Individual de Trabalho - documento ainda utilizado pela Resolução 052/2010), a situação real das atividades desempenhadas, bem como as demandas existentes, observando, inclusive, as peculiaridades do processo de expansão e os cursos que se encontram em implantação, e focando na otimização do aproveitamento da mão de obra docente e na melhoria do indicador AFT (§§ 55 a 61 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.8.9. apresentação de plano de ação com vistas a aprimorar o planejamento de novos cursos regulares, bem como da contratação de professores e reestruturar, se necessário, os cursos ofertados de forma a melhorar o aproveitamento da força de trabalho docente do Instituto, com o estabelecimento de metas de execução de curto (semestrais), médio (anuais) e longo prazo (4 anos), bem como indicadores alinhados ao Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto - PDI (idem);

1.8.10. aprimoramento da normatização dos procedimentos prévios para contratação e lotação de docentes, envolvendo as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão, Administração, Pesquisa e Inovação, bem como a Diretoria de Gestão de Pessoas (idem); idem

1.8.11. divulgação interna e externa, dos resultados dos projetos de pesquisa e de extensão, o alcance das metas e os resultados dos indicadores aprovados (§§ 62 e 63 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.8.12. instituição de órgão colegiado formalmente responsável por auxiliar a alta administração nas decisões relativas à gestão de pessoas, composto por representantes das unidades estratégicas da organização, com responsabilidades relacionadas à avaliação, direcionamento e monitoramento da gestão de pessoas (§§ 70 a 77 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.8.13. elaboração de estudos quanto ao dimensionamento da força de trabalho, no que diz respeito ao quantitativo, composição, perfil e parâmetros de lotação face às atribuições da instituição, de forma conjunta com políticas formais de capacitação (idem);

1.8.14. implementação de um processo de avaliação de desempenho dos gestores vinculada ao alcance dos resultados da unidade, bem como um processo para seleção destes, baseado em competências, que seja formal(idem);

1.8.15. realização de atividades internas de capacitação dos servidores dos campi e da Reitoria do IFC acerca da operacionalização do Sistema de Gestão de Processo Disciplinar da CGU (CGU-PAD), bem como dos prazos estabelecidos na Portaria CGU 1.043/2007 (§§ 93-95 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.8.16. promoção de estudos em relação ao conteúdo do Parecer de Auditoria quanto ao tema 'pouca cultura na Instituição no âmbito dos controles internos', em confronto com a percepção dos gestores, informando no próximo RG as conclusões sobre a matéria (§ 26 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.8.17. implantação do sistema SIG/UFRN, já adquirido, e avaliação da evolução do acompanhamento das deliberações da Unidade de Auditoria Interna, da CGU e do TCU pela unidade de auditoria interna mediante o uso do módulo Auditoria, de forma a incrementar o índice de 52% de acompanhamento registrado pela unidade de auditoria interna e pela CGU, no Parecer de Auditoria e no Relatório de Auditoria Anual de Contas de 2014 (§ 27 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);

1.8.18. promoção de estudos visando ao aperfeiçoamento da atuação da auditoria interna tomando como ponto de partida o Relatório de Auditoria de Contas Anual da CGU 20150691 e as reflexões do Parecer de Auditoria Interna 001/2015, referentes ao exercício de 2014, notadamente em relação questões relacionadas à política de desenvolvimento de competências para os auditores internos, à gestão de riscos da Instituição e às situações indicadas como passíveis de melhoria (respostas negativas aos questionários aplicados) constantes do 'Item 2.1.2.4 da Parte 2 do Relatório CGU; Tabela 1 - Estrutura da Unidade de Auditoria Interna (p 5, p. 82-83);

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UJ.

8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

A unidade possui setor dedicado a tratar as recomendações do OCI? Qual?

Não existe setor no IFC para tratar, em específico, das recomendações dos Órgãos de Controle Interno. Há, no entanto, a UNAI (Unidade de Auditoria Interna), que acompanha o atendimento das recomendações por parte dos setores competentes, assessorando a gestão nas demandas recebidas através dos Órgãos de Controle Interno.

A unidade possui sistema informatizado específico para tratamento das recomendações do OCI?

No que diz respeito a sistema informatizado, o IFC adquiriu o sistema SIG da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), que possui um módulo de Auditoria, que não está em funcionamento, pois aguarda ser customizado pela Diretoria de Tecnologia da Informação do IFC, mas sem prazo para que isto aconteça.

Quais os procedimentos principais, em breve descrição, adotados pela unidade para tratamento das recomendações do OCI?

O procedimento para tratar as recomendações do Órgão de Controle Interno é o descrito a seguir: o gabinete do (a) Reitor (a), ao receber a comunicação do OCI (ofício) e anexos (relatório, parecer e solicitação de auditoria), classifica e distribui as recomendações aos setores competentes, e estes, ao tomar as ações e medidas para atendimento, informam ao gabinete que, por sua vez, as analisa, assessorado pela Unidade de Auditoria Interna, remetendo, oficialmente, ao OCI, as medidas e ações realizadas, para que seja realizada a avaliação das providências.

Visão geral sobre as recomendações feitas pelo órgão de controle interno no exercício de referência.

No exercício de 2017, recebemos o Plano de Providências Permanente, através do Ofício n.º14468/2017/NAC1/CGU-R/SC, relacionando o que restava ser atendido em face do Relatório de Auditoria n.º: 201503691.

Com isso, há 19 recomendações realizadas pelo órgão de controle interno no exercício de 2017, no Plano de Providências Permanente do IFC, para as quais já foram tomadas as ações dentro do prazo solicitado e encontram-se sob análise da CGU, aguardando posicionamento. Abaixo, segue detalhamento conforme consulta realizada no Sistema Monitor da CGU em 19/01/2018.

As recomendações realizadas pelo OCI no exercício de 2017 propiciaram uma mudança de visão gerencial, provocando a gestão do IFC a tomar medidas mais efetivas no atingimento de suas metas institucionais e TAM, principalmente no melhor aproveitamento da força de trabalho docente.

Quadro 134: Visão Geral de Recomendações do OCI

<u>DETALHAMENTO</u>		
1. INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE		
1.1. Instituto Federal Catarinense - Reitoria		
Documento de Origem		
Relatório	Ordem de Serviço	Município/UF
201503691	201503691	Blumenau/SC
Programa: Educação Profissional e Tecnológica		
Constatação 1.1.1.1.:		
Deficiências detectadas em Governança quanto à gestão de pessoas.		

Recomendação 143683:	
Elaborar estudos quanto ao dimensionamento da força de trabalho, no que diz respeito ao quantitativo, composição, perfil e parâmetros de lotação face às atribuições da instituição, de forma conjunta com políticas formais de capacitação.	
Situação: Monitorando	Prazo Atendimento: 10/01/2018
Último Histórico	
Posicionamento da CGU em 30/10/2017: Prorrogação de prazo de atendimento	
De acordo com a manifestação apresentada por meio do Ofício nº. 292/2017/REITORIA/IFC, de 01 de setembro de 2017, em relação aos estudos de dimensionamento da força de trabalho da Instituição, verifica-se que: - Quanto ao estudo referente ao quadro técnico administrativo, segundo consta do processo citado, foram empreendidos os esforços e produzido relatório final quanto ao dimensionamento da força de trabalho; - Em relação ao estudo referente ao quadro docente, de acordo com a manifestação apresentada, o Grupo de Trabalho (Portaria nº 988/2016) ainda aguarda a publicação de Portaria do MEC que trata do assunto para continuidade dos trabalhos iniciados. Portanto, verifica-se o atendimento parcial da recomendação, sendo admissível a prorrogação de prazo para implementação em razão dos estudos dependerem de posicionamento a ser realizado pelo MEC. Dessa forma permanece o monitoramento até que sejam apresentadas novas informações sobre a conclusão dos estudos relativos aos docentes da Instituição.	
Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências	
Em relação as providências tomadas quanto ao dimensionamento da força de trabalho informamos que no dia 15 de abril de 2016 foi publicado pelo MEC a portaria 246 que dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas no âmbito dos Institutos Federais (Anexo 1). De acordo com esta portaria o IFC se encaixa na tipologia 2, 10 a 16 campi, sendo que no anexo 4 encontra-se o modelo especificado para cada campus. Os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos por grupos de trabalhos anteriormente, tiveram que adequar os estudos que vinham sendo realizados ao modelo estabelecido na portaria do MEC. Diante disto, informamos que: a) Técnicos Administrativos: o trabalho realizado pelo grupo instituído por meio da portaria 2089/2015 e retificado pela portaria 746/2016 foi finalizado em 30 de maio de 2016 sendo que os resultados encontram-se no processo 23348.000318/2016-31 (Anexo 2) b) Docentes: o trabalho realizado pelo grupo instituído pela portaria 2086/2015 retificado pela portaria 988/2016 também teve que se adequar ao modelo estabelecido pela portaria 246/2016/MEC. Ainda em 11 de maio de 2016, foi publicada pela SETEC/MEC, a portaria 017 (Anexo 3), que estabelece diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em 3 de maio de 2017, foi instituído pela SETEC/MEC grupo de trabalho, por meio da portaria 14 SETEC/MEC (Anexo 4), responsável pela revisão e apresentação da proposta de alteração da portaria 17. Apesar de o grupo ter o prazo de 90 dias, até o momento, 31/08/2017, não foi publicada nova portaria. Portanto, a comissão do IFC instituída pela portaria 988/2016 aguarda a publicação da portaria para adequação e continuidade dos trabalhos. A portaria consta no Anexo 5. Neste período foram mantidos as ações institucionais referentes ao dimensionamento da força de trabalho docente, pois conforme definido no artigo 58 do regimento geral do IFC, compete a Coordenação Geral de Avaliação e Regulação “realizar levantamento/estudo semestral ou anual sobre a carga horária dos docentes do IFC, de modo que seja cumprida carga horária definida na lei 8112/90, como também na LDB e demais legislações correlatas que tratam do assunto, promovendo em conjunto adequações com cada campus se assim se fizerem necessárias. Diante disso, informamos que: - continua em vigência a resolução 011/2015 CONSUPER/IFC, com o grupo de trabalho instituído pela portaria 988/2016 para realizar a revisão necessária para adequação a legislação vigente; - considerando os trâmites necessários a serem cumpridos para alteração da resolução 011/2015 CONSUPER/IFC, nos anos de 2016 e 2017, foram emitidas notas técnicas com objetivo de orientar, padronizar e esclarecer pontos referentes ao regulamento das atividades docentes. Os referidos documentos estão disponíveis em: http://consuper.ifc.edu.br/resolucoes-ad-referendum-2015/#more-752 - o levantamento/estudo realizado em relação aos PTDs nos anos de 2016 e 2017 constam no anexo 6. Este estudo é levado em consideração para o provimento de novas vagas, bem como, alteração de regime de trabalho de 20 horas para 40 horas com dedicação exclusiva. - Ressaltamos que foi instituído o CONSEPE (Resolução 063/2016 CONSUPER/IFC) no ano de 2016 que, conforme inciso XIII, artigo 2o, é responsável por assessorar a coordenação geral de ingresso (docentes, técnicos administrativos em educação e discentes) quanto aos critérios e a definição de vagas. A resolução pode ser acessada no endereço: http://consuper.ifc.edu.br/resolu/#more-1164 - O sistema de gestão adquirido pelo IFC, contém ferramenta para o gerenciamento e análise das atividades docentes e está em fase de customização e implantação.	
Recomendação 143684:	
Implementar um processo de avaliação de desempenho dos gestores vinculada ao alcance dos resultados da unidade, bem como	

um processo para seleção destes, baseado em competências, que seja formal.	
Situação: Monitorando	Prazo Atendimento: 10/01/2018
Último Histórico	
Posicionamento da CGU em 30/10/2017: Reiteração	
<p>Os dirigentes do IFC, embora informem a existência de medidas visando a instituição de avaliação de desempenho de servidores nos moldes adotados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), conforme modelo da norma anexada e de menção a contratação de sistema utilizado naquela IFES, não apresentou elementos concretos que demonstrem, efetivamente, que estão dando cumprimento à recomendação. Considerando o tempo decorrido desde o apontamento da situação que ensejou a propositura da recomendação, esta deve ser reiterada para fins de oportunizar a apresentação de evidências de medidas concretas de implementação da recomendação.</p>	
Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências	
<p>A procuradoria jurídica junto ao IFC apontou contradições no documento analisado, sendo que o documento não distingue gestores eleitos de gestores nomeados. A sugestão de como proceder a avaliação utilizou como base o instrumento da progressão funcional que levaria na duplicidade de avaliação do servidor. Durante este processo de análise, o IFC tomou conta que a UFRN desenvolveu um módulo no sistema SIG (adquirido pelo IFC) para avaliação de desempenho dos servidores, que permite a avaliação dos gestores. Segue a resolução que parametrizou o sistema desenvolvido pela UFRN, o qual será utilizado pelo IFC a partir do próximo ano. Além disso, há comissão formada para criar resolução para avaliação de desempenho de servidores do IFC. Os documentos citados constam no anexo 7.</p>	
Constatação 1.1.6.1.:	
Normativos internos que regulamentam as atividades dos docentes do IFC estão parcialmente alinhados às diretrizes do MEC.	
Recomendação 143673:	
<p>Revisar os normativos internos do IFC para o completo atendimento às diretrizes do MEC, incluindo as disposições do Termo de Acordo de Metas e Compromissos, viabilizando o alcance das metas previstas (AFT, dentre outras), assim como dos objetivos estabelecidos pelo MEC e avençados com o IFC. Atentar, especialmente, para que não permaneçam distorções na regulamentação das atividades docentes que prejudiquem ou limitem demais o aproveitamento da mão de obra docente nas atividades em sala de aula (prazo de 180 dias).</p>	
Situação: Monitorando	Prazo Atendimento: 05/01/2018
Último Histórico	
Posicionamento da CGU em 25/10/2017: Prorrogação de prazo de atendimento	
<p>Em manifestação apresentada por meio do Ofício nº. 292/2017/REITORIA/IFC, de 01 de setembro de 2017, os dirigentes do IFC informam como medida relacionada à revisão dos normativos internos para o alinhamento às diretrizes do MEC, incluindo as disposições do Termo de Acordo de Metas e Compromissos, apenas a reedição de Nota Técnica (anexa a esta análise) que trata da Resolução CONSUPER Nº 011/2015 que regulamenta as atividades docentes. Alega que, aguarda a publicação de alterações previstas para a Portaria 17/2016/SETEC/MEC (anexa), que trata de “Estabelecer diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, em face da instituição de Grupo de Trabalho para revisão da referida portaria, conforme Portaria nº 14/2017/SETEC/MEC de 03 de maio de 2017, e assim dar continuidade aos trabalhos da comissão criada para atualizar as normas do IFC. Como a definição das normas no IFC está dependendo de regulamentação das atividades docentes a ser efetuada pelo MEC, e considerando o disposto no Art. 2º da Portaria nº 17/2016, que estabelece que “[...]O detalhamento das atividades docentes deverá ser regulamentado pelo órgão superior máximo de cada instituição, observadas as diretrizes desta portaria”, a recomendação deve ter o prazo de implementação prorrogado de forma a oportunizar a apresentação de novas informações relativas ao seu atendimento.</p>	
Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências	
<p>A nota técnica foi atualizada em 2017, enquanto a instituição aguarda a publicação das alterações da portaria 17/2016 SETEC/MEC para atualização da resolução 011/2015. Há comissão criada para a revisão, aguardando a publicação com as orientações do MEC para as atividades docentes. As Pró reitorias de Ensino, de Extensão e de Pesquisa, Pós-Graduação e</p>	

Inovação realizam análises nos planos de trabalho docentes para verificar conformidades com as normas vigentes. A nota técnica está disponível no endereço: <http://consuper.ifc.edu.br/resolucoes-ad-referendum-2015/#more-752>

Constatação 1.1.6.3.:

Falhas de publicidade e transparência e necessidade de sistemas corporativos.

Recomendação 143676:

Publicar os Planos de Trabalho Docente (PTD) semestralmente (e sempre que ocorrer alteração) na página dos seus respectivos câmpus e no site do IFC, melhorando o acesso da comunidade externa às informações sobre as atividades desenvolvidas pelos docentes (prazo de 180 dias).

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/06/2017

Último Histórico

Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências

Em atendimento à recomendação, a Pró-Reitoria de Ensino, informa o link de acesso à publicação dos Planos de Trabalho Docente, no site dos respectivos Campi: Abelardo Luz - <http://abelardoluz.ifc.edu.br/plano-de-trabalho-docente/> Araquari - <http://araquari.ifc.edu.br/quadro-de-servidores/> Blumenau - <http://blumenau.ifc.edu.br/quadro-de-servidores-2/> Brusque - <http://brusque.ifc.edu.br/ensino/corpo-docente/> Camboriú - <http://www.camboriu.ifc.edu.br/quadro-docente/> Concórdia - <http://concordia.ifc.edu.br/ptd-e-ria/> Fraiburgo - <http://professores.fraiburgo.ifc.edu.br/> Ibirama - <http://ibirama.ifc.edu.br/institucional-quadro-funcional/> Luzerna - <http://luzerna.ifc.edu.br/plano-de-trabalho-docente/> Rio do Sul - <http://www.ifc-riodosul.edu.br/site/quadro-funcional/> Santa Rosa do Sul - <http://santarosa.ifc.edu.br/departamentos/departamento-de-ensino/documentos/plano-de-trabalho-docente-ptd/> São Bento do Sul - <http://ptd.saobentodosul.ifc.edu.br/publico/ptd> São Francisco do Sul - <https://saofrancisco.ifc.edu.br/corpo-docente/> Sombrio - <http://sombrio.ifc.edu.br/ptd2017/> Videira - <https://ptd.videira.ifc.edu.br/publico/ptd> Igualmente o site institucional do IFC, por meio do link <http://ingresso.ifc.edu.br/guia-de-cursos/> no ícone Leia Mais dá acesso às informações de cada curso/Campi.

Posicionamento da CGU em 25/04/2017: Reiteração

Esta recomendação foi emitida dentro do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201503691 referente a Prestação de Contas do exercício de 2014 do IFC. As contas dos gestores, a que se refere este Relatório, foram julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), como regulares com ressalvas, conforme Acórdão de Relação nº 4884/2016 – 1ª Câmara, de 26 de julho de 2016, sendo emitidas diversas recomendações e determinações, acatando-se os apontamentos efetuados pela CGU-R/SC: Dentre as recomendações constou a seguinte: “[...] 1.8. recomendar ao Instituto Federal Catarinense que avalie e promova as medidas consideradas pertinentes em relação aos seguintes temas: [...] 1.8.4. publicação dos Planos de Trabalho Docente (PTD) semestralmente (e sempre que ocorrer alteração) na página dos seus respectivos câMPUs e no site do IFC, melhorando o acesso da comunidade externa às informações sobre as atividades desenvolvidas pelos docentes (idem);” Em que pese a recomendação também ter constado do Acórdão do TCU, os Dirigentes do IFC não promoveram, efetivamente, o atendimento da recomendação, limitando-se a emitir um Memorando a todos os Campi solicitando o cumprimento das determinações legais quanto à divulgação dos PTD’s, sem, no entanto, comprovar a publicidade exigida para os públicos internos e externos. Em consulta ao sitio do IFC e dos Campi na internet, não consta indicação e acesso aos Planos de Trabalho Docentes, permanecendo a recomendação pendente de atendimento.

Recomendação 143677:

Divulgar (interna e externamente) a grade de horário de cada docente (a ser previamente padronizada), com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, no site do IFC, em murais nas salas de professores e outras áreas de grande circulação do estabelecimento de ensino, de modo a facilitar o acesso à informação pela comunidade escolar e acadêmica, observando inclusive as previsões do § 8º do Art. 3º da RESOLUÇÃO 011/CONSUPER/2015 (prazo de 180 dias).

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/06/2017

Último Histórico

Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências

Em atendimento à recomendação, a Pró-Reitoria de Ensino, informa o link de acesso ao Quadro de Horário (grade) de cada docente, com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração publicação dos Planos de Trabalho Docente, no site dos respectivos Campi. Abelardo Luz - <http://abelardoluz.ifc.edu.br/quadro-de-atividades-dos-docentes/> Araquari - <http://araquari.ifc.edu.br/quadro-de-servidores/> Blumenau - <http://blumenau.ifc.edu.br/quadro-de-servidores-2/> Brusque - <http://brusque.ifc.edu.br/ensino/corpo-docente/> Camboriú - <http://www.camboriu.ifc.edu.br/quadro-docente/> Concórdia - <http://concordia.ifc.edu.br/quadro-de-atividades/> Fraiburgo - <http://professores.fraiburgo.ifc.edu.br/> Ibirama - <http://ibirama.ifc.edu.br/institucional-quadro-funcional/> Luzerna - <http://luzerna.ifc.edu.br/grade-de-horarios-dos-professores/> Rio do Sul - <http://www.ifc-riodosul.edu.br/site/quadro-funcional/> Santa Rosa do Sul - <https://drive.google.com/drive/folders/0B7JZjvR-cxkIbmhXaWpWdUtsMGc> (arquivo acessível pela pasta “Transparência” junto ao site do campus - <http://santarosa.ifc.edu.br/>) São Bento do Sul - <http://ptd.saobentodosul.ifc.edu.br/publico/ptd> São Francisco do Sul - <https://saofrancisco.ifc.edu.br/wp-content/uploads/2016/09/Controle-de-Frequ%C3%AAncia-Geral-e-Atendimento-Extraclasse.pdf> Sombrio - <http://sombrio.ifc.edu.br/quadro-de-atividades/> Videira - <https://ptd.videira.ifc.edu.br/publico/ptd>

Posicionamento da CGU em 25/04/2017: Reiteração

Esta recomendação foi emitida dentro do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201503691 referente a Prestação de Contas do exercício de 2014 do IFC. As contas dos gestores, a que se refere este Relatório, foram julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), como regulares com ressalvas, conforme Acórdão de Relação nº 4884/2016 – 1ª Câmara, de 26 de julho de 2016, sendo emitidas diversas recomendações e determinações, acatando-se os apontamentos efetuados pela CGU-R/SC: Dentre as recomendações constou a seguinte: “[...] 1.8. recomendar ao Instituto Federal Catarinense que avalie e promova as medidas consideradas pertinentes em relação aos seguintes temas: [...] 1.8.5. divulgação interna e externa da grade de horário de cada docente (a ser previamente padronizada), com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, no site do IFC, em murais nas salas de professores e outras áreas de grande circulação do estabelecimento de ensino, de modo a facilitar o acesso à informação pela comunidade escolar e acadêmica, observando inclusive as previsões do § 8º do Art. 3º da Resolução 011/Consuper/2015 (idem);” Embora a recomendação, também, tenha constado do Acórdão do TCU, os Dirigentes do IFC não promoveram medidas efetivas para o seu atendimento, limitando-se a emitir um Memorando a todos os Campi solicitando o cumprimento das determinações legais quanto à divulgação das grades de horários de cada docente, sem, no entanto, comprovar a publicidade exigida para os públicos internos e externos. Em consulta ao sitio do IFC e dos Campi na internet, não consta indicação e acesso às grades de horários individuais de cada docente, permanecendo a recomendação pendente de atendimento.

Recomendação 143678:

Estabelecer cronograma de implantação e viabilizar a utilização dos módulos do Programa SIGAA referentes à Extensão e Pesquisa (como informado na manifestação da Unidade Examinada), além de atividades de ensino e administrativas (prazo de 360 dias).

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/06/2017

Último Histórico

Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências

Informamos que as ações realizadas comprovam que os módulos Pesquisa e Extensão do SIGA já foram implantados e estão em funcionamento: PROPI: - Treinamento Visão Geral do Módulo Pesquisa – SIGAA, com a equipe da PROPI, realizado em 01/11/2016. - Treinamento das funcionalidades do Módulo Pesquisa – SIGAA, com a equipe da PROPI, realizado em 29/11/2016. - Ajustes dos parâmetros do Módulo Pesquisa – SIGAA, com a equipe da PROPI, realizado em dezembro de 2016. - Importação de dados do Curriculum Lattes dos pesquisadores realizado entre fevereiro e abril de 2017. - Treinamento sobre o uso do Módulo Pesquisa – SIGAA com a participação de todos os Coordenadores de Pesquisa dos campi realizado em 29/06/2017. Módulo disponível para uso a partir de 07/07/2017, conforme Memorando Eletrônico Nº 40/2017 - DTI/REITOR (11.01.18.11), (Identificador: 201714766), Nº do Protocolo: 23348.004422/2017-85, socializado com os Coordenadores de Pesquisa, DDEs e DG dos campi em 11/07/2017 (por e-mail). O memorando está no Anexo 08. PROEX: A PROEX junto com o setor de TI do IFC oportunizou treinamento aos Coordenadores de Extensão e Estágio dos Campi para uso do sistema SIGAA. Módulo Extensão - Feito treinamento com os Coordenadores de Extensão dos Campi em 08 e 09/setembro/2016. A partir desta data o módulo foi liberado para o uso. Módulo Convênios e Estágios - Feito treinamento com os Coordenadores de Estágios e Extensão dos Campi em 15 e 16/fevereiro/2017. Por necessidades de adequações o início do uso foi liberado em 13/Junho/2017. Os documentos comprobatórios constam no anexo 09.

Posicionamento da CGU em 25/04/2017: Reiteração

Esta recomendação foi emitida dentro do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201503691 referente a Prestação de Contas do exercício de 2014 do IFC. As contas dos gestores, a que se refere este Relatório, foram julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), como regulares com ressalvas, conforme Acordão de Relação nº 4884/2016 – 1ª Câmara, de 26 de julho de 2016, sendo emitidas diversas recomendações e determinações, acatando-se os apontamentos efetuados pela CGU-R/SC: Dentre as recomendações constou a seguinte: “[...] 1.8. recomendar ao Instituto Federal Catarinense que avalie e promova as medidas consideradas pertinentes em relação aos seguintes temas: [...] 1.8.6. estabelecimento de cronograma de implantação e viabilização da utilização dos módulos do Programa SIGAA referentes à Extensão e Pesquisa, além de atividades de ensino e administrativas (idem); Da manifestação apresentada por ocasião do envio do Plano de Providências Permanente (PPP) em março de 2016, não consta nenhum “cronograma de implantação” dos módulos do Programa SIGAA referentes à Extensão e Pesquisa. Somente foi enviado o Memorando Circular nº 001/2016 - PROEN/REITORIA/IFC, que trata de utilização do módulo de graduação. Os demais expedientes citados na manifestação da unidade não constaram do anexo enviado. Assim, não restaram demonstradas as medidas implementadas para efetivação da recomendação, especialmente, a elaboração de cronograma, discriminadas as etapas de implantação dos módulos. Portanto, a mesma deve ser reiterada para fins de manifestação dos Dirigentes do IFC.

Recomendação 143679:

Divulgar (interna e externamente) os resultados dos projetos de pesquisa e de extensão, o alcance das metas e os resultados dos indicadores (prazo de 180 dias).

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 20/06/2017

Último Histórico

Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências

A PROEX vem acompanhando sistematicamente a divulgação dos Projetos de Extensão no site dos Campi. Referente as informações de 2012 a 2015 – todos os Campi fizeram divulgação das informações, bem como dos anos posteriores. Oportunizamos a socialização dos resultados em eventos nos Campi, Institucional e divulgações de eventos externos. Referente ao alcance das metas e os resultados dos indicadores, no Relatório de Gestão de 2016, podem ser encontrados informações. A seguir está a lista com as informações de acesso as páginas para consulta: Reitoria <http://ifc.edu.br/extensaoestagio/eventos/internos/> Abelardo Luz <http://abelardoluz.ifc.edu.br/projetos-de-extensao-desenvolvidos-no-campus/> Araquari <http://extensao.arauari.ifc.edu.br/projetos-2/> Blumenau http://blumenau.ifc.edu.br/?attachment_id=586 <http://blumenau.ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/06/Projetos-Extens%C3%A3o-2016-1.odt.pdf> Brusque <http://brusque.ifc.edu.br/resultado-de-programas-e-projetos/> Camboriú <http://www.camboriu.ifc.edu.br/extensaoestagio/extensao/projetos-de-extensao/> Concórdia <http://cgex.concordia.ifc.edu.br/relatorio-de-gestao/> Fraiburgo http://www.fraiburgo.ifc.edu.br/?page_id=2047 http://www.fraiburgo.ifc.edu.br/?wpfb_dl=253 Ibirama <http://ibirama.ifc.edu.br/projetos/> Luzerna http://extensao.luzerna.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/16/2016/03/Tabela-dados-projetos-CGU_site.pdf Rio do Sul <http://www.ifc-riodosul.edu.br/site/extensao-projetos/> <http://www.ifc-riodosul.edu.br/site/acoes-da-extensao/> <http://www.ifc-riodosul.edu.br/site/projetos-de-extensao-desenvolvidos-no-campus/> Santa Rosa do Sul <http://extensao.santarosa.ifc.edu.br/projetos/> <http://extensao.santarosa.ifc.edu.br/projetos-em-andamento-2016/> São Bento do Sul <http://saobentodosul.ifc.edu.br/projetos/> São Francisco do Sul <https://extensao.saofrancisco.ifc.edu.br/projetos/> Sombrio <http://extensao.sombrio.ifc.edu.br/fluxo-contínuo/> <http://extensao.sombrio.ifc.edu.br/fomentobolsa/> Videira <http://videira.ifc.edu.br/estagios-extensao/documentos-extensao/projetos-extensao/> Link dos projetos apoiados pela Reitoria: <http://ifc.edu.br/projetos-programas-de-pesquisa/> Link dos projetos apoiados pelos campi: Abelardo Luz – <http://abelardoluz.ifc.edu.br/projetos-de-pesquisa-desenvolvidos-no-campus-2017/>; Araquari – <http://pesquisa.arauari.ifc.edu.br/projetos/>; Blumenau – <http://blumenau.ifc.edu.br/pesquisainovacao/bolsas/>; Brusque – <http://brusque.ifc.edu.br/pesquisas-de-2016/>; Camboriú – <http://www.camboriu.ifc.edu.br/pesquisa/projetos-de-pesquisa/>; Concórdia – <http://cpipi.concordia.ifc.edu.br/documentos/>; Fraiburgo – http://www.fraiburgo.ifc.edu.br/?page_id=1489; Ibirama – <http://ibirama.ifc.edu.br/pesquisa-e-inovacao-projetos/>; Luzerna – <http://pesquisa.luzerna.ifc.edu.br/projetos/>; Rio do Sul – <http://www.ifc-riodosul.edu.br/site/projetos-de-pesquisa-desenvolvidos-no-campus/>; Santa Rosa do Sul – <http://pesquisa.santarosa.ifc.edu.br/relacao-de-projetos-de-pesquisa-2012-2016/>; São Bento do Sul – <http://saobentodosul.ifc.edu.br/editais/>; São Francisco do Sul – <https://pesquisa.saofrancisco.ifc.edu.br/projetos-de-pesquisa/>; Sombrio – <http://pesquisa.sombrio.ifc.edu.br/fomentobolsa/>; Videira – <http://videira.ifc.edu.br/pesquisa-inovacao/publicacoes/>;

Posicionamento da CGU em 25/04/2017: Reiteração

Esta recomendação foi emitida dentro do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201503691 referente a Prestação de Contas do exercício de 2014 do IFC. As contas dos gestores, a que se refere este Relatório, foram julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), como regulares com ressalvas, conforme Acordão de Relação nº 4884/2016 – 1ª Câmara, de 26 de julho de 2016,

sendo emitidas diversas recomendações e determinações, acatando-se os apontamentos efetuados pela CGU-R/SC: Dentre as recomendações constou a seguinte: “[...] 1.8. recomendar ao Instituto Federal Catarinense que avalie e promova as medidas consideradas pertinentes em relação aos seguintes temas: [...] 1.8.11. divulgação interna e externa, dos resultados dos projetos de pesquisa e de extensão, o alcance das metas e os resultados dos indicadores aprovados (§§ 62 e 63 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691;” Mesmo contida na Decisão do TCU de julgamento das contas da Unidade, a recomendação não foi efetivamente implementada, pois nos sítios do IFC e dos Campi na internet, as informações se apresentam incompletas, quando existentes, e ou inexistentes. Na própria manifestação apresentada pelos Dirigentes do IFC por ocasião da apresentação do Plano de Providências Permanente (PPP) em março de 2016, consta que alguns dos Campi sequer teriam atendido a recomendação de publicização dos resultados de seus projetos de pesquisa e extensão. Assim, os dados apresentados não foram suficientes para comprovar a implementação da recomendação devido a sua incompletude e mesmo inexistência das informações. Cabe destacar que nenhum dos Campus efetua a publicação das metas e dos indicadores associados a esses projetos, permanecendo o descumprimento da obrigação de divulgar os resultados para os públicos internos e externos ao IFC.

Recomendação 143688:

Dar publicidade às metas institucionais pactuadas com o MEC no Termo de Metas e Compromissos (TAM) e desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os Câmpus, que permita o acompanhamento e monitoramento dessas metas (prazo de 180 dias).

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 14/06/2017

Último Histórico

Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências

Em atendimento à recomendação de publicidade das metas institucionais pactuadas com o MEC no Termo de Metas e Compromissos (TAM), está disponível no site institucional a aba acesso à informação, com a opção portal de dados abertos, que reúne informações para acompanhamento e monitoramento das metas, disponível em <http://dadosabertos.ifc.edu.br/> Foi criada a comissão permanente de dados abertos do IFC por meio da portaria 062/2017 de 06 de janeiro de 2017.

Posicionamento da CGU em 25/04/2017: Reiteração

Esta recomendação foi emitida dentro do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201503691 referente a Prestação de Contas do exercício de 2014 do IFC. As contas dos gestores, a que se refere este Relatório, foram julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), como regulares com ressalvas, conforme Acórdão de Relação nº 4884/2016 – 1ª Câmara, de 26 de julho de 2016, sendo emitidas diversas recomendações e determinações, acatando-se os apontamentos efetuados pela CGU-R/SC: Dentre as recomendações do TCU constou a seguinte: “[...] 1.8. recomendar ao Instituto Federal Catarinense que avalie e promova as medidas consideradas pertinentes em relação aos seguintes temas: [...] 1.8.7. publicidade das metas institucionais pactuadas com o MEC no Termo de Metas e Compromissos (TAM) e desenvolvimento e implementação de sistema de informação, padronizado para utilização em todos os Campi, que permita o acompanhamento e monitoramento dessas metas (idem);” Mesmo após o conhecimento do referido julgamento do TCU, o IFC não apresentou evidências de cumprimento da recomendação. Das informações prestadas por ocasião do envio do Plano de Providências Permanente (PPP) do IFC, em março de 2016, portanto, antes do julgamento do TCU, não há comprovação efetiva da publicidade das metas, mas apenas de informações esparsas sem consolidação da análise e aferição da metas pactuadas. Ainda de acordo com as informações prestadas, a publicação de Portaria instituindo Grupo de Trabalho para implementar as medidas que atenderiam a recomendação, se constitui em medida inicial. Os resultados do trabalho do referido grupo não foram enviados a esta CGU-R/SC, bem como não consta registros na página institucional do IFC na internet que demonstrem o cumprimento da recomendação e mesmo da proposta inicial da comissão. Portanto, ante a ausência de evidências de atendimento da recomendação, esta deve ser reiterada com prorrogação do prazo de atendimento, para oportunizar aos Dirigentes do IFC o envio de informações que atestem seu cumprimento.

Constatação 1.1.6.5.:

Subutilização de docentes nas atividades de sala de aula e na interação com os alunos, aliada à necessidade de melhorias nos critérios e procedimentos para contratação de professores efetivos e substitutos.

Recomendação 143680:

Apresentar, no prazo de 180 dias, plano de ação com vistas a aprimorar o planejamento de novos cursos regulares, bem como da contratação de professores e reestruturar, se necessário, os cursos ofertados de forma a melhorar o aproveitamento da força de trabalho docente do Instituto. Estabelecer metas de execução de curto (semestrais), médio (anuais) e longo prazo (4 anos), bem como indicadores, alinhados ao PDI do Instituto.

Situação: Monitorando	Prazo Atendimento: 05/01/2018
Último Histórico	
Posicionamento da CGU em 25/10/2017: Reiteração	
<p>Em manifestação apresentada por meio do Ofício nº. 292/2017/REITORIA/IFC, de 01 de setembro de 2017, os dirigentes do IFC apresentam algumas medidas que denotariam a disposição da Instituição ao processo de melhoria das condições de oferta de cursos, de aproveitamento da força de trabalho docente, e quanto a estabelecimento de metas. Entre as medidas estariam que: - “[...]Instituiu processo de levantamento e distribuição de vagas docentes (Processo N. 23348.002589/2016-21)”. Quanto a este processo não foram apresentadas as conclusões e medidas decorrentes da avaliação procedida. - “[...]foram instituídos critérios para a alteração do regime de trabalho de docentes”. Em relação a este ponto não apresentaram os normativos que respaldam esta medida. - “[...]foi instituída a resolução 048/2014, modificada pela resolução 025/2016 que institui critério para a contratação de professores substitutos e temporários”. Não foram apresentadas que ações foram implementadas em decorrência dessa previsão legal. - “[...]foi instituído o conselho de ensino, pesquisa e extensão - CONSEPE, - Resolução 063/2016/Consuper”. Não foram apresentadas medidas relacionadas ao que objetiva a recomendação que tenham decorrido da atuação do referido Conselho. - “Como meta de médio e longo prazo está a revisão de oferta de cursos com baixa procura, com o intuito de aumentar a eficiência, eficácia e efetividade”. Não foram apresentados os instrumentos que estabelecem as referidas metas e onde estão informados. Assim, consoante preconizado na recomendação, a Instituição não apresentou, efetivamente, um “Plano de Ação” estruturado e consistente com objetivos que permitiriam o atendimento da recomendação. Da mesma forma não foram apresentados os instrumentos onde se consolidam as metas e os indicadores estabelecidos para controlar e avaliar o andamento das ações com vistas à melhor do desempenho do IFC no tocante aos indicadores, em especial a Relação Aluno x Professor (RAP) e a eficiência na alocação da força de trabalho docente. Vale destacar, ainda, que o IFC havia criado Grupo de Trabalho destinado a apresentar um Plano de Ação, conforme manifestação anterior (Portaria nº 2.086/2015, de 01 de setembro de 2015). Em sua nova manifestação não foram apresentados os resultados do trabalho do referido grupo. Portanto, embora apresentadas algumas medidas que se relacionam à melhoria do ambiente normativo da Instituição no tocante ao gerenciamento da força de trabalho docente, estas não estão consideradas dentro de um “Plano de Ação” consistente e efetivo e com alinhamento com o PDI do IFC. Em face da não demonstração das ações que decorrem de um planejamento direcionado ao atendimento da recomendação, esta deve ser reiterada de forma a oportunizar a apresentação dos instrumentos sugeridos na mesma.</p>	
Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências	
<p>Foi constituído GT para fazer o dimensionamento da força de trabalho que finalizou seus trabalhos por meio do processo 23348.000318/2016-31 que estabelece o quadro de servidores Técnicos Administrativos em Educação necessários, bem como, sua qualificação para cada Campi de acordo com a portaria 246/2016 MEC de 15 de abril de 2016 (Anexar portaria). Com relação aos docentes, a PROEN instituiu o processo de levantamento e distribuição de vagas docentes (Processo N. 23348.002589/2016-21), considerando tanto a integralização dos cursos já em oferta como para a abertura de novos cursos. Como critério o curso necessitava constar no PDI, ter infraestrutura e otimizar a força de trabalho já existente no campus. Além disso, a nomeação de docente passa pela análise da PROEN/PROPI/PROEX, a partir da força de trabalho constatada nos PTDS e também considerando as vacâncias, redistribuição, remoção, entre outros. Igualmente, foram instituídos critérios para a alteração do regime de trabalho de docentes, levando em conta a carga horária atual do docente e otimização dessa força de trabalho na integralização ou abertura de novos cursos. Nesse mesmo contexto, foi instituída a resolução 048/2014, modificada pela resolução 025/2016 que institui critério para a contratação de professores substitutos e temporários. É importante reiterar que a sistematização para a contratação de docentes já traz visível melhora na relação - aluno professor – RAP - Em maio de 2015, essa relação era de 12,2, enquanto que em maio de 2017 essa relação é de 14,5, conforme consta no site institucional do IFC, no censo interno. Recentemente foi instituído o conselho de ensino, pesquisa e extensão - CONSEPE, - Resolução 063/2016/Consuper que entre as suas funções está a responsabilidade de emitir parecer sobre a criação e extinção de cursos. São ações tomadas em colegiado que em médio prazo poderão contribuir para a otimização da força de trabalho dos docentes do IFC com busca a refletir ainda mais na qualidade de nosso ensino. Como meta de médio e longo prazo está a revisão de oferta de cursos com baixa procura, com o intuito de aumentar a eficiência, eficácia e efetividade de nossos cursos. A organização didática dos cursos superiores 057/2012 e dos técnicos – 084/2014 está em fase de revisão e um dos pontos é o alinhamento institucional para cursos com baixa procura. Nesse processo, o CONSEPE também terá papel fundamental porque conta com diferentes representações da comunidade acadêmica e sociedade.</p>	
Recomendação 143681:	
<p>Encaminhar, no prazo de 180 dias, o RIT demonstrando o cumprimento quantitativo e qualitativo do PTD para os professores que constaram na amostra de docentes.</p>	

Situação: Monitorando	Prazo Atendimento: 05/01/2018
Último Histórico	
Posicionamento da CGU em 25/10/2017: Reiteração	
<p>Em manifestação apresentada por meio do Ofício nº. 292/2017/REITORIA/IFC, de 01 de setembro de 2017, os dirigentes do IFC apresentam suas alegações para pontos ressaltados na análise desta CGU-R/SC às medidas implementadas para cumprimento das recomendações do PPP do Relatório nº 201411633 que foram consolidadas no PPP do Relatório nº 201503691, efetuada em abril de 2017. Quantos aos pontos ressaltados na análise e justificados pelo IFC, cabe destacar os seguintes: i) “[...]reitera que os docentes matriculados sob o número de SIAPE 1902299 e 1967736 não eram mais servidores do campus Blumenau em 2015, e por isso não foi apresentado o relatório individual de atividade dos servidores mencionados” Nesse sentido, realmente não caberia exigência de RIT destes servidores, visto que a exigência do relatório é anual, e os docentes não eram mais servidores da Unidade. ii) “[...]o relatório de atividade do servidor 1967736 do ano de 2014 e não de 2015. Todavia, salienta-se que solicitação de auditoria 201411633/002 CGU SC pedia os dados referentes, efetivamente, ao ano de 2014.” O Relatório que contém a recomendação foi expedido em 2015, embora se refira a um escopo de trabalho relativo a 2014. No entanto, o docente a que se refere o apontamento de matrícula 1967736, já não mantinha vínculo com o Campi de Blumenau em 2015, logo não seria devido o RIA de 2015. Assim, entendemos que está justificada a ausência do Relatório do referido docente. iii) “[...]No ano de 2014, não havia um modelo de RIA institucional e por isso a não padronização do documento” Nesse ponto cabe destacar que a ausência de padronização e de informações relevantes para identificar os dados do docente a que se refere cada relatório, prejudicou a análise da fidedignidade dos dados. Atualmente, o IFC já conta com modelo padronizado de RIA, o que tende a melhor os controles e avaliações a serem efetuadas. iv) Quanto à análise do cumprimento quantitativo e qualitativo das atividades docentes, os dirigentes se limitaram a informar a referência normativa que previa o PIT – Plano Individual de Trabalho (que corresponde atualmente ao Plano de Trabalho Docente – PTD), sem adentrar nos motivos por não terem sido efetuadas as análises requeridas na recomendação. v) Quanto às atividades dos docentes que compõe a amostragem, os Dirigentes do IFC tecem justificativas quanto a alocação dos docentes selecionados na amostra, sem individualizar e sem demonstrar uma avaliação completa de todos os servidores envolvidos. Assim, verifica-se que tanto o IFC – Campi Blumenau quanto o IFC- Campi Ibirama, selecionados nos exames de auditoria e responsáveis pelo cumprimento da recomendação, não efetuaram uma avaliação demonstrando o cumprimento quantitativo e qualitativo do PTD, ou no caso PIT, para os professores que constaram na amostra de docentes avaliados, de forma individualizada. Portanto, não houve o cumprimento integral da recomendação, especialmente no tocante a avaliação que deveria ser produzida, devendo a mesma ser reiterada até o efetivo cumprimento.</p>	
Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências	
<p>A Pró-Reitoria de Ensino reitera que os docentes matriculados sob o número de SIAPE 1902299 e 1967736 não eram mais servidores do campus Blumenau em 2015, e por isso não foi apresentado o relatório individual de atividade dos servidores mencionados. A normativa docente do IFC Resolução 011/2015 e notas técnicas que tratam do assunto não preveem a obrigatoriedade de relatórios parciais das atividades de ensino, mas somente no final do período letivo. Foi constatado pela auditoria que a PROEN encaminhou o relatório de atividade do servidor 1967736 do ano de 2014 e não de 2015. Todavia, salienta-se que solicitação de auditoria 201411633/002 CGU SC pedia os dados referentes, efetivamente, ao ano de 2014. Em resposta a solicitação, a PROEN encaminhou o memorando nº 025/2015 que descrevia as atividades de ensino dos docentes do campus Blumenau e Ibirama e outras atividades correlatas a funções de magistério. No ano de 2014, não havia um modelo de RIA institucional e por isso a não padronização do documento. Quanto à análise do cumprimento quantitativo e qualitativo das atividades docentes: à época, este documento preenchimento pelos docentes era chamado de PIT – Plano Individual de Trabalho (que corresponde atualmente ao Plano de Trabalho Docente – PTD), atendendo a resolução vigente naquele período (Resolução 052/2010). O limite mínimo estabelecido da presença dos docentes em sala de aula, segundo a Resolução 052/2010, são definidos no artigo 5. itens I e II. Quanto às atividades dos docentes que compõe a amostragem, considere-se: - Campus Ibirama: dos 5 docentes da amostragem do Campus, 4 possuem carga horária de 20 horas semanais e 1, com regime de Dedicção Exclusiva, sendo que este assumiu no ano auditado – 2014 – o cargo de Diretor de Desenvolvimento de Ensino do Campus. O curso em Técnico em Eletromecânica teve as turmas encerradas e não é mais ofertado, no qual estavam alocados os docentes substitutos. - Campus Blumenau: os docentes da amostragem são de áreas específicas atuando em cursos que estavam ainda no início de oferta, como o curso Técnico em Mecânica e o curso Técnico em Eletromecânica – ambos subsequentes, iniciados em set/2014. Ainda, à época, a carga horária dos docentes esteve alocada na elaboração dos projetos pedagógicos, montagem de laboratórios e gestão do Campus.</p>	
Recomendação 143689:	

Realizar levantamento da lotação ideal de docentes nos câmpus do IFC, considerando, além do levantamento da carga horária dos docentes, realizado através dos PIT (Plano Individual de Trabalho - documento ainda utilizado pela resolução vigente - Resolução 052/2010), a situação real (não só a planejada) das atividades desempenhadas, bem como as demandas existentes (observar, inclusive, as peculiaridades do processo de expansão e os cursos que se encontram em implantação), focando na otimização do aproveitamento da mão de obra docente e na melhoria do indicador AFT (prazo de 360 dias).

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 05/01/2018

Último Histórico

Posicionamento da CGU em 25/10/2017: Reiteração

Em manifestação apresentada por meio do Ofício nº. 292/2017/REITORIA/IFC, de 01 de setembro de 2017, os dirigentes do IFC informa de medidas e avaliações que estão sendo procedidas de forma a otimizar o aproveitamento dos docentes e em relação à melhoria do indicador Relação Aluno Professor (RAP). No entanto, não houve menção ao principal ponto a que objetiva a recomendação, que seria “Realizar levantamento da lotação ideal de docentes nos campus do IFC”. Nesse sentido, os dirigentes não apresentam que medidas foram adotadas visando realizar e concluir esse levantamento, considerando os aspectos consignados na recomendação. Portanto, a recomendação deve ser reiterada para fins de oportunizar a apresentação das medidas efetivas relacionadas ao seu cumprimento.

Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências

É importante reiterar a visível melhora na relação- aluno professor- RAP do IFC: em maio de 2015 essa relação era de 12,2, enquanto que em maio de 2017 essa relação é de 14,5, conforme consta no site institucional do IFC, no censo interno. A PROPI/PROEX/PROEN fizeram análise parcial dos planos de trabalho docente considerando o ano letivo de 2017 conforme quadro em anexo, com a média de cada Campus do IFC. Para análise dos resultados considere-se as situações o campus está em implantação e alguns cursos já iniciados, porém não integralizados. Uma estratégia de otimização do aproveitamento do trabalho docente está no uso da RESOLUÇÃO No. 066–CONSUPER/2013, considerando a colaboração técnica parcial ou divisão de carga horária entre dois Campi. Porém, com o objetivo de otimizar a força de trabalho, é permitida, excepcionalmente, a divisão de carga horária docente entre dois Campi, somente para atividade de ensino, nas seguintes situações: 1. Para suprir falta temporária e/ou imprevisível de docente em determinada disciplina. Neste caso priorizar docentes de município limítrofe. 2. Atividades de Ensino na Pós-Graduação; 3. Aproveitamento quando há subutilização de carga horária, desde que entre campi de cidades limítrofes e de forma transitória. O sistema de gestão, SIG, teve sua implantação finalizada em maio de 2017. As etapas posteriores a implantação, é a customização para adequação do sistema as rotinas do IFC.

Recomendação 143693:

Aprimorar a normatização dos procedimentos prévios para contratação e lotação de docentes, envolvendo as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão, Administração, Pesquisa e Inovação, bem como a Diretoria de Gestão de Pessoas (prazo de 90 dias).

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 05/01/2018

Último Histórico

Posicionamento da CGU em 25/10/2017: Reiteração

Em manifestação apresentada por meio do Ofício nº. 292/2017/REITORIA/IFC, de 01 de setembro de 2017, os dirigentes do IFC informam das medidas relacionadas aos levantamentos efetuados quanto ao quantitativo ideal de pessoal técnico e docente na Instituição, conforme processos abertos. Além disso, em relação às medidas visando o cumprimento da recomendação, informa da instituição do Colegiado de Gestão de Pessoas (Resolução CONSUPER nº 002/2017) e que o mesmo está em vias de constituição mediante eleição. De forma concreta, embora as medidas já adotadas se relacionem com a recomendação, efetivamente não houve a elaboração e publicação de normas que tratem dos procedimentos prévios de contratação e lotação de docentes nos vários Campi. Portanto, a recomendação ainda não foi implementada em sua íntegra, ante a ausência da norma recomendada, devendo-se reiterar para ciência e adoção das medidas necessárias por parte do IFC.

Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências

Reiteramos o que já explicitado na manifestação 143680 e 143683. Além disto, informamos que em março deste ano foi aprovado pelo Conselho Superior a RESOLUÇÃO Nº 002 – CONSUPER/2017 que Dispõe sobre a criação do Colegiado de Gestão de Pessoas do Instituto Federal Catarinense. É também competência deste Colegiado contribuir neste processo de aprimoramento. A resolução está disponível no endereço <http://consuper.ifc.edu.br/resolucoes-2017/#more-1398>. Informamos

que será deflagrado o processo eleitoral dos membros eleitos para composição do conselho. Previsão de constituição e funcionamento até final de 2017.

Constatação 2.1.1.2.:

Procedimentos administrativos instaurados não registrados ou registrados intempestivamente no sistema CGU-PAD.

Recomendação 143671:

Considerando a recente criação da Coordenação-Geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares (COOPAD) e o fato de a própria COOPAD ter se mostrado disponível a disseminar internamente seu conhecimento sobre a alimentação do sistema CGU-PAD, recomenda-se a realização de atividades internas de capacitação dos servidores dos campi e da Reitoria do IFC acerca da operacionalização do CGU-PAD, bem como dos prazos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043/2007.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 26/06/2017

Último Histórico

Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências

Na época da COOPAD os campi do IFC poderiam abrir processos disciplinares de Sindicância, sendo de responsabilidade da COOPAD a abertura de PADs e demais sindicâncias julgadas necessárias pela gestão. Quando o processo era aberto pelos campi, estes tinham a incumbência de inserir as informações/fases dos processos abertos/concluídos no sistema CGU-PAD. Igualmente, os processos abertos no âmbito da COOPAD era de competência desta a consolidação dos dados no sistema CGU-PAD, contudo, devido a limitação de servidores lotados na COOPAD não havia uma avaliação se todos os processos abertos no âmbito do IFC estavam ou não cadastrados no sistema. Com a criação da Corregedoria do IFC, em 15/12/2017 – RESOLUÇÃO CONSUPER Nº 055/2016 e respectiva nomeação do Corregedor, ocorrida em 08/02/2017 – Portaria nº 281, todos os processos foram centralizados na Reitoria, ou seja, os Campi não podem mais realizar aberturas de processos disciplinares, devendo encaminhar todas as demandas/denúncias/representações à Corregedoria. A partir deste momento, com a centralização das atividades de correição, todas as informações e cadastros no sistema CGU-PAD dos processos disciplinares instaurados (todas as fases) são de competência exclusiva da Corregedoria. Atualmente todas as demandas recebidas pelas diversas instâncias (denúncias diretas, e-mail, ouvidoria, Memorandos, outros) recebem um tratamento da Corregedoria (juízo) e mesmo que o entendimento seja pela não pela abertura de Processos (Disciplinares ou Instruções Prévias) todas são cadastradas no sistema CGU-PAD, mediante Parecer Conclusivo. Assim, em relação ao sistema, todas as informações sobre processos disciplinares abertos pela Corregedoria, são devidamente cadastradas no sistema CGU-PAD, sem exceção.

Posicionamento da CGU em 25/04/2017: Prorrogação de prazo de atendimento

O Memorando nº 110/2016, de 09 de março de 2016, da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – COOPAD, informa que foram efetuados 3 (três) treinamentos, sendo atendidos os Campus Videira, Luzerna e Fraiburgo. Além disso, os Campus que apesar de interessados, não tiveram o treinamento foram: Campus de Ibirama, Camboriú, Blumenau, Araquari e São Francisco do Sul. Aos Campus de Rio do Sul e de Blumenau foram prestados suporte no cadastramento ao sistema CGU-PAD, mas sem treinamento. Assim, embora tenham iniciado as atividades de capacitação dos servidores dos Campi e da Reitoria do IFC na operacionalização do sistema CGU-PAD, esta não se completou dentro do exercício de 2015, e nem até a apresentação da manifestação ao PPP. Portanto, a recomendação deverá ter o prazo de atendimento prorrogado para que a Unidade apresente informações quanto as medidas que foram adotadas em 2016 para o seu cumprimento integral.

Constatação 2.1.2.2.:

Descumprimento de 99,64% das recomendações expedidas pela UNAI/IFC pelo Câmpus Rio do Sul.

Recomendação 143670:

Providenciar cópias das respostas que teriam sido encaminhadas à auditoria interna e sido extraviadas, para subsidiar o monitoramento das recomendações pela Unidade de Auditoria Interna do IFC (prazo de 15 dias).

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 26/06/2017

Último Histórico

Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências

A época foi encaminhado ofício ao Campus Rio do Sul, solicitando o envio ou comprovação do envio da documentação dita como extraviada, como o campus não comprovou foi solicitado pela UNAI/IFC a abertura de processo apuratório. Houve abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) sob nº 23348.001320/2015-46, em 29/06/2015, na qual três servidores constaram como “investigados”. Não houve indicição dos servidores e o processo foi arquivado em 29/07/2016. Processo Concluído e todas as fases cadastradas no sistema CGU-PAD. Cabe esclarecer que posterior a esta recomendação e as providências tomadas pela UNAI/IFC e Gestão do IFC, notou-se uma evolução significativa no índice do campus Rio do Sul que teve seu percentual de descumprimento das recomendações da UNAI de 99,64% em 2014, motivados pela não manifestação e comprovação das ações tomadas para 89,5% (média da unidade urbana e sede) de atendimentos das recomendações, conforme consta no RAIN/2015 da UNAI/IFC, demonstrando esforço da gestão do Campus Rio do Sul em regularizar a situação constatada.

Posicionamento da CGU em 25/04/2017: Reiteração

Os Dirigentes do IFC limitaram-se a encaminhar cópia de um Memorando, emitido em julho de 2015, destinado ao Diretor Geral do Câmpus Rio do Sul, em que solicitam a documentação pendente de encaminhamento à Unidade de Auditoria Interna do IFC. Nenhuma outra providencia foi adotada para cumprimento da recomendação, apesar do extenso prazo decorrido entre a emissão do citado Memorando (julho de 2015) e a manifestação apresentada quanto ao cumprimento das recomendações e constante do Ofício nº 047/2016/REITORIA/IFC, de março de 2016, quando da apresentação do PPP da Unidade. Em razão da ausência de providências efetivas que demonstre o cumprimento da recomendação, esta deverá ser reiterada com prorrogação do prazo de atendimento, e envio ao gestor para manifestação.

Constatação 2.1.2.3.:

Seleção de profissionais para vagas no PRONATEC, em benefício próprio, de subordinado direto e de cônjuges.

Recomendação 143669:

Instaurar procedimento administrativo para apuração de responsabilidade de cada ator relacionado aos problemas relatados, em especial, sobre: - a definição das demandas relativas ao Programa PRONATEC (quantidade e currículo dos profissionais a serem selecionados); - a elaboração do edital; - a avaliação do cumprimento dos requisitos e classificação dos candidatos na seleção dos profissionais para a atuação no Programa; - as contratações; - os pagamentos; - o cumprimento da jornada de trabalho nos cargos, empregos e funções ocupados no IFC, bem como nas atividades do PRONATEC (prazo de 30 dias).

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 24/06/2017

Último Histórico**Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências**

Houve abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) sob nº 23348.003060/2015-43, em 08/10/2015, na qual dois servidores do Campus foram indiciados. O processo foi encerrado em 07/04/2017 quando foi aplicada a penalidade de “suspensão convertida em multa”. Processo Concluído e todas as fases cadastradas no sistema CGU-PAD.

Posicionamento da CGU em 25/04/2017: Prorrogação de prazo de atendimento

A recomendação foi emitida dentro do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201503691 referente à Prestação de Contas do exercício de 2014. As contas dos gestores, a que se refere este Relatório, foram julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), como regulares com ressalvas, conforme Acórdão de Relação nº 4884/2016 – 1ª Câmara, de 26 de julho de 2016, sendo emitidas diversas recomendações e determinações, a serem monitoradas pela SECEX-SC. Dentre as determinações constou a seguinte: “[...] 1.7. determinar ao Instituto Federal Catarinense, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, a adoção das medidas adiante alvitadas: [...] 1.7.8. instaurar, em 15 (quinze) dias, se ainda não verificado, procedimento administrativo para a apuração de responsabilidade de cada agente relacionado à condução irregular verificada na seleção para o Pronatec realizado mediante Edital 01/MEC/SEtec/IFC/Pronatec/Fnde/2014 pelo Campus de Brusque, e anulado pela Coordenadora-Geral do Pronatec junto ao IFC, após provocação da Unidade de Auditoria Interna do IFC, e as providências adotadas (§§ 122 a 127 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);” No Acórdão nº 4884/2016 – 1ª Câmara do TCU, inexistiu determinação para que a CGU-R/SC efetue monitoramento do cumprimento da determinação. No entanto, em face da relevância dos fatos e do potencial prejuízo para a imagem da Instituição e do serviço público de forma geral, e em virtude da não

apresentação de informações claras, completas e conclusivas quanto a instauração do procedimento administrativo e o atendimento da recomendação, na manifestação efetuada pelo IFC, entende-se que esta deva ser objeto de nova demanda de informações quanto às providências adotadas pela Unidade, prorrogando-se o prazo para atendimento.

Constatação 4.1.1.1.:

Falhas na gestão patrimonial de bens imóveis.

Recomendação 143672:

Criar normativo(s) interno que discipline(m) e formalize(m) as atividades e procedimentos relacionados à gestão dos bens imóveis da instituição como um todo, de modo que os registros contábeis dos imóveis sejam uniformes e reflitam com fidedignidade os campos constantes do SIAFI, SPIUnet e do sistema de gestão ora em fase de implementação na UJ (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC).

Situação: Monitorando	Prazo Atendimento: 22/07/2017
------------------------------	--------------------------------------

Último Histórico

Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências

Em 09 de setembro de 2015, foi instituída a portaria 2.173/2015 (alterada pela Portaria 254/2016 e atualização da composição feita pela Portaria 1.250/2017, de 10 de Maio de 2017 – em anexo), designando servidores para comporem Comissão responsável por realizar: Estudo e criação de normativa de orientação e padronização dos processos de inventário de bens imóveis no âmbito do IFC e; Estudo de viabilidade dos registros contábeis de forma individualizada, considerando peculiaridades dos Campi, preceitos legais, bem como, funcionalidade dos sistemas. A Comissão iniciou a elaboração de Manual Institucional de Controle Patrimonial de Bens Imóveis, cujas atividades de controle são: Incorporação e Registro, Manutenção e Conservação, Avaliação, Inventário e Desfazimento e Baixa Patrimonial. Tendo em vista as especificidades das referidas Atividades do Processo de Controle Patrimonial de Bens Imóveis, a Comissão decidiu elaborar manual específico de cada uma das macroatividades do processo. Foi instituído o Manual de Inventário de Bens Imóveis por meio da Portaria Normativa n.º 003, de 06 de abril de 2017 e encaminhado memorando circular para que os campi procedam à realização do inventário de bens imóveis em atendimento ao Acórdão 4884/2016 do TCU. O Manual apresenta aos campi e Reitoria Administrativa fluxo das atividades do processo de inventário e as respectivas responsabilidades e os procedimentos (passos) a serem adotados para realizar tais atividades: Constituir a Comissão de Inventários de Bens Imóveis (Diretoria de Administração e Planejamento-DAP e Diretoria Geral - DG); Providenciar o Levantamento de Dados Completos dos Imóveis (DAP e Coordenação de Patrimônio e/ou Infraestrutura, e Setor de Contabilidade); Dar Início aos Trabalhos de Inventário dos Imóveis (Presidente ou Coordenador da Comissão); Avaliar a Conformidade dos Registros de Imóveis nos Sistemas Estruturantes do Governo Federal (Membros das Comissões Locais); Elaborar o Relatório do Inventário de Bens Imóveis (Comissões Locais); Fazer a Apreciação e Dar Visto no Relatório (Direção-Geral); Regularizar as Inconsistências nos Registros do Imóveis (DAP e Coordenação de Patrimônio e/ou Infraestrutura, e Setor de Contabilidade); Dentre os procedimentos(passos) realizados, o Manual orienta as UGs para encaminharem à PROAD e DEP o relatório vistado pela Direção-Geral. Está em fase de conclusão o Manual/Normativa Institucional de Avaliação dos Imóveis (minuta do Manual e do Termo de Referência de Cálculo Utilizado em anexo). Os Manuais de Desfazimento de Bens Imóveis e de Manutenção e Conservação estão em fase de elaboração(minutas em anexo). O IFC implantou(deixou pronto para uso) o módulo Patrimônio Imóvel no sistema SIPAC, a qual culminou com a realização de oficina (prática do módulo) para os operadores nos campi e Reitoria, nos dias 03 e 08/08/2017, ministrada pelos operadores multiplicadores designados pela Portaria 4.042/2016, de 19/12/2016. Relato da etapa de implantação do módulo está declarado nas páginas 1 a 5 do processo administrativo n.º 23348.005256/2017-34. Nas páginas 84 a 88, 119, 132 a 146, 242 a 249, estão juntados os respectivos documentos comprobatórios da etapa de implantação. Para implantação, ou seja, para deixar o módulo pronto para uso, foi tomada a seguinte medida: Simulação e Testes do Módulo Patrimônio Imóvel para definição de um fluxo de atividades do processo de controle patrimonial de imóveis, padrão institucional, e para a elaboração do respectivo tutorial (seqüência de telas) a ser utilizado para treinar os operadores do módulo nos campi por meio de oficina. Os documentos comprobatórios desta medida estão juntados ao processo administrativo n.º 23348.005256/2017-34, páginas 23 a 83, 107 a 114. Para colocá-lo em operação, que é a etapa de liberá-lo para efetivo uso, foram tomadas as seguintes medidas para atualizar previamente o SPIUnet, que é a fonte de dados dos registros a serem realizados no Módulo Patrimônio Imóvel: 1. Encaminhamento de memorando circular conjunto PROAD e DEP/PRODIN instruindo os campi sobre critérios de segregação de função para alimentação do SPIUnet. Foi enviado o memorando circular PROAD n.º 244/2017, anexo. Os documentos comprobatórios desta medida estão juntados ao processo administrativo n.º 23348.005256/2017-34, páginas 242, 262 e 263. 2. Emissão de comunicação circular solicitando que os campi e Reitoria procedam com a atualização dos registros no SPIUnet e entrega, à PROAD e PRODIN, de relato do status da atualização. Os documentos comprobatórios desta medida estão juntados ao processo administrativo n.º 23348.005256/2017-34, páginas 8, 10 a 14, 115 a 130. 3. Realização de levantamento dos RIPS dos imóveis no SPIUnet, por campus, para identificar a regularidade e atualização da individualização dos RIPS. Os documentos comprobatórios desta medida estão juntados ao processo administrativo n.º 23348.005256/2017-34, páginas 149 a 240, 254 a

256, 261, 264 a 266. 4. Encaminhar memo circular com orientação com prazo para regularizar a individualização dos RIP e realizar os respectivos registros no SPIUnet. Esta medida é subsequente a medida de nº 3, cujo levantamento será analisado para a elaboração deste referido memorando circular. Está agendada reunião dos operadores multiplicadores do Módulo Patrimônio Imóvel designados pela portarianº 4.042/2016 e dos membros da Comissão instituída pela portaria 2173/2015 para a elaboração de memorando e outras providências no dia 01/09/2017, sexta-feira. Os documentos comprobatórios do encaminhamento desta medida estão juntados ao processo administrativo nº 23348.005256/2017-34, páginas 261, 264 a 266. 5. Colocar em operação o Módulo Patrimônio Imóvel em tempo certo O módulo será colocado em operação (uso efetivo) nos mês de outubro, em data logo após o prazo estabelecido pela PROAD e PRODIN para regularização a individualização dos RIP e atualização dos registros no SPIUnet, cujas datas serão definidas na reunião da próxima sexta-feira (01/09). Outras medidas adotadas ou programadas paralelamente à operação do Módulo Patrimônio Imóvel, com vista ao atendimento desta recomendação. O encaminhamento de tais medidas está declarado no documento junta ao processo administrativo n.º 23348.005256/2017-34, páginas 264 a 266. Ofício 48278/2017 - Ministério do Planejamento - Saneamento das Operações Contábeis realizadas no SPIUnet e SIAFI A PROAD já encaminhou memorando circular determinando aos campi (UGs) apontados no ofício fazerem o saneamento. Será realizada reunião na quinta ou sexta, 31/08 ou 01/09, entre a assessoria de gestão e assessoria contábil da PROAD com a Diretoria de Engenharia e Planejamento, a fim de criar estratégia para monitorar e garantir que os campi referenciados façam o saneamento até o dia 31/09, prazo determinado pelo Ministério. Melhorias Módulo Patrimônio Imóvel O Suporte TI bloqueou a parametrização de termos na Aba Cadastros para evitar que os campi criem termos em desacordo com aqueles padronizados no Manual do SPIUnet. Estão liberados para cadastro e alteração pelos campi somente a parametrização dos Predios. Será solicitado o travamento também da funcionalidade Zona do Terreno, tendo em vista que, não havendo ainda parametrização padrão no Manual SPIUnet, há intenção da DEP em fazer parametrização institucional do IFC. A DEP fará a parametrização para todos os campi da identificação (numeração) das edificações. Recomenda-se que seja verificado junto a CECOM se existe padronização da comunicação e identificação dos prédios dos IFES e feita solicitação para que esta Coordenação Geral de Comunicação participe da padronização da identificação. Caso seja viável padronizar a identificação até final de outubro, esta deve ser alimentada na Aba Cadastro/ Edificação do Imóvel Terreno/Predio. Ou seja, deve ser feita a parametrização no Módulo Patrimônio Imóvel. Normativa Avaliação Imóvel Na reunião a ser agendada na quinta ou sexta, 31/08 ou 01/09, os responsáveis darão encaminhamento para instituir a normativa. Estudo e viabilidade Implantação Módulos Planejamento Obras e Segurança no Trabalho do SIPAC O coordenador da CSI ficou de fazer consulta à UFRN sobre o status de desenvolvimento e sobre a disponibilidade de implantação dos Módulos no IFC, mesmo que não tenha sido prevista no Termo de Cooperação. Mapeamento do Processo de Controle Patrimonial de Imóveis com Gestão de Riscos Em conversa com o Diretor de Engenharia e Planejamento foi identificada a necessidade de mapear este processo para que fique claro quais são as atividades de controle patrimonial, o fluxo destas atividades, os respectivos responsáveis, os documentos necessários para desenvolver cada uma delas, os documentos que elas gerarão, as ferramentas (sistemas etc) para realizá-las, bem como as habilidades e conhecimentos necessários para desenvolvê-las. A necessidade foi apresentada à pró-reitora de administração e a DEP. Foi acordado que a assessoria de gestão da PROAD apresentará um projeto, a fim de instituir o Grupo de Trabalho para tal finalidade. Os documentos comprobatórios citados nesta recomendação constam no anexo 10.

Posicionamento da CGU em 25/04/2017: Reiteração

Esta recomendação foi emitida dentro do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201503691 referente a Prestação de Contas do exercício de 2014 do IFC. As contas dos gestores, a que se refere este Relatório, foram julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), como regulares com ressalvas, conforme Acórdão de Relação nº 4884/2016 – 1ª Câmara, de 26 de julho de 2016, sendo emitidas diversas recomendações e determinações, acatando-se os apontamentos efetuados pela CGU-R/SC: Dentre as determinações constou a seguinte: “[...] 1.7. determinar ao Instituto Federal Catarinense, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, a adoção das medidas adiante alvitadas: [...] 1.7.5. adotar, em relação à gestão dos bens imóveis, as seguintes medidas: [...] 1.7.5.3. expedir determinação, em 15 (quinze) dias, às unidades responsáveis do Instituto para que adotem medidas visando a criar rotinas para que os registros contábeis das movimentações dos bens sejam uniformes e reflitam com fidedignidade os campos constantes do SIAFI, do SPIUnet e do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC, em implantação;” Na manifestação apresentada ao Plano de Providências Permanente em março de 2016, embora anterior ao julgamento das contas de 2014, os gestores comprovam a publicação de Portarias designando equipes responsáveis pela elaboração de manuais e implantação do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC). As peças(manuais) que foram apresentadas com a manifestação, e que seriam decorrentes dos trabalhos dessas equipes, não foram ainda aprovadas com emissão de ato legal devido, não sendo a versão final, e nem contemplam os aspectos(procedimentos e rotinas) relacionados a gestão dos bens imóveis, foco principal da recomendação da CGU e da determinação do TCU. Portanto, a documentação apresentada não atende ao que foi determinado pelo TCU e nem o que objetiva a recomendação da CGU, cabendo a Unidade, apresentar novas informações quanto às medidas implementadas para atendimento aos órgãos de controle.

Recomendação 143685:

Criar rotinas administrativas que estabeleçam a realização anual de inventário patrimonial de bens imóveis, haja vista a exigência legal (art. 96 da Lei nº 4.320/64) e o importante instrumento de controle que o processo de inventário representa.

Situação: Monitorando	Prazo Atendimento: 14/06/2017
Último Histórico	
Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências	
<p>Em 09 de setembro de 2015, foi instituída a portaria 2.173/2015 (alterada pela Portaria 254/2016 e atualização da composição feita pela Portaria 1.250/2017, de 10 de Maio de 2017 – em anexo), designando servidores para comporem Comissão responsável por realizar: Estudo e criação de normativa de orientação e padronização dos processos de inventário de bens imóveis no âmbito do IFC e; Estudo de viabilidade dos registros contábeis de forma individualizada, considerando peculiaridades dos Campi, preceitos legais, bem como, funcionalidade dos sistemas. A Comissão iniciou a elaboração de Manual Institucional de Controle Patrimonial de Bens Imóveis, cujas atividades de controle são: Incorporação e Registro, Manutenção e Conservação, Avaliação, Inventário e Desfazimento e Baixa Patrimonial. Tendo em vista as especificidades das referidas Atividades do Processo de Controle Patrimonial de Bens Imóveis, a Comissão decidiu elaborar manual específico de cada uma das macroatividades do processo. Foi instituído o Manual de Inventário de Bens Imóveis por meio da Portaria Normativa n.º 003, de 06 de abril de 2017 e encaminhado memorando circular para que os campi procedam à realização do inventário de bens imóveis em atendimento ao Acórdão 4884/2016 do TCU. O Manual apresenta aos campi e Reitoria Administrativa fluxo das atividades do processo de inventário e as respectivas responsabilidades e os procedimentos (passos) a serem adotados para realizar tais atividades: Constituir a Comissão de Inventários de Bens Imóveis (Diretoria de Administração e Planejamento-DAP e Diretoria Geral - DG); Providenciar o Levantamento de Dados Completos dos Imóveis (DAP e Coordenação de Patrimônio e/ou Infraestrutura, e Setor de Contabilidade); Dar Início aos Trabalhos de Inventário dos Imóveis (Presidente ou Coordenador da Comissão); Avaliar a Conformidade dos Registros de Imóveis nos Sistemas Estruturantes do Governo Federal (Membros das Comissões Locais); Elaborar o Relatório do Inventário de Bens Imóveis (Comissões Locais); Fazer a Apreciação e Dar Visto no Relatório (Direção-Geral); Regularizar as Inconsistências nos Registros do Imóveis (DAP e Coordenação de Patrimônio e/ou Infraestrutura, e Setor de Contabilidade); Dentre os procedimentos(passos) realizados, o Manual orienta as UGs para encaminharem à PROAD e DEP o relatório vistado pela Direção-Geral. A portaria 3362/2016, de 27/09/2016, instituiu Grupo de Trabalho Responsável pela elaboração do manual de procedimentos – Manutenção de Bens Imóveis. A portaria encontra-se em anexo. Esta portaria elaborou o Manual de Inventário de Bens Imóveis, que encontra-se disponível no link: http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Manual-Bens-Im%C3%B3veis-PRONTO.pdf. O manual consta em anexo também. Com base nas instruções contidas no Manual e em cumprimento aos Memorandos Circulares 80/2016 e 81/2016, que solicitam aos campi a realização do inventário anual de bens imóveis, em anexo, e memorando circular 120/2016, que solicita a situação da realização dos inventários, em anexo, os campi elaboraram o inventário anual de bens imóveis. Em anexo, relatório de inventário de bens imóveis de alguns campi (Luzerna, Blumenau e Videira). Os documentos comprobatórios citados nesta recomendação constam no anexo 11.</p>	
Posicionamento da CGU em 25/04/2017: Reiteração	
<p>Esta recomendação foi emitida dentro do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201503691 referente a Prestação de Contas do exercício de 2014 do IFC. As contas dos gestores, a que se refere este Relatório, foram julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), como regulares com ressalvas, conforme Acórdão de Relação nº 4884/2016 – 1ª Câmara, de 26 de julho de 2016, sendo emitidas diversas recomendações e determinações, acatando-se os apontamentos efetuados pela CGU-R/SC: Dentre as determinações do TCU constou a seguinte: “[...] 1.7. determinar ao Instituto Federal Catarinense, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, a adoção das medidas adiante alvitradas: [...] 1.7.5.1. expedir determinação, em 15 (quinze) dias, às unidades responsáveis do Instituto para que adotem medidas visando a, permanentemente, incluírem, nos inventários anuais de bens móveis e imóveis, o inventário dos imóveis do Instituto, de forma a atender aos comandos dos artigos 94 a 97 da Lei 4.320/1964 (§§ 83 a 86 e Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU 201503691);” Na manifestação dos gestores do IFC, apresentada por ocasião do envio do Plano de Providências Permanente (PPP) em março de 2016, foram informadas as medidas iniciais adotadas para atendimento a recomendação. Dado que as propostas de normativos ainda não haviam sido aprovadas e nem foram enviadas novas informações, a recomendação deve ser reiterada para oportunizar nova manifestação com apresentação das medidas efetivadas.</p>	
Recomendação 143686:	
<p>Ultimar os esforços já em curso de identificação de todos os imóveis do IFC e de obtenção do "habite-se" das edificações dos seguintes câmpus: Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Luzerna, Santa Rosa do Sul, São Francisco do Sul e Sombrio.</p>	
Situação: Monitorando	Prazo Atendimento: 14/06/2017

Último Histórico**Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências**

Com a colaboração dos Campus e da Coordenação de Regularização e Avaliação ligada a esta diretoria, realizou-se uma análise individual para cada situação, visando identificar os encaminhamentos necessários em cada caso. No Campus Abelardo Luz encontra-se em fase final de construção bloco de salas de aula, tendo este projeto preventivo contra incêndios sido aprovado pelo Corpo de Bombeiros, e por estar a obra situada em zona rural não é exigido a aprovação dos projetos na prefeitura. Ao término da construção será solicitado vistoria para liberação do alvará de localização e funcionamento e habite-se. O Campus Araquari realizou levantamento topográfico planimétrico de seu imóvel, sendo identificado os imóveis dispostos sobre o terreno. O Campus já possui alvará de localização e funcionamento e está tramitando junto ao Corpo de Bombeiro etapa 01 de projeto que visa regularizar as edificações do Campus. Para regularização e aprovação dos projetos junto ao Corpo de Bombeiros foi subdividido em etapas em função da grande quantidade de edificações do Campus e dos custos relacionados a implementação dos sistemas. Anexo Alvará de licença para localização e/ou funcionamento 2017 e protocolo de projetos 35214 de 07/06/2017 do Corpo de Bombeiros Militar, ambos em anexo. O Campus Blumenau teve seu Estudo de Impacto de Vizinhança aprovado pelo município após realização de audiência pública. Os projetos que tratam da regularização das edificações do Campus estão tramitando junto a Prefeitura Municipal de Blumenau, Fundação Municipal do Meio Ambiente e DNIT em função da duplicação da rodovia BR 470, conforme anexos. O Campus Camboriú elaborou os projetos arquitetônicos das suas diversas edificações. Para regularização e aprovação dos projetos junto ao Corpo de Bombeiros foi subdividido em etapas em função da grande quantidade de edificações do Campus e dos custos relacionados a implementação dos sistemas. Para aprovação dos projetos na Prefeitura Municipal é exigido por esta a unificação das matrículas. Neste sentido o Campus deu origem ao processo 23350.001202/2017-51 que visa contratar os serviços de

topografia e unificação de matrículas (vide anexos). Somente após a resolução da situação dominial do Campus será possível requerer o habite-se da prefeitura municipal. Os habite-se do Corpo de Bombeiros serão solicitados por etapas, de acordo com a aprovação e implementação dos projetos de prevenção nas edificações. O Campus Concórdia elaborou os projetos arquitetônicos das suas diversas edificações. A Para regularização e aprovação dos projetos junto ao Corpo de Bombeiros foi subdividido em etapas em função da grande quantidade de edificações do Campus e dos custos relacionados a implementação dos sistemas. Algumas edificações já tem seus projetos aprovados, como bloco de Patologia e Citologia, Veterinária, Biotério, Centro de Práticas Clínicas, Bloco de Laboratórios, Bloco de Salas de Aula da veterinária, Bloco de Laboratório da Engenharia de Alimentos, Biblioteca, Auditório Central, Centro de Cultura. Os Alojamentos Masculinos (dois) e o Feminino, já tem o Habite-se do Preventivo liberado. Assim, o Campus já dispõem de alvará de licença para localização e/ou funcionamento emitido em 11/04/2017, e de acordo com a declaração do setor de registros de projetos da Prefeitura de Concórdia, datado de 16/08/2016, por estar em área rural fica dispensado de registro, emissão de alvará de construção e habite-se as edificações do Campus (em anexo). O Campus Fraiburgo teve seus projetos aprovados junto aos órgãos competentes (vide anexos). Para emissão do alvará de habite-se dos bombeiros resta a finalização do plano de brigada de incêndio. Sendo que o habite-se do Corpo de Bombeiros é vinculativo para a liberação do habite-se por parte da municipalidade. O Campus Luzerna apresentou alvará sanitário, de construção, habite-se de bombeiros, habite-se da prefeitura e alvará de licença para localização e funcionamento 2017, estes que seguem em anexo. Para o Campus Santa Rosa do Sul, obteve-se a informação junto a municipalidade que por estar em área rural não é exigido a aprovação dos projetos na prefeitura. Os projetos preventivos contra incêndios das edificações do Campus foram elaborados e aprovados pelo Corpo de Bombeiros conforme anexo, sendo que o Campus, através do processo 23354.000814/2017-96 está contratando empresa especializada para execução do projeto preventivo de incêndio – PPCI. Após sua efetivação é possível solicitar o habite-se junto ao Corpo de Bombeiros. O Campus São Francisco do Sul tem os projetos de suas edificações aprovados junto ao Corpo de Bombeiros no final de 2016. Estes projetos foram também encaminhados para aprovação junto a Prefeitura Municipal que solicitou a unificação das matrículas. O projeto de unificação já foi elaborado e apresentado, sendo que no momento foi exigido pelo Cartório de Registro de Imóveis do município a baixa de averbações sob condição resolutive. Após a aprovação da unificação de área será possível aprovação dos projetos e solicitação de habite-se das edificações do Campus. O Campus Sombrio está regularizando sua situação dominial. A fase atual é de registro das escrituras dos imóveis do Campus. Os projetos de suas edificações foram aprovados junto ao Corpo de Bombeiros e foi contratado e está em execução a obra de adequação do prédio conforme projeto preventivo de incêndio. Somente ao término destas fases, será possível solicitar habite-se das edificações. Os documentos comprobatórios citados nesta recomendação constam no anexo 12.

Posicionamento da CGU em 25/04/2017: Reiteração

Esta recomendação foi emitida dentro do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201503691 referente a Prestação de Contas do exercício de 2014 do IFC. As contas dos gestores, a que se refere este Relatório, foram julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), como regulares com ressalvas, conforme Acordão de Relação nº 4884/2016 – 1ª Câmara, de 26 de julho de 2016, sendo emitidas diversas recomendações e determinações, acatando-se os apontamentos efetuados pela CGU-R/SC: Dentre as

determinações do TCU constou a seguinte: “[...] 1.7. determinar ao Instituto Federal Catarinense, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, a adoção das medidas adiante alvitadas: [...] 1.7.5.2. ultimar, em até 90 (noventa) dias, os esforços de obtenção do ‘habite-se’ das edificações dos seguintes campi: Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Luzerna, Santa Rosa do Sul, São Francisco do Sul e Sombrio;” Apesar do TCU estabelecer um prazo de 90 (noventa) dias para regularização da situação dos “habite-se” dos imóveis do IFC, até a realização desta análise os Dirigentes não apresentaram novas informações que indiquem o cumprimento da determinação. Nas informações prestadas por ocasião do envio do Plano de Providências Permanente (PPP) do IFC, em março de 2016, portanto, antes do julgamento do TCU, as informações demonstram que a Unidade ainda não havia concluído os processos de regularização dos imóveis e obtenção dos habite-se. Assim, a recomendação deve ser reiterada com prorrogação do prazo de cumprimento, para que se oportunize a apresentação das medidas efetivadas até a presente data, .

Recomendação 143692:

Realizar os registros contábeis dos imóveis dos campi no ativo imobilizado e no SPIUnet de forma individualizada.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 07/07/2017

Último Histórico

Manifestação do Gestor em 01/09/2017: Encaminhamento de providências

O Departamento de Engenharia e Planejamento (DEP) está realizando a reavaliação dos bens imóveis, e os novos valores estão sendo atualizados no sistema SPIUnet e a contabilização dos imóveis registradas no sistema SIAFI. Foi enviado aos campi, através de memorando eletrônico 02/2017 e 08/2017 (em anexo) solicitando que cada campi faça o levantamento e conferência das áreas cadastradas (imóveis, terrenos, prédios, etc...) e registros nos sistemas respectivos. O memorando eletrônico 11/2017, de 10/08/2017 (em anexo), emitido pelo DEP, elenca todos os procedimentos que estão sendo adotados para regularização dos imóveis no âmbito do IFC. Os documentos comprobatórios encontram-se no anexo 13.

Posicionamento da CGU em 25/04/2017: Prorrogação de prazo de atendimento

Embora esta recomendação não tenha sido admitida pelo TCU ao julgar as Contas do IFC do exercício de 2014, conforme Acórdão nº 4884/2016 - 1ª Câmara, de 26 de julho de 2016, a fidedignidade dos registros exige a adoção das medidas visando o adequado registro e suas atualizações. Considerando-se a manifestação apresentada pelo IFC por ocasião da apresentação do seu Plano de Providências Permanente (PPP), em março de 2016, informando da criação de Grupo de Trabalho destinado a avaliar a viabilidade de implementação da recomendação e de propor normatização para a realização dos registros patrimoniais de bens imóveis, os anexos enviados como evidência demonstram apenas o início das atividades, sem que tenham sido apresentados os normativos aprovados. Quanto aos comprovantes de registro no SpiuNet e contabilização dos imóveis somente em relação ao Campi IFC de São Francisco do Sul houve a comprovação de atualização no referido sistema e na contabilidade da Unidade. Quanto aos demais Campi, somente foram apresentados os registros de atualização dos imóveis no Spiunet, mas não os registros contábeis patrimoniais. Assim, a recomendação foi atendida parcialmente, ante a ausência de comprovação da regularização contábil dos registros de todos os imóveis de forma individualizada. Deve o IFC apresentar novas informações quanto a implementação das medidas recomendadas, que se oportuniza com a prorrogação do prazo de implementação, o que será objeto de nova avaliação.

8.3 - MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

O IFC não possui setor dedicado somente a apurar responsabilidades por dano ao Erário. No caso da Corregedoria, que possui dentre as suas atividades, regimentalmente estabelecidas, àquelas relacionadas as atividades de prevenção, detecção e apuração de possíveis irregularidades disciplinares e administrativas de servidores públicos e pessoas jurídicas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC, devendo exercê-las com base na lei, com autonomia e independência, observando a atuação dos servidores integrantes de seu quadro por padrões éticos de imparcialidade, isenção, integridade moral e honestidade. Parágrafo único.

A Corregedoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC, como Unidade Seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, deverá seguir as orientações normativas do Órgão Central do Sistema de Correição, qual seja, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU.

Assim, os processos relacionados a responsabilização por dano ao Erário são conduzidos tanto pela Reitoria (Corregedoria, Diretoria de Gestão de Pessoas, PROAD/DAP), como pelos Campi do IFC, principalmente os relacionados a danos ao patrimônio público, cujos valores se encontram nos critérios de dispensa de licitação (art. 24, inciso II, Lei nº 8.666/1993) na qual é adotado o Termo Circunstanciado Administrativo – TCA (IN CGU nº 004/2009).

Quadro 135: Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

PROCESSO	TIPO	ASSUNTO	INSTAURAÇÃO	CONCLUSÃO	RESULTADO
23348.000951/2016-29 Reitoria	Sindicância	Apuração de Responsabilidades Danos a Veículo Oficial.	28/06/2016	30/08/2017	Ressarcimento. Arquivado
23348.003198/2017-12 Campus Blumenau	PAD	Apura Desaparecimento de Bem durante transferência entre Campus – Resultado de Sindicância	19/05/2017	21/09/2017	Arquivado
23348.000292/2016-21 Campus Fraiburgo	Sindicância	Danos a Bens Públicos Devido A Incêndio no Campus	07/03/2016	26/10/2017	Aberto Processo Resp.PJ 8.666/93 Arquivado
23348.001931/2017-56 Campus Santa Rosa Sul	PAD	Apurar os fatos relacionados à compra de combustível não autorizado – Resultado de Sindicância	02/05/2017	07/11/2017	Suspensão 90 dias sem conversão em multa
23473.000161/2016-16 Campus Blumenau 23473.000162/2016-52(apenso) 23473.000663/2016-39 (apenso)	PAD	Aquisição de Bens acima do valor Estimado	17/10/2016	Comissão Concluiu em 07/06/2017	Em Andamento Parecer PROJUR/IFC solicita Avaliação por Comissão Análise Técnica. Já constituída

8.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

A unidade respeita o cronograma de pagamentos na forma do art. 5º da Lei nº 8.666/1993? Em caso negativo, qual a justificativa?

Resposta: SIM

A unidade tem regulamento próprio de licitações e contratações, com procedimentos definidos para o cumprimento da ordem de pagamentos? Em caso positivo, indique a URL de acesso ao regulamento.

Resposta: No exercício de 2017, com a entrada em vigor da IN 02/2016 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o IFC publicou critérios de ordem cronológica e exigibilidade de pagamentos, disponível no link <http://ifc.edu.br/acesso-a-informacao/>

A unidade possui regulamento prevendo razões de interesse público que motivem exceção à ordem cronológica de pagamento? Em caso positivo, indique a URL de acesso ao regulamento. –

Resposta: Não há regulamento próprio, porém são utilizadas as exceções previstas na IN 02/2016-MPOG.

Há controle instituído para garantir o cumprimento do cronograma determinado pela Lei?

Resposta: São realizados controles internos por meio de planilhas, registrando a ordem cronológica da exigibilidade de pagamento.

8.5 - INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

No exercício de 2017, não foram adotadas medidas de revisão dos contratos em relação à desoneração da folha de pagamento.

8.6 – INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE

No que diz que respeito às modalidades de publicidade contempladas por este Relatório de Gestão, o Instituto Federal Catarinense (IFC) mantém contratos de Publicidade Legal com a Imprensa Nacional e a EBC, com vistas a publicizar balanços, atas, editais, decisões, avisos e outras informações similares, e, por conseguinte, atender às prescrições legais e materializar suas publicações oficiais. Além disso, no ano de 2016, foi firmado um contrato com a Foco Propaganda Ltda, por meio de processo licitatório para a contratação de agência de publicidade, possibilitado pela modalidade de publicidade denominada Publicidade de Utilidade Pública, com o objetivo de informar a população sobre as principais formas de ingresso no IFC. Em 2017, o contrato foi prorrogado através da assinatura de um termo aditivo.

O referido investimento destinado às ações de publicidade e propaganda contemplou a divulgação dos principais processos seletivos do IFC – Exame de Classificação, que oferta as vagas para os cursos técnicos integrados ao ensino médio, e sorteio das vagas para os cursos técnicos concomitantes e subsequentes ao ensino médio – e das vagas para os cursos superiores da instituição.

As peças foram veiculadas ao longo do estado de Santa Catarina, priorizando as cidades que têm um *campus* do IFC instalado em seu território. O investimento em mídia paga foi distribuído entre mídia exterior e peças eletrônicas, tendo como resultado os seguintes materiais de divulgação: outdoor, VT de 30 segundos, audiovisual de 5 minutos e *spot* de 30 segundos. Além disso, foram impulsionadas publicações de peças veiculadas no *Facebook*.

Relativamente aos resultados das ações propostas e realizadas para divulgação dos principais processos seletivos do IFC, algumas formas de divulgação não são possíveis de mensurar,

como, por exemplo, o número de pessoas alcançadas com a exposição de um *outdoor*. Da mesma maneira, não está disponível a audiência das emissoras de TV e rádio escolhidas para veiculação das propagandas. Dessa forma, certifica-se que a escolha das emissoras e dos pontos de fixação da mídia externa aconteceu sempre de forma que se privilegiasse o maior alcance e número de visualizações pelo público. Já as veiculações no *Facebook*, possíveis de mensuração, demonstram um positivo retorno e grande alcance, conforme é possível acompanhar em alguns exemplos abaixo:

IFC - Instituto Federal Catarinense
 Publicado por Lupércia Colossi Dal Piaç [?] · 2 de agosto de 2017 ·

O IFC é para todos. Venha fazer um **CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO!** As inscrições vão até 11 de setembro!

Para se inscrever, você pode acessar:
<http://seletivo-2018-1-integrado.ifc.edu.br/inscricao>
 ... Ver mais



00:31

Obtenha mais curtidas, comentários e compartilhamentos
 Impulsione esta publicação por R\$ 3 para alcançar até 1.300 pessoas.

197.809 pessoas alcançadas **Impulsionar publicação**

1,2 mil 211 comentários
913 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

Desempenho da sua publicação

197.809 Pessoas alcançadas

63.050 Visualizações do vídeo

5.215 Reações, comentários e compartilhamentos

3.306 Curtir	1.081 Na publicação	2.225 Em compartilhamentos
283 Amei	113 Na publicação	170 Em compartilhamentos
32 Haha	7 Na publicação	25 Em compartilhamentos
32 Uau	11 Na publicação	21 Em compartilhamentos
9 Triste	2 Na publicação	7 Em compartilhamentos
7 Grr	3 Na publicação	4 Em compartilhamentos
589 Comentários	361 Em uma publicação	228 Em compartilhamentos
965 Compartilhamentos	913 De uma publicação	52 Em compartilhamentos

IFC - Instituto Federal Catarinense
25 de julho de 2017 · 🌐

Não perca a chance de fazer um CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO do IFC!
As inscrições vão até 11 de setembro 🇧🇷 📧 e você pode se inscrever acessando:
<http://seletivo-2018-1-integrado.ifc.edu.br/inscricao>
São muitas opções de cursos gratuitos, escolha o seu: ingresso.ifc.edu.br
#IFCparaTODOS



ingresso.ifc.edu.br

IFC para todos
INSTITUTO FEDERAL Catarinense

👤 104.031 pessoas alcançadas [Impulsionar publicação](#)

Desempenho da sua publicação

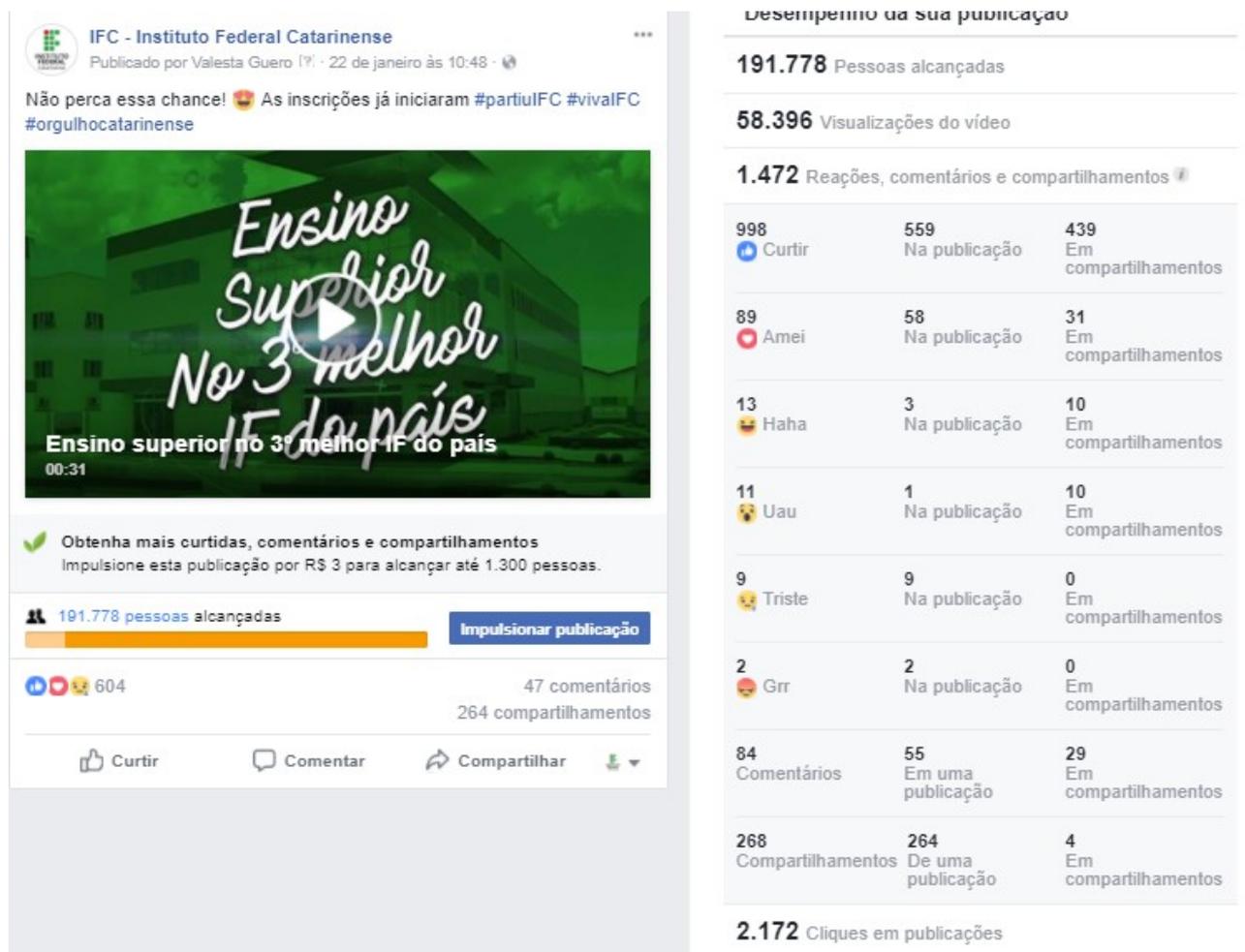
104.031 Pessoas alcançadas

3.312 Reações, comentários e compartilhamentos 🗨️

2.158 👍 Curtir	1.129 Na publicação	1.029 Em compartilhamentos
154 ❤️ Amei	78 Na publicação	76 Em compartilhamentos
36 😂 Haha	15 Na publicação	21 Em compartilhamentos
10 😱 Uau	4 Na publicação	6 Em compartilhamentos
8 😞 Triste	2 Na publicação	6 Em compartilhamentos
2 😡 Grr	0 Na publicação	2 Em compartilhamentos
404 Comentários	280 Em uma publicação	124 Em compartilhamentos
543 Compartilhamentos	514 De uma publicação	29 Em compartilhamentos

4.939 Cliques em publicações

1.448 Visualizações da foto	1.072 Cliques no link	2.419 Outros cliques 🗨️
---------------------------------------	---------------------------------	-----------------------------------



Com relação a outras formas de divulgação, a Coordenação-Geral de Comunicação, em conjunto com os representantes de Comunicação dos *campi* do IFC, construíram, ao longo da existência da instituição, uma estratégia de comunicação que se propõe a dar ainda mais visibilidade aos processos seletivos e fortalecer a marca perante o público interno e externo, por meio da produção de materiais gráficos, impressos e digitais, a partir dos quais a divulgação do Instituto pode ser realizada. A prática, entretanto, não é classificada de acordo com as espécies de publicidade descritas no Decreto nº 6.555/2008, configurando apenas reforços de divulgação e padronização da identidade visual do IFC, cujos gastos não serão descritos neste relatório.

A seguir, apresentam-se os quantitativos, conforme informados pela Pró-Reitoria de Administração do IFC, dos gastos com Publicidade Legal e Publicidade de Utilidade Pública.

Quadro 136: Resumo das despesas de ações de publicidade por unidade institucional

Campus Araquari			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	2080.20RL.26422.0042	10.622,36	-
Campus Blumenau			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos

Publicidade Legal	2080.20RL.26422.0042	10.622,36	-
Campus Brusque			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	2080.20RL.26422.0042	8.742,28	7.632,24
Campus Camboriú			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	--	--	--
Campus Fraiburgo			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	--	--	--
Campus Ibirama			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	2080.20RL.26422.0042	11.729,00	6.497,80
Campus Luzerna			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	2080.20RL.26422.0042	29.296,55	20.435,04
Campus Rio do Sul			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	2080.20RL.26422.0042	8.916,92	2.269,86
Campus Santa Rosa do Sul e Campus Avançado Sombrio			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	2080.20RL.26422.0042	16.500,00	9.150,31
Campus São Bento do Sul			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	--	--	--
Campus São Francisco do Sul			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	2080.20RL.26422.0042	5.500,00	4.328,24
Campus Videira			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Publicidade Legal	--	--	--
Reitoria e Campus Avançado Abelardo Luz			
Caracterização da despesa	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos

Publicidade Legal	2080.20RL.26422.0042	810.300,66	698.368,05
Publicidade de Utilidade Pública	2080.20RL.26422.0042	130.000,00	79.223,48

8.7 – DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005

A Língua Brasileira de Sinais – Libras, é disciplina curricular obrigatória em todos os cursos de Licenciaturas do IFC, atendendo a Resolução CNE N. 2 de 01 de julho de 2015. Com base nesta Resolução, foi instituída a Portaria Normativa/IFC n. 009 de 03 de novembro de 2016, art. 9º que assim normatiza:

“Deverá ser garantido o Eixo Pedagógico Obrigatório, explicitado em todos os PPCs dos cursos de licenciaturas, com disciplinas de dimensão e fundamentos pedagógicos comuns a todos os cursos de licenciatura [...]”.

§3º “Além dos componentes curriculares do Eixo Pedagógico Obrigatório, serão mantidas as disciplinas de **Libras** (60h) e Leitura e Produção de Texto (30h) em todos os cursos de Licenciaturas do IFC”.

Nestes termos, o quadro abaixo sistematiza e reafirma esta ação:

Quadro 137: Demonstrativo de atendimento ao Decreto 5.626/2005

Cursos de Graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso E-Mec	Município/Campus	Atend. ao Art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação da Matriz Curricular no site institucional *
Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo	1125948	Abelardo Luz	Sim	Curso em trâmite de aprovação. Será feita a publicação ao longo do primeiro semestre.
Licenciatura em Ciências Agrícolas	1102784	Araquari	Sim	http://lica.arauari.ifc.edu.br/
Licenciatura em Química	1125948			http://liqui.arauari.ifc.edu.br/
Licenciatura em Pedagogia	1307282	Blumenau	Sim	http://blumenau.ifc.edu.br/pedagogia/
Licenciatura em Química	1419756	Brusque	Sim	Curso em trâmite de aprovação. Será feita a publicação ao longo do primeiro semestre.
Licenciatura em Matemática	1103025	Camboriú	Sim	https://matifccamboriu.wordpress.com/documentos-do-curso/ e http://www.camboriu.ifc.edu.br/cursos-superiores/licenciatura-em-matematica/
Licenciatura em Pedagogia	1125934			http://www.camboriu.ifc.edu.br/cursos-superiores/licenciatura-em-pedagogia/

Licenciatura em Matemática	em	1103031	Concórdia	Sim	http://licenciatura-matematica.concordia.ifc.edu.br/
Licenciatura em Física	em	1125947	Concórdia	Sim	http://licenciatura-fisica.concordia.ifc.edu.br/
Licenciatura em Matemática	em	1102795	Rio do Sul	Sim	http://matematica.ifc-riodosul.edu.br/
Licenciatura em Física	em	1125919			http://fisica.ifc-riodosul.edu.br/
Licenciatura em Pedagogia	em	1330648			http://pedagogia.ifc-riodosul.edu.br/
Licenciatura em Matemática	em	1103032	Sombrio	Sim	http://matematica.sombrio.ifc.edu.br/
Licenciatura em Pedagogia	em	1179300	Videira	Sim	http://matematica.sombrio.ifc.edu.br/

Informamos ainda que o ato autorizativo e os resultados das avaliações dos cursos do IFC estão disponíveis para consulta no link <https://goo.gl/S3JHiB>

Cabe informar que o projeto pedagógico do curso, publicado no site institucional, informa a Matriz Curricular, critérios de avaliação, infraestrutura e o acervo bibliográfico disponível na biblioteca para utilização dos alunos. A biblioteca do IFC ainda dispõe de um computador onde o aluno pode acessar a página eletrônica dos documentos citados e de site institucional que permite solicitar a reserva de livros e obter informações relacionados aos serviços a sua disposição, site disponível em: <http://biblioteca.ifc.edu.br/>

Documentos relativos a questões pedagógicas podem ser consultados em: <http://ifc.edu.br/proen/documentos-gerais/> e relativos a Programas e Programas estudantis em <http://estudante.ifc.edu.br/>.

A relação dos gestores do IFC pode ser consulta em <http://ifc.edu.br/gestores-ifc/>.

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO 01 RELATÓRIO ANUAL DAS COORDENAÇÕES DE EXTENSÃO DOS CAMPUS

*Os dados abaixo foram informados pelas Coordenações de Extensão dos Campi e pela Pró-reitoria de Extensão

RELATÓRIO ANUAL DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Pró-Reitoria de Extensão Gestão 2017

Campus Avançado Abelardo Luz– IFC

Coordenador de Extensão: Dalila Teles Leão Martins

Portaria nº: 68/2017 (anexar portaria)

Coordenador de Estágios: André Ribeiro da Silva

Portaria nº: 29/2017 (anexar portaria)

Comitê de Extensão de *Campus* - Portaria nº: _____ (anexar portaria)

Publicações relacionadas a Extensão:

Nenhuma

Empreendedorismo:

Convênio com Incubadora (X) Não () Sim - Qual: _____

Estudante ou Servidor Incubado (X) Não () Sim - Quantos: _____ Área: _____

1. Projeto com Fomento Interno [*Campus*]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
015/2017	Educação do Campo	0	0	2	0	50	https://sig.ifc.edu.br/sigaa/extendensao/Atividade/lista.jsf

2. Projeto com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)

3. Projeto com Fomento EXTERNO

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)

4. Projeto Voluntário [sem fomento]

Título do Projeto aprovado	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
IFCine	2	5	0	100	

5. Projetos Culturais – Com fomento ou Voluntários

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)

6. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Campus]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
1º Encontro Regional de Educação do IFC Abelardo Luz	0	6	10	0	77	0	77
1ª Feira de Troca de Sementes Crioulas do IFC Abelardo Luz	0	10	6	2	50	0	-

7. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
III Seminário de Educação do Campo	0	24	17	3	140	36	150

8. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento EXTERNO

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados

9. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO sem Fomento

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados

10. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos com Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)	Agência fomentadora (Campus / PROEX / outros)

11. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos sem Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)

12. Estágio e emprego [oportunidade]

Curso	Eixo Tecnológico / área do Conhecimento	Número de estudantes encaminhados para estágio	Número de estudantes encaminhados para emprego	Número de servidores docentes (orientadores)	Número de ofertas anuais de estágio	Número de ofertas anuais de emprego
Técnico em Agropecuária	Recursos Naturais	3	-	2	-	-

13. Prestação de Serviços

Empresa envolvida	Objetivo da Prestação de Serviço	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de comunidades atendidas

14. Cursos de Extensão

Nome do Curso	Coordenador do Curso	Carga Horária do Curso	Número de servidores envolvidos Docentes e TAEs	Número de estudantes envolvidos (bolsistas ou voluntários)	Número de Inscritos no Curso	Número de Certificados emitidos

15. Outras Ações de Extensão

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes

16. EGRESSOS

Curso	Número de egressos - Ensino médio integrado 2017	Número de egressos - Subsequente e Concomitante 2017/1 - 2017/2	Número de egressos - Graduação e Tecnólogo 2017/1 - 2017/2	Número de egressos - Pós-graduação 2017/1 - 2017/2	Número de alunos que finalizaram o ensino médio (integrado, subsequente e concomitante) no IFC e permaneceram para cursar Graduação ou Tecnólogo	Número de alunos que finalizaram o tecnólogo ou graduação no IFC e permaneceram para cursar Pós-Graduação	Número de alunos que verticalizaram o ensino (identificado por eixo tecnológico)
		/ 08	/	/			
		/	/	/			

RELATÓRIO ANUAL DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Pró-Reitoria de Extensão

Gestão 2017

Campus Araquari – IFC

Coordenador Substituto de Extensão (em exercício):
Coordenador de Extensão: Katia Hardt Siewert
Coordenador de Estágios: Joverci Antônio Pocera

Portaria nº 303/2017 – DOU 09/10/2107
Portaria nº: 44/2016 – DOU 01/02/2016
Portaria nº: 109/2013 – DOU 18/03/2013

Comitê de Extensão de *Campus*:

Portarias nº: 228/2017

Membro	E-mail:
Fernanda Witt Cidade	fernanda.cidade@ifc.edu.br
Katia Hardt Siewert	katia.siewert@ifc.edu.br
Grasiela Voss	grasiela.voss@ifc.edu.br
Artur de Lima Preto	artur.preto@ifc.edu.br
Marilândes Mol Ribeiro de Melo	marilandes.melo@ifc.edu.br
Juahil Martins de Oliveira Junior	juahil.oliveira@ifc.edu.br
Joverci Antonio Pocera	pocera@ifc.edu.br
Juliana de Souza	juliana@ifc.edu.br
Otavio Patricio Netto	otavionetto@ifc.edu.br
José Luiz Nogueira	jose.nogueira@ifc.edu.br
Rodrigo Martins Monzani	rodrigo.monzani@ifc.edu.br
Tânia Maria Tonial	tania.tonial@ifc.edu.br
Adamo dal Berto	adamo.berito@ifc.edu.br
Júlio Lopes da Silva Júnior	julio.junior@ifc.edu.br
Joelmir José Lopes	joelmir.lopes@ifc.edu.br
Kristian Vicente	Kristian.vicente@ifc.edu.br
Bruno Alcimar Dranka	bruno.dranka@ifc-araquari.edu.br
Tchalata Françoise Stingen	tchalata@gmail.com

Publicações relacionadas a Extensão
(livros, revistas, artigos)

Empreendedorismo

Convênio com Incubadora () Não () Sim - Qual: _____
Estudante ou Servidor Incubado () Não () Sim - Quantos: _____ Área: _____

1. Projeto com Fomento Interno [Campus]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas das comunidades atendidas	Informação sobre publicação e Resultados
14/2016	Projeto de Apoio, Organização e Formação de Docentes e Estudantes para Feiras de Matemática (Prof. Katia H. Siewert)	01	--	10	--	Até o momento 12 professores certificados	Projeto trabalhado no ano de 2015, com adequação para a formação docente. Já foi realizado neste ano de 2016 formação em Joinville, certificando 12 professores com 20 horas. Houve a inclusão de duas professoras do Campus São Bento do Sul, aumentando a área de abrangência da formação. (Apenas Bolsa – mod. BET); TEIXEIRA, L.G.D.; GUTTSCHOW, G.G, SIEWERT, K.H. Projeto de Apoio, Organização e Formação de Docentes e Estudantes para Feiras de Matemática. In: Anais da X Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar (MICTI). Anais...Comboriu (SC), 2017. TEIXEIRA, L.G.D.; GUTTSCHOW, G.G, SIEWERT, K.H. Projeto de Apoio, Organização e Formação de Docentes e Estudantes para Feiras de Matemática. . In: Anais da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais...Araquari(SC) IFC, 2017.
14/2016	Viagem pelo Céu: uso da Astronomia no saber científico na Educação Infantil e Séries Iniciais (Prof. Grasiela Voss)	01	--	04 IFC + 04 externos	--	Até o momento 05 turmas de alunos – 130 alunos	Projeto aplicado desde 2012 e cada ano com atividades diferenciadas. No ano de 2016 a coordenadora foi convidada a apresentar oficina na Semana Tecnológica do Campus São Francisco do Sul atingindo 33 professores de séries iniciais. MACHADO, J.M.O; DESTEFANI, L; VOSS, G. Viagem pelo Céu: uso da Astronomia no saber científico na Educação Infantil e Séries Iniciais. In: Anais da X Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar (MICTI). Anais...Comboriu (SC), 2017. MACHADO, J.M.O; DESTEFANI, L; VOSS, G.; RAMPELOTTI, P. Viagem pelo Céu: uso da Astronomia no saber científico na Educação Infantil e Séries Iniciais. In: Anais da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais...Araquari(SC) IFC, 2017. (Bolsa – mod. BET e Fomento).
14/2016	Informática para Crianças e Jovens Carentes de Araquari (Prof. Emerson Cidral)	01	--	01	--	Estima-se atender 120 crianças e jovens	Relatório pendente. (Apenas Bolsa – mod. BET)
14/2016	Práticas e processos: arte, vida e cidade (Prof. Alessandra Klug)	01	09 IFC + 06 externos	01	03	50 pessoas até o momento	KLUG, A. Práticas e processos: arte, vida e cidade.. In: Anais da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais...Araquari(SC) IFC, 2017. D'Aguiar, E. C. & KLUG, A. A vivência de um coletivo de artes na perspectiva de uma bolsista de extensão In: Anais da X Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica

							Interdisciplinar (MICTI). Anais...Comboriu (SC), 2017. (Bolsa – mod. BET e Fomento)
14/2016	Movimento pela Interação Animal (MIA) – TAA e AAA com pacientes hospitalizados e residentes de lar par idosos (Prof. Marlise P. Claus)	01	11	03 IFC + 01 externo	--	Iniciado	O projeto ocorre no Hospital Infantil de Joinville e no lar de Idosos de São Francisco do Sul com encontros quinzenais. No Hospital depende da ala que é atendida, tendo ápice de atendimento de 10 a 15 crianças. Já no lar de Idosos, em eventos festivos reúnem-se de 25 a 30 idosos, enquanto que quinzenalmente são duas. Apresentação no 35º SEURS, 2017. (Bolsa – mod. BEG e Fomento)
14/2016	Super Ação (Prof. Roberto D. de Souza)	01	08	04	01 IFC + 03 externos	Iniciado	Resultados apresentados: SANTOS, S. R. & DOMBROSKI, R. Projeto de Extensão Super Ação. .. In: Anais da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais...Araquari(SC) IFC, 2017. SANTOS, S. R. & DOMBROSKI, R. Projeto de Extensão Super Ação. Anais da X Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar (MICTI). Anais...Comboriu (SC), 2017. (Apenas Bolsa – mod. BEG)
14/2016	CAVALARIA DE IDEIAS: Aprendendo sobre Cavalos, Médicos Veterinários e Policiais Militares Montados (Prof. Bethânia R. Medeiros)	01	26	02	02 externos	Estima-se atender 150 estudantes	Resultados apresentados: LEMFERS, T.R.; MATTOS, E.; FLORES, A. C.; ALVES, J. A.; MEDEIROS, B. R. CAVALARIA DE IDEIAS: Aprendendo sobre Cavalos, Médicos Veterinários e Policiais Militares Montados. In: Anais da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais...Araquari(SC) IFC, 2017. LEMFERS, T.R.; MATTOS, E.; FLORES, A. C.; ALVES, J. A.; MEDEIROS, B. R. CAVALARIA DE IDEIAS: Aprendendo sobre Cavalos, Médicos Veterinários e Policiais Militares Montados. Anais da X Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar (MICTI). Anais...Comboriu (SC), 2017. (Bolsa – mod. BEG e Fomento)
14/2016	Difundir tecnologia através da assistência técnica em produção, nutrição, sanidade, reprodução e gestão de sistemas pecuários (Prof. Elizabeth Schwegler)	01	04	08	01	Iniciado	CARDOSO, S. K. S.; BARTH, A. B.; BORSTNEZ, K. K.; PHILIPPE, M. G.; SALLES, M. C.; BORGES, V. E.; MOREIRA, F.; BIANCHI, I.; SCHWEGLER, E. In: Anais da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais...Araquari(SC) IFC, 2017. (Bolsa – mod. BEG e Fomento)
14/2016	Elaboração de material informativo sobre as Boas Práticas de Alimentação (BPA) para a utilização em serviços de alimentação (restaurantes e lanchonetes) na região de Araquari (Prof. Paula Vergara)	01	01	03	--	Iniciado	RODRIGUEZ, T.J.; NUNES, O.V.C; SILVA, A.F.; LENOCH, C.Y.; VERGARA, P.; CAMINOTTO, E.L. Elaboração de material informativo sobre as Boas Práticas de Alimentação (BPA) para a utilização em serviços de alimentação (restaurantes e lanchonetes) na região de Araquari. In: Anais da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais...Araquari(SC) IFC, 2017. (Apenas Bolsa – mod. BEG).

14/2016	Banco de Registros de Indicadores da Criança e do Adolescente da Região AMUNESC. Brincar-AMUNESC (Prof. Casemiro J. Mota)	01	--	04	--	Iniciado	Projeto Cancelado (Apenas Bolsa – mod. BEG)
14/2016	Médicos Veterinários Clínicos de Pequenos Animais em Joinville e as Zoonoses – Identificando-se ao Conceito <i>One Health</i> (Prof. Deolinda Carneiro)	01	--	02	--	Iniciado	ARCARI, J.L.; MATOS JUNIOR, J.; CARNEIRO, D.M.V.F.. Médicos Veterinários Clínicos de Pequenos Animais em Joinville e as Zoonoses – Identificando-se ao Conceito <i>One Health</i> . In: <i>Anais da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais...Araquari(SC) IFC, 2017.</i> (Apenas Bolsa – mod. BEG)

2. Projeto com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas das comunidades atendidas	Informação sobre publicação e Resultados
079/2016	Hidrolato de Curcuma longa como fitoterápico para tilapicultura (Prof. Adolfo Jatobá)	03	--	01 IFC + 03 externos	--	Iniciado	Não informado pelo Coordenador.
162/2016	Efeito do treinamento físico no sistema cardiovascular de cães-guia através da monitorização eletrocardiográfica ambulatorial ao longo de 24 horas (Prof. Matheus F. Silveira)	02	09	03	--	Estima-se 15 externos + 20 internos	Não informado pelo Coordenador. PJ028-2016 (01/11/16 a 31/10/17) Orçamento R\$ 7.880,73
162/2016	Bem estar animal na prática do Tiro de Laço (Prof. Bethânia da R. Medeiros)	02	--	03	--	Estima-se 300 externos + 30 internos	Ainda sem resultados publicados. PJ029-2016 (01/11/16 a 31/10/17) Orçamento R\$ 7.614,00
162/2016	Levantamento sorológico de Borrelia sp e Dirofilaria immitis em cães domiciliados de Joinville e a conscientização dos profissionais da saúde sobre sua prevenção e diagnóstico (Prof. Viviane Milczewski)	02	--	01 IFC + 01 externo	--	Estima-se 150 externos + 300 internos	Não informado pelo Coordenador. PJ026-2016 (01/11/16 a 31/10/17) Orçamento R\$ 7.800,00
162/2016	Acadêmicos de Medicina Veterinária do IFC Araquari: uma reflexão prática com crianças de ensino fundamental e seus animais de estimação, acerca dos temas Bem-Estar Animal, Zoonoses e Saúde Pública (Prof. Deolinda Carneiro)	02	05	04	--	Estima-se 240 externos + 218 internos	ARCARI, J.L.; BELLO, B.S.; RUSSO, S.; BAKO, E.M.; RIBEIRO, M.M.; CARNEIRO, D. Educação, prevenção e saúde: como trabalhar o tema "leptospirose" no ensino fundamental. In: Anais da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais...Araquari(SC) IFC, 2017. PJ007-2016 (01/11/16 a 31/10/17) CLARO, N.F.B.; NOGUEIRA, C.G.; FLORÊNCIO, J.P.C.; PEREIRA, T.T.; CARNEIRO, D. A relevância do morcego na raiva e a saúde única: uma abordagem lúdica com crianças do ensino fundamental. In: Anais da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais...Araquari(SC) IFC, 2017. NOGUEIRA, C.G.; BELINI, N.F.; FLORÊNCIO, J.P.C.; PEREIRA, T.T.; CARNEIRO, D. A importância do roedor como reservatório da leptospirose: uma abordagem lúdica com crianças do ensino fundamental. In: Anais da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais...Araquari(SC) IFC, 2017. Orçamento R\$ 7.865,35
162/2016	Ações integradas de pesquisa e extensão em segurança alimentar na área de carnes e	02	03	02	--	Estima-se 50 externos + 200	CAMARGO, K.S.; HORVATH, R.; HARO, G.A.R.;

	derivados na região de Joinville-SC e Araquari-SC (Prof. Eriane Caminotto)					internos	<p>MURASAKI, J. REIS, M.O.; CAMINOTTO, E.L. Ações de extensão em segurança alimentar na área de carnes e derivados da região de araquari – sc. Anais da X Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar (MICTI). Anais...Comboriu (SC), 2017.</p> <p>RODRIGUES, T.J.; NUNES, O.V.C.; SILVA, A.F.; LENOCH, C.Y.; VERGARA, P.; CAMINOTTO, E.L. Avaliação do conhecimento dos manipuladores de alimentos e elaboração de material. Informativo sobre as boas práticas de alimentação para a utilização em serviços de alimentação na região de Araquari. <i>In: Anais da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais...Araquari(SC) IFC, 2017.</i></p> <p>NUNES, O.V.; RODRIGUES, T.J.; SILVA, A.F.; LENOCH, C.Y.; VERGARA, P.; CAMINOTTO, E.L. Avaliação das condições higiênico sanitárias de restaurantes e lanchonetes da região de Araquari-sc. <i>In: Anais da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais...Araquari(SC) IFC, 2017.</i></p> <p>2017.pj017-2016</p> <p>(01/11/16 a 31/10/17)</p> <p>Orçamento R\$ 7.863,76</p>
162/2016	Nanomateriais por uma abordagem de química verde: síntese, propriedades e seus impactos no meio ambiente (Prof. Herbert R. Neves)	02	--	02	--	Estima-se 50 externos + 100 internos	<p>Ainda sem resultados publicados.</p> <p>PJ015-2016</p> <p>(01/11/16 a 31/10/17)</p> <p>Orçamento R\$ 7.900,00</p>
162/2016	DESENVOLVIMENTO DA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM TEMPO FIXO (IATF) EM SUÍNOS: IMPACTOS PRODUTIVOS E FINANCEIROS (Prof. Ivan Bianchi)	02	05	09 IFC + 01 externo	01	Estima-se 200 externos + 36 internos	<p>Não informado pelo Coordenador.</p> <p>PJ003-2016</p> <p>(01/11/16 a 31/10/17)</p> <p>Orçamento R\$ 7.860,00</p>
142/2017	RECICLA - RECICLAGEM DE RESÍDUOS COMO COMPLEMENTO DE RENDA EM ARAQUARI	01	0	03	0	17	Não informado pelo Coordenador.
142/2017	UTILIZAÇÃO DA HORTOTERAPIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	01	0	09	0	96	Não informado pelo Coordenador.

3. Projeto com Fomento EXTERNO

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas das comunidades atendidas	Informação sobre publicação e Resultados

4. Projeto Voluntário [sem fomento]

Título do Projeto aprovado	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas das comunidades atendidas	Informação sobre publicação e Resultados
Reposição de mata nativa na vila Antenor - Canal do Linguado	0	1	1		Ainda sem resultados publicados.
Museu e Teatro do GEAS – Araquari: museu de anatomia veterinária e teatro de fantoches itinerantes para a realização de ações de educação ambiental nas escolas do município de Araquari-SC e região	1	1	1		Ainda sem resultados publicados.
Projeto de readequação do site institucional	0	4	0		Ainda sem resultados publicados.

--	--	--	--	--	--	--	--

5. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Campus]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados

6. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
II Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão	0	5	13	2	1527	149	6579

7. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento EXTERNO

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados

7. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos com Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)	Agência fomentadora (Campus / PROEX / outros)
35º SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL - SEURS	0	1	1	0		Proex

8. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos sem Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)

9. Estágio e emprego [oportunidade]

Curso	Eixo Tecnológico / área do Conhecimento	Número de estudantes encaminhados para estágio	Número de estudantes encaminhados para emprego	Número de servidores docentes (orientadores)	Número de ofertas anuais de estágio	Número de ofertas anuais de emprego
1	Curso de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional X	00	00	00	00	00
2	Curso Técnico em Agropecuária	129	12	17	30	15
3	Curso Técnico em Aquicultura	00	00	00	05	01
4	Curso Técnico em Informática	02	02	02	03	02
5	Curso Técnico em Agrimensura	10	08	02	11	10
6	Curso Técnico em Química	00	00	00	05	00

7	Curso Superior Bacharel em Medicina Veterinária	81	03	17	15	05
8	Curso Superior Bacharel em Sistemas de Informação	14	05	04	30	10
9	Curso Superior Licenciatura em Ciências Agrícolas	25	00	03	12	03
10	Curso Superior Química	21	00	09	10	02
	Tecnólogo em Redes de Computadores	05	00	03	15	08
Total		287	30	57	136	56

10. Estágio e emprego [convênios, cooperações técnicas]

<i>Campus</i>	Convênios com organizações do primeiro setor (número) Prefeitura, Governo, etc	Convênios com organizações do segundo setor (número) Empresas Privadas	Convênios com organizações do terceiro setor (número) Empresas sem fins lucrativos	Cooperações técnicas (número)

11. Prestação de Serviços

Empresa envolvida	Objetivo da Prestação de Serviço	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de comunidades atendidas

12. Cursos de Extensão

Nome do Curso	Coordenador do Curso	Carga Horária do Curso	Número de servidores envolvidos	Número de estudantes envolvidos (com ou sem bolsa)	Número de Inscritos no Curso	Número de Certificados emitidos

13. Outras Ações de Extensão

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes

14. EGRESSOS

Curso	Número de egressos - Ensino médio 2016/2017	Número de egressos - Tecnólogo 2017/1 2017/2	Número de egressos - Graduação 2017/1 - 2017/2	Número de egressos - Pós-graduação 2017/1 - 2017/2	Número de alunos que finalizaram o ensino médio no IFC e permaneceram para cursar Graduação ou Tecnólogo	Número de alunos que finalizaram o tecnólogo ou graduação no IFC e permaneceram para cursar Pós-Graduação	Número de alunos que verticalizaram o ensino (identificado por eixo tecnológico)
Técnico em Informática Integrado	57						
Técnico em Agropecuária Integrado	38						
Técnico em Agrimensura subseqüente	08						

Bacharelado em Medicina Veterinária			24/0				
Bacharelado em Sistemas de Informação			07/0				
Licenciatura em Química			06/0				
	103	0/0	37/0	0/0			

RELATÓRIO ANUAL DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Pró-Reitoria de Extensão
Gestão 2017

Campus Blumenau– IFC

Coordenador de Extensão: Péricles Rocha da Silva

Portaria nº: 067/2017 (anexar portaria)

Coordenador de Estágios: Péricles Rocha da Silva

Portaria nº: não existe (anexar portaria)

Comitê de Extensão de *Campus - Blumenau*

Portaria nº: 350/2017 (anexar portaria)

Alexandre da Silva Faria
Simone da Silva
Michele Savaris
Daniel Minuzzi de Souza
Zélio João Borges
André Zuconelli

Péricles Rocha da Silva

Publicações relacionadas a Extensão:

(livros, revistas, artigos) incluir resumo estagiários

Empreendedorismo:

Convênio com Incubadora (___) Não (X) Sim - Qual: Grupo Gene

Estudante ou Servidor Incubado (X) Não (___) Sim - Quantos: _____ Área: _____

1. Projeto com Fomento Interno [*Campus*]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)

2. Projeto com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)

3. Projeto com Fomento EXTERNO

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)

4. Projeto Voluntário [sem fomento]

Título do Projeto aprovado	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
I Semana acadêmica de Pedagogia- Educação: um direito de todos?	5	3			Participaram do evento cerca de 50 inscritos externos ao campus (houve variações no índice de participação nas 3 noites do evento), o que indica termos alcançado o objetivo de divulgar o curso e o IFC. O objetivo de propiciar aos estudantes de Pedagogia, dos cursos de Pósgraduação em educação e aos profissionais da educação atuantes na região da AMMVI, um espaço de reflexão e construção do conhecimento sobre o direito à educação foi atingido, já que as discussões foram profícuas e houve participação ativa em todas as salas ofertadas.
Atletismo no campus Blumenau		1		16	Os principais resultados da atividade de extensão se dão por uma integração do projeto de Atletismo do campus Blumenau com as atividades vivenciadas no Campus Blumenau, de vários aspectos. Realizou-se por vezes o Mini-Atletismo durante o ano de 2016 e 2017. Os alunos participaram dos Jogos do IFC e conseguiram ótimos resultados em 2016 e 2017, como as medalhas de prata e de bronze conquistadas por eles no JIFSUL, em diversas medalhas no JIF de Santa Catarina em 2016 e 2017. Alcançou-se o objetivo enquanto projeto de extensão. Sabe-se que nossa maior limitação é a falta de tempo para os alunos treinarem, e também a falta de um local adequado e de materiais adequados para a prática de Atletismo. Isso foi resolvido em parte com a parceria realizada pelo Sesi.
Formação Continuada sobre Educação Infantil na perspectiva dos direitos da criança	4	5	1		
Fotonarrativa: da imagem ao texto escrito.		4		7	O projeto "Fotonarrativa: da imagem ao texto escrito" teve resultados que foram além do esperado. Estava prevista a discussão de temas dentro do campo fotográfico, produção de fotografias, a escrita e reescrita de textos a partir das imagens e uma exposição das fotografias e dos textos que seriam produzidos. Todas essas metas foram alcançadas com muito êxito. Observou-se uma evolução por parte dos estudantes em relação ao modo de pensar o elemento fotográfico e, também, na forma de olhar um espaço e registrá-lo a partir da linguagem própria da fotografia: as linhas, as texturas, o enquadramento, a composição, as cores, entre outros elementos. Também foi possível perceber o amadurecimento quanto à escrita dos textos, tanto no que diz respeito aos aspectos linguísticos quanto na criatividade. Embora os textos sempre tenham sido escritos com base em alguma tarefa proposta, havia, incluída em cada uma dessas tarefas, um espaço de liberdade de criação por meio da linguagem e das ideias. Nesse sentido, ficou clara a consolidação das relações entre os aspectos teóricos, que foram discutidos, e a prática. A exposição referida acima, prevista nas metas, aconteceu na III MEPEC – Mostra de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cidadania - realizada em setembro de 2017, no campus Blumenau, juntamente com a apresentação do projeto para o público. Nessa ocasião, o projeto "Fotonarrativa: da imagem ao texto escrito" foi indicado pelo campus para participar da X MICTI – Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar - que aconteceu em novembro no campus Camboriú, evento no qual fomos premiados com o 2º lugar na área da Educação. Tal premiação não era esperada, no entanto, nos fez perceber, ainda mais, a importância desse trabalho. Podemos dizer que, de um modo geral, os resultados foram bastante satisfatórios e os participantes realmente puderam adquirir e ampliar conhecimentos que serão úteis em inúmeras situações ao longo da vida escolar, acadêmica, profissional e social.

5. Projetos Culturais – Com fomento ou Voluntários							
Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)

6. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Campus]							
Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes /visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados

7. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]							
Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes /visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
III MEPEC	2	38	7	6	600	88	Aguardando autorização da reitoria para emissão.

8. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento EXTERNO							
Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes /visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados

9. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO sem Fomento							
Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes /visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados

10. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos com Fomento						
Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)	Agência fomentadora (Campus / PROEX / outros)
X MICTI – Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar		1	1		POTENCIAL DO FRAGMENTO FLORESTAL DO IFC – CAMPUS BLUMENAU PARA ATIVIDADES INCLUSIVAS COM DEFICIENTES VISUAIS.	PROEX
X MICTI – Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar		1	1		MOBILIDADE E ENSINO-APRENDIZAGEM DE INGLÊS NA REDE FEDERAL DE ENSINO	PROEX
X MICTI – Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar		1	1		O DOCENTE DE LETRAS NA ERA TECNOLÓGICA: UM OLHAR SOBRE O USO DA TECNOLOGIA PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE INGLÊS NO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS BLUMENAUENSES	PROEX
X MICTI – Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar		1	1		O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL À INFÂNCIA EM	PROEX

					BLUMENAU: UM ESTUDO SOBRE A HETEROGENEIDADE DE DAS CRIANÇAS TEMPORARIAMENTE AFASTADAS DO CONVÍVIO FAMILIAR E COMUNITÁRIO	
X MICTI – Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar		1	1		FOTONARRATIVA: da imagem ao texto escrito	PROEX
XXXIII Feira regional de matemática, Blumenau/SC		2	1		A MATEMÁTICA QUE ENCANTA NUM REINO ENCANTADO	Outros
XXXIII Feira regional de matemática, Blumenau/SC		2	1		ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA: ESPAÇO E TEMPO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	Outros
XXXIII Feira regional de matemática, Blumenau/SC		2	1		POLINÔMIOS: DEFININDO TRAJETÓRIAS EM UM PLANO CARTESIANO	Outros
XXXIII Feira regional de matemática, Blumenau/SC		2	1		CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ISSO TAMBÉM É COISA DE MULHER	Outros
XXXIII Feira regional de matemática, Blumenau/SC		2	1		CONTRIBUIÇÕES MATEMÁTICAS E COMPUTACIONAIS DE ADA LOVELACE PARA A MÁQUINA ANALÍTICA	Outros
XXXIII Feira regional de matemática, Blumenau/SC		2	1		ESTUDANDO PROBABILIDADE COM CARTAS	Outros

11. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos sem Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)

12. Estágio e emprego [oportunidade]

Curso	Eixo Tecnológico / área do Conhecimento	Número de estudantes encaminhados para estágio	Número de estudantes encaminhados para emprego	Número de servidores docentes (orientadores)	Número de ofertas anuais de estágio	Número de ofertas anuais de emprego
Pedagogia					8	2
Eletromecânica						8
Mecânica					3	
TADS					5	6
Informática					6	

13. Prestação de Serviços

Empresa envolvida	Objetivo da Prestação de Serviço	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de comunidades atendidas

15. Outras Ações de Extensão

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes

RELATÓRIO ANUAL DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Pró-Reitoria de Extensão
Gestão 2017

Campus BRUSQUE– IFC

Coordenador de Extensão: Jéssyca Finantes do Carmo Bózio Cipriano - Portaria nº: 040/2017 (13/03/2017)

Coordenador de Estágios: Portaria nº: 040/2017 (13/03/2017)

Comitê de Extensão de *Campus*: Portaria nº: 096/2017 (20/04/2017)

Publicações relacionadas a Extensão:

Artigo: **A IMPORTÂNCIA DOS CINECLUBES NO ESPAÇO ESCOLAR: uma reflexão a partir do projeto de extensão Cine Cuca IFC –Campus Brusque** (Alunos: Erick Luiz Bertolini; Gabriel Lübke; orientadora: Fernanda Marcon.

Empreendedorismo:

Convênio com Incubadora (X) Não () Sim - Qual: _____

Estudante ou Servidor Incubado (X) Não () Sim - Quantos: _____ Área: _____

1. Projeto com Fomento Interno [*Campus*]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
**							

2. Projeto com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
142/2017	Cine Cuca IFC	2	0	1	0	50	http://eventos.ifc.edu.br/micti/

3. Projeto com Fomento EXTERNO

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
**							

4. Projeto Voluntário [sem fomento]

Título do Projeto aprovado	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
Site de Conscientização Lixo Eletrônico	1	2	1	140	**
ReuseTech - Conscientização ambiental sobre reutilização de equipamentos de informática	5	2	2	600	**

5. Projetos Culturais – Com fomento ou Voluntários

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
**							

6. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Campus]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
**							

7. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
**							

8. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento EXTERNO

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
**							

9. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO sem Fomento

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
III Semana Acadêmica de Informática	0	20	10	3	4	12	130

10. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos com Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)	Agência fomentadora (Campus / PROEX / outros)
X Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar (MICTI)	2	0	1	0	A IMPORTÂNCIA DOS CINECLUBES NO ESPAÇO ESCOLAR: uma reflexão a partir do projeto de extensão Cine Cuca IFC –Campus Brusque	PROEX

11. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos sem Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)
**					

12. Estágio e emprego [oportunidade]

Curso	Eixo Tecnológico / área do Conhecimento	Número de estudantes encaminhados para estágio	Número de estudantes encaminhados para emprego	Número de servidores docentes (orientadores)	Número de ofertas anuais de estágio	Número de ofertas anuais de emprego
**						

13. Prestação de Serviços

Empresa envolvida	Objetivo da Prestação de Serviço	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de comunidades atendidas
**						

14. Cursos de Extensão

Nome do Curso	Coordenador do Curso	Carga Horária do Curso	Número de servidores envolvidos Docentes e TAEs	Número de estudantes envolvidos (bolsistas ou voluntários)	Número de Inscrições no Curso	Número de Certificados emitidos
Workshop: conceitos básicos de redes e interconexões	Josiney de Souza	8h	3	2	17	17

15. Outras Ações de Extensão

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes
Festa Julina e 1ª Gincana de Integração Cultural do IFC Brusque Notícia publicada na rádio Cidade: http://rc.am.br/web/noticia/id_47590	0	20	8	4	80

16. EGRESSOS

Curso	Número de egressos - Ensino médio integrado 2017	Número de egressos - Subsequente e Concomitante 2017/1 2017/2	Número de egressos - Graduação e Tecnólogo 2017/1 - 2017/2	Número de egressos - Pós-graduação 2017/1 - 2017/2	Número de alunos que finalizaram o ensino médio (integrado, subsequente e concomitante) no IFC e permaneceram para cursar Graduação ou Tecnólogo	Número de alunos que finalizaram o tecnólogo ou graduação no IFC e permaneceram para cursar Pós-Graduação	Número de alunos que verticalizaram o ensino (identificado por eixo tecnológico)
Subsequente em Química	0	2017/1 = 2 2017/2 = 4	0	0	0	0	0
Concomitante em Informática	0	2017/1 = 0 2017/2 = 0	0	0	0	0	0
		/	/	/			

RELATÓRIO ANUAL DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Pró-Reitoria de Extensão
Gestão 2017

Campus Camboriú– IFC

Coordenador de Extensão: Paulo Fernando Kuss

Portaria nº: 316/GDG/IFC-CAM/2017 (anexar portaria)

Coordenadora de Estágios: Caroline Paula Verona e Freitas

Portaria nº: 315/GDG/IFC-CAM/2017 (anexar portaria)

Comitê de Extensão de *Campus* - Portaria nº 143, 252 e 286/2016 (anexar portaria)

Portaria nº 367/GDG/IFC-CAM/2017

Publicações relacionadas a Extensão:

(livros, revistas, artigos)

Empreendedorismo:

Convênio com Incubadora (X) Não () Sim - Qual: _____

Estudante ou Servidor Incubado (X) Não () Sim - Quantos: _____ Área: _____

1. Projeto com Fomento Interno [Campus]							
Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
054/2016	Visitas Guiadas ao IFC Campus Camboriú	1	14	1	0	470	
054/2016	Usuário de Cão-guia: uma experiência coletiva	1	0	2	0	90	
054/2016	Uso da robótica para estimular o raciocínio lógico em escolas da rede pública de ensino no entorno do Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú	1	0	1	0	80	
054/2016	Projeto de Apoio à Organização e Participação de Docentes e Alunos em Feiras de Matemática, Ciência e Tecnologia	1	0	3	0	10060	
054/2016	PRÉ-VESTIBULINHO: CURSO PREPARATÓRIO PARA INGRESSO NO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS CAMBORIÚ – EDIÇÃO 2017	1	0	0	2	100	
054/2016	Oficinas de matemática para alunos de Escolas Públicas	0	0	4	0	40	
054/2016	O espaço do lúdico e do teatro na escola, uma proposta de formação permanente de professores	1	0	4	0	48	
054/2016	Mini voleibol no Instituto Federal Catarinense no Campus Camboriú: uma abordagem voltada para educação, promoção da saúde e qualidade de vida.	1	0	1	0	48	
054/2016	LATINO VOICES CAMERATA	1	0	6	1	20	
054/2016	FEIRA DE ORGÂNICOS NO IFC - CAMPUS CAMBORIÚ: INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR	1	3	5	1	500	
054/2016	CLUBE DE ASTRONOMIA - TYCHO BRAHE	1	1	6	0	1200	

054/2016	Oficinas para escolas da rede pública de Camboriú (SC): Ensino pela pesquisa	1	0	3	0	105	
		10	18	33	2	12965	

2. Projeto com Fomento Interno {Pró-Reitoria de Extensão}

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
142/2017	Oficinas sobre o uso de programas leitores de tela para crianças com deficiência visual e para alunos de licenciatura do IFC-Camboriú	1	1	1	0	30	
162/2016	O lazer na perspectiva de uma comunidade haitiana em Balneário Camboriú-SC	2	0	2	1	40	
		3	1	3	1	70	

3. Projeto com Fomento EXTERNO

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)

4. Projeto Voluntário [sem fomento]

Título do Projeto aprovado	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
DIÁLOGOS COM O CINEMA	5	6	0	25	
Aprendendo a matemática do ENEM.	0	1	0	50	
I SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS DO CURSO DE PEDAGOGIA – IFC CAMBORIÚ: Educação Infantil e Modalidades da Educação Básica	1	6	0	100	
Seminário de Gestão em Modalidades em Educação Básica	4	5	0	70	
Inclusão pela Língua Portuguesa	2	3	0	35	
Ciclo de Palestras sobre Segurança no Trabalho	4	3	1	240	
	16	24	1	450	

5. Projetos Culturais – Com fomento ou Voluntários

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)

6. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Campus]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/voluntários	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
VII Fice		6	39	12			285
8 e-TIC Encontro de TI do IFC Camboriú			3				N.I

Olinac			3				5
Semana Acadêmica de Agropecuária e Controle Ambiental		11	8	2			19
SIPAT 2017		1	5	1			N.I
VIII Cenário Imobiliário do Eixo de Gestão e Negócios		48	8	1			431
Semana Acadêmica das Licenciaturas do IFC Camboriú		8	9				19
VISemana Acadêmica de Turismo, Hospitalidade e Lazer		1	8	1			170
Parada Cultural		4	19	3			79
		79	99	20			1008

7. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/v isitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados

8. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento EXTERNO

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/v isitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados

9. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO sem Fomento

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/v isitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados

10. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos com Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)	Agência fomentadora (Campus / PROEX / outros)

11. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos sem Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)

12. Estágio e emprego [oportunidade]

Curso	Eixo Tecnológico / área do Conhecimento	Número de estudantes encaminhados para estágio	Número de estudantes encaminhados para emprego	Número de servidores docentes (orientadores)	Número de ofertas anuais de estágio	Número de ofertas anuais de emprego
Curso Técnico Integrado de Agropecuária	Eixo Tecnológico: Recursos Naturais	45		17	8	5
Curso Superior de Bacharelado em Sistemas de Informação	Área de Ciências Exatas, Tecnológicas e da Terra	10		03	37	3
Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet	Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação	5		03	37	3

Curso Técnico Integrado de Hospedagem	Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer	8	_____	04	3	120
Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia	Área de Ciências Humanas	7	_____	04	17	0
Curso Técnico Integrado de Informática	Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação	25	_____	07	4	0
Curso Técnico Subsequente de Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico: Segurança	15	_____	03	2	1
Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários	Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios	0	_____	00	8	3
Curso Técnico Subsequente de Transações Imobiliárias	Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios	3	_____	08	8	3
Curso Técnico Integrado de Controle Ambiental	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde	7	_____	09	0	0
Curso Superior de Licenciatura em Matemática	Área de Ciências Exatas, Tecnológicas e da Terra	10	_____	03	0	0
		---	---	135	000	061

13. Prestação de Serviços

Empresa envolvida	Objetivo da Prestação de Serviço	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de comunidades atendidas

14. Cursos de Extensão

Nome do Curso	Coordenador do Curso	Carga Horária do Curso	Número de servidores envolvidos Docentes e TAEs	Número de estudantes envolvidos (bolsistas ou voluntários)	Número de Inscrições no Curso	Número de Certificados emitidos

15. Outras Ações de Extensão

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes

16. EGRESSOS

Curso	Número de egressos - Ensino médio integrado 2017	Número de egressos - Subsequente e Concomitante 2017/1 2017/2	Número de egressos - Graduação e Tecnólogo 2017/1 - 2017/2	Número de egressos - Pós-graduação 2017/1 - 2017/2	Número de alunos que finalizaram o ensino médio (integrado, subsequente e concomitante) no IFC e permaneceram para cursar Graduação ou Tecnólogo	Número de alunos que finalizaram o tecnólogo ou graduação no IFC e permaneceram para cursar Pós-Graduação	Número de alunos que verticalizaram o ensino (identificado por eixo tecnológico)
	/	/	/	/			
	/	/	/	/			

RELATÓRIO ANUAL DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Pró-Reitoria de Extensão
Gestão 2017

Campus Concórdia – IFC

Coordenador de Extensão: Mário Lettieri Teixeira

Portaria nº: 272 de 04/09/2017

Coordenador de Estágios: Mário Lettieri Teixeira

Portaria nº: 272 de 04/09/2017

Comitê de Extensão de *Campus - Concórdia*

Portaria nº: 246/2016

Membros: Mário Lettieri Teixeira (Presidente)

e-mail: mario.teixeira@ifc.edu.br

Membros: Silvia Fernanda Souza Dalla Costa

e-mail: silvia.costa@ifc.edu.br

Membros: Flaviane Predebon Titon

e-mail: flaviane.titon@ifc.edu.br

Membros: Sandra Mara Valerius

e-mail: sandra.valerius@ifc.edu.br

Membros: Crisitiane Aparecida Lissak

e-mail: crisitiane.lissak@ifc.edu.br

Membros: Suzana Just

e-mail: suzana.just@hotmail.com

Membros: Pamela Maboni

e-mail: p.maboni@gmail.com

Publicações relacionadas a Extensão:

Empreendedorismo:

Convênio com Incubadora () Não () Sim - Qual: _____

Estudante ou Servidor Incubado () Não () Sim - Quantos: _____ Área: _____

1. Projeto com Fomento Interno [Campus]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
31/2016	CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA PARA JOVENS DAS ESCOLAS DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE	01	0	01	0	500	Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2018
31/2016	A instrução didática de jovens e crianças na conservação de produtos de origem animal.	01	04	02	0	100	Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2018
31/2016	Curso Preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio	01	0	03	0	NI	Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2018
31/2016	Escola de música: uma forma de inclusão social e desenvolvimento psicomotor	01	0	02	0	30	Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2018
31/2016	Estudo da quantidade de nitrato total residual de produtos cárneos desenvolvidos por pequenas e médias	01	0	03	0	04	Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2018

	agroindústrias da região da AMAUC (Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense)						
31/2016	Instrumento de Apoio a Equoterapia – GESPE	01	07	03	02	14	Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2018
31/2016	MATEMÁTICA ITINERANTE 2017	01	01	03	0	NI	Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2018
31/2016	Projeto Pelo Especial - utilização de gatos na Terapia Assistida por Animais	01	11	04	0	30	Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2018

2. Projeto com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
162/2016	Diagnóstico da Assistência Técnica em Bovinocultura Leiteira em Concórdia: Da Empresa ao Produtor	02	08	05	01	85	Relatório Final será apresentado em Maio de 2018
162/2016	VARIABILIDADE GENÉTICA DE CAROTENÓIDES EM POPULAÇÕES LOCAIS DE MILHO	02	01	02	01	200	Relatório Final será apresentado em Maio de 2018
162/2016	Produção de milho para silagem cultivado em consórcio com forrageiras no oeste catarinense	02	03	10	01	550	Relatório Final será apresentado em Maio de 2018
162/2016	Diagnóstico anatomopatológico em animais de produção	02	05	02	01	1000	Relatório Final será apresentado em Maio de 2018
162/2016	Utilização exclusiva de selante intramamário em vacas com reduzida contagem de células somáticas, com vistas à profilaxia de mastite durante o período seco, sem a necessidade do uso de antimicrobianos.	02	07	02	01	10	Relatório Final será apresentado em Maio de 2018
162/2016	Avaliação da citotoxicidade de Xanthium cavanillesii em bovinos e o impacto econômico na pequena propriedade rural	02	0	01	0	200	Relatório Final será apresentado em Maio de 2018
142/2017	Farmacovigilância: Uso Racional de Medicamentos em Medicina Veterinária	01	01	01	0	500	Relatório Final será apresentado em Dezembro de 2017

3. Projeto com Fomento EXTERNO

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
	Não houve projetos aprovados com nesta modalidade						

4. Projeto Voluntário [sem fomento]

Título do Projeto aprovado	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
A Educação como forma de promoção da alimentação saudável junto à comunidade de Concórdia – SC (Edital nº09/2017)	05	04	0	NI	Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2018
Construção de Aquecedores Solares de Baixo Custo (ASBC) visando instalação nos alojamentos do IFC-Concórdia	0	02	01	27	Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2018
Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão em Anestesiologia Veterinária	07	01	0	NI	Relatório Final será apresentado em Fevereiro de 2018

5. Projetos Culturais – Com fomento ou Voluntários

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
Sem Edital	Semana Attílio Fontana	01	100	8	11	400	https://www.facebook.c

							om/memorialattiliofontana/photos/a.459684784087820.105084.459653804090918/1564547443601543/?type=3&theater
Sem Edital	Projeto Museus Virtuais	0	10	3	2	700	https://www.facebook.com/memorialattiliofontana/photos/a.459684784087820.105084.459653804090918/1606816652707955/?type=3&theater
Sem Edital	Tallian	0	32	5	16	430	https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1231020577010393&set=pb.100003073879738.-2207520000.1513359693.&type=3&theater
Sem Edital	Aniversário do IFC-Concórdia no Memorial Attílio Fontana	01	14	9	16	260	https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1196350997144018&set=pb.100003073879738.-2207520000.1513359694.&type=3&theater

6. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Campus]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
Semanas Acadêmicas dos Cursos de Medicina Veterinária, Engenharia de Alimentos e Agronomia	01	50	36	27	NA	NA	NA
SEMETEC	01	50	43	18	NA	NA	NA
VII MIC – Evento realizado junto com a Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação	01	NA	52	46	NA	108	108

* NA: Não Aplicável

7. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
VII MIC – Evento realizado junto com a Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação (Edital 133/2017)	01	NA	52	46	NA	108	108
Semanas Acadêmicas dos Cursos de Medicina Veterinária, Engenharia de Alimentos e Agronomia (Edital 134/2017)	01	50	36	27	NA	NA	NA
X MICTI – Realizado em parceria com a PROEX e PROPI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI

* NA: Não Aplicável

* NI: Não Informado

8. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento EXTERNO

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
Não houve propostas aprovadas nesta modalidade							

9. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO sem Fomento

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
Universo do Trabalho	01	0	1	3	80	NA	NA
Feira do Livro	01	0	1	3	340	NA	NA

* NA: Não Aplicável

10. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos com Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes	Número de servidores	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado	Agência fomentadora (Campus / PROEX / outros)

		voluntários	docentes		(quando for o caso)	
SEURS	0	01	01	01	01	PROEX
XVI Encontro de CTG	0	33	1	1	NA	PROEX

* NA: Não Aplicável

11. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos sem Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)
NR					

* NR: Não Realizável

12. Estágio e emprego [oportunidade]

Curso	Eixo Tecnológico / área do Conhecimento	Número de estudantes encaminhados para estágio	Número de estudantes encaminhados para emprego	Número de servidores docentes (orientadores)	Número de ofertas anuais de estágio	Número de ofertas anuais de emprego
Engenharia Agrônoma	Ciências Agrárias	14	0	5	0	0
Engenharia de Alimentos	Ciências Agrárias	32	7	13	60	12
Medicina Veterinária	Ciências Agrárias	51	5	16	90	5
Licenciatura - Física	Ciências Exatas	8	0	8	20	0
Licenciatura - Matemática	Ciências Exatas	52	0	14	30	0
Técnico em Informática	Ciências Exatas	NA	NA	NA	NA	NA
Técnico em Alimentos	Ciências Agrárias	35	20	18	40	20
Técnico em Agropecuária	Ciências Agrárias	130	35	30	200	60

* NA: Não Aplicável

13. Prestação de Serviços

Empresa envolvida	Objetivo da Prestação de Serviço	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de comunidades atendidas
NR						

* NR: Não Realizável

14. Cursos de Extensão

Nome do Curso	Coordenador do Curso	Carga Horária do Curso	Número de servidores envolvidos Docentes e TAEs	Número de estudantes envolvidos (bolsistas ou voluntários)	Número de Inscritos no Curso	Número de Certificados emitidos
Curso de Atualização em Informática para Escritório para alunos da Associação de Pais e Amigos dos Surdos (APAS) do Município de Concórdia/SC	Renato R. R de Oliveira	20 horas	04	01	20	20

15. Outras Ações de Extensão

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes
NR					

* NR: Não Realizável

16. EGRESSOS

Curso	Número de egressos - Ensino médio integrado 2017	Número de egressos - Subsequente e Concomitante 2017/1 2017/2	Número de egressos - Graduação e Tecnólogo 2017/1 - 2017/2	Número de egressos - Pós-graduação 2017/1 - 2017/2	Número de alunos que finalizaram o ensino médio (integrado, subsequente e concomitante) no IFC e permaneceram para cursar Graduação ou Tecnólogo	Número de alunos que finalizaram o tecnólogo ou graduação no IFC e permaneceram para cursar Pós-Graduação	Número de alunos que verticalizaram o ensino (identificado por eixo tecnológico)
-------	--	---	--	--	--	---	--

Engenharia Agrônômica	NA	NA/NA	NA/NA	NA/NA	NA	NA	NF
Engenharia de Alimentos	NA	NA/NA	NA/NF	NA/NA	Número de alunos estão no questionário de Egresso preenchido neste mês	NF	NF
Medicina Veterinária	NA	NA/NA	NA/NF	NA/NA	Número de alunos estão no questionário de Egresso preenchido neste mês	NF	NF
Licenciatura - Física	NA	NA/NA	NA/NF	NA/NA	Número de alunos estão no questionário de Egresso preenchido neste mês	NF	NF
Licenciatura - Matemática	NA	NA/NA	NA/NF	NA/NA	Número de alunos estão no questionário de Egresso preenchido neste mês	NF	NF
Técnico em Informática	NF	NA/NA	NA/NA	NA/NA	Número de alunos estão no questionário de Egresso preenchido neste mês	NA	NF
Técnico em Alimentos	NF	NA/NA	NA/NA	NA/NA	Número de alunos estão no questionário de Egresso preenchido neste mês	NA	NF
Técnico em Agropecuária	NF	NA/NA	NA/NA	NA/NA	Número de alunos estão no questionário de Egresso preenchido neste mês	NA	NF

* NA: Não Aplicável

* NF: Não Finalizado

RELATÓRIO ANUAL DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Pró-Reitoria de Extensão
Gestão 2017

Campus Ibirama – IFC

Coordenador de Ensino, Extensão e Estágio: Sonia Schappo Imhof

Portaria nº: 056/2017 (anexar portaria)

Comitê de Extensão de *Campus* - Portaria nº: 025/2017 (anexar portaria)

Publicações relacionadas a Extensão:

(livros, revistas, artigos)

Empreendedorismo:

Convênio com Incubadora (X) Não (__) Sim - Qual: _____

Estudante ou Servidor Incubado (X) Não (__) Sim - Quantos: _____ Área: _____

1. Projeto com Fomento Interno [*Campus*]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
16/2016	Curso de Português para estrangeiros	01	0	02	0	30	Apresentação do trabalho intitulado "Ensino de língua portuguesa para imigrantes haitianos no Alto Vale do Itajaí – SC" na oitava edição do Congresso Internacional do Ensino de Português como Língua Estrangeira: formação de professores de PLE no Século XXI, na Universidad Nacional Autónoma de México. Apresentação no SEURS Apresentação na MICTI
16/2016	Projeto de Apoio, Organização e Formação de Docentes e alunos para as feiras de matemática	01	0	02	0	26	Apresentação na MICTI
16/2016	Roupas íntimas para crianças e adolescentes do Lar das Meninas de rio do Sul	01	0	02	0	23	Apresentação na MICTI
16/2016	Confecção de capas para Cães-Guia do IFC - Campus Ibirama	01	0	01	0	Não Informado	Apresentação na MICTI
16/2016	IV NovemberMode - Semana Acadêmica do Curso Design de Moda	01	0	04	0	300	Apresentação na MICTI
16/2016	TêxtilTeca - Organização do espaço e atendimento aos alunos e comunidade externa	01	0	02	0	110	Apresentação na MICTI
		06	0	13	0	489	

9. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO sem Fomento

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
0	0	0	0	0	0	0	0

10. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos com Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (Quando for o caso)	Agência fomentadora (Campus / PROEX / outros)
SEURS	01	0	02	0	Português para estrangeiros	PROEX
MICTI	06	0	02	0	<p>Apresentações em Pôster:</p> <p>Português para estrangeiros</p> <p>Projeto de Apoio, Organização e Formação de docentes e alunos para as Feiras de Matemática</p> <p>Roupas Íntimas para crianças e adolescentes do Lar da Menina da cidade de Rio do Sul</p> <p>Confecção de Capas para cães – guia do IFC – Campus Camboriú</p> <p>IV NovemberMode – Semana Acadêmica do Curso de Design de Moda</p> <p>Têxtilteca – Organização do espaço e atendimento aos alunos e comunidade externa</p>	PROEX / Campus Ibirama
IF Cultura	01	0	01	0	Over the Signal – Apresentação Cultural	PROEX/ Campus Ibirama
VIII Congresso Internacional Do Ensino de Português como Língua Estrangeira: formação de professores de PLE no Século XXI.			02		“Ensino de língua portuguesa para imigrantes haitianos no Alto Vale do Itajaí – SC” – Apresentação Oral	?

11. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos sem Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)
0	0	0	0	0	0

12. Estágio e emprego [oportunidade]

Curso	Eixo Tecnológico / área do Conhecimento	Número de estudantes encaminhados para estágio	Número de estudantes encaminhados para emprego	Número de servidores docentes (orientadores)	Número de ofertas anuais de estágio	Número de ofertas anuais de emprego
0	0	0	0	0	0	0

13. Prestação de Serviços

Empresa envolvida	Objetivo da Prestação de Serviço	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de comunidades atendidas
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0

14. Cursos de Extensão

Nome do Curso	Coordenador do Curso	Carga Horária do Curso	Número de servidores envolvidos Docentes e TAEs	Número de estudantes envolvidos (bolsistas ou voluntários)	Número de Inscrições no Curso	Número de Certificados emitidos
0	0	0	0	0	0	0

0	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---

15. Outras Ações de Extensão

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0

16. EGRESSOS

Curso	Número de egressos - Ensino médio integrado 2017	Número de egressos - Subsequente e Concomitante 2017/1 2017/2	Número de egressos - Graduação e Tecnólogo 2017/1 - 2017/2	Número de egressos - Pós-graduação 2017/1 - 2017/2	Número de alunos que finalizaram o ensino médio (integrado, subsequente e concomitante) no IFC e permaneceram para cursar Graduação ou Tecnólogo	Número de alunos que finalizaram o tecnólogo ou graduação no IFC e permaneceram para cursar Pós-Graduação	Número de alunos que verticalizaram o ensino (identificado por eixo tecnológico)
Ensino médio técnico - Vestuário	8	0	0	0	0	0	0
Ensino médio técnico - Administração	22	0	0	0	0	0	0
Ensino médio técnico - Informática	15	0	0	0	0	0	0
Design de Moda	0	0	2017.2 - 17	0	03	0	03
Pós-graduação em Educação	0	0		2017.1 - 09 2017.2 - 03	0	0	0
Pós-graduação em Moda	0	0	0	0	0	04	04
	45	0	17	12	03	04	07

RELATÓRIO ANUAL DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Pró-Reitoria de Extensão
Gestão 2017

Campus Fraiburgo – IFC

Coordenador de Extensão: Vanderlei Cristiano Juraski **Portaria nº:** 231/2017 DOU 03/07/2017 (anexar portaria)

Coordenador de Estágios: Vanderlei Cristiano Juraski **Portaria nº:** 231/2017 DOU 03/07/2017 (anexar portaria)

Comitê de Extensão de Campus – Portaria nº: 271/2017 de 27/07/2017 (anexar portaria)

Publicações relacionadas a Extensão: 8

(livros, revistas, artigos)

Empreendedorismo:

Convênio com Incubadora (x) Não () Sim - Qual: _____

Estudante ou Servidor Incubado (x) Não () Sim - Quantos: _____ Área: _____

1. Projeto com Fomento Interno [Campus]							
Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
011/2016	Projeto Descolado II	1	X	4	X	631	Curso preparatório para o ENEM. Os resultados parciais foram publicados na I FEPEX – Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão do campus Fraiburgo (2016) e os resultados finais na II FEPEX (2017).
011/2016	Projeto programando o futuro: Escola de programação de computadores para crianças e adolescentes	1	1	1	X	70	Participação de 66 alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Os resultados parciais foram publicados na I FEPEX – Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão do campus Fraiburgo (2016) e os resultados finais na II FEPEX e na 35ª SEURS – Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (2017).
011/2016	Projeto Universo da Leitura: práticas de incentivo a leitura na infância e juventude	1	X	1	4	574	Contabilizados 2823 livros emprestados durante a vigência do projeto. Foi realizada uma contação de histórias para cinco crianças durante o evento Primavera dos Museus da Secretaria Municipal de Cultura de Fraiburgo. Outra ação que já realizamos foi a semana nacional do livro e da biblioteca com a participação de aproximadamente 350 pessoas, sendo alunos e servidores do IFC Fraiburgo. Os resultados parciais foram publicados na I FEPEX – Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão do campus Fraiburgo (2016) e os resultados finais na II FEPEX (2017).
011/2016	Capacitação docente em AVA utilizando o MOODLE	1	X	1	X	40	Os resultados parciais foram publicados na I FEPEX – Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão do campus Fraiburgo (2016).
011/2016	Grupo de Estudos Indígenas em Fraiburgo: Ancestralidade, cultura e territorialidade	1	1	2	X	40	Os resultados parciais foram publicados na I FEPEX – Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão do campus Fraiburgo (2016) e os resultados finais na II FEPEX (2017). Há previsão de publicação de um artigo sobre a experiência na Revista de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e disponibilização de uma cartilha ilustrada no formato e-book pela editora do IFC.
011/2016	Projeto IFCorrida de Rua	1	X	2	X	60	A aceitação do projeto junto à comunidade; envolvimento do aluno bolsista. Os resultados

6. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Campus]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
-	-	-	-	-	-	-	-

7. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
II FEPEX – Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFC – campus Fraiburgo	00	02	06	02	450	31	439

8. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento EXTERNO

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
-	-	-	-	-	-	-	-

9. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO sem Fomento

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
Semana Acadêmico de Segurança do Trabalho	0	0	4	2	90	-	-
III Semana Nacional do Livro e da Biblioteca do IFC Fraiburgo	0	0	4	5	232	-	-
Dia da Ação Social*	?	?	?	?	?	-	-

*Atividade realizada em 18/12/2017. Não foram informados números de sujeitos envolvidos nesta ação.

10. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos com Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)	Agência fomentadora (Campus / PROEX / outros)
35ª SEURS – Seminário de Extensão Universitária da Região Sul	1	0	2	0	1	Campus/PROEX

11. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos sem Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)
-	-	-	-	-	-

12. Estágio e emprego [oportunidade]

Curso	Eixo Tecnológico / área do Conhecimento	Número de estudantes encaminhados para estágio	Número de estudantes encaminhados para emprego	Número de servidores docentes (orientadores)	Número de ofertas anuais de estágio	Número de ofertas anuais de emprego
Curso Técnico em Informática	Informação e Comunicação	11	-	07	40	-
Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Segurança	16	-	07	40	-

RELATÓRIO ANUAL DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Pró-Reitoria de Extensão
Gestão 2017

Campus Luzerna– IFC

Coordenador de Extensão: Mário Wolfart Junior

Portaria Nº: 126/GAB/DG/CLUZ/IFC/2017

Coordenador de Estágios: Raphael da Costa Neves Portaria Nº: 034/GAB/DG/CLUZ/IFC/2017

Comitê de Extensão de *Campus* - nº: 128/GAB/DG/CLUZ/IFC/2017

Membro: Ricardo Antonello e-mail: ricardo.antonello@luzerna.ifc.edu.br

Membro: Fernando Prado Dacas e-mail:fernando.dacas@luzerna.ifc.edu.br

Membro: Artur Kwieczinki e-mail: eng.arturk@gmail.com

Membro: João Pedro Alves Queiroz e-mail: jopqueiroz@gmail.com

Suplentes

Membro: Soyara Carolina Biazotto e-mail: soyara.biazotto@luzerna.ifc.edu.br

Membro: Daiani Pauletti Perazzoli e-mail: daianiperazzoli@luzerna.ifc.edu.br

Membro: Mario Schpainski Junior e-mail: mjtragancin_sid@hotmail.com

Membro: Rafaela Zilio Altenburger e-mail: rafazilioa@gmail.com

Publicações relacionadas a Extensão:

- Resultados parciais do projeto de robótica pedagógica em tecnologia arduino do IFC campus Luzerna em 2017 – Publicação do artigo modalidade Oral X MICTI

- Análise da qualidade de energia elétrica em consumidores industriais e públicos – Publicação do artigo modalidade Oral X MICTI

- Redação&Chimarrão – Publicação do pôster modalidade Oral X MICTI

-Extensão tecnológica e paixão pela ciência: Resultados do Projeto de Robótica pedagógica com Tecnologia LEGO MINDSTORMS do IFC Campus Luzerna em 2017 – Publicação do pôster modalidade Oral X MICTI

Empreendedorismo:

Convênio com Incubadora () Não (x) Sim - Qual: ITL – Incubadora Tecnológica Luzerna
 Estudante ou Servidor Incubado () Não (x) Sim - Quantos: 5 Área: Tecnológica

1. Projeto com Fomento Interno [Campus]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
008/2017	Nacionalização de um grameador linear cortante para cirurgias bariátricas do SUS visando a população de baixa renda	1	0	1	1	100	Em andamento
008/2017	Desenvolvimento de processo de forjamento a quente de pré-formas de engrenagens	1	0	1	0	100	Em andamento
008/2017	Aplicação de fonte de energia fotovoltaica em sistema de trânsito	1	1	2	0	100	Em andamento
008/2017	Ação Social e Extensão Tecnológica: Dinamizando a relação do IFC-Campus Luzerna com pessoas, organizações e comunidades do APL Metalomecânico de Joaçaba	1	3	5	0	100	Em andamento
008/2017	Implantação de mapa de riscos em Institutos Federais Catarinense	1	0	1	0	100	Em Andamento
008/2017	Extensão, Pesquisa e desenvolvimento com a tecnologia de Robôs Lego MindStomrs ® III	1	2	5	3	100	Em Andamento
008/2017	“DIÁLOGOS COM A CIÊNCIA” Subvertendo a ordem acadêmica através do debate com os grandes cientistas da História”.	1	2	4	0	100	Em Andamento
008/2017	“INCLUSÃO E EXTENSÃO TECNOLÓGICA: A relação entre IFC-CAMPUS Luzerna e as pessoas com Deficiência sob a perspectiva do emponderamento pela mobilidade, através do projeto da cadeira de rodas motorizada”	1	2	5	0	100	Em Andamento

2. Projeto com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
162	Desenvolvimento de um conversor CC-CA para alimentação de cargas monofásicas	2	1	2	0	640	Em andamento
162	Análise da qualidade de energia elétrica em consumidores industriais e públicos	2	0	1	0	50	Em andamento
162	Desenvolvimento de um sistema de supervisão e controle residencial utilizando processamento de imagens	2	2	1	0	12	Em andamento
162	Extensão, Pesquisa e Desenvolvimento no APL Metalomecânico de Joaçaba com o Recurso à Robótica Pedagógica em Tecnologia Arduino®	2	3	5	0	250	Em andamento
162	Desenvolvimento de um Controlador Lógico Programável de baixo custo para atendimento das necessidades de produtores locais	2	0	4	0	100	Em andamento
162	Desenvolvimento e Nacionalização de Placas de Titânio para Fixação de Costelas Fraturadas	2	0	3	1	10000	Em andamento
162	Controle de areias e moldagens para a indústria de fundição do Meio-Oeste Catarinense	2	0	1	0	1000	Em andamento

	bolsistas	voluntários	docentes	técnico-administrativos	atingidas	(resumo do resultado do projeto)

6. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Campus]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados

7. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados

8. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento EXTERNO

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados

9. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO sem Fomento

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
Mesa Redonda - Uma visão interdisciplinar do suicídio	1	1	1	0	392	0	392

10. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos com Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)	Agência fomentadora (Campus / PROEX / outros)

11. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos sem Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)

12. Estágio e emprego [oportunidade]

Curso	Eixo Tecnológico / área do Conhecimento	Número de estudantes encaminhados para estágio	Número de estudantes encaminhados para emprego	Número de servidores docentes (orientadores)	Número de ofertas anuais de estágio	Número de ofertas anuais de emprego
Curso Técnico Subsequente em Mecânica Industrial	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	10	0	10	11	162
Curso Técnico em Automação industrial	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	05	0	05	11	162

Curso Superior em Engenharia e Controle de Automação	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	05	0	05	11	162
Total		20	0	20	33	162

13. Prestação de Serviços

Empresa envolvida	Objetivo da Prestação de Serviço	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de comunidades atendidas
Fast Indústria e Comércio LTDA	Análise de falha	1	0	1	1	01 Empresa
Metalúrgica Tedesco e Bauermann Ltda - ME	Caracterização metalúrgica de navalhas	1	0	1	1	01 Empresa
Junior Frigometal	Análise de Material	1	0	1	1	01 Empresa
Júnior Frigometal	Análise de Material	1	0	1	1	01 Empresa
Júnior Frigometal	Análise química, micrográfica e dureza	1	0	1	1	01 Empresa
Solufriço Componentes Industriais	Análise química, ensaio de dureza e análise metalográfica	1	1	1	1	01 Empresa
Solufriço Componentes Industriais	Análise Química	1	0	1	1	01 Empresa
Hidráulica Industrial S.A	Análise Metalográfica	1	0	1	0	01 Empresa
Júnior Frigometal	Análise Química de material	1	0	1	0	01 Empresa
JHM – Joçaba Hidromecânica Ltda.	Ensaio mecânicos e metalúrgicos e análise química	1	0	1	1	01 Empresa
Didio Serviços Industriais Ltda.	Análise Química e usinagem de peças de aço inoxidável AISI 420	2	2	1	3	01 Empresa
Carlos Alberto dos Santos (COPN SERVIÇOS)	Desenvolvimento e confecção de matriz de conformação de agulha cirúrgica	0	0	1	0	01 Empresa

14. Cursos de Extensão

Nome do Curso	Coordenador do Curso	Carga Horária do Curso	Número de servidores envolvidos Docentes e TAEs	Número de estudantes envolvidos (bolsistas ou voluntários)	Número de Inscritos no Curso	Número de Certificados emitidos
Curso Formando pequenos leitores: o papel da escola e do professor mediador.	Professora Doutora Fabiana Resende	40	1	0	9	10

15. Outras Ações de Extensão

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes
Visita Técnica GRATT Indústria – Capinzal SC	0	0	2	0	27
			2		27

16. EGRESSOS

Curso	Número de egressos - Ensino médio integrado 2017	Número de egressos - Subsequente e Concomitante 2017/1 - 2017/2	Número de egressos - Graduação e Tecnólogo 2017/1 - 2017/2	Número de egressos - Pós-graduação 2017/1 - 2017/2	Número de alunos que finalizaram o ensino médio (integrado, subsequente e concomitante) no IFC e permaneceram para cursar Graduação ou Tecnólogo	Número de alunos que finalizaram o tecnólogo ou graduação no IFC e permaneceram para cursar Pós-Graduação	Número de alunos que verticalizaram o ensino (Identificado por eixo tecnológico)
Ensino Médio Integrado	36	0/0	0/0	0/0	Sem definição	0	Sem definição
Engenharia de Controle e Automação	0	1/0	1/0	0	Sem definição	0	Sem definição
Técnico Subsequente Mecânica	0	2/0					
		0/0	0/0	0/0			

RELATÓRIO ANUAL DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Pró-Reitoria de Extensão
Gestão 2017

Campus Rio do Sul – IFC

Coordenador de Extensão: Cláudio Keske

Portaria nº: 246/15/GAB/DG (anexar portaria)

Coordenador de Estágios: Eurico da P. Pittaluga Neto

Portaria nº: 063/17 (anexar portaria)

Comitê de Extensão de *Campus - Comex* Portaria nº: 214/17GAB/DG (anexar portaria)

Publicações relacionadas a Extensão:

(livros, revistas, artigos)

Empreendedorismo:

Convênio com Incubadora () Não () Sim - Qual: _____

Estudante ou Servidor Incubado () Não () Sim - Quantos: _____ Área: _____

1. Projeto com Fomento Interno [Campus]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
015/2016	Adubação Verde - Melhoria dos atributos físicos do solo sequestro de carbono e suprimento de nitrogênio para a cultura do milho	1	0	2	0		
015/2016	Aprender não tem idade - Idosos Online	1	0	2	0	3	
015/2016	Curso de Capacitação em piscicultura e reprodução de peixes	1	0	2	0	3	
015/2016	Inspeção periódica de pulverizadores na região do Alto vale do Itajaí	1	0	2	0	3	
015/2016	Micropropagação e inércia in vitro de nogueira peçã na produção de mudas com reduzido período de juvenildada para abastecimento do grupo de produtores de nogueira peçã do Alto Vale do Itajaí	1	0	2	0	3	
015/2016	Prestação de diagnostico de doenças de plantas encaminhadas pelas secretarias municipais de agricultura, casas agropecuarias e produtores rurais da região do Alto Vale do Itajaí	1	0	2	0	3	
015/2016	Efeito de quatro espécies de forrageiras no controle ambiental de ciatostomíneos de equinos em clima sub-tropical	1	0	2	0	3	
015/2016	Zooterapia	1	0	2	0	3	
015/2016	Equoterapia	1	0	2	0	3	

015/2016	Disponibilização mensal do índices de preços médios recebidos e custos médios pagos pelos piscicultores do Alto Vale do Itajaí	1	0	2	0	3	
015/2016	Unidade demonstrativa e produção de muda de videira de qualidade no Alto Vale do Itajaí	1	0	2	0	3	
015/2016	Previsão do tempo para o município de Rio do Sul	1	0	2	0	3	
020/2017	Brinquedoteca: Cultura Lúdica para Cem Linguagens da Criança e da Infância	1	3	2	-		
020/2017	UNIDADE DE REFERÊNCIA TECNOLÓGICA EM PASTAGENS PERENES DE VERÃO EM OTACÍLIO COSTA-SC	1	5	4	-		
020/2017	UNIDADE DE REFERÊNCIA TECNOLÓGICA EM INTEGRAÇÃO LAVOURA PECUÁRIA NAS CONDIÇÕES EDAFOLIMÁTICAS DO PLANALTO SERRANO DE SC	1	5	4	-		
020/2017	Comprovação da Resistência de Biótipos de arroz-daninho imidadolizona oriundos de lavouras de arroz irrigados localizados no Alto Vale do Itajaí	1	4	2	-		
020/2017	Comprovação da Resistência de Biótipos de capim-arroza a herbicidas oriundos de lavouras de arroz irrigado localizadas no Alto Vale do Itajaí	1	4	2	-		
020/2017	Análise da efetividade da inversão sexual das tilápias no Vale do Itajaí	1	0	-	-		
020/2017	Unidade demonstrativa e produção de mudas de Videiras de qualidades no Alto Vale do Itajaí	1	0	2	1		
020/2017	Micropropagação e enxertia in vitro de nogueira-Pecã na produção de mudas com reduzido o período de juvenidade para abastecimento do grupo de Produtores de Nogueira-Pecã do Alto Vale do Itajaí	1	0	4	-		
020/2017	Prestação de diagnósticos de Doenças de Plantas Encaminhadas pelas Secretarias Municipais de Agricultura, Casas Agropecuárias e Produtores Rurais da Região do Alto Vale	1	0	-	-		

6. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Campus]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
Fetec	43	422	87	53	500	155	240
DIA DE CAMPO - Nogueira Pecã	5	2	4	-	50	-	-
DIA DE CAMPO – uva				-	144		

7. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
Fetec	43	422	87	53	500	155	240

8. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento EXTERNO

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados

9. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO sem Fomento

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
I Semana da Consciência Negra IFC Rio do Sul	0	10	7	4	60	2	-

10. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos com Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)	Agência fomentadora (Campus / PROEX / outros)
X MICTI	30	8	4	1	34	CAMPUS E PROEX

11. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos sem Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)

12. Estágio e emprego [oportunidade]

Curso	Eixo Tecnológico / área do Conhecimento	Número de estudantes encaminhados para estágio	Número de estudantes encaminhados para emprego	Número de servidores docentes (orientadores)	Número de ofertas anuais de estágio	Número de ofertas anuais de emprego
Técnico Agropecuária	Ciências Agrárias	40	?	40	40	15
Técnico em Agroecologia	Ciências Agrárias	25			25	3
Técnico em Agropecuária	Ciências Agrárias	6		6	6	6

Técnico em Eletroeletrônica	Ciências Exatas	3		3		5
Técnico em Informática	Ciências Exatas	-				5
Técnico em Agrimensura	Ciências Exatas/Agrárias	8		8		3
Técnico em Edificações	Ciências Exatas	10		10		5
Agronomia	Ciências Agrárias	15		15		8
Ciência Computação	Ciências Exatas	5		5		10
Licenciatura Matemática	Ciências Exatas/Humanas	7		7		10
Licenciatura Física	Ciências Exatas/Humanas	5		5		10

13. Prestação de Serviços

Empresa envolvida	Objetivo da Prestação de Serviço	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de comunidades atendidas

14. Cursos de Extensão

Nome do Curso	Coordenador do Curso	Carga Horária do Curso	Número de servidores envolvidos Docentes e TAEs	Número de estudantes envolvidos (bolsistas ou voluntários)	Número de Inscritos no Curso	Número de Certificados emitidos
Libras nível III		50	2	2	35	20
Meliponicultura	Sigfried Frömming	160	3	1	30	25
A iteração social e ensino da língua portuguesa/Conversação com haitianos	Nadia Machado	160	7	-	21	20
Web Programador	Wesley dos Reis Bezerra	160	1	1	25	20
Arduíno para Internet	Wesley dos Reis Bezerra	160	1	1	12	10

15. Outras Ações de Extensão

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes
Curso de Língua Alemã Básico e Intermediário em parceria com Obras Kolping e Goethe Institut	-	-	2	3	35

16. EGRESSOS

Curso	Número de egressos - Ensino médio integrado 2017	Número de egressos - Subsequente e Concomitante 2017/1 - 2017/2	Número de egressos - Graduação e Tecnólogo 2017/1 - 2017/2	Número de egressos - Pós-graduação 2017/1 - 2017/2	Número de alunos que finalizaram o ensino médio (integrado, subsequente e concomitante) no IFC e permaneceram para cursar Graduação ou Tecnólogo	Número de alunos que finalizaram o tecnólogo ou graduação no IFC e permaneceram para cursar Pós-Graduação	Número de alunos que verticalizaram o ensino (identificado por eixo tecnológico)
		/	/	/			
Técnico Agropecuária	78						
Técnico em Agroecologia	20						

Técnico em Agropecuária		9					
Técnico em Eletroeletrônica		3					
Técnico em Informática	49						
Técnico em Agrimensura		3					
Técnico em Edificações		16					
Agronomia			30			5	
Ciência Computação			6				
Licenciatura Matemática			6				
Licenciatura Física			4				
		/	/	/			

RELATÓRIO ANUAL DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Pró-Reitoria de Extensão
Gestão 2017

Campus São Bento do Sul IFC

Coordenador de Extensão/Estágios: Roni Richard Fuckner Portaria nº: 22/2017 (anexar portaria)

Comitê de Extensão de *Campus São Bento do Sul* - Portaria nº: 134/2017 (anexar portaria)

Publicações relacionadas a Extensão:

(livros, revistas, artigos) () Não () Sim

Empreendedorismo:

Convênio com Incubadora () Não () Sim - Qual: _____

Estudante ou Servidor Incubado () Não () Sim - Quantos: _____ Área: _____

1. Projeto com Fomento Interno [Campus]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
0	0	0	0	0	0	0	0

2. Projeto com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
142/2017	Ciência Aberta	2	2	3	1	25	Resultados explanados no Relatório via SIGAA
142/2017	IFCine	2	0	10	0	250	Resultados explanados no Relatório via SIGAA

3. Projeto com Fomento EXTERNO

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
0	0	0	0	0	0	0	0

4. Projeto Voluntário [sem fomento]

Título do Projeto aprovado	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
Cante Coral – 002/2017	2	2	0	10	http://saobentodosul.ifc.edu.br/relatorios-finais-2017/
Clube da Fotografia: revelações da escrita com a luz – 003/2017	0	3	0	35	http://saobentodosul.ifc.edu.br/relatorios-finais-2017/
Cofradia Latinoamericana	2	5	1	120	http://saobentodosul.ifc.edu.br/relatorios-finais-2017/

					finais-2017/
Desenvolvimento de site para a Associação de Artistas, Artesãos e Produtores Rurais Mãos do Campo	9	5	0	23	http://saobentodosul.ifc.edu.br/relatorios-finais-2017/
Minecraft e a Interdisciplinaridade na Sala de Aula.	2	4	1	20	http://saobentodosul.ifc.edu.br/relatorios-finais-2017/

5. Projetos Culturais – Com fomento ou Voluntários

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
-	Culturando	0	30	6	1	400	http://saobentodosul.ifc.edu.br/relatorios-finais-2017/

6. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Campus]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
0	0	0	0	0	0	0	0

7. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
I SETIC	0	6	15	0	400	13	221
X ROA BASTOS	1	1	7	1	200	23	267

8. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento EXTERNO

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
0	0	0	0	0	0	0	0

9. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO sem Fomento

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
0	0	0	0	0	0	0	0

10. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos com Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)	Agência fomentadora (Campus / PROEX / outros)
SEURS	1	0	1	0	IFCine	PROEX
MICTI	1	4	9	1	-Cofradia Latinoamericana; -Desenvolvimento de site para ACIACA; -Emprego interdisciplinar da IoT no monitoramento e comando de sistemas de iluminação -Projeto Escola	Campus/PROEX

Cursos Técnicos Subsequentes em Qualidade, Logística e Defesa Civil;	0	0/104	0/0	0/0	0	0	0
		/	/	/			

RELATÓRIO ANUAL DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Pró-Reitoria de Extensão
Gestão 2017
Campus Santa Rosa do Sul – IFC

Coordenador Geral de Extensão: Éliton Pires **Portaria nº:** 190 de 18/06/2014, DOU de 25/06/2014

Coordenador de Estágios: Mauricio Duarte Anastácio **Portaria nº:** 79 de 27/01/2016, DOU de 28/01/2016

Comitê de Extensão de Campus: **Portaria nº:** 172 de 12/04/2017

Presidente: Éliton Pires (Coordenador Geral de Extensão) - eliton.pires@ifc.edu.br

Representantes dos técnicos administrativos:

Jorge Luiz Taborda Celestino (titular) - jorge.celestino@ifc.edu.br

Lidiane da Silva Braga (suplente) – lidiane.braga@ifc.edu.br

Representantes do corpo docente:

André Luiz Rodrigues Gonçalves (titular) - andre.goncalves@ifc.edu.br

Miguelangelo Ziegler Arboitte (suplente) - miguelangelo.arboitte@ifc.edu.br

Representantes dos discentes:

Daniel Barbosa Coruja (Centro Acadêmico de Engenharia Agrônômica/titular) - d.coruja@hotmail.com

Renan Trichez Policarpo (Grêmio Estudantil do Técnico em Agropecuária/Suplente) -

Representantes da sociedade civil:

Agnaldo dos Santos Trevisol (Titular) - agnaldotrevisol@gmail.com

Samanta Mezari de Quadros (Suplente) -

Representantes dos Egressos:

Karolainy Benedet dos santos (titular) – benedetkarol@hotmail.com

Moisés Mouro Duarte (suplente) -

Publicações relacionadas a Extensão:

(livros, revistas, artigos)

Anais do SICTSUL, Anais da MICTI e revista de extensão:

<http://extensao.santarosa.ifc.edu.br/linkspublicacoes/>

Empreendedorismo:

Convênio com Incubadora (x) Não () Sim - Qual: _____

Estudante ou Servidor Incubado (x) Não () Sim - Quantos: _____ Área: _____

1. Projeto com Fomento Interno [Campus]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
05/2017	IV Jogos de Integração do Instituto Federal Catarinense <i>Campus</i> Santa Rosa do Sul - JIFCS	-	12	04	04	500	- Relatório final entregue, listando as principais atividades; - Definição da equipe de trabalho e divisão das comissões; - Divulgação; - Inscrições e realização do evento; Notícias publicadas no site do IFC; http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/
05/2017	Egressos IFC	-	-	02	01	250	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/ http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/03/22/ifc-campus-santa-rosa-do-sul-em-parceria-com-a-nutasul-realiza-palestra-para-valorizacao-profissional-no-campus/
05/2017	Escolinha de atletismo	-	-	02	02	55	- Aquisição e materiais para escolinha de atletismo; - Implantação de escolinha de atletismo para crianças carentes do Município de Santa Rosa do Sul; -Aguardando relatório final; http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/
05/2017	Coleta de enxames fugitivos <i>Apis mellifera</i> híbridas e monitoramento de doenças apícolas fase VII	01	05	-	01	40	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/
05/2017	IFC e Esporte: Uma grande Jogada	01	-	03	01	220	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/
05/2017	Desenvolvimento regional e formatação do "Corredor	01	01	-	02	230	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/

	Cultural Aparados da Serra Geral Catarinense”						10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/
05/2017	Curso de qualificação profissional em agricultura familiar com ênfase em paisagismo	01	-	01	-	51	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/
05/2017	Gestão econômica e escrituração zootécnica de uma pequena propriedade leiteira do Extremos Sul de Santa Catarina	01	01	01	-	180	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/
05/2017	Em busca de novos talentos	01	-	03	01	480	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/08/15/alunos-participam-da-oficina-de-musica-no-ifc-campus-santa-rosa-do-sul/ http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/09/15/iniciaram-as-oficinas-de-danca-e-culinaria-no-ifc-campus-santa-rosa-do-sul/
05/2017	Repassando nosso conhecimento: Dia de Campo no IFC Campus Santa Rosa do Sul	02	01	03	02	600	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/
05/2017	Resgate, produção de mudas e divulgação de espécies de frutíferas nativas e exóticas para a comunidades rurais do litoral Sul de Santa Catarina	01	01	01	01	1200	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/
12 projetos		09	09	20	11	14.306	-

2. Projeto com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
162/2016 (APL)	Integração efluente de peixes e nutrição vegetal, Aquaponia	02	-	01	02	-	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2016/11/23/resiliencia-e-ecologia-como-proposta-ao-futuro-agricola-2/
162/2016 (APL)	Gestão técnica e econômica de propriedades familiares sul catarinense - Pecuária: estratégias alimentares	02	-	02	02	15	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/

183/2017	Concessão de bolsa para auxílio às Coordenações de Pesquisa e Extensão dos Campi	02	-	01	01	-	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/ http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/07/24/ifc-oferta-2-075-vagas-gratuitas-em-cursos-tecnicos-integrados/ - Auxílio aos eventos, programas, projetos, ações e divulgação dos cursos e do IFC.
134/2017	V SEAGRO - Semana acadêmica do Curso de Engenharia Agrônoma do Campus Santa Rosa do Sul.	-	10	01	03	137	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/11/23/v-semana-academica-campus-santa-rosa-do-sul/
	05 projetos	06	10	05	06	137	-

3. Projeto com Fomento EXTERNO

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
Chamada MCTI/MAPA/CNPq nº 02/2016	Implantação do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica – NEA no Instituto Federal Catarinense – IFC Campus Santa Rosa do Sul	05	-	08 (05 do IFC-CSRS)	01	600	http://agroecologia2017.com/wp-content/uploads/2017/09/SESSOES_ORAIS_VEREDAS_20170905.pdf http://agroecologia2017.com/wp-content/uploads/2017/09/SESSOES_POSTER_20170905.pdf https://www.naturskyddsforeningen.se/sites/default/files/dokument-media/applying_resilience_in_practice_for_more_sustainable_agriculture.pdf
Projeto vinculado ao PROEXT/2016-2017	Diversificação produtiva agroecológica-alternativas ao cultivo do fumo para geração de renda e segurança alimentar.	05	-	03	01	650	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/

Projeto vinculado ao PROEXT/2016-2017	Produção Orgânica do Arroz	2	-	01	-	30	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/
Projeto vinculado ao PROEXT/2016-2017	Manejo ecológico do solo- plantas de cobertura, sistemas de rotação de culturas e plantio sobre a palhada.	3	-	02	-	600	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/
Projeto vinculado ao PROEXT/2016-2017	Produção de insumos para a transição agroecológica - compostos, esterco, vermicompostagem, bokashi, caldas e biofertilizantes.	3	-	01	01	600	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/
Projeto vinculado ao PROEXT/2016-2017	Biofábrica - Produção de material propagativo de elevada qualidade através das técnicas adaptadas de cultivo de tecidos.	1	-	01	01	100	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/
Projeto vinculado ao PROEXT/2016-2017	Estabelecimento no IFC de um banco de sementes da sociobiodiversidade regional.	2	-	01	-	-	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/
Projeto vinculado ao PROEXT/2016-2017	Capacitação de agentes locais e regionais de assistência técnica e extensão rural (ATER).	3	-	01	01	60	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2016/07/02/ifc-santa-rosa-do-sul-recebe-a-visita-de-agricultores-da-ong-centro-ecologico/
Projeto vinculado ao PROEXT/2016-2017	Qualificação das organizações produtivas de base ecológica vinculadas aos núcleos da Rede Ecovida de Agroecologia (núcleos Litoral Solidário e Extremo Sul Catarinense)	3	-	01	-	92	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/12/06/solenidade-de-formatura-do-curso-de-qualificacao-em-agricultura-familiar/ http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/05/17/ifc-santa-rosa-do-sul-inicia-o-curso-de-qualificacao-em-agricultura-familiar-com-enfase-em-paisagismo/ - Realização de curso de qualificação profissional para agricultores familiares no município de Mampituba - RS

Acordo de Cooperação Técnico-Científico entre o IFC e a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Litorânea – CREDIJA	Preservando e recuperando o meio ambiente através da cooperação	01 monitor externo	01	03	01	1050	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/04/10/visita-ao-campus-santa-rosa-do-sul-para-troca-de-experiencias-e-viabilizacao-de-colaboracao-tecnica-entre-unibaveorleans-e-ifc/ http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/04/12/escola-e-e-b-joao-dos-santos-areao-promove-o-dia-da-familia-em-parceria-com-o-ifc-campus-santa-rosa-do-sul-o-sicoob-credija-e-a-cdl/ http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/08/04/cooperativas-promovem-dia-de-cooperar-em-jacinto-machado-com-o-apoio-do-ifc-santa-rosa-do-sul/
		28	01	22	05	3782	

4. Projeto Voluntário [sem fomento]

Título do Projeto aprovado	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
Singer+Agrotóxicos, Receituários Agrônômicos e a segurança alimentar.	05	-	02	100	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/03/22/ifc-campus-santa-rosa-do-sul-em-parceria-com-a-nutasul-realiza-palestra-para-valorizacao-profissional-no-campus/ - Evento realizado em parceria com o Núcleo dos Técnicos Agrícolas do Extremo Sul e CIDASC
Implantação de Capineiras modelo em propriedades que possuam cavalos no município de Sombrio.	-	03	-	-	- Escolha de local, escolha de forrageiras e implantação de capineiras para demonstração
Produção de mudas de árvores pelos alunos das terceiras séries do curso técnico em agropecuária.	-	03	01	400	- Produção de diversas mudas de frutas e outras

					espécies nativas e exóticas - Realização de pedágio da árvore
Aquecedor solar alternativo.	-	-	04	250	- Aproveitamento de garrafas pet - Projeto em andamento
O Jiu-Jitsu na vida dos alunos IFC – <i>Campus</i> Santa Rosa do Sul: Contribuições para a formação cidadã.	-	01	-	20	- Formação cidadã através do esporte;
Intervalo Cultural	-	-	05	900	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/06/09/ifc-santa-rosa-do-sul-realiza-o-intervalo-cultural-arte-e-cultura-como-instrumento-de-aprendizado-e-transformacao/
Semana do Meio Ambiente: Conscientização e ação	-	11	01	450	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2016/06/06/ifc-campus-santa-rosa-do-sul-promove-a-semana-do-meio-ambiente-com-o-tema-consumo-consciente/
Princípios Básicos de Agroecologia	-	01	-	84	- curso realizado com agricultores familiares de RS e SC
Coleta, Montagem, Conservação e Identificação de Insetos	-	01	-	-	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/06/21/ifc-santa-rosa-do-sul-realiza-curso-de-coleta-montagem-conservacao-e-identificacao-de-insetos/
Reunião do Núcleo da Rede ECOVIDA	-	01	-	120	Em andamento.
O Sistema Braille e sua aplicabilidade no contexto escolar	-	-	02	20	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/11/17/curso-de-sistema-braille/
Regularização fundiária da área do assentamento rural de Vila Nova, município de Santa Rosa do Sul.	-	01	01	65 famílias (195 pessoas)	- Com o objetivo de regularizar situação fundiária de 65 famílias do entorno da escola, uma comissão mista foi formada para encaminhar e cuidar desse processo. Este processo já se encontra na Assembleia Legislativa de SC
Reestruturação do Centro Cultural IFC Campus Santa Rosa do Sul	01	-	01	120	- Melhoria e reestruturação do centro cultural - Foi realizado a desocupação de mobiliários e organizado
Distribuição de mudas arbóreas com incentivo a plantio e recuperação de nascentes	-	02	04	250	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/

					04/12/escola-e-e-b-joao-dos-santos-areao-promove-o-dia-da-familia-em-parceria-com-o-ifc-campus-santa-rosa-do-sul-o-sicoob-credija-e-a-cdl/ http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/08/04/cooperativas-promovem-dia-de-cooperar-em-jacinto-machado-com-o-apoio-do-ifc-santa-rosa-do-sul/
Apoio ao evento "1º encontro regional de profissionais de meio ambiente e ciências agrárias"	02	-	01	300	http://www.seagro-sc.org.br/evento/erpro-sul-1-encontro-regional-de-profissionais-de-meio-ambiente-e-ciencias-agrarias-turvo-sc/
Oficina de Expressão Corporal e Atividade Rítmica	01	01	01	40	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/09/15/iniciar-am-as-oficinas-de-danca-e-culinaria-no-ifc-campus-santa-rosa-do-sul/
Utilização de plantas medicinais no setor de saúde do IFC - Campus Santa Rosa do Sul	-	01	08	500	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/
Semana de Sensibilização para acessibilidade e diversidade	-	-	03	120	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/09/29/napne-do-ifc-santa-rosa-do-sul-promovera-semana-da-sensibilizacao-para-diversidade-e-acessibilidade-2/
Tendências do clima para safra de 2017/2018"	-	-	01	90	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/09/11/nutasul-promove-o-10o-encontro-de-tecnicos-agricolas-em-parceria-com-o-ifc-campus-santa-rosa-do-sul/
Dia de campo sobre Pitaya, Banana Orgânica e Maracujá Doce	-	01	03	49	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/

					09/14/ifc-em-parceria-com-a-associacao-de-produtores-de-pitaya-e-epagri-realizam-dia-de-campo-sobre-pitaya-maracuja-doce-e-banana-organica/
Reunião final do curso de capacitação dos agricultores e do núcleo da Rede Ecovida	02	02	-	85	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2016/06/12/campus-santa-rosa-do-sul-sedia-oficina-do-nucleo-de-extensao-em-desenvolvimento-rural/
Visitas orientadas e participação em eventos como forma de divulgação e ingresso de novos alunos no IF Campus Santa Rosa do Sul	03	-	01	450	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/06/09/ifc-santa-rosa-do-sul-realiza-o-intervalo-cultural-arte-e-cultura-como-instrumento-de-aprendizado-e-transformacao/
Produção de Palma-de-Santa-Rita (gladiolus x hortolanus)	01	01	-	140	- Realizou-se o plantio de uma unidade produtiva e demonstrativa para conhecimento da comunidade escolar bem como estimular os produtores para um olhar para novas opções de cultivo
Projeto gota! Interação museu-comunidade pela educação ambiental	-	-	02	600	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/10/16/agrotec-exposicao-tecnologica-da-agricultura-familiar/
O IFC na VII Polvilhana - Santa Rosa do Sul / SC	-	03	02	20.000	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/04/10/visita-ao-campus-santa-rosa-do-sul-para-troca-de-experiencias-e-viabilizacao-de-colaboracao-tecnica-entre-unibaveorleans-e-ifc/
25 Projetos	15	33	43	25.283	-

5. Projetos Culturais – Com fomento ou Voluntários

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudante	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação)
-----------	----------------------------	--------------------------------	---------------------	-------------------------------	-------------------------------	-----------------------------	---

	estudantes bolsistas	estudantes voluntários	servidores docentes	servidores técnico-administrativos	participantes/visitantes	trabalhos aceitos	certificados
Edital 134/2017 - V SEAGRO - Semana acadêmica do Curso de Engenharia Agrônômica do Campus Santa Rosa do Sul.	-	11	01	03	110	12	http://noticias.santarosa.ifc.edu.br/2017/11/23/v-semana-academica-campus-santa-rosa-do-sul/

8. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Externo

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
Chamada MCTI/MAPA/CNPq n° 02/2016	Implantação do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica – NEA no Instituto Federal Catarinense – IFC <i>Campus</i> Santa Rosa do Sul	05	-	08 (05 do IFC-CSRS)	01	600	http://agroecologia2017.com/wp-content/uploads/2017/09/SESSOES_ORAIS_VEREDAS_20170905.pdf http://agroecologia2017.com/wp-content/uploads/2017/09/SESSOES_POSTER_20170905.pdf https://www.naturskyddsforeningen.se/sites/default/files/dokument-media/applying_resilience_in_practice_for_more_sustainable_agriculture.pdf
		11	01	03	110	12	

9. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO sem fomento

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
Semana do Meio Ambiente: Conscientização e ação	0	0	13	0	1300	0	11
Semana de Sensibilização para acessibilidade e diversidade	0	0	0	3	483	0	96
Tendências do clima para safra de 2017/2018	0	0	0	4	200	0	0
pitaya							
03 EVENTOS	0	0	13	7	1983	0	107

10. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos com Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)	Agência fomentadora (Campus / PROEX / outros)
SEURS – Seminário de Extensão Universitária da Região Sul do Brasil https://unila.edu.br/35seurs/	01	-	01	01	01	FORPROEX, Universidade Latino Americana e Universidade Oeste do Paraná
SICT-Sul – Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense http://criciuma.ifsc.edu.br/6-sict-sul/	40	-	02	01	22	- (IFC) <i>Campus</i> Santa Rosa do Sul e <i>Campus</i> Avançado Sombrio - (IFSC) <i>Campus</i> Criciúma, Araranguá e Tubarão - (UFSC) <i>Campus</i> Araranguá
MICTI - Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar e IF Cultura http://eventos.ifc.edu.br/micti/	08	08	05	1	08	IFC
	49	08	08	03	31	

11. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos sem Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)
O IFC no 13º CDC – Campo Demonstrativo Cooperja	-	-	02	05	- Resgate, produção de mudas e divulgação de espécies de frutíferas nativas e exóticas para as comunidades rurais do litoral Sul de Santa Catarina - Gestão técnica e econômica de propriedades familiares

sul catarinense -
Pecuária: estratégias
alimentares

12. Estágio e emprego [oportunidade]

Curso	Eixo Tecnológico / área do Conhecimento	Número de estudantes encaminhados para estágio	Número de estudantes encaminhados para emprego	Número de servidores docentes (orientadores)	Número de ofertas anuais de estágio	Número de ofertas anuais de emprego
Técnico	Agrárias	239	5	42	15	10
Eng. Agronômica	Agrárias	49	2	15	7	4
02 CURSOS	---	288	07	57	22	14

13. Prestação de Serviços

Empresa envolvida	Objetivo da Prestação de Serviço	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de comunidades atendidas
Coopervalesul – Cooperativa de Agricultores Familiares e Artesanato do Vale do Araranguá*	- Prestar assistência técnica e consultoria	02	-	03	02	15
Produtores Rurais (criadores ou não de abelhas), comunidades e empresas do ramo (Prodapys, Minamel)*	- Captura de enxames em locais indesejados - Assessoria técnica aos produtores, empresas e interessados em ingressar na atividade - Análise de pragas e doenças apícolas	10	07	02	03	15
Associação de Produtores de Pitaya do Sul – Pitayasul*	- Captura de enxames em locais indesejados - Assessoria técnica aos produtores, empresas e interessados em ingressar na atividade - Análise de pragas e doenças apícolas	02	-	03	02	15
Centro Ecológico*	Assessoria técnica e consultoria	21	03	05	03	10
AGRISUL – Associação dos Agricultores Familiares do Extremo Sul*	- Assessoria e assistência técnica - Análise bromatológica e produção de mudas de pastagem	10	07	03	03	05

--	--	--	--	--	--	--

14. Cursos de Extensão

Nome do Curso	Coordenador do Curso	Carga Horária do Curso	Número de servidores envolvidos Docentes e TAEs	Número de estudantes envolvidos (bolsistas ou voluntários)	Número de Inscritos no Curso	Número de Certificados emitidos
Coleta, Montagem, Conservação e Identificação de Insetos	Daiane Heloisa Nunes	01	02	-	21	09
		01	02	-	21	09

15. Outras Ações de Extensão

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes
Apoio ao projeto "Raio de Luz": Reestruturação do espaço físico, adequação do espaço pelas normas dos bombeiros e incentivo para continuidade do projeto que atende 03 mulheres camponesas da comunidade de Vila Nova – Santa Rosa do Sul	-	-	01	01	03
Apoio ao setor de Opções de Cultivo para a Agricultura Familiar: reforma das estufas, instalação de sistemas de irrigação e controle de ambiente	12	03	08	05	600
Apoio ao setor de Agricultura I – Horta: reforma das estufas danificadas pelo vento	04	02	04	02	600
Apoio ao setor de fruticultura: readequação e organização do setor, instalação de maracujá doce e azedo na coleção de frutas e instalação de sistemas de irrigação por micro aspersão e gotejamento,	01	01	01	02	600

16. EGRESSOS

Curso	Número de egressos - Ensino médio integrado 2017	Número de egressos - Subsequente e Concomitante 2017/1 2017/2	Número de egressos – Graduação e Tecnólogo 2017/1 - 2017/2	Número de egressos – Pós-graduação 2017/1 - 2017/2	Número de alunos que finalizaram o ensino médio (integrado, subsequente e concomitante) no IFC e permaneceram para cursar Graduação ou Tecnólogo	Número de alunos que finalizaram o tecnólogo ou graduação no IFC e permaneceram para cursar Pós-Graduação	Número de alunos que verticalizaram o ensino (identificado por eixo tecnológico)
Técnico em Agropecuária e Eng. Agrônoma	110*	2/6	20/32	0/0	23	0	23
	110*	2/6	20/32	0/0	23	0**	23

* Dados ainda não consolidados

** O Campus Santa Rosa do Sul não possui nenhuma pós graduação.

Obs 1: As informações referentes aos projetos não foram preenchidas totalmente, em função de os mesmos estarem finalizando nestes últimos meses do ano.

RELATÓRIO ANUAL DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Pró-Reitoria de Extensão
Gestão 2017

Campus São Francisco do Sul – IFC

Coordenadora de Extensão: Camila De Carli

Portaria nº: 108/CSFS/IFC/2017

Coordenador de Estágios: Lucas Knebel Centenaro

Portaria nº: 015/CSFS/IFC/2017

Comitê de Extensão de *Campus São Francisco do Sul*

Portaria nº: 136/CSFS/IFC/2017

Membros Titulares:

- Camila De Carli (coordenadora de extensão/presidente);
- Marcio Marcelo Piffer (docente);
- Mauro Bittencourt dos Santos (docente);
- Anderson Henrique da Silva Marcondes (Técnico Administrativo);
- Luan Ernani Garbuio Zittel (discente);
- Pedro Henrique Rodrigues (discente).

Membros Suplentes:

- Joceli Antônio Andreola (docente);
- Vitor Mateus Moraes (docente);
- Kamila Mariana Devegili (docente);
- Débora Regina Claudiano (Técnico Administrativo);
- Rony Peterson Oliveira da Silva (discente);
- Gustavo Henrique de Liz Borges (discente).

Publicações relacionadas a Extensão:

(livros, revistas, artigos)

Empreendedorismo:

Convênio com Incubadora () Não () Sim - Qual: _____

Estudante ou Servidor Incubado () Não () Sim - Quantos: _____ Área: _____

1. Projeto com Fomento Interno [Campus]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
011	Ouvir dizer, saber fazer: leitura, análise crítica e produção de autobiografia no ensino médio a partir das relações com a história e a memória	1	6	3	1	60	Realização de 4 oficinas de produção textual; Publicação de resumo expandido nos eventos III MEPEC IFC Blumenau, 2017 e V FEPEX IFC SFS, 2017.
011	NET - Núcleo de Estudos Teatrais	1	1	2	0	40	Apresentação no 35º SEURS, Feira do Livro de São Francisco do Sul, FEPEX.
011	Feira de Ciências Itinerante São Francisco do Sul	1	9	6	0	130	Apresentações em duas escolas de São Francisco do Sul.
011	Identificação Social Histórica de São Francisco do Sul.	1	1	2	0	30	-
011	Caminhada Internacional na Natureza – São Francisco do Sul	1	2	2	0	130	http://www.saofranciscodosul.com.br/caminhada-internacional-na-natureza-em-sao-francisco-do-sul/

2. Projeto com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
142	Economia Solidária: trabalho e educação em uma perspectiva cooperativa.	1	3	3	1	300	Premiação na V FEPEX e na X MICTI. http://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/fepexsfs/article/view/131
142	Proyecto Despertar: la enseñanza de lengua espanhola em la Casa Abrigo Johanna Fischer.	1	10	2	0	15	Publicação de Resumo expandido V FEPEX (publicacoes.ifc.edu.br/index.php/fepexsfs/issue/view/15). Apresentação na X MICTI.

3. Projeto com Fomento EXTERNO

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)

4. Projeto Voluntário [sem fomento]

Título do Projeto aprovado	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
Yoga para todos	0	1	0	12	Ações: - Exposição do filme "Eu Maior" seguida de conversação sobre o tema. - Seminário "Danças Circulares Sagradas". O projeto de Yoga, a partir de sua prática, resultou aos alunos assíduos benefícios físicos, de melhora na postura e no alongamento, e aumento da conscientização corporal, e benefícios emocionais/mentais/comportamentais, de melhora no relaxamento, na concentração e na autoestima.
Visita Técnica - Logisticando	1	2	0	150	Três viagens de estudo dos cursos superior e subsequente.
Tecnologias de comunicação e redes sociais	0	1	0	60	Atividades práticas de duas horas, encontros semanais, durante, aproximadamente, 6 meses.
NAPEM	0	1	0	*	Verificação e adequação do estatuto de empresa júnior com a RESOLUÇÃO Nº 008 – CONSUPER/2015.
Ciclo de Seminários	*	*	*	*	*

- Tendo em vista o cronograma estabelecido, alguns relatórios finais ainda não haviam sido entregues.

5. Projetos Culturais – Com fomento ou Voluntários

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)

6. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Campus]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados

7. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
V FEPEX	1	0	12	4	500	28	600

8. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento EXTERNO

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados

9. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO sem Fomento

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
III FECART	*	*	*	*	300	*	*
III Semana Acadêmica	*	*	*	*	500	*	*
I Encontro de Egressos	*	*	1	*	50	*	*

*Evento relacionado à atividade de ensino; não cadastrado junto à coordenação de extensão.

10. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos com Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)	Agência fomentadora (Campus / PROEX / outros)
35º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS)	1	13	1	0	NET:NÚCLEO DE ESTUDOS TEATRAIS	Edital 094/ 2017- PROEX
X MICTI e III IFCultura	5	15	10	0	*	Propi/Proex/Dap SFS
IV Seminário de Gestão Sustentável – UFFS- Chapecó	0	2	1	0	"Logística Reversa: Colaboração para produtividade e sustentabilidade"	Proex/DAP SFS

* Lista de trabalhos apresentados e de alunos participantes do IFCultura em anexo.

11. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos sem Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)

--	--	--	--	--	--	--

12. Estágios e emprego [oportunidade]

Curso	Eixo Tecnológico / área do Conhecimento	Número de estudantes encaminhados para estágio	Número de estudantes encaminhados para emprego	Número de servidores docentes (orientadores)	Número de ofertas anuais de estágio	Número de ofertas anuais de emprego
Tecnologia em Logística	Gestão de Negócios	1	0	1	1	0
Tecnologia em Redes de Computadores	Informação e Comunicação	1	0	1	1	0
Técnico Subsequente em Administração	Gestão de Negócios	1	0	1	1	0
Técnico em Automação Industrial	Controle e Processos Industriais	0	2	0	3	2
Técnico Integrado em Guia de Turismo	-	25	0	1	25	0

Convênios de Estágio/Cooperação

Convênio / Cooperação	Empresa	CNPJ	Status
Convênio	ARCELORMITTAL	17.469.701/0001-77	Registrado
Convênio	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL	05.858.851/0001-93	Análise Jurídica do Termo de Convênio pela Empresa
Convênio	ALIANCA TRANSPORTE MULTIMODAL LTDA	31.447.188/0008-10	Análise Jurídica do Termo de Convênio pela Empresa
Convênio / Cooperação	FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA	83.722.462/0001-40	Confecção dos termos pela empresa
Convênio	CIDASC	83.807.586/0001-28	Assinaturas

13. Prestação de Serviços

Empresa envolvida	Objetivo da Prestação de Serviço	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de comunidades atendidas
Não houveram atividades de prestação de serviços, porém, foi instituída uma comissão sob PORTARIA 158/CSFS/IFC/2017 (permanente) para estudar estratégias de aproximação entre o IFC e empresas locais.						

14. Cursos de Extensão

Nome do Curso	Coordenador do Curso	Carga Horária do Curso	Número de servidores envolvidos Docentes e TAEs	Número de estudantes envolvidos (bolsistas ou voluntários)	Número de Inscritos no Curso	Número de Certificados emitidos

15. Outras Ações de Extensão

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes
Viagem técnica ao roteiro de turismo rural Estrada Bonita*	0	0	1	0	50
Semana da Consciência Negra*	0	0	1	0	200
Feira de Economia Solidária	1	0	1	0	300
Semana Nacional do Livro e da Biblioteca*	0	0	1	0	200
Seminário sobre Dança Circular Sagrada	0	0	1	0	30
Palestra sobre prevenção da violência*	0	0	1	0	100
Círculo FAM de Cinema*	0	0	1	0	200

Concerto didático com Nicolás Ciochini*	0	0	2	0	200
2º Encontro de Surdos de São Francisco do Sul	0	0	1	0	50

*Atividade relacionada ao ensino; não cadastrado junto à coordenação de extensão.

16. EGRESSOS

Curso	Número de egressos - Ensino médio integrado 2017	Número de egressos - Subsequente e Concomitante 2017/1 2017/2	Número de egressos – Graduação e Tecnólogo 2017/1 - 2017/2	Número de egressos – Pós-graduação 2017/1 - 2017/2	Número de alunos que finalizaram o ensino médio (integrado, subsequente e concomitante) no IFC e permaneceram para cursar Graduação ou Tecnólogo	Número de alunos que finalizaram o tecnólogo ou graduação no IFC e permaneceram para cursar Pós-Graduação	Número de alunos que verticalizaram o ensino (identificado por eixo tecnológico)
Administração	14				0	0	0
Guia de Turismo	19				0	0	0
Curso Superior de Tecnologia em Logística			16/3*		0	0	0
Curso Superior de Tecnologia em Redes			0/5*		0	0	0
Técnico em Automação Industrial		3*			0	0	0
	33	0/3	16/8	-/-			

*Os números inseridos acima são apenas a previsão enviada pela secretaria acadêmica. Até a data de entrega deste relatório, os diários dos cursos superiores e subsequente não haviam sido consolidados. De acordo com o calendário acadêmico 2017, os conselhos de classe acontecem nos dias 20 e 21 de dezembro.

RELATÓRIO ANUAL DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Pró-Reitoria de Extensão
Gestão 2017

IFC – Campus Avançado Sombrio

Coordenador de Extensão: Fabrício César Dias

Portaria nº: 306/2017-GAB/DG/CSRS, de 04/08/ 2017 DOU 07/08/2017

Coordenador de Estágios: Fabrício César Dias

Portaria nº: 306/2017-GAB/DG/CSRS, de 04/08/ 2017 DOU 07/08/2017

Comitê de Extensão de *Campus* - Fabrício César Dias

Portaria nº: 306/2017-GAB/DG/CSRS, de 04/08/ 2017 DOU 07/08/2017

Publicações relacionadas a Extensão:

(livros, revistas, artigos)

Empreendedorismo:

Convênio com Incubadora (_--_) Não () Sim - Qual: _____

Estudante ou Servidor Incubado (_--_) Não () Sim - Quantos: _____ Área: _____

1. Projeto com Fomento Interno [*Campus*]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
02/2017	Aulões do ENEM	1	0	3	0	60	-
02/2017	Oficina de Sensibilização	1	1	3	0	430	35º SEURS
02/2017	Laboratório de Eventos	1	0	1	0	150	-
02/2017	Conhecendo o IFC – Campus Avançado Sombrio	1	1	1	1	350	-
02/2017	Escolinha da Matemática	1	0	3	0	15	-
02/2017	Videoaula IFC	1	0	2	0	Não mensurado	-
02/2017	Cinema, Humanidade e Educação	1	0	7	1	120	6º SICT-Sul
02/2017	Aperta o Play IFC- Oficinas de Audiovisual	0	1	0	1	200	-
02/2017	Portfólio da Inserção da História da Matemática	1	0	4	0	600	6º SICT-Sul
02/2017	Produção e compartilhamento de conhecimento de educação dos direitos humanos para juventude	1	2	13	0	375	6º SICT-Sul
02/2017	IFC CAS Online	1	0	1	0	Público em geral 100	-
02/2017	Apoio à organização e participação de docentes e alunos em feiras de matemática ciência e tecnologia	1	1	2	1		-

2. Projeto com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
134/2017	VI Semana Acadêmica do Curso De Licenciatura em Matemática	-	10	3	-	176	-

3. Projeto com Fomento EXTERNO

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
-----------	----------------------------	--------------------------------	----------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-----------------------------	--

-	-	-	-	-	administrativos	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

4. Projeto Voluntário [sem fomento]

Título do Projeto aprovado	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
Aprendendo a Língua Brasileira de Sinais; Nível Básico	1	2	1	40	-
Aspectos da Geologia e da Geomorfologia do Geoparque "Caminhos dos Cânions do Sul"	-	1	-	38	-
PLANO MUNICIPAL DE TURISMO DE TORRES (RS)	9	2	-	1500	-
Tecnologia e Redes de Computadores: eBook enquanto estratégia de veiculação do conhecimento científico (3ª edição)	-	11	-	100	-
Produção de Álcool Gel no IFC Sombrio	2	1	2	50	-

5. Projetos Culturais – Com fomento ou Voluntários

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
-	-	-	-	-	-	-	-

6. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Campus]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
-	-	-	-	-	-	-	-

7. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
VI Semana Acadêmica do Curso De Licenciatura em Matemática	-	10	3	-	176	9	189

8. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento EXTERNO

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
-	-	-	-	-	-	-	-

9. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO sem Fomento

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
-	-	-	-	-	-	-	-

10. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos com Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)	Agência fomentadora (Campus / PROEX / outros)
35º SEURS – Seminário de Extensão Universitária da Região Sul	1	1	-	-	Oficina de Sensibilização Apresentação oral do projeto de extensão Oficina de Sensibilização	Proex
X MICTI	3	7	2	2	Cine cultura Ifc sombrio: a implementação do espaço cinematográfico no meio acadêmico e seus resultados Análise do campo de visão de um sensor ldr para a construção de um gnômon eletrônico. Considerações preliminares sobre a compreensão do conceito de dignidade humana em situações de	Proex

					violação de direitos humanos no brasil: um estudo de caso Oficinas de produção de conhecimento em direitos humanos para juventude por meio de ferramentas áudio visuais Produção e compartilhamento de conhecimento para educação dos direitos humanos da juventude Contribuições sociais do projeto "produção de álcool em gel noifc -campus avançado sombrio" Flipenem resultados preliminares da utilização de um fliperama com questões do enem Teste de carga em bancos de dados mysql e postgresql com hammerdb Papel das tecnologias de informação e comunicação no setor têxtil da cidade de sombrio - sc Elaboração de textos da história da matemática: uma proposta de material como apoio pedagógico	
III IFCultura	-	5	1	-	Música - Banda Aresta Poesia - Mulheres Negra	Proex
6º Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense (SICT-Sul)	4	11	3	-	Flipenem: uma proposta interativa de estudos para o Enem no IFC Campus Avançado Sombrio Análise bibliométrica: matemática aplicada nos artigos científicos de ciências biológicas A importância da preservação do patrimônio histórico de torres Curta ifc: linguagens, humanidades e interdisciplinaridade na construção de conhecimento Cine cultura ifc sombrio: a implementação do espaço cinematográfico no meio acadêmico e seus resultados Considerações preliminares sobre a compreensão do conceito de dignidade humana em situações de violação de direitos humanos no brasil: um estudo de caso. Software pound para balanceamento de carga em servidores web Impacto de interferências no desempenho de redes wirelles Impacto do número de regras de firewall ativa no desempenho de um roteador Congere - controle de estoque e gerenciamento de receitas Protótipo de um sistema gerenciador para o lar dos idosos	Proex

11. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos sem Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)
-	-	-	-	-	-

12. Estágio e emprego [oportunidade]

Curso	Eixo Tecnológico / área do Conhecimento	Número de estudantes encaminhados para estágio	Número de estudantes encaminhados para emprego	Número de servidores docentes (orientadores)	Número de ofertas anuais de estágio	Número de ofertas anuais de emprego

Licenciatura em Matemática	Educação	42	0	4	60	0
Tecnologia em Gestão do Turismo	Turismo e Hospitalidade	12	0	7	30	0

13. Prestação de Serviços

Empresa envolvida	Objetivo da Prestação de Serviço	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de comunidades atendidas

14. Cursos de Extensão

Nome do Curso	Coordenador do Curso	Carga Horária do Curso	Número de servidores envolvidos Docentes e TAEs	Número de estudantes envolvidos (bolsistas ou voluntários)	Número de Inscritos no Curso	Número de Certificados emitidos
-	-	-	-	-	-	-

15. Outras Ações de Extensão

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes
-	-	-	-	-	-

16. EGRESSOS

Curso	Número de egressos - Ensino médio integrado 2017	Número de egressos - Subsequente e Concomitante 2017/1 2017/2	Número de egressos - Graduação e Tecnólogo 2017/1 - 2017/2	Número de egressos - Pós-graduação 2017/1 - 2017/2	Número de alunos que finalizaram o ensino médio (integrado, subsequente e concomitante) no IFC e permaneceram para cursar Graduação ou Tecnólogo	Número de alunos que finalizaram o tecnólogo ou graduação no IFC e permaneceram para cursar Pós-Graduação	Número de alunos que verticalizaram o ensino (identificado por eixo tecnológico)
Médio	62	0/0	0/0	0/0	6	0	5
Licenciatura Matemática	0	0/0	0/13	0/0	0	0	0
Turismo	0	0/0	0/11	0/0	0	0	0
Redes		0/0	0/9	0/0	0	0	0

RELATÓRIO ANUAL DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Pró-Reitoria de Extensão
Gestão 2017

Campus VIDEIRA– IFC

Coordenadora Geral de Estágios e Extensão: Angela Maria Crotti da Rosa
Portaria nº 89/GAB/DG/CVID/IFC/2012, de 11 de Maio de 2012 (Anexo 1)

Comitê de Extensão de *Campus* - Angela Maria Crotti da Rosa, Alécio Comelli, Jane Suzete Valter, Josy Alvarenga Carvalho Gardin, Mathias Marchesan de Oliveira, Wagner Carlos Mariani, Fernando Pegorini Nava, Camila Zanette Zuanazzi, Gilson Ribeiro Nachtigall, Jaqueline Goulart.
Portaria nº: 148/GAB/DG/CVID/IFC2016, DE 07 DE ABRIL DE 2016 (Anexo 2)

Publicações relacionadas a Extensão: 0

Empreendedorismo:

Convênio com Incubadora (x) Não (___) Sim - Qual: _____
Estudante ou Servidor Incubado (x) Não (___) Sim - Quantos: _____ Área: _____

1. Projeto com Fomento Interno [<i>Campus</i>]							
Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
005/2016	Educação em saúde em escolas públicas de Videira	01	--	02	01	1200	Desenvolver atividades de educação em saúde junto às escolas públicas estaduais de Videira; Detectar, junto às escolas alvo, os principais temas relacionados à saúde e ambiente que necessitam ser desenvolvidos; Elaborar e executar atividades de educação em saúde para escolas públicas de Videira; Avaliar junto à escolas participantes a relevância das atividades que serão executadas.
005/2016	Grupo de Danças Tradicionalistas do IFC Campus Videira	01	29	--	02	32	http://videira.ifc.edu.br/blog/2016/09/15/apresentacao-do-ctg-herdeiros-do-pago-no-festival-de-danca-de-videira-dia-1609/
005/2016	Pensando a extensão com saberes diferentes	01	--	--	03	108	http://videira.ifc.edu.br/blog/2016/08/30/aprenda-a-conservar-temperos-frutas-e-hortalicas-no-ifc-videira/ http://videira.ifc.edu.br/blog/2016/06/24/curso-de-conserva-de-frutas-e-finalizado-com-exito/ http://videira.ifc.edu.br/blog/2016/10/13/curso-de-aproveitamento-integral-de-alimentos-e-realizado-no-ifc-videira/
005/2016	Intervalo Cultural	01	01	03	04	8	Promover espaços de cultura, arte e lazer, estimulando a expressão, a criatividade e habilidades fundamentais para o desenvolvimento humano, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem e a permanência do estudante com êxito no IFC –

							Campus Videira.
005/2016	Inclusão Digital de Idosos	01	--	01	--	32	Desenvolver ações que possibilitem aos idosos a utilização dos recursos tecnológicos existentes, permitindo-lhes que utilizem essas ferramentas com autonomia.
005/2016	Elaborar uma câmara de desidratação/dessecação de plantas utilizando a energia solar	01	--	02	01	04	Montar uma câmara/estufa para desidratar plantas medicinais, chás e temperos; Montar um painel solar com garrafas PET e caixas TETRA PAK; Montar a câmara com corpo de uma geladeira estragada; Realizar a desidratação/dessecação das plantas.
005/2016	Ifilosofia: os filósofos e os seus textos: Nietzsche	01	--	03	02	12	Ampliar e contribuir através de leitura e debate em grupo de estudos aberto a comunidade do campus com a formação na área de ciências humanas dos estudantes e servidores do Campus Videira do IFC.
005/2016	Artesanato em EVA	01	--	--	03	900	http://videira.ifc.edu.br/blog/2016/10/18/ifc-entrega-brinquedos-como-presente-de-dia-das-criancas-em-escola-de-videira/
007/2017	Grupo de Danças Tradicionalistas do IFC Campus Videira	01	03	01	02	35	Divulgar a tradição gaúcha através da dança envolvendo a comunidade discente e comunidade externa. Participação em diversos eventos internos e externos no decorrer do ano, visando também a divulgação do nome da Instituição.
007/2017	Horta terapêutica no Centro de Atenção Psicossocial de Videira	01	--	04	--	100	Utilizar a atividade de horta como recurso terapêutico para os pacientes inseridos no grupo de Terapia Ocupacional
007/2017	Ifilosofia: Michel Foucault e a História da Sexualidade	01	01	04	01	50	Projeto com objetivo de Ampliar e Contribuir através de leitura e debate em grupo de estudos aberto a comunidade do Câmpus com a formação na área de Ciências Humanas dos estudantes, servidores e comunidade geral do Câmpus Videira do IFC
007/2017	Formação continuada de profissionais da Educação Infantil: espaços e tempos na prática pedagógica com bebês	01	02	02	--	27	Espera-se que o egresso da formação continuada constitua-se em profissional da educação infantil crítico, criativo e participativo. Estando apto atuar com compromisso político e pedagógico com bebês.
007/2017	Intervalo Cultural	01	03	03	05	10	Promover espaços de cultura, arte e lazer, estimulando a expressão, a criatividade e habilidades fundamentais para o desenvolvimento humano, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem e a permanência do estudante com êxito no IFC Campus Videira.
007/2017	Inclusão Digital: qualidade de vida e autonomia para pessoas idosas	01	01	01	00	23	O projeto foi desenvolvido com base nos princípios de Morin (2001) "método este que pressupõe desenvolvimento da habilidade para articular/desarticular/associar ideias entre si". Pretende-se que o mesmo seja desenvolvido sob princípios metodológicos capazes de agrupar pontos de vista opostos/complementares/concorrentes, contemplando a discussão sobre a realidade do sujeito idoso.
007/2017	Informática Básica para jovens	01	01	01	01	17	Despertar o interesse pelo em estar sempre aprofundando do conhecimento para estar melhor preparado para um possível emprego; * Atender as expectativas da instituição parceira (CRAS) a fim de fortalecer a parceria;
007/2017	O uso do material concreto no ensino da Matemática em turmas de 5º ano do Ensino Fundamental	01	01	02	--	28	Identificar a relevância ou não da utilização de material concreto na área de Matemática em turmas de 5º do ensino fundamental.
007/2017	Artesanato em EVA	01	01	01	03	900	Confeccionar brinquedos de artesanato em E.V.A para doar em escolas públicas do município de Videira, a fim de atender crianças de baixa renda.
007/2017	Grupo de Danças Birivas do IFC Campus Videira	01	07	00	02	08	Este projeto tem como por objetivo a integração entre os estudantes; o favorecimento da criatividade, além do favorecimento no processo de construção de conhecimento. Também atua como instrumento de socialização, para a formação de cidadãos críticos, participativos e responsáveis.
007/2017	Elaboração de enfiadeira manual para feiação	01	00	03	01	45	Desenvolver uma enfiadeira manual que viabilize o processo de enfiamento de gramíneas de inverno em pequenas propriedades.

2. Projeto com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
142/2017	MULHERES MIL: Mulheres empreendendo vidas através da arte	01	–	11	04	57	https://videira.ifc.edu.br/blog/2017/09/19/programa-mulheres-mil-realiza-formatura-veja-as-fotos/

3. Projeto com Fomento EXTERNO

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)

4. Projeto Voluntário [sem fomento]

Título do Projeto aprovado	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
Instituto Federal Catarinense – Campus Videira: Incentivando as Escolas de Videira-SC a participarem da Olimpíada Brasileira de Informática – OBI	01	01	02	235	Contribuição e incentivo os alunos das escolas, no caso específico do ensino fundamental a participarem de atividades complementares importantes e diferenciadas das realizadas normalmente nas escolas.
Literatura na rede	01	01	00	435	Promover a escola como um espaço propício para trocas literárias, transformando-a numa efetiva comunidade de leitores. Articular literatura e tecnologia, através do blog do projeto, como uma forma de comunicação entre alunos, alunos e professores, alunos e comunidade externa. Incentivar a produção literária e à leitura crítica. Promover novos contextos de aprendizagem e recursos facilitadores de práticas de leitura.
Desenvolvimento e uso de ferramenta para fórum de interação entre estudantes de áreas afins	01	03	00	189	Desenvolver e utilizar um sistema de fórum no Curso Técnico em Informática e Graduação em Ciência da Computação.
Olimpíada de Foguetes 2017	01	02	03	369	Execução da Mostra Brasileira de Foguetes (MOBFOG) no IFC Campus Videira, obtendo o 3º lugar a nível nacional.
TechRecicla	01	04	00	110	A produção do aplicativo de solicitação de coleta, bem como a aplicação para que as cooperativas possam gerenciar as solicitações. Otimizando assim a logística do recolhimento de lixo reciclável por parte das cooperativas e empresas de reciclagem.
Jornal da Segurança do Trabalho	01	03	00	6200	Estimular a leitura de textos e matérias relacionados à segurança no trabalho, divulgando produções dos discentes e docentes.
Construção de fresadora CNC para confecção de placas de circuito impresso	01	02	00	370	Possibilitar aos alunos a aquisição de experiência no projeto e prática de montagem mecânica e eletrônica, bem como o desenvolvimento de softwares para o controle numérico da fresadora integrando diversas áreas de conhecimento. Apresentar a comunidade acadêmica e regional um equipamento automatizado para a construção de placas de circuito impresso com alta eficiência e baixo impacto ambiental.
Café com segurança	01	02	01	6200	Estimular a interdisciplinaridade através da proposição de temáticas diversas, ampliando a visão e a reflexão acerca dos temas de interesse da SST.
Núcleo do Contestado	01	05	00	400	A criação do Núcleo de Estudos do Contestado assume relevância para o desenvolvimento regional por auxiliar a construir uma nova ótica para a história local, para a valorização do patrimônio histórico (material e imaterial); e, por apresentar possibilidades para que,

					num futuro um pouco longínquo, seja desenvolvido o turismo histórico na região.
Discussões sociológicas e debates sobre os Movimentos Sociais no Contexto da Atualidade	01	02	00	114	Levar aos discentes e docentes envolvidos com a mencionada proposta um conhecimento mais amplo acerca da importância referente aos Movimentos Sociais e suas atuações relacionadas aos desafios das sociedades atuais.
Portal WEB dos Alunos do Curso de Ciência da Computação	03	05	02	500	Obter um portal de internet onde a rotina dos alunos seja divulgada a sociedade. Proporcionar aos alunos envolvidos no projeto a oportunidade de conhecer a rotina de mantenedores de serviços de internet.
Ferramenta para análise de tuítes relacionado a instituição de ensino	02	00	02	03	Obter um protótipo funcional do software para teste juntamente com setores de comunicação e assessoria de imprensa.
Pensando a Extensão com Saberes Diferentes	01	00	03	98	Espera-se que ao final de cada curso (ou treinamento), os participantes estejam aptos a desenvolverem as técnicas aprendidas no meio em que vivem, bem como que as utilizem para agregar renda ao seu núcleo familiar.
Criação de ilustrações como apoio ao desenvolvimento de material didático	01	03	00	08	Desenvolver um número significativo de ilustrações científicas, além de desenvolver os respectivos materiais teóricos, para assim iniciar a criação dos recursos didáticos. Também almeja-se que os assuntos selecionados estejam entre os tópicos mais atuais e discutidos em ciências, além de relevantes para a região, pois assim o material formado poderá contribuir para informar e formar criticamente os estudantes sobre ciências.
Curso de Iniciação à Computação	01	04	00	100	Apresentar o curso de Ciência da Computação a possíveis alunos da comunidade local, estreitando a relação do campus IFC Videira com a comunidade e divulgando o curso de ciência da computação a fim de aproximar a comunidade das formações ofertadas pelo IFC, disseminando o conhecimento sobre computação.
Oficina de Leituras Angela Davis	01	01	00	10	Contribuir no estímulo a leitura das e dos participantes e, ao final das oficinas produzir uma coletânea de textos das e dos participantes, almejando que contribua no aprofundamento das reflexões e, estimule os debates acerca das temáticas de gênero, sexualidades, relações étnico-raciais e deficiências.
Tecendo Fios e Adoçando Ideias	02	00	02	21	Reintegrar os pacientes do CAPS ao cotidiano em sociedade através de atividades que ocupem o seu dia a dia, além de possibilitarem a geração de renda.

5. Projetos Culturais – Com fomento ou Voluntários

Edital nº	Título do Projeto aprovado	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de pessoas atingidas	Informação sobre publicação e Resultados (link da publicação) (resumo do resultado do projeto)
010/2016	Atividades Culturais no IFC Videira – Canto Italiano	00	01	01	01	23	Continuar/aperfeiçoar o conhecimento da Cultura Italiana em Videira e região através do canto folclórico italiano além de mostrar a importância de participar e adicionar atividades culturais no cotidiano das pessoas.
010/2016	Coletivo Artístico Hekáté	00	01	01	01	10	Apresentação no III IFCultura com a peça ANTÔNIAS.
010/2016	Atividades Culturais no Instituto Federal Catarinense – IFC Videira: Dança e Canto Italiano Infantil	00	01	03	02	08	Criação dos grupos de canto e dança propostos e preparados com um repertório de canções folclóricas italianas para possíveis apresentações em Videira e região divulgando assim para toda a comunidade os projetos desenvolvidos e aproximando-os cada vez mais do IFC.

6. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Campus]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
--------	--------------------------------	----------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	------------------------------------	-----------------------------	------------------------

				administrativos			
Organização VI FICE – realização 05 e 06 de Setembro	48	70	60	32	970	48	352

7. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Pró-Reitoria de Extensão]

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
Organização JIF– Etapa Local	1	60	02	03	350	00	60
Organização JIF– Etapa Regional	1	38	02	02	350	00	38
Participação na X MICTI e III IFCultura	12	22	03	02	–	280	280

8. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento EXTERNO

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados

9. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO sem Fomento

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
VI SEAG – Semana de Estudos Agropecuários, de 26 a 28/09/2017	00	12	08	02	200	00	210
IV – Semana de Computação e Informática (SCI)	00	01	08	01	60	00	60
IV Semana Acadêmica de Eletro	00	02	09	01	200	00	200
Espaço, Memória e Representação: diálogos com o Ensino de Geografia	00	01	01	00	30	00	00
II SIEPEX – realização 29 de Junho	0	0	33	08	70	41	41
Festa Junina	0	0	20	20	700	00	00

10. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos com Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)	Agência fomentadora (Campus / PROEX / outros)
XVI Encontro Cultural e Tradicionalistas dos Institutos Federais da Região Sul	2	26	01	01	–	IFC Campus Videira / PROEX
35º SEURS	2	05	00	02	Educação em saúde em escolas públicas de Videira e Minicurso de Danças Tradicionalistas	IFC Campus Videira / PROEX

11. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos sem Fomento

Título do evento	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)
Festival de Dança	02	26	01	02	–
Jogos Intercolégiais	0	100	02	03	--
JESC – Jogos Escolares de Santa Catarina	00	35	02	03	–

12. Estágio e emprego [oportunidade]

Curso	Eixo Tecnológico / área do Conhecimento	Número de estudantes encaminhados para estágio	Número de estudantes encaminhados para emprego	Número de servidores docentes (orientadores)	Número de ofertas anuais de estágio	Número de ofertas anuais de emprego
Curso Técnico em Agropecuária	Eixo Tecnológico Agropecuária	73	06	09	35	05
Curso Técnico em Eletroeletrônica	Eixo Tecnológico Eletroeletrônica	38	05	07	10	04
Curso Técnico em Eletrônica	Eixo Tecnológico Eletroeletrônica	09	00	06	00	00
Curso Técnico em Eletrotécnica	Eixo Tecnológico Eletroeletrônica	08	00	04	00	00

Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Eixo Tecnológico Segurança do Trabalho	12	00	05	08	00
Curso Técnico em Informática	Eixo Tecnológico Informática	36	00	07	15	00
Curso Superior Licenciatura Pedagogia	Eixo Tecnológico Pedagogia	58	00	07	25	00
Curso Superior Bacharelado Ciências da Computação	Eixo Tecnológico Ciências da Computação	11	02	05	05	04
Curso Superior Engenharia Elétrica	Eixo Tecnológico Eletroeletrônica	00	01	00	02	00

13. Prestação de Serviços

Empresa envolvida	Objetivo da Prestação de Serviço	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de comunidades atendidas

14. Cursos de Extensão

Nome do Curso	Coordenador do Curso	Carga Horária do Curso	Número de servidores envolvidos Docentes e TAEs	Número de estudantes envolvidos (bolsistas ou voluntários)	Número de Inscritos no Curso	Número de Certificados emitidos
Projeto Inclusão Digital na Saúde Mental	Angela Maria Crotti da Rosa	32 horas	04	01	20	18
Curso de Libras para surdos	Luiza Inês Kaim	80 horas	02	01	22	22
Curso de Libras Nível Básico: Aplicação nos diferentes contextos sócio-culturais	Ramon Silva da Cunha	90 horas	01	01	45	45

15. Outras Ações de Extensão

Título	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes

16. EGRESSOS

Curso	Número de egressos - Ensino médio integrado 2017	Número de egressos - Subsequente e Concomitante 2017/1 2017/2	Número de egressos - Graduação e Tecnólogo 2017/1 - 2017/2	Número de egressos - Pós-graduação 2017/1 - 2017/2	Número de alunos que finalizaram o ensino médio (integrado, subsequente e concomitante) no IFC e permaneceram para cursar Graduação ou Tecnólogo	Número de alunos que finalizaram o tecnólogo ou graduação no IFC e permaneceram para cursar Pós-Graduação	Número de alunos que verticalizaram o ensino (identificado por eixo tecnológico)
Agropecuária	31	03 / 08	-	-	Teremos essa informação somente no início de 2018.	Não há curso de pós graduação no campus.	Teremos essa informação somente no início de 2018.
Eletroeletrônica	36	02 / 04	-	-	Teremos essa informação somente no início de 2018.	Não há curso de pós graduação no campus.	Teremos essa informação somente no início de 2018.
Informática	34	-	-	-	Teremos essa informação somente no início de 2018.	Não há curso de pós graduação no campus.	Teremos essa informação somente no início de 2018.
Segurança do Trabalho	-	00 / 02	-	-	Teremos essa informação somente no início de 2018.	Não há curso de pós graduação no campus.	Teremos essa informação somente no início de 2018.
Licenciatura em Pedagogia	-	-	28	-	Teremos essa informação somente no início de 2018.	Não há curso de pós graduação no campus.	Teremos essa informação somente no início de 2018.
Bacharelado em Ciência da Computação	-	-	13	-	Teremos essa informação somente no início de 2018.	Não há curso de pós graduação no campus.	Teremos essa informação somente no início de 2018.

Fonte: Pró-reitoria de Extensão

ANEXO 02**QUADRO RESUMO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS NOS CAMPUS**

PROJETO COM FOMENTO INTERNO [CAMPUS]						
CAMPUS	QUANTIDADE	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes
Abelardo Luz	1	-	-	2	-	50
Araquari	11	11	59	42	5	462
Blumenau	-	-	-	-	-	-
Brusque	-	-	-	-	-	-
Camboriú	12	12	18	36	4	12761
Concórdia	8	8	23	21	2	678
Ibirama	6	6	-	13	-	489
Fraiburgo	10	10	4	20	4	7498
Luzerna	8	8	10	24	4	800
Rio do Sul	27	27	40	55	15	33
São Bento do Sul	-	-	-	-	-	-
Santa Rosa do Sul	12	9	9	20	11	14306
São Francisco do Sul	5	5	19	15	1	390
Sombrio	12	11	5	40	4	2400
Videira	19	19	50	33	30	3539
TOTAL:	131	126	237	321	80	43406

PROJETO COM FOMENTO INTERNO [Pró-reitoria de Extensão]						
CAMPUS	QUANTIDADE	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes
Abelardo Luz	-	-	-	-	-	-
Araquari	10	19	22	37	1	1118
Blumenau	-	-	-	-	-	-
Brusque	1	2	0	1	-	50
Camboriú	2	3	1	3	1	70
Concórdia	7	13	26	23	5	2545
Ibirama	1	3	-	1	1	20
Fraiburgo	1	1	-	1	-	33
Luzerna	9	16	6	19	1	12109
Rio do Sul	1	1	1	3	6	150
São Bento do Sul	2	4	2	13	1	275
Santa Rosa do Sul	5	6	10	5	6	137
São Francisco do Sul	2	2	13	5	1	315
Sombrio	1	-	10	3	-	176
Videira	1	1	-	11	4	57
TOTAL:	43	71	91	125	27	17055

3. Projeto com Fomento Externo

CAMPUS	QUANTIDADE	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes
Abelardo Luz	-	-	-	-	-	-
Araquari	-	-	-	-	-	-
Blumenau	-	-	-	-	-	-
Brusque	-	-	-	-	-	-
Camboriú	-	-	-	-	-	-
Concórdia	-	-	-	-	-	-
Ibirama	-	-	-	-	-	-
Fraiburgo	-	-	-	-	-	-
Luzerna	-	-	-	-	-	-
Rio do Sul	-	-	-	-	-	-
São Bento do Sul	-	-	-	-	-	-
Santa Rosa do Sul	3	28	1	22	5	3782
São Francisco do Sul	-	-	-	-	-	-
Sombrio	-	-	-	-	-	-
Videira	-	-	-	-	-	-
TOTAL:	3	28	1	22	5	3782

4. Projeto Voluntário [sem fomento]

CAMPUS	QUANTIDADE	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes
Abelardo Luz	1	2	5	-	100
Araquari	3	1	6	2	-
Blumenau	4	9	13	1	23
Brusque	2	6	4	3	740
Camboriú	6	16	24	1	520
Concórdia	3	12	7	1	27
Ibirama	-	-	-	-	-
Fraiburgo	3	4	9	2	152
Luzerna	14	16	42	6	8960
Rio do Sul	2	16	6	1	200
São Bento do Sul	5	15	19	2	208
Santa Rosa do Sul	25	15	33	43	25283
São Francisco do Sul	5	1	5	-	222
Sombrio	5	12	18	3	1728
Videira	17	21	38	15	15362
TOTAL:	95	146	229	80	53525

4. Cursos de Extensão

CAMPUS	QUANTIDADE	Carga horária dos cursos	Número de estudantes matriculados	Número de estudantes envolvidos	Número de servidores docentes
Abelardo Luz	-	-	-	-	-
Araquari	-	-	-	-	-
Blumenau	-	-	-	-	-
Brusque	1	8	17	2	3
Camboriú	-	-	-	-	-
Concórdia	1	20	20	1	4
Ibirama	-	-	-	-	-
Fraiburgo	-	-	-	-	-
Luzerna	1	40	9	-	1
Rio do Sul	5	690	123	5	14
São Bento do Sul	2	315	55	57	14
Santa Rosa do Sul	1	1	21	-	2
São Francisco do Sul	-	-	-	-	-
Sombrio	-	-	-	-	-
Videira	3	202	87	3	7
TOTAL:	14	1276	332	68	45

6. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [*Campus*]

CAMPUS	QUANTIDADE	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
Abelardo Luz	2	-	16	16	2	127	-	77
Araquari	-	-	-	-	-	-	-	-
Blumenau	-	-	-	-	-	-	-	-
Brusque	-	-	-	-	-	-	-	-
Camboriú	9	-	79	102	20	-	-	1008
Concórdia	-	-	-	-	-	-	-	-
Ibirama	-	-	-	-	-	-	-	-
Fraiburgo	-	-	-	-	-	-	-	-
Luzerna	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio do Sul	3	48	424	91	53	694	155	240
São Bento do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Rosa do Sul	1	2	1	3	2	600	50	297
São Francisco do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-
Sombrio	-	-	-	-	-	-	-	-
Videira	1	48	70	60	32	970	48	352
TOTAL:	16	98	590	272	109	2391	253	1974

7. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO com Fomento Interno [Pró-reitoria de Extensão]

CAMPUS	QUANTIDADE	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
Abelardo Luz	1	-	24	17	3	140	36	150
Araquari	1	0	5	13	2	1527	149	6579
Blumenau	1	2	38	7	6	600	88	-
Brusque	-	-	-	-	-	-	-	-
Camboriú	-	-	-	-	-	-	-	-
Concórdia	-	-	-	-	-	-	-	-
Ibirama	-	-	-	-	-	-	-	-
Fraiburgo	1	-	2	6	2	450	31	439
Luzerna	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-
São Bento do Sul	2	1	7	22	1	600	36	488
Santa Rosa do Sul	1	-	11	1	3	110	12	-
São Francisco do Sul	1	1	-	12	4	500	28	600
Sombrio	1	-	10	3	-	176	-	189
Videira	3	14	120	7	7	700	280	378
TOTAL:	12	18	217	88	28	4803	660	8823

8. Realização de EVENTOS DE EXTENSÃO

CAMPUS	QUANTIDADE	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Número de participantes/visitantes	Número de trabalhos aceitos	Número de certificados
Abelardo Luz	-	-	-	-	-	-	-	-
Araquari	-	-	-	-	-	-	-	-
Blumenau	-	-	-	-	-	-	-	-
Brusque	1	-	20	10	3	4	12	130
Camboriú	-	-	-	-	-	-	-	-
Concórdia	3	3	100	131	91	-	108	108
Ibirama	-	-	-	-	-	-	-	-
Fraiburgo	3	-	-	8	7	322	-	-
Luzerna	1	1	1	1	-	392	-	392
Rio do Sul	1	-	10	7	4	60	2	-
São Bento do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Rosa do Sul	4	-	5	14	10	2093	12	107
São Francisco do Sul	3	-	-	-	-	850	-	-
Sombrio	-	-	-	-	-	-	-	-
Videira	6	-	16	79	32	1260	41	511

9. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos com Fomento

CAMPUS	QUANTIDADE	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)	Agência fomentadora
Abelardo Luz	-	-	-	-	-	-	-
Araquari	1	-	1	1	0	1	PROEX
Blumenau	2	-	17	11	-	11	PROEX
Brusque	1	2	-	1	-	1	PROEX
Camboriú	-	-	-	-	-	-	-
Concórdia	2	-	34	2	1	1	PROEX
Ibirama	4	8	-	7	-	9	PROEX
Fraiburgo	1	1	-	2	-	1	PROEX
Luzerna	-	-	-	-	-	-	-
Rio do Sul	1	30	8	4	1	34	PROEX
São Bento do Sul	2	2	4	10	1	5	PROEX
Santa Rosa do Sul	3	49	8	8	3	31	
São Francisco do Sul	3	6	30	12	-	-	PROEX
Sombrio	4	8	24	7	2	25	PROEX
Videira	2	4	31	1	3	2	PROEX
TOTAL:	26	110	157	66	11	121	0

10. Participação em EVENTOS DE EXTENSÃO externos sem Fomento

CAMPUS	QUANTIDADE	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico-administrativos	Trabalho apresentado (quando for o caso)
Abelardo Luz	-	-	-	-	-	-
Araquari	-	-	-	-	-	-
Blumenau	-	-	-	-	-	-
Brusque	-	-	-	-	-	-
Camboriú	-	-	-	-	-	-
Concórdia	-	-	-	-	-	-
Ibirama	-	-	-	-	-	-
Fraiburgo	-	-	-	-	-	-
Luzerna	-	-	-	-	-	-
Rio do Sul	-	-	-	-	-	-
São Bento do Sul	-	-	-	-	-	-
Santa Rosa do Sul	1	-	-	2	5	2
São Francisco do Sul	-	-	-	-	-	-
Sombrio	-	-	-	-	-	-
Videira	3	2	161	5	8	-
TOTAL:	4	2	161	7	13	2

11. Estágio e emprego [oportunidade]

CAMPUS	QUANTIDADE Curso	Número de estudantes encaminhados para estágio	Número de estudantes encaminhados para emprego	Número de servidores docentes (orientadores)	Número de ofertas anuais de estágio	Número de ofertas anuais de emprego
Abelardo Luz	1	3	-	2	-	-
Araquari	11	287	30	57	136	56
Blumenau	5	-	-	-	22	16
Brusque	-	-	-	-	-	-
Camboriú	11	135	-	61	124	138
Concórdia	8	322	67	104	200	-
Ibirama	-	-	-	-	-	-
Fraiburgo	2	27	-	14	80	-
Luzerna	3	20	-	20	33	162
Rio do Sul	11	124	-	124	71	80
São Bento do Sul	4	47	-	20	47	-
Santa Rosa do Sul	2	288	7	57	22	14
São Francisco do Sul	5	28	2	4	31	2
Sombrio	2	54	-	11	90	-
Videira	9	245	14	50	100	13
TOTAL:	74	1580	120	524	956	481

12. Prestação de Serviços

CAMPUS	QUANTIDADE Empresas envolvidas	Número de estudantes bolsistas	Número de estudantes voluntários	Número de servidores docentes	Número de servidores técnico- administrativos	Número de comunidades atendidas (empresas)
Abelardo Luz	-	-	-	-	-	-
Araquari	-	-	-	-	-	-
Blumenau	-	-	-	-	-	-
Brusque	-	-	-	-	-	-
Camboriú	-	-	-	-	-	-
Concórdia	-	-	-	-	-	-
Ibirama	-	-	-	-	-	-
Fraiburgo	-	-	-	-	-	-
Luzerna	12	12	3	12	11	12
Rio do Sul	-	-	-	-	-	-
São Bento do Sul	-	-	-	-	-	-
Santa Rosa do Sul	5	45	14	16	13	60
São Francisco do Sul	-	-	-	-	-	-
Sombrio	-	-	-	-	-	-
Videira	-	-	-	-	-	-
TOTAL:	17	57	17	28	24	72

ANEXO 03
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI Nº 4.320/64 E NOTAS
EXPLICATIVAS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20422 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATORINENSE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO	2017	PERÍODO	ANUAL
EMISSÃO	15/03/2018	PÁGINA	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	1.687.192,82	1.715.445,91	Despesas Orçamentárias	355.087.101,97	296.326.571,16
Ordinárias	95.362,08	87.571,01	Ordinárias	114.178.389,65	84.254.626,11
Vinculadas	1.605.210,28	1.639.945,21	Vinculadas	240.908.718,32	212.071.945,05
Educação	18.336,82	27.404,43	Educação	234.472.982,30	200.365.448,10
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.586.873,36	1.612.540,78	Seguridade Social (Exceto RGPS)	671.506,15	10.777.134,24
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-13.379,54	-12.070,31	Operação de Crédito	499.684,06	-
Transferências Financeiras Recebidas	417.281.016,25	355.438.160,96	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.151.110,54	929.362,71
Resultantes da Execução Orçamentária	369.265.063,44	306.946.662,58	Outros Recursos Vinculados a Fundos	4.113.435,27	-
Repasso Recebido	330.968.488,42	270.460.427,43	Transferências Financeiras Concedidas	59.974.939,97	58.682.816,96
Sub-repasso Recebido	38.296.575,02	36.486.235,15	Resultantes da Execução Orçamentária	38.674.413,00	36.486.235,15
Independentes da Execução Orçamentária	48.015.952,81	48.491.498,38	Repasso Concedido	3.246.37,98	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	48.316.538,17	46.731.360,39	Sub-repasso Concedido	38.296.575,02	36.486.235,15
Demais Transferências Recebidas	1.974,94	30.480,55	Repasso Devolvido	53.200,00	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.697.439,70	1.729.657,44	Independentes da Execução Orçamentária	21.300.526,97	22.196.581,81
Aporte ao RPPS	-	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	21.182.006,84	21.531.268,78
Aporte ao RGPS	-	-	Demais Transferências Concedidas	5.933,13	550.337,59
Recebimentos Extraorçamentários	21.571.633,27	26.004.629,87	Movimento de Saldos Patrimoniais	112.687,00	114.975,44
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	684.176,22	2.067.021,99	Aporte ao RPPS	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	20.719.485,43	23.852.453,48	Aporte ao RGPS	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	159.547,11	82.695,79	Despesas Extraorçamentárias	26.192.055,56	30.082.514,46
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.424,51	2.458,61	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.229.376,75	10.055.946,67
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	7.177,12	2.456,71	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	23.730.135,19	19.945.907,19
CANCELAMENTO DE OBRIGAÇÕES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.247,39	1,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	152.433,62	80.585,79
Saldo do Exercício Anterior	4.006.573,28	5.940.239,12	Outros Pagamentos Extraorçamentários	80.110,00	75,81
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.006.573,28	5.940.239,12	Demais Pagamentos	80.110,00	75,81
TOTAL	444.546.415,62	389.098.475,86	Saldo para o Exercício Seguinte	3.292.318,12	4.006.573,28
			Caixa e Equivalentes de Caixa	3.292.318,12	4.006.573,28
			TOTAL	444.546.415,62	389.098.475,86


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20422 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO A MÊS
EMISSÃO 15/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.334.964,00	1.334.964,00	1.687.192,82	352.228,82
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	156.114,00	156.114,00	153.916,46	-2.197,54
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	156.114,00	156.114,00	153.916,46	-2.197,54
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	216.288,00	216.288,00	230.131,42	13.843,42
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	793.738,00	793.738,00	1.087.456,96	293.718,96
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	793.738,00	793.738,00	998.656,96	204.918,96
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	88.800,00	88.800,00
Transferências Correntes	151.700,00	151.700,00	74.136,07	-77.563,93
Outras Receitas Correntes	17.124,00	17.124,00	141.551,91	124.427,91
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	3.669,00	3.669,00	9.806,19	6.137,19
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	126.880,55	126.880,55
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	13.455,00	13.455,00	4.865,17	-8.589,83
RECEITAS DE CAPITAL	55.900,00	55.900,00	-	-55.900,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	55.900,00	55.900,00	-	-55.900,00


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20422 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO A MÊS
EMISSÃO 15/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO		
ATIVO CIRCULANTE	62.919.979,86	42.804.513,13	PASSIVO CIRCULANTE	35.111.484,78	17.217.069,19
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.292.918,12	4.006.573,28	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	34.073.781,29	14.536.964,91
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	56.797.808,80	31.807.681,64	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	911.590,82	2.398.788,86
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	392,45	384,92
Estoques	2.757.071,00	6.888.531,64	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	72.782,24	101.726,57	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	125.720,22	280.931,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	48.456.1078,41	502.584.910,47	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	15.149,00	15.149,00	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	15.149,00	15.149,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	35.111.484,78	17.217.069,19
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	48.407.6310,70	502.080.180,06			
Bens Móveis	70.940.642,24	75.938.730,86			
Bens Móveis	83.704.917,24	99.519.894,46			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-8.568.202,23	-1.338.883,51			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-4.208.072,57	-22.242.479,99			
Bens Imóveis	413.135.688,26	428.141.449,10			
Bens Imóveis	414.730.382,27	428.478.943,77			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.594.714,01	-337.494,67			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	469.618,71	489.581,41			
Softwares	469.618,71	489.581,41			
Softwares	706.894,70	708.198,78			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-237.275,99	-218.617,27			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	512.369.573,29	528.172.354,41



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/03/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		
	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	547.481.058,07	545.389.423,60	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	547.481.058,07	545.389.423,60

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		
	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	3295.074,60	4.009.329,76	PASSIVO FINANCEIRO	24.891.499,43	32.961.678,01
ATIVO PERMANENTE	544.185.983,47	541.380.093,84	PASSIVO PERMANENTE	34.066.769,55	14.483.023,67
			SALDO PATRIMONIAL	488.522.789,09	487.944.721,32

Quadro de Compensações

ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	PASSIVO	
	2017	2016		2017	2016
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	25.487.414,91	19.659.075,86	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	21.364.499,05	33.468.917,69
Execução dos Atos Potenciais Ativos	25.487.414,91	19.659.075,86	Execução dos Atos Potenciais Passivos	21.364.499,05	33.468.917,69
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	942.110,23	222.744,63	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Cong	24.466.596,63	19.351.623,28	Obrigações Conventadas e Outros Instrum Congên	1.480.231,22	1.477.351,15
Direitos Contratuais a Executar	78.708,05	78.708,05	Obrigações Contratuais a Executar	19.878.267,83	31.991.566,54
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	25.487.414,91	19.659.075,86	TOTAL	21.364.499,05	33.468.917,69

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.702.510,38
Recursos Vinculados	-19.893.913,85
Educação	-18.177.460,63
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-412.032,78
Operação de Crédito	-499.884,06
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.041.232,49
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-2.845.968,87
TOTAL	-21.596.424,83



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Atual
EMISSÃO 15/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20422 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	15.150.800,50	17.445.932,60
INGRESSOS	419.129.003,57	357.236.304,56
Receitas Derivadas e Originárias	1.613.056,75	1.630.645,91
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	153.918,46	159.366,94
Receita Agropecuária	230.131,42	220.779,90
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.087.466,96	1.149.006,22
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	141.551,91	161.492,85
Transferências Correntes Recebidas	7.4136,07	24.800,00
Intergovernamentais	30.400,00	8.800,00
Dos Estados e do Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	30.400,00	8.800,00
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	43.736,07	16.000,00
Outros Ingressos das Operações	417.441.810,75	355.520.858,65
Ingressos Extraorçamentários	159.547,11	82.095,79
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	1.247,29	1,90
Transferências Financeiras Recebidas	417.281.016,25	355.438.160,96
DESEMBOLSOS	-403.978.203,07	-339.790.411,96
Pessoal e Demais Despesas	-300.519.059,37	-247.125.923,11
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-15.561.421,66	-12.801.551,17
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-284.767,75	-234.091.843,96
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-207.063,68	-234.984,69
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

EMISSÃO 15/03/2018 PAGINA 2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GATARINENSE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	7.177,12	2.466,71
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-43.251.660,11	-39.901.010,29
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-43.217.081,11	-33.785.847,29
Outras Transferências Concedidas	-3.459,00	-115.163,00
Outros Desembolsos das Operações	-60.207.483,59	-58.763.478,56
Despêndios Extraorçamentários	-152.433,62	-80.585,79
Transferências Financeiras Concedidas	-59.974.939,97	-58.882.816,96
Demais Pagamentos	-80.110,00	-75,81
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-15.865.055,66	-19.379.558,44
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-15.865.055,66	-19.379.558,44
Aquisição de Ativo Não Circulante	-15.849.675,75	-19.125.971,02
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-215.379,91	-253.587,42
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

EMISSÃO 15/03/2018 PAGINA 3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GATARINENSE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-71.4255,16	-1.933.665,84
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	4.006.573,28	5.940.239,12
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.292.318,12	4.006.573,28



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO ANUAL
EMISSÃO 15/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEG.CATARINENSE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	607.843.939,72	506.610.011,95
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.478.436,84	1.535.796,84
Venda de Mercadorias	230.131,42	220.779,90
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.248.205,42	1.315.016,94
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.469,84	3.518,73
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	3.469,84	3.518,73
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	436.962.449,87	358.988.389,13
Transferências Intragovernamentais	417.281.016,25	355.438.160,96
Transferências Intergovernamentais	30.400,00	21.600,00
Transferências das Instituições Privadas	43.736,07	3.200,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	19.607.297,55	3.525.428,17
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	169.258.794,35	145.917.989,02
Reavaliação de Ativos	44.202.777,85	67.069.904,56
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	124.944.767,56	77.911.398,99
Ganhos com Desincorporação de Passivos	111.249,14	938.685,47
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	140.789,02	164.318,23
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20422 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. GATARINENSE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/03/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	245,21	2.718,15
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	140.543,81	161.600,08
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	617.313.736,68	393.824.768,19
Pessoal e Encargos	269.115.788,50	211.471.967,84
Remuneração a Pessoal	208.737.158,71	162.154.918,03
Encargos Patronais	43.104.664,52	33.687.956,80
Benefícios a Pessoal	16.792.873,40	15.296.712,84
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	48.110,187	372.381,37
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	15.966.998,95	12.772.928,92
Aposentadorias e Reformas	14.850.119,11	11.882.032,47
Pensões	1.063.007,79	858.166,51
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	35.416,72	32.729,94
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18.465,23	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	52.455.294,21	41.131.114,44
Uso de Material de Consumo	11.867.050,04	8.408.922,96
Serviços	32.532.167,98	31.155.233,77
Depreciação, Amortização e Exaustão	8.256.076,19	1.566.957,71
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	9.158,96	10.249,81
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2.228,96	3.421,25
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	6.932,00	6.828,56
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	85.296.675,50	60.446.402,12
Transferências Intragovernamentais	59.974.939,97	58.682.816,96
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	25.321.735,53	1.763.585,16
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	185.762.671,83	59.596.763,49
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	98.587.856,27	10.425.315,04
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	71.174,84	127.250,20
Incorporação de Passivos	400,00	37.307,57
Desincorporação de Ativos	87.103.240,62	49.008.890,68


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20422 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. GATARINENSE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/03/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	78.270,99	59.300,69
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	28.836,43	23.805,21
Contribuições	49.834,68	35.495,48
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.628.877,74	8.396.040,98
Premiações	-	1.204,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	8.266.198,46	7.581.786,68
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	362.679,28	753.050,20
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-3.463.796,96	112.765.243,76
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



Secretaria do Tesouro Nacional – STN
 Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON
 Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União – CCONT
 Gerência de Elaboração das Demonstrações Contábeis – GEDEC

Notas Explicativas

Nota 01 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2017, o Instituto Federal Catarinense apresentou um saldo em aberto de R\$ 911.590,82 relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo 100,00% de obrigações a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	R\$	R\$	AH (%)
	31/12/2017	31/12/2016	
Circulante	911.590,82	2.398.788,36	38,00
Nacionais	911.590,82	2.398.788,36	38,00
Estrangeiros	-	-	-
Não Circulante	-	-	-
Nacionais	-	-	-
Estrangeiros	-	-	-
Total	911.590,82	2.398.788,36	38,00

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

A totalidade dos fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2017.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora Contratante.

	R\$	AV (%)
	31/12/2017	
158459 – Campus Santa Rosa do Sul	207.538,72	22,77
158460 – Campus Araquari	152.433,15	16,72
154706 – Campus Camboriú	135.940,19	14,91
158462 – Campus Videira	130.725,26	14,34
158458 – Campus Blumenau	80.324,46	8,81
Demais	204.629,04	22,45
Total	911.590,82	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

As unidades gestoras de Santa Rosa do Sul, Araquari, Camboriú e Videira, são responsáveis por **68,74%** do total a ser pago. Este percentual se deve ao fato de que estes Campus estão com obras em andamento e por este motivo apresentam valores mais elevados dos fornecedores a pagar, uma vez que, estas despesas de capital possuem um valor maior.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os Fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2017.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	R\$	AV (%)
	31/12/2017	
CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.	95.885,78	10,52
MULTIÁGIL LIMP., PORT. E SERV. ASSOCIADOS LTDA.	72.339,33	7,94
MAYCON WILLEIRELI - ME	60.215,06	6,60
LINCE – SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.	58.665,58	6,44
MACHADO COM. OBRAS E SERV. EIRELI – ME	54.962,50	6,03
PINHEIRINHO AUTOMAÇÃO E SEGURANÇA LTDA.	54.102,67	5,93
ADSERVI – ADM. E SERVIÇOS LTDA.	52.120,44	5,72
DEMAIS	463.299,46	50,82
Total	911.590,82	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.



Secretaria do Tesouro Nacional – STN
 Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON
 Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União – CCONT
 Gerência de Elaboração das Demonstrações Contábeis – GEDEC

Modelos de Notas Explicativas

Nota 02 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2017, o Instituto Federal Catarinense possuía um saldo de R\$ 19.878.267,83 relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.

	R\$		AV (%)
	31/12/2017	31/12/2016	
Aluguéis	62.036,36	71.500,00	86,76
Fornecimento de Bens	1.704.061,03	1.009.930,80	168,73
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Seguros	92.479,70	82.553,78	112,03
Serviços	18.019.690,74	30.827.581,96	58,46
Demais	-	-	-
Total	19.878.267,83	31.991.566,54	62,14

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

As obrigações contratuais relacionadas com Serviços representam **90,65%** do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final de 31/12/2017. Ao longo do exercício houve o pagamento do contrato de construção do campus Brusque, que representava a maior fatia dos valores contratuais à pagar.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2017.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Unidade Gestora Contratante.

	R\$		AV (%)
	31/12/2017	31/12/2016	
158458 – Campus Rio do Sul	3.235.069,93	17,85	
158462 – Campus Santa Rosa do Sul	3.190.684,69	17,61	
158460 – Campus Camboriú	2.819.325,52	15,56	
158461 – Campus Concórdia	2.677.185,64	14,77	
158379 – Campus Videira	2.001.339,36	11,05	
Demais	4.197.754,70	23,16	
Total	18.121.359,84	100,00	

Fonte: SIAFI, 2017.

O somatório das obrigações contratuais das unidades gestoras em destaque representam **76,84%** do total contratado pelo Órgão.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 5 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2017.

Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

	R\$		AV (%)
	31/12/2017	31/12/2016	
Adservi – Administradora de Serviços Ltda	R\$ 1.353.892,81	6,81	
Mendes e Suckow Engenharia e Construções Ltda	R\$ 1.210.949,35	6,09	
JVE Construtora	R\$ 1.032.405,42	5,19	
Rei Engenharia Ltda	R\$ 998.640,73	5,02	
Mateus Spridigo	R\$ 953.398,72	4,80	
Demais	R\$ 14.328.980,80	72,09	
Total		100,00	

Fonte: SIAFI, 2017.

Em relação ao contrato com a empresa Adservi – Administradora de Serviços Ltda, o mesmo representa 6,81% do total dos contratos pois se trata de vários contratos de diversos campi, principalmente contratos de prestação de serviço terceirizado de limpeza.



Secretaria do Tesouro Nacional – STN
 Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON
 Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União – CCONT
 Gerência de Elaboração das Demonstrações Contábeis – GEDEC

Notas Explicativas

Nota 03 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2017, o Instituto Federal Catarinense apresentou um saldo de R\$ 507.541.360,49 relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2017 e 2016.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição.

	R\$	R\$	A.H%
	31/12/2017	31/12/2016	
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	83.704.917,24	99.519.894,46	84,11
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(8.556.202,33)	(1.338.683,51)	639,15
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(4.208.072,57)	(22.242.479,99)	18,92
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	414.730.382,37	426.478.943,77	97,25
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(1.594.714,01)	(337.494,67)	472,52
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	507.541.360,49	502.080.180,06	101,09

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26422 em 31/12/2017 apresentam o saldo R\$ 70.940.642,34 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

	R\$	R\$	AH(%)
	31/12/2017	31/12/2016	
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	27.077.554,55	39.016.063,32	69,40
Bens de Informática	15.546.410,91	17.363.552,82	89,53
Móveis e Utensílios	21.130.839,83	21.954.163,83	96,21
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	9.167.378,40	9.126.540,28	100,45
Veículos	8.023.823,25	8.608.708,16	93,21
Peças e Conjuntos de Reposição	-	-	-
Bens Móveis em Andamento	-	-	-
Bens Móveis em Almoarifado	-	-	-
Armamentos	-	-	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	1.251.045,09	1.908.680,26	65,55
Demais Bens Móveis	1.507.865,21	1.532.185,79	98,41
Depreciação / Amortização Acumulada	(8.556.202,33)	(1.338.683,51)	639,15
Redução ao Valor Recuperável	(4.208.072,57)	(22.242.479,99)	18,92
Total	70.940.642,34	75.938.730,96	93,42

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, **32,35%** refere-se a máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas.



Notas Explicativas

A variação negativa ocorrida em máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas, e na conta de redução ao valor recuperável, explica-se pelo ajuste contábil realizado em decorrência dos lançamentos de reavaliação feitos em 2016. Conforme previsto na Portaria n.º 548, de 24 de setembro de 2015, a qual determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam reconhecer, mensurar e evidenciar os bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável, como uma das formas de identificar as perdas e ganhos patrimoniais (variações patrimoniais) até 31-12-2016. Desta forma, foram feitos os processos de reavaliação a qual culminaram, em alguns casos, na redução ao valor recuperável de alguns bens, a qual se justificam pelo ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando este foi inferior ao valor líquido contábil, após processo de reavaliação dos bens móveis, ocorrido no IFC de forma institucional, para o início da depreciação dos referidos bens ao longo do ano de 2016. Somando-se ao fato de que este procedimento nunca havia ocorrido neste órgão, os valores apresentados na conta 1.2.3.9.1.01.00 se destacaram em 2016 devido ao processo ocorrido neste período, evidenciando variações acumuladas ao longo de vários anos sem que os bens tivessem sofrido qualquer tipo de reavaliação ou redução ao valor recuperável. Observou-se, contudo que estes lançamentos de redução da conta 1.2.3.9.1.01.00 ocorreram devido ao lançamento equivocado na conta em dezembro de 2016, que foram realizados por causa dos trabalhos de reavaliação dos bens móveis deste órgão. Como se tratava da primeira reavaliação, se fazia necessário fazer o lançamento de ajustes de exercícios anteriores, e para os demais processos de reavaliação deverão ser lançados na conta de redução ao valor recuperável conforme macrofunção 020335.

1.1.1 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão 26422 em 31/12/2017 apresentam um saldo de R\$ 413.135.668,36 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Bens Imóveis – Composição.

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Bens de Uso Especial	394.961.896,59	381.387.780,60	103,56
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	-
Bens Dominicais	-	-	-
Bens Imóveis em Andamento	19.341.154,38	44.838.676,77	43,13
Instalações	427.331,40	252.486,40	169,25
Demais Bens Imóveis	-	-	-
Beneficiárias em Propriedade de Terceiros	-	-	-
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.594.714,01)	(337.494,67)	472,52
Total	413.135.668,36	426.141.449,10	96,95

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso especial correspondem a **95,23%** de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, perfazendo o montante de R\$ 394.961.896,59 em 31/12/2017 em valores brutos.

Em síntese, bens de uso especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de prédios que compõem a administração e salas de aula dos campi para fins educacionais, além das fazendas nos campi agrícolas.

Tabela 2 – Bens de Uso Especial – Composição

	R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	8.344.375,83	8.344.375,83	100
Terrenos, Glebas	3.369.057,67	18.431.386,30	18,22
Aquartelamentos	-	-	-



Secretaria do Tesouro Nacional – STN
 Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON
 Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União – CCONT
 Gerência de Elaboração das Demonstrações Contábeis – GEDEC

Notas Explicativas

Imóveis de Uso Educacional	378.518.771,91	348.603.338,56	108,58
Edifícios	4.739.691,18	6.008.679,92	78,88
Complexos, Fábricas e Usinas	-	-	-
Imóveis Residenciais e Comerciais	-	-	-
Aeropostos, Estações e Aeródromos	-	-	-
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	-	-	-
Total	394.961.896,59	381.387.780,60	103,56

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Existem imóveis que foram cedidos a este órgão a qual estão sendo feito os levantamentos para mensuração dos mesmos a exemplo do Campus Videira e Abelardo Luz.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.



Secretaria do Tesouro Nacional – STN
 Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON
 Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União – CCONT
 Gerência de Elaboração das Demonstrações Contábeis – GEDEC

Notas Explicativas

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.



Secretaria do Tesouro Nacional – STN
 Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON
 Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União – CCONT
 Gerência de Elaboração das Demonstrações Contábeis – GEDEC

Notas Explicativas

Nota 04 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2017, o Órgão 26422 apresentou um saldo de R\$ 464.535,77 relacionados a intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2017 e 2016.

Tabela 01 – Intangível – Composição.

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	532.142,70	539.859,75	98,57
Software com Vida Útil Indefinida	174.752,00	168.339,03	103,81
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(237.275,99)	(218.617,37)	108,53
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Total	464.535,77	489.581,41	94,88

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

No intangível, destaca-se o item software com vida útil definida, que representa cerca de **75,28%** do grupo (ref. valor bruto).



Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON
Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União – CCONT
Gerência de Elaboração das Demonstrações Contábeis – GEDEC

Notas Explicativas

Nota 05 – Balanço patrimonial

Os valores apresentados com o créditos a curto prazo foram em sua maioria ajustados (lançamento de baixa) no exercício de 2018 pois se tratavam de adiantamentos de 13º e férias que já haviam sido executados, mas que não foram baixados seus saldos em tempo hábil.

Tabela 1 – Ativo circulante

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Caixa e equivalente caixa	R\$ 3.292.318,12	R\$ 4.006.573,28	
Créditos a curto prazo	R\$ 56.797.808,30	R\$ 31.807.681,64	
Demais	R\$ 2.829.853,24	R\$ 6.990.258,21	
Total	R\$ 62.919.979,66	R\$ 42.804.513,13	

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

As obrigações trabalhistas foram ajustadas em 2018 devido à saldos incorretos de despesas já pagas a título de férias e 13º.

Os demais valores das obrigações trabalhistas são valores devidos na folha de pagamento de dezembro de 2017, que foi executada apenas em janeiro de 2017.

Tabela 2 – Passivo circulante

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Obrigações trabalhistas	R\$ 34.073.781,29	R\$ 14.536.964,91	
Fornecedores e contas a pagar	R\$ 911.590,82	R\$ 2.398.788,36	
Demais	R\$ 126.112,67	R\$ 281.315,92	
Total	R\$ 35.111.484,78	R\$ 17.217.069,19	

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

Houve a redução de 62 pontos percentuais dos valores de fornecedores e contas a pagar devido ao recebimento de financeiro para pagamento de despesas com investimentos e pelo recebimento, no final do exercício, de financeiro para pagamento de despesas com custeio em geral.



Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON
Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União – CCONT
Gerência de Elaboração das Demonstrações Contábeis – GEDEC

Notas Explicativas

Nota 06 – Balanço orçamentário

Houve um superávit de arrecadação de 26,38 pontos percentuais. As receitas que mais contribuíram para este resultado foram as receitas agropecuárias e outras receitas, ocasionado pelos resultados positivos das produções próprias de mercadorias agropecuárias, em sua maioria alimentos.

Tabela 1 – Receitas correntes realizadas

	R\$ milhares	
	31/12/2017	AV (%)
Serviços	R\$ 1.087.466,96	64,45
Agropecuária	R\$ 230.131,42	13,64
Demais	R\$ 369.604,44	21,91
Total	R\$ 1.687.192,82	100,00

Fonte: SIAFI 2017.

Foram executados 99,16% das receitas correntes e 119,97% das despesas de capital. Devido ao contingenciamento de orçamento de investimento, foi utilizado o limite de orçamento destinado ao custeio para utilização no investimento.